

MÔNICA PANIS KASEKER

**O DESEMPENHO ELEITORAL DE RADIALISTAS POLÍTICOS NAS
ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 2002 NO PARANÁ**

**Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção do grau
de Mestre em Sociologia, no Curso de
Mestrado em Sociologia, do Setor de
Ciências Humanas, Letras e Artes da
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientadora: Profª. Dra. Ana Luísa
Fayet Sallas**

**Co-orientador: Prof. Dr. Angelo José
da Silva**

CURITIBA

2004



PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, para realizar a arguição da Dissertação da aluna **MÔNICA PANIS KASEKER**, sob o título “O DESEMPENHO ELEITORAL DE RADICALISTAS POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 2002 NO PARANÁ”, para obtenção do Título de Mestre em Sociologia,.....*aprovou*..... a candidata com conceito “.....*A*.....” sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, completando assim todos os requisitos necessários para receber o **Título de Mestre**.

Curitiba, 14 de dezembro de 2004.

Profª Drª Ana Luisa Fayet Sallas (Orientadora)-UFPR

Profª Drª Claudia Irene de Quadros –UTP

Prof. Dr. Ângelo José da Silva-UFPR

Às minhas filhas, Alice e Cecília,
pelo tempo que não brincamos.
Ao meu marido, pelo amor e cumplicidade
Aos meus pais, pela minha história.

Meus agradecimentos

À Rosi,
pelo valioso tempo com minhas filhas, para a minha tranquilidade.
Ao Odil,
por estar sempre ao meu lado.
Aos meus pais,
por me proporcionarem o caminho.
Aos colegas Emerson Cervi, Mira Graçano e Rosita Hummel,
pela iniciação na Sociologia.
À minha orientadora Ana Luísa Fayet Sallas,
pela confiança.
Aos colegas de mestrado,
pela constante troca de experiências.
Ao José Eduardo Szwako e à Vanessa Moreira,
pelas valiosas sugestões.
Aos professores do mestrado, por compartilharem sua sabedoria.
Aos colegas de trabalho da PUCPR e amigos,
por participarem deste momento.
Aos comunicadores Algaci Túlio, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos
Alborghetti e Ricardo Chab,
por me receberem com desprendimento.
A Nelton Friedrich,
por permitir consulta ao acervo sobre o Forum contra a Privatização da
Copel.
Ao Tribunal Regional Eleitoral e Assembléia Legislativa do Paraná,
pelo fornecimento de todas as informações necessárias.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E LISTA DE GRÁFICOS	v
LISTA DE SIGLAS	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
1 INTRODUÇÃO	1
2 CAPITALISMO E DEMOCRACIA	9
2.1 A DEMOCRACIA DE PÚBLICO	13
2.1.1 Democracia e comunicação de massa	17
2.1.2 Uma autocracia com técnicas democráticas	19
3 RADIALISTAS POLÍTICOS NO BRASIL	24
3.1 A QUESTÃO DO SIMBÓLICO	30
3.2 A COMUNICAÇÃO PELO RÁDIO	32
3.2.1 A audiência do rádio	33
3.2.2 Ficção e realidade se misturam	34
3.2.3 Conquistando a atenção do ouvinte	38
3.3 O CAMPO RADIOFÔNICO	43
3.3.1 Interferências políticas e econômicas	45
3.3.2 A questão profissional	49
3.4 CAMPO RADIOFÔNICO E CAMPO POLÍTICO	53
3.4.1 O líder carismático na política	56
4 O DESEMPENHO ELEITORAL DOS RADIALISTAS EM 2002	60
4.1 O RÁDIO QUE PERDE A ELEIÇÃO	74
4.1.2 Alborghetti: doa a quem doer	82
4.1.3 Chab: do rádio à televisão	88
4.1.4 A situação partidária	93
4.2 O RÁDIO QUE AINDA VENCE	95
4.2.1 Oi, oi, oi gente querida	102
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
APÊNDICES	120
ANEXOS	178

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1	-	AUDIÊNCIA DO RÁDIO AM NO BRASIL	34
TABELA 2	-	SITUAÇÃO DO RÁDIO AM EM 2004.....	44
TABELA 3	-	AUDIÊNCIA MAIO/JULHO DE 2002.....	73
TABELA 4	-	AUDIÊNCIA JANEIRO/MARÇO DE 2004	73

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	-	A QUEM PERTENCEM AS EMISSORAS	46
GRÁFICO 2	-	BOLO PUBLICITÁRIO EM 2003	48
GRÁFICO 3	-	ALGACI TÚLIO – EVOLUÇÃO DE VOTOS.....	64
GRÁFICO 4	-	ALGACI TÚLIO – PROPORÇÃO DE VOTOS EM CURITIBA	64
GRÁFICO 5	-	ALGACI TÚLIO – PROJETOS APRESENTADOS	66
GRÁFICO 6	-	INVESTIMENTOS NA CAMPANHA 2002.....	72
GRÁFICO 7	-	LUIZ CARLOS ALBORGHETTI – EVOLUÇÃO DE VOTOS...	83
GRÁFICO 8	-	LUIZ CARLOS ALBORGHETTI – PROJETOS APRESENTADOS.....	83
GRÁFICO 9	-	RICARDO CHAB – EVOLUÇÃO DE VOTOS	89
GRÁFICO 10	-	RICARDO CHAB – PROJETOS APRESENTADOS	90
GRÁFICO 11	-	LUIZ CARLOS MARTINS – EVOLUÇÃO DE VOTOS	98
GRÁFICO 12	-	LUIZ CARLOS MARTINS – PROPORÇÃO DE VOTOS EM CURITIBA	98
GRÁFICO 13	-	LUIZ CARLOS MARTINS – PROJETOS APRESENTADOS..	100

LISTA DE SIGLAS

ANCINAV	- Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual
AM	- Amplitude Modulada
FM	- Freqüência Modulada
CBN	- Central Brasileira de Notícias
CNT	- Central Nacional de Televisão
CIRETRAN	- Circunscrição Regional de Trânsito
CODEL	- Companhia de Desenvolvimento de Londrina
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquérito
DIRETRAN	- Diretoria de Trânsito
ECAD	- Escritório Central de Arrecadação e Distribuição
IBOPE	- Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IPE	- Instituto de Previdência do Estado
IPTU	- Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
PDS	- Partido Democrático Social
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PFL	- Partido da Frente Liberal
PL	- Partido Liberal
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	- Partido Progressista Brasileiro
PROCON	- Coordenadoria de Defesa do Consumidor
PRN	- Partido da Renovação Nacional
PSB	- Partido Socialista Brasileiro
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PT	- Partido dos Trabalhadores
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
SANEPAR	- Companhia de Saneamento do Paraná
SICRIDE	- Serviço de Investigações sobre Crianças Desaparecidas
TRE	- Tribunal Regional Eleitoral

RESUMO

Este trabalho procura analisar a importância do rádio no processo eleitoral e na política contemporânea brasileira, mais especificamente no caso das eleições majoritárias de 2002 no Paraná. Nessas eleições, três radialistas políticos, que construíram suas carreiras políticas no rádio e já haviam cumprido vários mandatos como deputados estaduais na Assembleia Legislativa do Paraná, não conseguiram se reeleger. Parte-se da hipótese que a candidatura de um estreante na política e no rádio, Ratinho Júnior, filho do apresentador de televisão Ratinho, tenha atraído os votos dos eleitores de Algaci Túlio, Luiz Carlos Alborghetti e Ricardo Chab. A partir de entrevistas com os três radialistas e a coleta de informações, no Tribunal Regional Eleitoral, na Assembleia Legislativa, em jornais e nos índices de audiência, procura-se acompanhar suas atuações nos campos radiofônico e político, com o objetivo de investigar os motivos de suas derrotas nas urnas. Para enriquecer a análise, buscou-se comparar a trajetória de Algaci Túlio com a de um radialista político que se reelegeu em 2002, Luiz Carlos Martins. Também foram analisados os programas de rádio dos políticos para verificar como é utilizada a linguagem radiofônica e quais são as diferentes mediações presentes. A partir da perspectiva teórica de Bourdieu, sobre os conceitos de *habitus* e de campo, busca-se compreender como essas personagens transitam de um campo para outro. Sobre a questão da construção de sentido, recorre-se a Barthes e Baudrillard. Meditsch, Moreira e Nunes contribuem para a compreensão do rádio no Brasil. Ao abordar a política, destaca-se Weber, Shwartzenberg, Schumpeter e Faoro.

Palavras-chave: rádio, política, eleições.

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze the importance of radio in the electoral process and contemporary Brazilian political scenery, specifically the case of the elections of 2002, in Paraná state. During those elections, three political radio announcers, that built their political careers in radio and already had several mandates in Legislative Assembly of Paraná, couldn't be reelected. This research works with the hypothesis that the candidacy of Ratinho Junior attracted the votes of Algaci Túlio, Luiz Carlos Alborghetti and Ricardo Chab. Ratinho Júnior is son of Ratinho, a Brazilian TV showman. The work is based on interviews with the three radio announcers, information from Electoral Regional Court, Legislative Assembly, newspapers and Ibope. The purpose is to understand their actions in the radio and political fields, as well as to investigate the reasons of their features in the election. The analysis is supported by the comparison between the loser, Algaci Túlio, and the winner, Luiz Carlos Martins, in 2002 elections. The radio programs were analyzed to verify how the radio language is used to influence the electoral process, looking for identify the different kind of mediation present in those programs. According to Bourdieu perspectives, the concepts of *habitus* and field, can be useful to understand like those characters move from one field to another. Barthes and Baudrillard were important authors to discuss about meanings construction. Meditsch, Moreira and Nunes support the debate about radio. For politics issues, Weber, Shwartzenberg, Schumpeter e Faoro are fundamental.

Key-words: radio, political, elections.

1 INTRODUÇÃO

Desde sua criação, o rádio vem sendo instrumentalizado para fins políticos. O veículo foi usado por Mussolini, na Itália, em 1925, por Franklin D. Roosevelt, em 1933, nos Estados Unidos, por Hitler, em 1933, na Alemanha, e por Getúlio Vargas, por toda a década de 30, no Brasil. Foi importante também na Revolução Constitucionalista de 1932 e no Golpe Militar de 1964 (HAUSSEN,1997). Durante a ditadura militar, o rádio mudaria inteiramente de perfil, com a expansão do rádio FM e a censura imposta pelo autoritarismo vigente. As concessões de emissoras de rádio foram um instrumento privilegiado pelos militares para a legitimação do novo regime (ORTRIWANO,1985).

Após a abertura política nos anos 80, um fenômeno que já acontecia desde a década de 40 se intensificou no Brasil: radialistas de todo o país, especialmente aqueles que mantinham programas com prestação de serviços à comunidade e outras formas de assistencialismo, como doação de cadeira-de-rodas e dentaduras, ou programas policiais sensacionalistas, passaram a ser assediados pelos partidos para se candidatar, sendo eleitos com votações recordes. Outro fenômeno que passa a ser comum a partir da reabertura é a concentração de concessões de emissoras nas mãos de políticos (MOREIRA, 1998).

No Paraná, muitos radialistas iniciaram a carreira política dessa forma e mantiveram seu potencial eleitoral por várias legislaturas. É o caso dos ex-deputados Algaci Túlio (PSDB), Luiz Carlos Alborghetti (PTB) e Ricardo Chab (PMDB). Túlio começou sua carreira política em 1982, elegendo-se vereador de Curitiba e depois disso cumpriu quatro mandatos como deputado estadual e dois como vice-prefeito. Alborghetti começou em 1987 como deputado estadual e se reelegeu por outras duas legislaturas. Chab elegeu-se em 1995 deputado estadual, sendo reeleito para mais um mandato em 1998. No entanto, os três tiveram uma derrota aparentemente surpreendente nas urnas em 2002. Esse fracasso eleitoral de radialistas políticos no Paraná é o objeto desta pesquisa.

Considerando a importância do rádio na história política brasileira, é relevante acompanhar o papel que o veículo vem representando no sistema democrático, no fortalecimento do conceito de cidadania, assim como seu uso meramente eleitoral. Desde a década de 40, a partir das primeiras observações empíricas de Paul Lazarsfeld nos Estados Unidos, a influência do rádio na formação da opinião dos eleitores vem sendo pesquisada. (BRETON; PROULX, 2002) No Brasil, algumas pesquisas têm estudado a trajetória de radialistas que construíram suas carreiras políticas no rádio, bem como a força da instrumentalização desse veículo para fins políticos. No entanto, as pesquisas têm focalizado a forma como o rádio leva esses representantes ao sucesso eleitoral, havendo poucos estudos aprofundados sobre o que acontece depois disso. Some-se a isso que ainda existe um volume relativamente pequeno de pesquisas sobre o rádio no Paraná, bem como sobre a política paranaense contemporânea e, também, o fato de que há um interesse pessoal nesse tema, como jornalista e professora na disciplina de rádio num curso de graduação em Comunicação Social.

A proposta da pesquisa é proporcionar uma reflexão sobre o papel do rádio no desempenho eleitoral e político de parlamentares paranaenses que iniciaram sua carreira no Legislativo por meio de programas radiofônicos e analisar a perenidade de suas carreiras políticas. Especificamente, o caso dos ex-deputados estaduais Algaci Túlio, Luiz Carlos Alborghetti e Ricardo Chab.

Parte-se da hipótese central de que os radialistas Algaci Túlio, Luiz Carlos Alborghetti e Ricardo Chab foram à derrota nas urnas em 2002 em decorrência do surgimento de uma candidatura que investiu pesado na campanha e também era ligada ao rádio e à televisão. Ou seja, teria havido uma transferência de votos para outro candidato: o recém radialista, Ratinho Junior, que foi o deputado mais votado em todo o Estado em sua primeira eleição, com 189.739 votos. Neste caso, poderia-se investigar os fatores que interferem na fidelidade eleitoral do ouvinte/eleitor para com o radialista/candidato. Essa possível volatilidade é o que garantiria a transferência de votos de um radialista para outro. A transferência de votos teria ocorrido num contexto

de desigualdade de investimentos financeiros na campanha entre os candidatos e situação partidária desfavorável para os que foram derrotados.

Para compreender como o campo dos radialistas se intersecciona com o campo político, é necessário investigar o *habitus* desses radialistas/políticos, ou seja, seu *modus operandi* (BOURDIEU, 2003, p.61) construído ao longo de suas existências como sujeitos ativos e cujas atividades e interrelações se dão nos dois campos. Desta forma, para chegar aos motivos que levaram esses radialistas à derrota eleitoral em 2002, é importante analisar como se dão as relações entre os radialistas e seus ouvintes, bem como entre os políticos e seus eleitores. Na medida em que os radialistas passam para outro campo, o político, modificam-se também suas relações, suas práticas, sua posição em relação ao ouvinte – agora eleitor. Desta forma, a Teoria da Prática, de BOURDIEU, oferece as ferramentas ideais para essa investigação. A partir da aplicação dos conceitos de *habitus* e de *campo*, procura-se compreender como se dá a passagem de um campo para outro e porque alguns radialistas não conseguem se manter nesse novo campo.

BOURDIEU chegou à sua própria conceituação de *habitus* e de campo, a partir de um olhar retrospectivo para obras de outros cientistas sociais. Criticando a teoria teórica, que segundo o autor nasce e vive da defrontação com outras teorias, ele parte para a genealogia dos conceitos, re-situando-os em relação aos usos anteriores e sempre destacando a importância do trabalho empírico neste processo. Sua noção de *habitus* “recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo” (BOURDIEU, 1989, p.60)).

Retomando a velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*, BOURDIEU reage ao estruturalismo e sua filosofia de ação, na qual o agente serve de suporte para a estrutura. Sua intenção era a de colocar em evidência as capacidades criadoras, ativas, inventivas, do *habitus* e do agente. “O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição

incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 1989, p.61).

O autor pretende conservar a tradição teórica, mas ao mesmo tempo romper com ela, conservá-la e superá-la. E isso é percebido também no que se refere ao seu conceito de campo. “A noção serviu primeiro para indicar uma direção à pesquisa, numa recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa” (BOURDIEU, 1989, p. 64). Até então, as ciências sociais ignoravam o campo de produção como espaço social de relações objetivas. A partir do estabelecimento desse conceito, foram feitas transferências metódicas de modelos com base na hipótese de que existem homologias estruturais e funcionais entre todos os campos. “Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo, é explicar, tornar necessário e não reduzir ou destruir.” (BOURDIEU, 1989, p.69). Cada campo tem sua própria essência e busca autonomia, ao mesmo tempo em que se interrelaciona, interage com outros campos. Desta forma, a análise da história do campo é, em si mesma, a única forma legítima da análise de essência. Seria como se a história estivesse no interior do sistema e como se o *devoir* das formas de representação ou de expressão exprimisse apenas a lógica interna do sistema.

A tese de BOURDIEU é de que a ação do sujeito acontece dentro do campo e a partir do *habitus*. Não é possível dizer que pertencem ao mesmo campo, quem apresenta *habitus* muito diferentes. O autor superou autores clássicos supondo que exista uma relação dialética entre sujeito e sociedade. “As ações sociais são concretamente realizadas pelos indivíduos, mas as chances de efetivá-las se encontram objetivamente estruturadas no interior da sociedade global”. *Habitus* seria um sistema de estruturas estruturadas que funcionam como estruturas estruturantes (ÓRTIZ in BOURDIEU, 1983, p. 61).

A partir desses conceitos de campo e de *habitus*, este trabalho é dividido em duas partes. Inicialmente, apresenta-se uma análise da história dos campos radiofônico e político no Brasil. No caso do campo radiofônico, fez-se necessário apresentar o

rádio como *medium*, descrevendo suas características específicas e as transformações causadas e sofridas por este meio de comunicação de massa ao longo de sua existência, bem como sua constante instrumentalização para fins políticos. Para isso, foram importantes os autores Haussen, Meditsch, Moreira, Ortriwano, Prado, Ferraretto e Tavares.

Antes de delinear o campo político no Brasil, apresenta-se uma discussão inicial sobre a política em Bourdieu e Weber, assim como a democracia de público e a política do espetáculo, para a qual recorre-se a Manin e Swartzberg. Na discussão sobre democracia e a influência da mídia, foram consultadas obras de Thompson, Mattelart e Sartori. Especificamente sobre a política brasileira e sua forte influência patrimonialista e estamental, foram fundamentais autores como Chauí, Faoro e Ortiz. E como a questão semiológica acaba permeando todo o trabalho, apresenta-se uma discussão sobre a questão simbólica e de construção de sentido, a partir de conceitos como signo, significado e significante, para a qual foram importantes Barthes e Baudrillard.

Na segunda parte do trabalho, procura-se investigar o *habitus* que vêm reproduzindo a forma de sociação entre os radialistas/políticos e seus ouvintes/eleitores, inicialmente através de entrevistas com os políticos/radialistas Algaci Túlio e Luiz Carlos Martins, o primeiro derrotado e o segundo eleito em 2002, traçando um paralelo entre suas carreiras políticas e suas respectivas carreiras no rádio, colhendo uma análise pessoal sobre a importância que o rádio exerceu na construção de suas carreira políticas e sobre o resultado das eleições de 2002. As informações repassadas pelos entrevistados foram comparadas a dados objetivos coletados junto à Justiça Eleitoral e Assembléia Legislativa do Paraná, o que colaborou para a investigação das características básicas dos campos do rádio e da política.

A escolha dos dois políticos/radialistas se deve a vários fatores que eles possuem em comum, variáveis que tornam possível a comparação, como por exemplo: origem social, longo período de atuação no rádio, perfil dos programas radiofônicos e idade. Estas similaridades são importantes, visto que partir-se-á do pressuposto de que

os entrevistados são sujeitos posicionados dentro dos campos e estão agindo e interagindo segundo um *habitus*, que é estruturado e também estruturante no campo em questão. Entre os radialistas derrotados, Algaci Túlio é o mais velho, com 63 anos, tendo sido radialista nos últimos 45 anos. Entrou para a política em 1982, eleito vereador de Curitiba. Luiz Carlos Martins é o mais velho entre os radialistas eleitos em 2002, com 54 anos, tendo sido radialista nos últimos 37 anos. Entrou para a política em 1988 como vereador eleito de Curitiba.

Os dois possuem programas em emissoras de rádio AM na capital paranaense, sendo esta sua base eleitoral. Túlio tem um programa matinal na Rádio Clube Paranaense e Martins vai ao ar todos os dias pela manhã pela Rádio Banda B, que é de sua propriedade desde 1999. Além da trajetória de um radialista reeleito, Luiz Carlos Martins, e outro não reeleito em 2002, a proposta é pesquisar também a trajetória de outros dois radialistas derrotados no mesmo pleito, como um grupo de controle, a fim de aprofundar a análise dos mecanismos que interferem na perenidade das carreiras políticas construídas através do rádio. Foram entrevistados também Luiz Carlos Alborghetti e Ricardo Chab. Alborghetti possui um programa matinal na Rádio Brasil Tropical em Curitiba e Chab está afastado do rádio atualmente, mantendo um programa de televisão na TV Iguaçu, intitulado Tribuna na TV.

As entrevistas foram do tipo semi-estruturado, que “combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador” (MINAYO, 2000, p. 108).

Esse tipo de entrevista tem vários pontos em comum com a chamada entrevista narrativa. É importante esclarecer que optou-se por não utilizar o método de perguntas e respostas, já que trata-se de uma pesquisa qualitativa em que pretende-se reconstruir a perspectiva dos atores e, em etapas posteriores, analisá-las e interpretá-las a partir do cruzamento de informações de outras fontes, como Justiça Eleitoral, Assembléia Legislativa, etc. A entrevista narrativa é um tipo no qual “o narrador tende a fornecer tantos detalhes dos acontecimentos quantos forem necessários para

tornar a transição entre eles plausível.” (BAUER; GASKELL, 2002, p.94)

No trabalho de campo também foram levantados dados sobre as eleições 2002 junto à Assembléia Legislativa, Tribunal Regional Eleitoral e emissoras de rádio, investigando algumas variáveis como: investimentos na campanha, fontes de recursos de campanha, situação partidária de cada candidato na ocasião, índices de audiência, formato, linguagem e tempo de duração de seus programas no rádio.

Solicitou-se ao TRE um levantamento sobre os doadores de recursos para as campanhas de cada candidato, além do montante investido por eles em cada eleição. Desta forma, será possível verificar se eles concorreram em condições de desigualdade financeira e quem foram os grupos econômicos que estavam por trás dessas candidaturas.

Sobre os partidos aos quais os candidatos estavam filiados, foi importante levantar dados como: tipo, número de vagas na Assembléia Legislativa e quociente eleitoral, desempenho nas eleições 2002. Desta forma foi possível recolher dados para fazer uma análise da situação político-partidária de cada candidato. Quantas vagas o partido ao qual o político/radialista estava filiado conquistou no pleito de 2002, quantos votos eram necessários para se eleger nessa sigla, comparando com a votação exigida nos demais partidos para que uma vaga fosse conquistada.

Outros indicadores serviram para demonstrar se houve redução no desempenho do candidato na Assembléia e no rádio, a partir de levantamentos de índice de audiência, tempo de duração dos programas no rádio. Um mapeamento dos votos recebidos em cada pleito foi útil para analisar se a base eleitoral dos radialistas coincide com a área de abrangência de sua audiência. Além disso, tentou-se comparar os índices de audiência com o desempenho do candidato nas urnas. A partir das informações do TRE foi possível ainda verificar se as bases eleitorais dos radialistas coincidem, ou seja, se eles disputam votos nas mesmas regiões.

Foi necessário ainda fazer uma análise do perfil dos programas de rádio dos profissionais em questão, a partir de gravações dos programas que estão no ar. Foram gravados dois programas de cada um dos radialistas entrevistados. Tomou-se o

cuidado de analisar os programas de Luiz Carlos Martins e Algaci Tulio das mesmas datas, sendo respectivamente de 6 e 8 de julho. Não foi analisado programa do radialista Ricardo Chab, visto que ele estava afastado do rádio no período em que a pesquisa foi realizada, e o programa do radialista Luiz Carlos Alborghetti, do grupo de controle, foi analisado a partir das transmissões dos dias 12 e 13 de julho. A análise se baseou nos temas preponderantes, duração e periodicidade; nível de personalização de vinhetas, com a menção do nome do político; audiência, a partir dos levantamentos do Ibope; participação do ouvinte/interação, pelas promoções e falas no ar; nível de politização do discurso; assistencialismo; estereotipização do personagem. Para isso, foi adotado o modelo utilizado por MEDITSCH (2003) para a análise de discurso no rádio informativo considerando as mediações pessoais, profissionais, organizacionais, do público, da rotina de produção e ainda a mediação técnica e tecnológica, o condicionamento econômico e político, influências históricas e culturais, assim como a observação da construção de uma oralidade virtual.

No âmbito das emissoras, buscou-se levantar informações sobre quem são os proprietários das concessões e identificar possíveis grupos políticos e econômicos que possam estar por trás dessas candidaturas. Junto ao Departamento Legislativo da Assembléia Legislativa foram obtidos o número de projetos apresentados, número de projetos aprovados e o conteúdo dos mesmos. Esse levantamento sobre os projetos de lei de autoria dos radialistas aprovados durante todos os mandatos foi realizado com o objetivo de analisar se existe alguma relação entre os temas abordados nos programas radiofônicos com os assuntos de interesse na atuação parlamentar, novamente tentando desvendar os pontos de intersecção entre os campos.

2 CAPITALISMO E DEMOCRACIA

No mundo moderno a democracia se implementou de forma representativa e associada ao desenvolvimento da economia de mercado e do capitalismo. Na primeira metade do século XX, a democracia representativa ocidental foi duramente contestada pelo fascismo e marxismo-leninismo ao longo de mais de 30 anos. Nos anos 60, a democracia representativa foi rejeitada em favor da democracia participativa e direta pelos movimentos estudantis. No entanto, na década de 80 a esquerda se renderia à democracia, aceitando o governo representativo, as eleições multipartidárias e os eleitorados amplos, pois a democracia representativa havia se tornado incontestável e insuperável. E ao aceitá-la, a esquerda foi forçada a abandonar a meta de construir uma sociedade socialista. (HIRST, 1992, p.7-8)

A nova esquerda democrática se propõe a promover a democratização dentro dos parâmetros capitalistas em um “novo republicanismo”, a partir da idéia de cidadania e maior participação ativa dos cidadãos, bem como na ampliação de seus direitos sociais e políticos, e ainda a partir do fortalecimento da sociedade civil organizada que possa agir como fiscal e substituta do Estado. E aí está o grande desafio, pois a democracia representativa tem como principais características eleitorados de massa e partidos de massa, que permitem às massas uma participação limitada ao voto em eleições periódicas. A democracia de massa causa indiferença e alienação ao cidadão e a eleição se torna um instrumento de legitimação daqueles que chegam ao poder.

A idéia de que a democracia seria um arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo a tarefa de eleger aqueles indivíduos que farão cumprir sua vontade, fica cada vez mais improvável e coloca-se em cheque até mesmo a existência de um *bem comum* ou de uma *vontade comum*. Ainda que possa existir algum tipo de vontade comum ou opinião pública no processo democrático, os resultados ainda necessitariam de unidade e de sanção racional. “O homem teria de saber de maneira definida o que deseja

defender. Essa vontade clara teria de ser complementada pela capacidade de observar e interpretar corretamente os fatos que estão ao alcance de todos, e selecionar criticamente as informações sobre os que não estão.” (SCHUMPETER, 1961, p. 309)

Também não poderiam ser contabilizadas como decisões produzidas pela vontade do povo aquelas que têm alguma interferência ou pressão de grupos e da propaganda. O indivíduo estaria propenso a agir sob a influência da publicidade e outros métodos de persuasão, não só sob argumentos racionais, como através de ataques ao subconsciente. Sua ação estaria sendo definida por experiências favoráveis e desfavoráveis, tendendo a se tornar cada vez mais racional. No entanto, a racionalidade a curto prazo é a que prevalece, ou seja, o indivíduo pensa em satisfazer seus interesses e necessidades imediatos.

SCHUMPETER também analisa algumas características das democracias modernas como o baixo senso de responsabilidade e a ausência de uma vontade eficaz. As questões políticas aparecem distantes da realidade, sem muita importância para o cidadão comum. “De fato, o cidadão privado que medita sobre a situação nacional não encontra campo de ação para sua vontade nem tarefa em que ela possa se desenvolver.” (1961, p. 318).

Isso acontece tanto no caso de pessoas sem educação e humildes, quanto de pessoas educadas e ativas em esferas não-políticas. Ao entrar no campo político, sua argumentação chega a ser infantil, primitiva, de caráter puramente associativo e afetivo. E quanto menos crítica racional e influência da responsabilidade pessoal nesse processo de construção da mentalidade coletiva, mais propensa ela estará a ser explorada por grupos econômicos e políticos. Para SCHUMPETER, tais grupos podem até mesmo criar a vontade do povo, artificialmente fabricada (1961, p.320), isto é, “a vontade do povo é o resultado e não a causa primeira do processo político”.

Sendo a luta pelos votos o que identifica a democracia, o autor considera inevitável que o êxito pessoal na política implique numa postura profissional diante dela, deixando as outras atividades para uma posição secundária. Os interesses profissionais específicos ao atuar em seu campo são diferentes dos interesses desses

mesmos profissionais quando adotam a política como profissão. Este seria o motivo pelo qual “os políticos com tanta frequência deixam de servir aos interesses de sua classe ou grupos com os quais estão pessoalmente ligados.” (1961, p. 347) Assim, para se dar bem na política os homens devem ser bons táticos, mais do que bons governantes e administradores e é neste ponto que SCHUMPETER identifica outro problema da democracia, relacionado à qualidade dos homens selecionados pelo sistema democrático.

A questão da escolha dos representantes, por sua vez, remete à discussão levantada por HABERMAS sobre o papel que o público passa a desempenhar a partir do século XIX, quando a burguesia deixa a condição de pensadora de cultura tornando-se consumidora de cultura. A maior difusão da informação defronta-se com consumidores de nível de formação mais baixo e os bens culturais passam a cumprir uma nova função de distração e diversão, de onde surge o termo cultura de massa e esta se transforma em mercadoria.

A imprensa politicamente pensante, cuja origem estava fortemente ligada à literatura, perde sua influência paulatinamente (HABERMAS, 1984, p.200). Nas mídias eletrônicas, que se impõem a partir do século XIX, como rádio, cinema e televisão, HABERMAS vê este quadro se agravar, com a distorção da realidade e a veiculação de conteúdos facilmente digeríveis e sedutores. O comportamento do público assume uma outra configuração, muito mais apática e desprovida da oportunidade de dizer e contradizer. Está aberto o caminho para o que o autor chama de “subversão do princípio da ‘publicidade’”, que passa a “trabalhar a opinião pública” (grifos do autor) buscando um consenso fabricado. (1984, p. 228)

O comportamento eleitoral da população na social-democracia é um exemplo de como a comunicação constrói a opinião não-pública.

Até que ponto se esfacelou a esfera pública política enquanto uma esfera de participação continua na discussão e no pensamento relativos ao poder público mede-se pelo grau em que se torna uma tarefa genuinamente jornalístico publicitária dos partidos estabelecer inclusive até mesmo algo como uma esfera pública. Disputas eleitorais já não transcorrem

mais no âmbito de uma esfera pública institucionalmente garantida a partir de uma disputa de qualquer modo ininterrupta das opiniões. (HABERMAS, 1984, p.246 e 247)

HABERMAS detecta que os líderes de opinião nos Estados sociais-democráticos têm algo em comum com o público dos Estados de Direito burgueses do século XIX: são os mais ricos, mais cultos, bem colocados socialmente e politicamente interessados. Estes influenciam a opinião de outros, mas dificilmente mudarão de idéia influenciados por uma campanha de comunicação. Já os menos informados e mais apáticos e indecisos tornam-se presas mais fáceis das campanhas eleitorais e acabam sendo mobilizados ora para um partido, ora para outro. Os eleitores indecisos são conquistados não pelo esclarecimento ou pelas propostas, mas pela imagem “publicitariamente eficaz” dos candidatos.

... a cultura integracionista preparada e difundida pelos meios de comunicação de massa, embora pretenda ser apolítica, representa ela mesma uma ideologia política; os programas dos partidos políticos e qualquer tomada de posição demonstrativa em geral não poderão entrar de algum modo com ela em concorrência, mas terão de procurar um acordo e uma concordância. (HABERMAS, 1984, p. 251)

Desta forma, não se trata de manipular a opinião pública, já que ela não existe, mas apenas criar um clima de opinião. Além disso, essa manipulação tem limites naturais, e é preciso sempre oferecer algo ao eleitor para fins psicológicos promocionais. É o caso do uso da máquina administrativa por candidatos governistas que oferecem aumentos salariais ou outros benefícios em período pré-eleitoral e, ainda, daqueles que usam o poder econômico como barganha nessa conquista de votos. Trata-se de uma ampliação da influência dos subsistemas econômico e administrativo sobre o mundo da vida, onde situam-se a participação e a comunicação. Esse fenômeno causa um estreitamento na prática democrática ao longo do século XX.

Ao sustentar que a opinião pública não existe, analisando o caso das pesquisas de sondagem de opinião, BOURDIEU ressalta que há uma elasticidade muito grande das opiniões eleitorais e que a estratégia das campanhas tem sido cada vez mais em dissimular posicionamentos e apresentar mal as questões com o objetivo de ganhar votos flutuantes. O autor considera que, de um lado, há grupos de pressão

mobilizados em torno de um sistema de interesses e, de outro, disposições, que não podem ser consideradas como opiniões, já que são formuladas numa tentativa de formarem um discurso coerente. (1987, p. 150-151)

SARTORI ajuda a situar a mídia neste contexto ao propor o termo *opinião teledirigida*, para demonstrar o quanto as opiniões são fracas e variáveis, quanto mais expostas a fluxos de informação, provenientes do poder político ou de instrumentos de informação de massa.

Vale a pena frisar que é correcto falar em ‘opinião’. Opinião é doxa, não é episteme, não é saber e ciência; é simplesmente um ‘parecer’, um opinar subjectivo, para o qual não se requer prova. A matemática, diz-se, não é uma opinião. Dito ao contrário, uma opinião não é como uma verdade matemática. Do mesmo modo, as opiniões são convicções fracas e variáveis. Quando se tornam convicções profundas e profundamente enraizadas, então têm de se definir como crenças (e o problema muda). (SARTORI, 2000, p. 60)

Dito isso, o autor aponta para um esvaziamento da opinião pública induzido especialmente pela televisão, passando para o que ele chama de um estado de opinião de massas, ou seja, uma opinião degradada que pode até colocar em risco a democracia representativa.

2.1 A DEMOCRACIA DE PÚBLICO

Ao longo da história, o governo representativo foi passando por uma série de transformações, numa espécie de metamorfose. A representação política, baseada na relação entre o eleitorado e os partidos políticos, passou a ter outras características. Os partidos já não se comprometem tanto com um programa político e quando o fazem há uma certa artificialidade. A cada eleição o eleitorado tende a votar de maneira diferente e as estratégias eleitorais se baseiam menos nos partidos e mais nas imagens vagas que projetam a personalidade dos líderes. “Os políticos chegam ao poder por causa de suas aptidões e de sua experiência no uso dos meios de comunicação de massa, não porque estejam próximos ou se assemelhem aos seus eleitores. O abismo entre o governo e a sociedade, entre representantes e representados, parece estar aumentando.” (MANIN, 1995, p. 5)

A presença dos partidos políticos na organização da expressão da vontade do eleitorado passou a ser valorizada na democracia representativa a partir do século XIX, pois permitia um certo controle por parte do cidadão sob a atuação dos candidatos eleitos. Mas no século XX, constata-se uma crise no parlamentarismo e surge uma nova forma de governo representativo: o governo de partido ou democracia de partido, no qual o papel dos partidos de massa e das plataformas parecia ter evoluído como extensão do direito de voto. (MANIN, 1995, p. 6-7) Seria um formato mais próximo do ideal democrático do governo do povo e pelo povo, até que no final do século XX chega-se a um terceiro tipo de governo representativo, onde há uma crise de identificação entre representantes e representados e um declínio da determinação da política pública por parte do eleitorado: a democracia de público.

Na democracia de público, os eleitores tendem a votar em pessoas e não em partidos. Isso pode ser explicado pela influência dos canais de comunicação política que modificam a relação entre representantes e representados, estabelecendo uma comunicação direta que suplanta as mediações partidárias. Cada vez mais as decisões de voto levam em conta a percepção do que está em jogo numa eleição específica, numa dimensão reativa do voto. Os eleitores reagem mais do que se expressam nas urnas. Desta forma, a escolha eleitoral cabe mais ao político do que ao próprio eleitor. (MANIN, 1995, p. 27)

A imagem é um rótulo uma marca que deve guiar a performance dos políticos e muitos deles acabam se tornando prisioneiros de sua própria imagem, não podem mudar. “A política, outrora, era idéias. Hoje, é pessoas. Ou melhor, personagens. Pois cada dirigente parece escolher um papel. Como num espetáculo.” (SCHWARTZENBERG, 1978, p.1) No fenômeno de personalização do poder, o dirigente figura, representa, encarna o poder. “O homem político vem procurando cada vez mais impor uma imagem de si mesmo que capte e fixe a atenção do público” (1978, p.3)

A personalização é para SARTORI um dos efeitos da televisão nas eleições, o que ele convenciou chamar de *videopolítica*. Essa política em torno de pessoas e não

de propostas aconteceu também pelo rádio, com Hitler, Mussolini e Perón, mas no caso do vídeolíder, mais do que transmitir mensagens ele é a própria mensagem. A videopolítica reduz o peso e a essencialidade dos partidos e os transforma em ‘partidos ligeiros’, que se prestam a viabilizar candidaturas consolidadas na televisão. (2000, p.100)

As eleições se parecem com grandes produções de cinema, onde todos procuram ter o papel principal. Esse tipo de prática política é verificado em setores mais ligados à direita, pelo respeito às elites, ao personalismo e ao instinto de conservação do sistema. As vedetes políticas projetam imagens calcadas em mitos, estereótipos, quase caricaturas. É possível classificar alguns tipos, como o herói – distante, remoto, fora do comum, o salvador, ídolo, o *common man* – ordinário, vindo de uma série B, o charmoso – sedutor, galã, o pai da pátria – figura tutelar compulsória, ou ainda a prima dona.

Esses papéis vão se sucedendo rotativamente no poder. No caso do herói, SCHWARTZENBERG relaciona a figura a nomes como Mussolini, Hitler, Roosevelt, Perón e os caracteriza em dois tipos, ambos atuando na defesa do Estado em acontecimentos extraordinários como “legislador” ou “fundador” e depois como “ditador” para garantir sua sobrevivência.

Para o autor os *mass media* ressuscitaram um modo de comunicação antigo, obsoleto. Ele rememora os estágios da comunicação, segundo as condições tecnológicas e sociológicas. Da antiguidade até o século XV, da comunicação pela voz e pelo gesto, na Ágora ou no Fórum, até depois da passagem do Estado-cidade para o Estado-Nação – a imagem do soberano cunhada na moeda era uma das comunicações mais eficientes para os milhões de habitantes. A partir do século XV, com a imprensa, quando a comunicação escrita suplanta as demais tendo conteúdo mais intelectual e racional, bem menos afetivo, há o debate em torno de idéias. E na terceira fase há o renascimento da comunicação pela voz e pela imagem, com o rádio e com a fotografia e o cinema, causando um refluxo. O conteúdo volta a ser mais afetivo e personalizado, devolvendo importância ao rosto e à voz, aos fatos e aos gestos. “Porque, numa

democracia, governar é convencer.” (SCHWARTZENBERG, 1978, p.162)

No século XX, o rádio vem reabilitar a palavra. As novas técnicas provocam o renascimento dos antigos modos de influenciar e permitem o reaparecimento de atitudes afetivas com relação ao poder, de conteúdo mais pobre, que dirige-se mais à sensibilidade do ouvinte do que ao seu senso crítico. Mas tudo isso depende muito das condições de recepção. Apesar do veículo se prestar como instrumento do despotismo, se os ouvintes estiverem situados num ambiente de pluralidade e liberdade poderão analisar mais criticamente seus conteúdos.

SCHWARTZENBERG classifica o comportamento acrítico com o que chama de cultura do espetáculo, mais perigosa do que a cultura da sujeição, onde os indivíduos são passivos e distantes do sistema político. Na cultura do espetáculo, os indivíduos se julgam participantes, quando na verdade são apenas súditos por causa da alienação imposta pelos meios de comunicação.

A cultura do espetáculo,(...), não passa de simulação, artifício e paródia. É a representação enganosa da democracia, o simulacro da cultura de participação. O indivíduo se julga livre, ativo, influente. Considera-se um ator no sistema político quando é tão somente um espectador. Iludido, enganado pelo ‘jogo da política’, num fundo de quadro de televisão, e de cortinas isolantes. (1978, p. 255)

A idéia da cultura do espetáculo surge com Guy Debord, em *A Sociedade do Espetáculo*, uma crítica à moderna sociedade do consumo, publicada pela primeira vez em 1967 e que ganhou destaque depois dos acontecimentos de maio de 1968. Numa sociedade das aparências, DEBORD aborda a negação da cultura, como a própria negação da vida real (1997).

Na política do espetáculo, a publicidade ocupa um lugar de destaque. As técnicas de marketing político, aquele cuja estratégia permanente é manter o contato com o cidadão, e eleitoral, destinado a vencer uma eleição em particular, são amplamente utilizadas para motivar o eleitor ao voto. Em *Formas persuasivas de comunicação política*, Neusa Demartini Gomes confirma a tendência de personalização da política contemporânea até mesmo em países desenvolvidos, o que até pouco tempo atrás acontecia mais freqüentemente em países com altos índices de

analfabetismo.

Esta prática vinha justificada pela afirmação de que os povos mais atrasados intelectualmente não podem sentir atração pelo programa político de um partido, que é algo bem mais complexo, e que poucos chegam a entendê-lo. Porém, atualmente, o que se nota como tendência universal, independente de estágio de desenvolvimento social e, no mundo todo, democrático ou não, é a personalização em que os políticos estão apostando para motivar o eleitor ao voto. (GOMES, 2000, p. 41)

Com candidatos e partidos cada vez mais semelhantes, numa espécie de supermercado político, nas palavras de Gomes, a escolha do produto, neste caso leia-se candidato, é feita muito mais por impulso. Neste contexto, é importante analisar como os meios de comunicação de massa têm reproduzido este modelo de democracia capitalista.

2.1.1 Democracia e comunicação de massa

Considerando que no Estado capitalista, a produção é privatizada, o poder público depende dos impostos, e por isso acaba favorecendo o acúmulo de capital, mas sempre garantindo que haja legitimação democrática, a política do estado capitalista envolve um conjunto de estratégias mediante as quais se produzem e reproduzem a compatibilidade entre essas determinações estruturais. (OFFE; RONGE, 1984, p. 123-124) Visto que a legitimação democrática se dá pelo voto, o comportamento eleitoral individual passa a ser um elemento importante nesse conjunto de estratégias, para o qual os meios de comunicação de massa têm papel central.

Para PRZEWORSKI, o comportamento eleitoral individual não é governado pela situação de classe, religião, identificação com um partido ou busca dos interesses particulares, mas é produto de interações recíprocas. Neste sentido, a hegemonia, num sistema capitalista e democrático, só é possível quando os interesses do grupo dominante estão corretamente coordenados com os interesses dos grupos sobre os quais ela é exercida.

Disposições eleitorais, sistemas judiciários, mecanismos de negociação coletiva, meios de comunicação em massa, até mesmo o sistema de ingresso na universidade ou a regulamentação do uso da terra – tudo isso estabelece distribuições prévias de

probabilidades de realização de interesses grupais específicos. A democracia, portanto, consiste em uma organização do poder político, no sentido dado por Poulantzas: Como um sistema, ela determina a capacidade dos grupos de concretizarem seus interesses específicos. (PRZEWORSKI, 1989, p.171)

O desenvolvimento da democracia representativa no contexto da modernidade criou alguns problemas que ameaçam a legitimidade do próprio ideal democrático. O primeiro desses problemas foi o crescimento dos níveis de cinismo e desencantamento dos indivíduos em relação às instituições políticas estabelecidas e, a partir daí, a redução da participação ativa da maioria dos indivíduos no processo político. O segundo problema foi o crescimento de desigualdades geradas pelo mercado, relacionadas à distribuição de recursos e chances de vida. O terceiro problema se refere à restrição das práticas democráticas às esferas políticas institucionalizadas. Isso faz com que os partidos se ocupem tanto da disputa eleitoral, que acabam perdendo de vista a agilidade em responder às demandas dos indivíduos comuns. O quarto problema é que a democracia representativa foi institucionalizada numa estrutura de estado nacional e sua base territorial, mas com a globalização os estados estão imersos em redes de poder que se prolongam além de suas fronteiras (THOMPSON, 1998, p.217- 219).

E essa nova democracia de massa associada aos meios de comunicação pode representar um novo sistema de dominação.

Quer queiramos ou não, a era da indústria e da sociedade da informação é também – quando não nos contentamos com o olhar míope de seus profetas – a produção de estados mentais, a colonização do mental. Tal fato obriga a pensar diferentemente a questão da liberdade e da democracia. A liberdade política não pode se limitar ao direito de exercer sua vontade. O problema cada vez mais fundamental é o processo de formação dessa vontade. A menos que consigamos desprender-nos da crença bem estabelecida que impele a situar todas as vicissitudes da democracia nos meios de comunicação de massa, não será possível de modo algum esperar encontrar um início de resposta à questão deixada em suspenso por Deleuze sobre a ‘instalação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação e as incertezas das formas de resistência. (MATTELART, 1996, p. 273)

A globalização não leva à homogeneização, mas a miscigenações de significações. No Brasil, por exemplo, Renato Ortiz aborda no livro *A moderna tradição brasileira* a aliança do moderno com a tradição, através da mistura entre

cultura de massa e culturas populares nos produtos de sua indústria altamente competitiva da televisão que consegue combinar, ao mesmo tempo, pós-modernidade e signos da era pré-industrial. (ORTIZ, 1988) E um dos efeitos da globalização seria justamente “a promoção da imagem dos políticos providenciais construída à força do dispositivo audiovisual que preenche o vazio engendrado pela crise de representação do político”. (MATTELART, 1996, p.273)

É neste vazio que os radialistas/políticos encontram terreno fértil para fortalecer a relação com seus ouvintes/eleitores. Mas antes de analisar especificamente como o rádio está mediando a relação entre representantes e representados, ou de radialistas/políticos e seus ouvintes/eleitores, no Brasil, é importante situar historicamente a formação do patronato político brasileiro.

2.1.2 Uma autocracia com técnicas democráticas

Ao longo de seis séculos, de Dom João I a Getúlio Vargas, uma estrutura político-social se manteve no Brasil. “A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente.” (FAORO, 2003, p.40) A sociedade é explorada e manipulada pelo poder patrimonialista, legitimado pelo tradicionalismo. Este mesmo patrimonialismo estatal incentiva a economia especulativa e o desenvolvimento econômico ditado pelos quadros administrativos.

Há outra característica bastante específica no desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil. “Ao capitalismo político sucedeu, em algumas faixas da Terra, o capitalismo dito moderno, racional e industrial. Na transição de uma estrutura a outra, a nota tônica se desviou – o indivíduo, de súdito, passa a cidadão, com a correspondente mudança de converter-se o Estado de senhor a servidor, guarda da autonomia do homem livre” (FAORO, 2003, p. 820). Cabe à lei a garantia da soberania popular. No entanto, na realidade histórica brasileira, do capitalismo moderno foram adotadas apenas a técnica, as máquinas, as empresas, sem abandonar a

estrutura patrimonial. Há uma constante adaptação, mas dentro de projeções de seu próprio passado. O patrimonialismo se amolda às transições, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação.

O estamento político não pode se converter a um governo de soberania popular, simplesmente ajusta-se à autocracia com técnicas democráticas. Com pontos de apoio móveis, ora o estamento se volta contra o fazendeiro em favor da classe média, contra ou a favor do proletariado.

No soberano concentram-se todas as esperanças, de pobres e ricos, porque o Estado reflete o pólo condutor da sociedade. O súdito quer a proteção, não participar da vontade coletiva, proteção aos desvalidos e aos produtores de riqueza, na ambigüidade essencial ao tipo de domínio.(...) Ele fala ao povo, não aos intermediários por este criados, do palácio à sociedade, em dois planos separados. Ele é o pai do povo, não como mito carismático, nem como herói, nem como governo constitucional e legal, mas o bom príncipe – dom João I, dom Pedro II ou Getúlio Vargas -, empreendendo, em certas circunstâncias, uma política social de bem-estar, para assegurar a adesão das massas. (FAORO, 2003, p.827)

O povo fica numa condição de espera, súplica e veneração, confundindo o político com um milagreiro, capaz de transformar pedras em pães, pobres em ricos. Trata-se de uma autocracia de caráter autoritário, sem ter a forma autoritária. Desta forma, ela se dá sem que o povo perceba, não havendo de fato soberania popular. O sistema imobiliza as classes, partidos, elites, grupos de pressão, com a tendência de oficializá-los.

O poder – a soberania nominalmente popular – tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre. O chefe não é um delegado, mas um gestor de negócios, gestor de negócios e não mandatário. O Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu estado-maior. E o povo, palavra e não realidade dos contestatários, que quer ele? Este oscila entre o parasitismo, a mobilização das passeatas sem participação política, e a nacionalização do poder, mais preocupado com os novos senhores, filhos do dinheiro e da subversão, do que com os comandantes do alto, *paternaise*, como o bom príncipe, dispensários de justiça e proteção. A lei, retórica e elegante, não o interessa. A eleição, mesmo formalmente livre, lhe reserva a escolha entre opções que ele não formulou. (FAORO, 2003, p. 834)

Os pioneiros no estudo da política brasileira, entre eles Oliveira Viana, Alberto Torres, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda, encontraram estratégias patrimonialistas, corporativistas e estatistas por parte do aparelho estatal no sentido de

proteger grupos sociais tradicionais e elites. Neste contexto, o voto, ou a participação política, passou a representar uma “moeda de troca”, valorizando o personalismo e o individualismo das relações políticas. (MOISÉS, 1995, p. 106)

Poder-se-ia analisar, desta forma, que no Brasil construiu-se uma democracia de público, na qual a personalidade dos candidatos parece explicar as variações no comportamento dos eleitores. “Cada vez mais os eleitores tendem a votar em uma pessoa, e não em um partido”. (MANIN, 1995, p. 25) Este afastamento do que seria o comportamento normal do eleitor numa democracia representativa é visto como uma crise de representação política e para a qual os canais de comunicação contribuem. Os candidatos passam a se comunicar diretamente com os eleitores através do rádio e da televisão, dispensando a mediação dos partidos.

A popularidade obtida pelos radialistas com a presença diária nos microfones proporciona a eles o primeiro empurrão para a carreira política. No entanto, é necessário perceber que essa condição de maior visibilidade e projeção do radialista encontra terreno fértil no cenário político brasileiro, onde “a prática democrática da representação política não se realiza, a relação entre o representante e a população é de favor, clientela e tutela” (CHAUÍ, 2000, p. 86).

O populismo instalado na década de 30 no Brasil, durante o governo Getúlio Vargas, foi o caminho que ligou o rádio e a política no país. O rádio seria o veículo ideal para mediar o poder populista, cuja característica primeira é a de se realizar sem recorrer às mediações políticas institucionais como os partidos, por exemplo. Ao pensar que o populismo é “um poder pensado e realizado sob a forma da tutela e do favor, em que o governante se apresenta como aquele que é o único que detém não só o poder, mas também o saber sobre o social e sobre o significado da lei” (2000, p. 87), pode se identificar mais uma semelhança com o papel desempenhado pelos radialistas na política brasileira. Marilena CHAUÍ define o populismo como “um poder que opera simultaneamente com a transcendência e a imanência, isto é, o governante se apresenta como estando fora e acima da sociedade, transcendendo-a”. A autora relaciona essa forma de poder ao que Weber definiu como dominação carismática, um aspecto

favorecido atualmente pela ideologia neoliberal, no qual o “marketing político” enaltece o personalismo e o narcisismo.

Ao examinar como os meios de comunicação configuram o espaço público no país, Bernardo KUCINSKI lembra que “o Brasil saltou quase diretamente da condição de sociedade escravista de cultura oral para uma sociedade pós-moderna também oral, de rádio e tv” (in RUBIM, 1998, p. 18). Por outro lado, o mercado de bens culturais só se consolida no país entre as décadas de 60 e 70, período fortemente influenciado pelo golpe militar de 64.

Evidentemente a expansão das atividades culturais se faz associada a um controle estrito das manifestações que se contrapõem ao pensamento autoritário. Neste ponto existe uma diferença entre o desenvolvimento de um mercado de bens materiais e um mercado de bens culturais. O último envolve uma dimensão simbólica que aponta para problemas ideológicos, expressam uma aspiração, um elemento político embutido no próprio produto veiculado. (ORTIZ, 1988, p.114)

Entre 1968 e 1975, enquanto vigorava o Ato Institucional nº 5, que impunha a censura à imprensa, foi exatamente o auge do chamado milagre econômico. Enquanto a economia crescia 11% ao ano em média, especialmente durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, jornais como o Estado de São Paulo publicava receitas e poemas no espaço em que entrariam os textos e editoriais censurados (ESTADÃO, 2004). Enquanto no regime autoritário, entre 1964 e 1979, a mídia foi acessória nas tarefas de controle social, já que este era exercido principalmente pela força e repressão física, na democracia a mídia passou a ser procurada pelas elites dominantes numa tentativa de controle social.

No Brasil isso foi possível em algum grau devido, entre outras razões, a condições culturais, econômicas e sociais moldadas por 400 anos de um sistema colonial-escravista. Predominam no homem comum estratégias de defesa e de sobrevivência baseadas na dissimulação e redução de riscos, tais como a subserviência, a omissão, a não-explicação de opiniões políticas, a ausência de auto-estima e, especificamente entre jornalistas, a autocensura e a renúncia à autonomia intelectual em troca de um maior conforto funcional. (KUCINSKI in RUBIM, 1998, p.18)

Essa análise é semelhante à de MATTELART, ao descrever o moderno autoritarismo brasileiro que, para assegurar consenso, dirige-se aos aparelhos

mercantis da cultura de massa.

Bastante diverso dos fascismos dos anos 40, que tentaram criar (e em parte conseguiram) uma vasta base de mobilização social “transclassista”, um suporte ativo recrutado em todas as classes a partir de uma politização partidária, o autoritarismo moderno constrói-se sobre a despolitização, a desmobilização do povo, o que introduz uma ruptura fundamental em relação aos populismos latino-americanos inaugurados, também eles, nos anos 40 (1989, p. 53)

3 RADIALISTAS POLÍTICOS NO BRASIL

Algumas pesquisas já foram realizadas no Brasil acerca do papel do rádio na eleição de radialistas. Em 1988, Maria Lucia Victor Barbosa, em seu livro *O voto da pobreza e a pobreza do voto*, relacionava a expressiva votação nos radialistas políticos à situação de pobreza dos eleitores. Ao utilizar o termo pobreza, a autora referia-se não somente à escassez de recursos econômicos e sociais, mas também à de recursos políticos.

A massa pobre, excluída desde o início da participação política, reage de forma malandra e entusiasmada encarando as campanhas eleitorais como uma festa, jogo e “negócio”. Esse viés já havia sido demonstrado por Roberto da Matta em *Carnavais, Malandros e Heróis*, onde o autor discute a ritualização no mundo brasileiro, comparando os carnavais às paradas e procissões. Da mesma forma, poder-se-ia enquadrar as eleições como um ritual nacional, que implica sempre no “esquecimento” do trabalho, pois acontece em feriados nacionais. Um “evento construído pela e para a sociedade”, que suspende a rotina do cotidiano. (MATTA, 1978, p.37)

Os rituais, por sua vez, favorecem o surgimento dos mitos, personagens heróicos criados também pela própria sociedade, refletindo os problemas da formação social brasileira. Este componente mítico e de ritualização também se verifica nos programas radiofônicos, como constatou Mônica Rebecca Ferreira Nunes no livro *O mito no rádio – a voz e os signos de renovação periódica*. Analisando programas de rádio paulistanos, a autora constatou ritos de reminiscência, que resgatam o passado, de sacrifício, presentes em gêneros policiais, e de purificação, na leitura de cartas de ouvintes. Em sua pesquisa, Nunes conclui que “em torno do rádio, somos sociedade sem escrita, pois a voz-música e a palavra oralizada são as únicas possibilidades de apreensão do sentido.” (NUNES M.R.F., 1993, p. 145)

No Brasil, o ceticismo com relação aos políticos abre espaço aos personagens heróicos construídos no rádio, líderes carismáticos que tutelam o povo.

“Quando o indivíduo pobre vota, não o faz, exclusivamente por dinheiro, ou demais favores; prevalece, antes de mais nada, a busca de identificação, de igualdade, de desforra. Some-se a isso a imagem do ‘igual’ que é capaz de proteger e a democracia tropical estará completa” (BARBOSA, 1988, p. 56).

Um dos primeiros radialistas brasileiros a utilizar o sucesso alcançado por seu programa no rádio para se eleger foi Manuel da Nóbrega, que comandava um programa de auditório na Rádio Nacional e elegeu-se deputado estadual em 1947, em São Paulo (BARBOSA, 1988, p. 95). Adhemar de Barros, antes de se eleger governador de São Paulo, ainda no início dos anos 40, comprou a Rádio Bandeirantes que, mais tarde ajudaria a eleger Lucas Garcez para o governo de São Paulo e César Vergueiro para o Senado. O próprio Adhemar de Barros utilizou amplamente uma outra emissora, a Rádio América, como um canal de contato com a população na segunda metade dos anos 40. Outro nome que fez carreira no rádio foi Aluizio Alves, no Rio Grande no Norte, elegendo-se inicialmente à Câmara Municipal de Natal, em 1958, com um programa que apurava os problemas nas ruas da cidade. Dois anos depois, Alves seria eleito governador do Estado com 53% dos votos. Nos anos 60, o uso do rádio por políticos se disseminou em várias regiões do Brasil (MOREIRA, 1998, 42-51). Nos anos 80, com a reabertura política, os partidos foram buscar no rádio nomes para preencher seus quadros para a disputa eleitoral.

Maurício Ferreira SILVA (2000) analisou os casos de Afanázio Jazadji, Erci Ayala, Fernando Silveira e Oswaldo Bettio, que participaram dos pleitos de 1986 e 1990, na Assembléia Legislativa de São Paulo. Nos quatro casos, o rádio propiciou a constituição do que o autor chama de “capital eleitoral” e também acabou assumindo uma das funções que seria do partido político, de ser mediador entre os interesses da sociedade e o governo.

Os partidos foram escolhidos pelos radialistas apenas por ser obrigatória a filiação de candidatos a uma legenda no Brasil. Apesar de ter importante função institucional no regime democrático nacional, o sistema político se incumbe de desestruturá-lo sendo um dos fatores responsáveis pela descrença no partido enquanto

mediador de interesses sociais. O personalismo da representação, assim, se materializa. Detendo capital eleitoral próprio, o ingresso de um radialista em um partido político ocorre por motivação diversa da convicção política-ideológica (SILVA M. F., 2000, p.41).

Numa análise sobre a trajetória de políticos-radialistas de Fortaleza, Márcia Vidal NUNES (2000) considera que a prática política contemporânea está estreitamente associada à comunicação de massa. A mensagem política, para atingir o cidadão, necessita, cada vez mais ganhar visibilidade, projeção. Cabe aqui uma reflexão sobre o que BAITELLO chama de *a sociedade da imagem*, na qual há uma busca frenética pela visibilidade, ou seja, “projetar imagens onde elas não estão visualmente presentes, atribuir valores imagéticos e sobretudo conferir ao imaginário o status de realidade primordial e preponderante”. (1999, p. 56)

Mesmo atuando no rádio, numa sociedade em que o som é tratado como uma forma de comunicação menos nobre, nas palavras de Baitello, é nesta condição que o radialista encontra o primeiro facilitador para ingressar na carreira política. É no rádio que ele constrói sua imagem e fica conhecido. Outro fator seria que a política hoje não se desenvolve no campo das idéias, mas através de personagens. A noção de político como “personagem” leva à conclusão que, com o passar do tempo, o homem público se torna prisioneiro da imagem que criou para si mesmo.

São “atores” representando um “espetáculo”, cujos papéis se diferenciam de acordo com as exigências históricas do momento e as expectativas dos eleitores. Assim, os radialistas preenchem os espaços que o Estado não consegue ocupar e se torna “delegado do ouvinte”. Mas quando o ouvinte passa para a condição de eleitor há um distanciamento na relação entre ouvinte e radialista, agora transformados em eleitor e político. Para a maioria dos radialistas, segundo Márcia Vidal NUNES o exercício da política revelar-se-ia uma grande ilusão, alimentada pela prática profissional capaz de “simular” a solução de problemas da vida real. Fora do ar e longe dos refletores, no entanto, tudo se torna mais difícil (2000) .

Tanto no caso dos radialistas pesquisados por Nunes em Fortaleza, quanto

por Silva em São Paulo, a ausência no rádio foi determinante para o fracasso na reeleição, o que difere da situação dos radialistas que se pretende estudar neste trabalho, já que tanto Algaci Túlio, como Luiz Carlos Alborghetti e Ricardo Chab ainda mantinham seus programas no ar até o prazo obrigatório para seu desligamento antes da eleição.

Outro grupo de parlamentares eleitos pelo rádio foi analisado por ESCH no Congresso Nacional. O grupo composto de 11 parlamentares, nove deputados e dois senadores, se elegeu ao Congresso e atuou entre 1990 e 1994 (in BIANCO; MOREIRA, 1999, p.69-93). Sua proposta foi a de pesquisar de que forma o comunicador eleito para o exercício de um mandato popular se identificava com a sua atuação no rádio, com a política e ainda como justificava o sucesso alcançado nas urnas. Para o autor, a desmoralização e o descrédito generalizado da classe política acabaram pesando para que os comunicadores buscassem um diferencial no ambiente político-eleitoral, apresentando-se como homens honrados e decentes.

Ao traçar um panorama do rádio nos diferentes momentos da história do país, relacionando-o com o poder, MOREIRA (1998) demonstra como se desenvolveu a ligação do meio rádio com a política e com os políticos: o seu uso ideológico e eleitoral. Neste sentido, a função do rádio ultrapassa a de mero companheiro do ouvinte e assume um papel de intermediário entre os acontecimentos e o poder constituído que, num país como o Brasil, está distante do referencial mais próximo dos cidadãos de baixa renda. Aqui, a figura do apresentador ganha contornos de autoridade e cabe a ele, de certa forma, administrar até mesmo a justiça, uma palavra riscada do vocabulário das chamadas populações marginais (ORTRIWANO, 1985).

Maria Tereza COSTA, que analisou o programa radiofônico Gil Gomes, do gênero policial, em São Paulo, considera que o apresentador é visto como um conselheiro, amigo e justiceiro. Ao atribuir esses variados papéis ao comunicador, este atenderia às demandas simbólicas deste público. Ao ouvirem relatos que envolvem seu cotidiano, esses sujeitos estariam encontrando mecanismos simbólicos para dar vazão aos sentimentos de medo e de injustiça (1992, p. 69).

Um dos primeiros pesquisadores a defender a hipótese de que o rádio, como um fator isolado, não elege seus representantes foi Emerson Cervi. Analisando o tema Rádio e Renovação Política em Eleições Majoritárias, CERVI (2000) focaliza os casos de Jocelito Canto, ex-prefeito de Ponta Grossa, e Antonio Belinatti, ex-prefeito de Londrina. Segundo o autor, ambos não foram eleitos prefeitos de suas cidades apenas por serem competentes comunicadores de massa. O rádio os credenciou como candidatos ao servir como instrumento propagador de um novo discurso, mas não assegurou, antecipadamente, suas vitórias majoritárias. Tanto que após suas eleições para a prefeitura, eles sofreram derrotas eleitorais, mesmo tendo continuado em seus programas radiofônicos enquanto prefeitos. Os programas de rádio dos neopopulistas servem como instrumento de propagação de um novo discurso político, que deve estar identificado com as expectativas dos eleitores, coincidindo com um momento de desgaste de uma elite política. Mas quando esses radialistas passam a se identificar com a elite perdem a conexão com o público.

A Faculdade de Comunicação Social da Puc do Rio Grande do Sul possui um levantamento sobre pesquisas realizadas no Brasil a respeito do rádio. Na lista constam 105 pesquisas catalogadas e destas somente seis tratam de questões relacionadas ao uso político do rádio no Brasil. Além das já mencionadas autoras Nunes e Haussen, destaca-se a pesquisa de Maria das Graças Conde Caldas, que examina o processo de concessões de canais de rádio e televisão no período da Nova República. Analisando as relações dos atores sociais envolvidos na política de outorga dos meios de comunicação de massa, a autora procura identificar as bases do clientelismo predominante nessas relações, em que o coronelismo de enxada e voto se atualiza com o coronelismo eletrônico. A proposta é verificar como se dá a participação de políticos aliados a grupos empresariais privilegiados no controle dos meios de comunicação de massa, em detrimento de outros setores sociais. Já a pesquisa de Carlos Eduardo Machado, de 1995, observa a questão da grande popularidade alcançada pelo comunicador radiofônico, e a sua crescente participação, enquanto candidato, no processo de disputa eleitoral no país. (PUCRS, 2004)

No caso dos radialistas em análise nesta pesquisa, o perfil dos programas segue os mesmos padrões relatados pelos autores em outros estados brasileiros. Algaci Túlio, Luiz Carlos Alborghetti e Ricardo Chab comandavam, até 2002, programas com ênfase em assuntos policiais e de cunho assistencialista. Já o programa de Luiz Carlos Martins, apresenta menos notícias policiais, mas possui teor mais assistencialista e dramático.

Muitos radialistas que se tornam políticos têm programas de rádio do gênero assistencialista, policial ou esportivo. A transmutação desses gêneros em gêneros políticos depende da postura adotada pelo apresentador do programa. São nessas áreas que o ouvinte quer entrar em contato com seus sentimentos mais primitivos como a raiva, a impotência, a alegria incontida. E é na catalização do sentimento popular que o radialista inicia o processo de politização do gênero radiofônico.

Esse processo de “politização” desses gêneros radiofônicos representa, na prática, a despolitização do conjunto dos ouvintes que, acreditando se encontrarem incapacitados de exercerem sua cidadania plenamente, delegam a um só, ao locutor, a condição de lutar politicamente por eles, defendendo seus direitos, já que eles não acreditam na sua capacidade de luta, de organização política e de resolução dos próprios problemas (NUNES, M. V., 2000, p.107).

De acordo com a autora, as classes C, D e E são as que mais ouvem rádio AM e, justamente, as mais expostas ao desemprego, abandono, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e educação. Neste contexto, o radialista passa a desempenhar um papel de herói, pai, aquele a quem pode-se recorrer numa emergência, a quem pode-se pedir ajuda nos maus momentos.

Ao analisar *O Rádio em tempos de crise – o discurso radiofônico e as relações entre locutores e ouvintes*, Thays Renata POLETTTO destaca que para a produção da imagem do herói no rádio é necessário haver situações de crise. No caso da crise no abastecimento de água, analisado pela autora, os radialistas tentam se destacar saindo em defesa da comunidade. No entanto, o herói não nasce da crise e sim com o mito heróico reconhecido pela coletividade. (2003, p.57)

3.1 A QUESTÃO DO SIMBÓLICO

Ao tratar sobre o componente mítico que envolve a relação de radialistas e ouvintes, torna-se importante discutir os elementos envolvidos na construção de sentido. Para isso, cabe aqui uma breve contextualização sobre a questão da semiótica.

No final dos anos 40, nos Estados Unidos, H.D. Lasswell realiza um estudo sobre o “mito político”, no qual analisa o uso de símbolos específicos em discursos de determinados grupos políticos. No entanto, para o autor, símbolos eram simplesmente elementos temáticos específicos. O trabalho de Lasswell revoluciona as técnicas metodológicas norte-americanas até então limitadas à análise de conteúdo quantitativa. Mas, mesmo com o avanço das pesquisas norte-americanas, foram as correntes européias da semiologia e dos estudos culturais que conseguiram introduzir a questão das interpretações sobre o significado do discurso, considerando sua dimensão simbólica. (BRETON; PROULX, 2002, p.169)

Para Saussure, considerado o fundador da semiologia européia a partir da lingüística, o signo define-se pela sua relação entre o significante e o significado. No desenvolvimento do pensamento saussuriano, passa-se a considerar o signo como um produto histórico, no qual devem ser considerados os planos da expressão e do conteúdo (BARTHES, 1996, p 43). O primeiro está ligado à questão da linguagem e da intenção de transmitir uma mensagem, já o segundo se refere à significação que está relacionada a cada cultura e à ordem do simbólico.

O universo da significação não pode se reduzir ao fenômeno da comunicação. A produção de sentido deve ser o objeto de uma análise estrutural que tem por horizonte a organização que o homem social faz de sua experiência. Os códigos são apenas perspectivas sobre este horizonte, oferecidos pela sociedade ao analista, que não deve deles depender. A semiótica está mais próxima da antropologia do que da teoria da informação. (FLOCH, 2001, p.10-11)

Barthes avança nesse sentido, demonstrando que “o discurso midiático era produto de uma ordem inconsciente e que o estruturava”. (BRETON; PROULX, 2002, p. 169). O autor fazia uma crítica cultural na tentativa de desmistificar as relações

sociais de dominação implícitas nesses discursos. Estavam em jogo, portanto, além do discurso, o estudo do mito e do funcionamento da ideologia.

BARTHES define mito como uma “fala despolitizada”:

O mito não nega as coisas; sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente, purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicação, mas de constatação: se constato a imperialidade francesa sem explicá-la, pouco falta para que a ache normal, *decorrente da natureza das coisas*: fico tranqüilo. Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato” (BARTHES, 1975, p.164)

E como considera o mito como uma forma de significação, Barthes relaciona-o com seus limites históricos, sociais e culturais. Essa perspectiva crítica do autor vem ao encontro dos pesquisadores britânicos do Centro de Estudos Culturais, que, por sua vez também avançam em relação a ele, reconhecendo, além dos fatores que influenciavam ideologicamente o processo de codificação na emissão, “o papel ativo dos ‘receptores’ na construção dos significados culturais próprios da vida cotidiana”. (BRETON; PROULX, 2002, p.171)

Mas é BAUDRILLARD quem acrescenta uma questão ainda mais instigante nessa discussão ao constatar que “estamos num universo em que existe cada vez mais informação e cada vez menos sentido” (1991, p.103), envolvidos no que o autor chama de encenação da comunicação, num simulacro repleto de simulações, onde o real é mais que o real e, desta forma, acaba anulando o real. Essa implosão de sentido vivida pela sociedade abre caminho ao fascínio exercido pelos *media*. No entanto, o autor questiona: “São os media que induzem as massas ao fascínio, ou são as massas que desviam os media para o espetacular?” (1991, p.110) O autor critica a prolongada espera pelas práticas da libertação, emancipação e expressão das massas, alertando que há uma renúncia à posição de sujeito e de sentido.

As práticas libertadoras respondem a uma das vertentes do sistema, ao ultimato constante que nos é dirigido de nos constituirmos em puro objecto, mas não respondem à outra sua exigência, a de nos constituirmos em sujeitos, de nos libertarmos, de nos exprimirmos a todo o custo, de votar, de produzir, de decidir, de falar, de participar, de fazer o jogo – chantagem e ultimato tão grave como o outro, mais grave, sem dúvida hoje em dia. A resistência estratégica, pois, é de recusa de sentido e de recusa da palavra – ou da

simulação hiperconformista aos próprios mecanismos do sistema, que é uma forma de recusa e de não aceitação. É o que fazem as massas: remetem ao sistema a sua própria lógica reduplicando-a, devolvem como um espelho, o sentido sem o absorver. (BAUDRILLARD, 1991, p.111)

Todas essas reflexões foram importantes para demonstrar que a comunicação é muito mais complexa do que se acreditava anteriormente e que os efeitos da mensagem sobre o receptor dependem de inúmeras variáveis. Entre elas, as próprias características do meio utilizado na transmissão.

3.2 A COMUNICAÇÃO PELO RÁDIO

O rádio é um veículo quente, já havia classificado Marshall McLuhan na década de 60¹, contrapondo-o à televisão. Os meios quentes seriam aqueles que prolongam um único sentido em alta definição ou saturação, mais intensos e envolventes, deixando menos espaço à participação ou complementação da mensagem pelo público. Já os meios frios, como a televisão, envolvem todos os sentidos em profunda inter-relação. (MCLUHAN, 1964).

Embora essa tese seja considerada muitas vezes insuficiente para a compreensão do processo de comunicação em massa, ela tem o mérito de ajudar a compreender como o meio rádio influencia nos efeitos da mensagem. A comunicação pelo rádio carrega consigo algumas peculiaridades que o fazem um companheiro, uma voz confiável e cúmplice. A possibilidade de acompanhar o ouvinte individualmente, enquanto este se movimenta e realiza outras atividades, em casa, no carro, na rua, no trabalho e até mesmo no estádio de futebol, potencializa a cumplicidade e o caráter intimista desse meio de comunicação de massa.

Quando se trata de AM², essas características são ainda mais importantes

¹ *Understanding Media: The Extensions of Man*, publicado em 1964 nos Estados Unidos, classifica os meios de comunicação entre quentes, como o rádio e o cinema, e frios, como o telefone e a televisão. No Brasil, a obra foi traduzida por Décio Pignatari, pela Editora Cultrix.

² No Brasil, as emissoras de rádio operam basicamente nos sistemas AM – Amplitude Modulada, nas faixas de ondas média, tropicais e curtas, e FM – de Frequência Modulada de 88 a 108 Mhz, que apresenta menor incidência de ruído. CÉSAR, C. SP: Ibrasa, 1995, p.59.

para discutir o poder e a influência do rádio como forma de sociabilidade. Especialmente porque, a partir da década de 90, o AM demonstrou uma tendência de se firmar como rádio “falado”, enquanto os FMs enfatizavam a programação musical. (MOREIRA, 2002, p.127). “Ao longo da última década do século 20, a programação das emissoras em amplitude modulada foi se configurando de forma que é possível identificar, na atualidade, quatro vertentes básicas: informativa, popularesca, mística-religiosa e educativa.” (FERRARETTO in DEL BIANCO; MOREIRA, 2001, p.57) Esses dados são importantes, visto que este trabalho visa estudar um fenômeno que acontece preferencialmente nas emissoras AM, seguindo a vertente das programações popularescas.

3.2.1 A audiência do rádio

Quando surgiu a televisão, esperava-se que o rádio não sobrevivesse ao apelo da imagem. Mas o sobrevivente se aprimorou na comunicação sonora à distância e conquistou ainda mais audiência. No Brasil, a estimativa é de que o rádio atinja 98% da população. De acordo com a pesquisa Mídia Dados, realizada anualmente pelo Grupo de Mídia, são 3.647 emissoras, sendo 46% destas AM e o restante FM. Do total de 48,7 milhões de domicílios cadastrados pelo IBGE, 87% possuíam pelo menos um aparelho de rádio. (GRUPO DE MÍDIA, 2003). Uma pesquisa anterior realizada pelo mesmo grupo, citada por MOREIRA (2002, p.14), relativa ao ano de 2001, demonstra que o perfil dos ouvintes é formado em sua maioria por mulheres (53%), das classes C (38%) e D (23%), na faixa etária de 20 a 39 anos (46%). A autora cita ainda pesquisas que indicam que o rádio é líder de audiência durante do dia, especialmente entre 5h e 19 horas, durante os dias úteis, tendo como horário nobre de audiência o período matutino, das 9h às 13 horas.

TABELA 1 - AUDIÊNCIA DO RÁDIO AM NO BRASIL

Mulheres	53%
Classes C e D	61%
Faixa etária 20 a 39 anos	46%

FONTES: Grupo de Mídia 2001

3.2.2. Ficção e realidade se misturam

Logo no início de sua existência, nos idos de 1900, o rádio, sem as facilidades da indústria fonográfica, viveu da leitura de jornais, poemas, trechos de obras literárias, da execução ao vivo de peças musicais e teatrais, além de conferências de intelectuais e eruditos (MEDITSCH, 2001, p. 163). No entanto, essas experiências logo foram tomadas como enfadonhas e precárias. Passou-se a buscar os caminhos próprios do rádio. Desenvolveram-se algumas escolas: a da visualização, surgida na França, e a da auto-suficiência invisível, desenvolvida na Alemanha e Inglaterra.

A primeira propunha que a falta da imagem no rádio é compensada, necessariamente, pela imaginação visual do ouvinte. A segunda considerava que a falta de imagem no rádio não é uma deficiência e não requer complementação. O cinema havia se libertado de sua identidade infantil de teatro filmado, com a criação do plano seqüência. E houve tentativas de transferir algumas técnicas do cinema para o rádio na tentativa de fazer filmes acústicos ou filmes radiofônicos. Neste último caso, o autor exigia do ouvinte um comportamento completamente artificial, devendo este se isolar no silêncio, fechar os olhos e manter concentração absoluta. Somente com a invenção da gravação em fita celulóide na década de 30 e da mesa de mixagem, em 1928, houve uma facilitação do uso da gramática do cinema no rádio. No entanto, antes do desenvolvimento da indústria fonográfica era difícil aplicar a linguagem cinematográfica num meio limitado pela transmissão ao vivo.

O rádio e o cinema tiveram várias semelhanças, como as funções do roteiro e do diretor e até mesmo a evolução da narrativa no radioteatro. Como no cinema, o narrador externo intervindo nas histórias foi deixado de lado. Os próprios personagens

e a representação do espaço pelos ruídos foram recursos próprios desenvolvidos na linguagem radiofônica (MEDITSCH, 2001, 162). E esta se desenvolveu muito além da mera oralidade, recorrendo a música, ruído, silêncio e efeitos especiais que fundem-se para obter maior expressividade (PRADO, 1989, p.36).

A escola da visualização insistiu na proposta do cinema acústico, pregando educação do público e condicionamento a longo prazo da audiência. Com o tempo, descobre-se que o rádio deveria trabalhar com o conceito de “palco interior”, no lugar do palco material do teatro. Tudo isso, para dizer que a comunicação do rádio não se dirigia a uma platéia coletiva, mas a cada ouvinte em particular. Desta forma, a oitava arte foi se afastando do teatro e do cinema, cuja tentativa de reprodução já soava primária e grosseira (MEDITSCH, 2001, 162-175).

No tempo em que o rádio era considerado a oitava arte, o jornalismo do rádio era visto como algo pobre por não aplicar os recursos de linguagem do rádio arte. Ainda hoje, os aprendizados feitos nessa área naquela época poderiam muito bem servir para compor programas de entretenimento ou publicitários. Na década de 90, a BBC ainda recebia 10 mil roteiros e produzia 500 peças radiofônicas originais por ano.

Mas jornalismo e drama tem linguagens e conteúdos diferentes, já que o jornalismo tem como ideal a reprodução fiel de uma realidade. Para a sociologia o conceito de realidade é dotado de uma relatividade, sendo considerada uma construção social, na qual influenciam a subjetividade, as relações e os contextos sociais. No caso da realidade da vida cotidiana, que é o objeto tanto da sociologia do conhecimento quanto do jornalismo, o senso comum necessita ser considerado na tentativa de desvenda-la.

The world of everyday life pass the philosophical task. However, given the particular purpose of the present treatise, we cannot completely by-pass the philosophical problem. The world of everyday life is not only taken for granted as reality by the ordinary members of society in the subjectively meaningful conduct of their lives. It is a world that originates in their thoughts and actions, and maintained as real by these. Before turning to our main task we must, therefore, attempt to clarify the foundations of knowledge in everyday life, to wit, the objectivations of subjective processes (and meanings) by wich the intersubjective commonsense world is constructed. (BERGER; LUCKMAN, 1967, p.19-20)

Se até mesmo a ciência passou a considerar as subjetividades e intersubjetividades na construção da realidade, o discurso da objetividade jornalística soa um tanto artificial. Barbero considera o ideal de imparcialidade e objetividade jornalística não apenas um mito, como também um fetiche na relação entre significantes e significados, esvaziando as formas de sentido, naturalizando a história. Na medida em que fala de uma suposta verdade, a imprensa oculta o processo de produção dessa verdade.

Mirada desde la escritura de la prensa, la ‘objetividad’ se presenta como la ausencia de ‘sujeto’. La escritura sería transcripción del hecho y la más objetiva es aquella en que – pero aquí el lenguaje empieza paradójicamente a mezclarle subjetividad – la ‘fidelidad’ a los hechos es total. Traducido políticamente a eso se le llama ser imparcial, o sea lo que no está con nadie para estar con todos. La negociación del sujeto no puede ser más real. Ello equivale a creer que la verdad de un hecho es su existencia tal cual. Conclusión: sólo hay presencia del sujeto cuando se falsifica, se miente, se engaña como hacen esos malos e indignos periodistas que son parciales... (BARBERO, 1978, 160)

A questão da objetividade jornalística vem sendo discutida por um grupo de teóricos do chamado Jornalismo Cívico, para o qual a noção de imparcialidade é ilusória, considerando que as notícias sempre são uma construção sobre a realidade. O grupo se refere aos valores fundamentais da profissão e a necessidade de rever as rotinas de produção da notícia, nas quais o jornalista passaria a tomar partido do civismo, na tentativa de ajudar a solucionar problemas sociais. (TRAQUINA; MESQUITA, 2003)

A objetividade jornalística representa, assim, um freio à criatividade do jornalismo, no uso que faz da linguagem radiofônica. Os radiojornalistas temem utilizar efeitos sonoros e trilhas musicais em demasia, dando um caráter melodramático e até espetacular à notícia. Um exemplo da confusão entre a realidade da arte e a realidade do jornalismo é o evento da “Guerra dos Mundos”, irradiada pela CBS, em 1938, e que provocou uma onda de pânico nos Estados Unidos. (MEDITSCH, 2001, p. 176)³

³ Em 1938, Orson Welles simulou uma invasão de marcianos e milhares de americanos saíram às ruas desesperados, com o registro de acidentes e suicídios por causa do programa. O caso é analisado por diversos

Artista e jornalista tem em comum a vontade de buscar formas de expressão adequadas, tendo, no entanto, intenções diferentes. A teoria do discurso desfaz qualquer possibilidade de comparação entre as duas linguagens, “ao introduzir a questão dos gêneros, que vincula cada uso da linguagem à situação comunicativa em que esse uso se dá”. (MEDITSCH, 2001, p. 177)

Uma das características da linguagem radiofônica no jornalismo é que a construção da realidade depende muito mais da figura do repórter e do comentarista, pois simplesmente o som ambiente poderia ser uma versão bastante incompleta da realidade. Na arte, pode-se usar e abusar de efeitos sonoros, já no jornalismo existe um princípio ético que limita a manipulação da realidade e, assim, “o mundo que o rádio informativo transmite será sempre mais pobre no sentido formal.” (MEDITSCH, 2001, p. 179).

Assim, o relato jornalístico baseia-se na palavra como signo e o uso de ruídos naturais deve sempre ser identificado para que tenha significado semântico. Quando o assunto for trânsito, pode ser ilustrativo gravar uma entrevista numa rua movimentada. A presença da música se justifica pelo conteúdo referencial que incorpora (reportagens sobre música, filmes, etc). A música, através das vinhetas, serve para sinalizar a programação e chamar a atenção do ouvinte, pode servir de trilha de fundo para as manchetes no início de um programa jornalístico, mas é condenável o uso de músicas para emocionar o ouvinte durante a locução de uma reportagem provocando valorações alheias à informação.

Neste contexto, é interessante ressaltar que muitos programas, especialmente da área policial, no rádio AM, misturam ficção e realidade, utilizando trilhas sonoras de suspense e efeitos sonoros de impacto ao relatar casos reais. Essa prática, geralmente condenada pelos jornalistas que atuam no rádio, é muito comum entre os radialistas. A construção do melodrama sobre fatos reais, por sua vez, na análise de

alguns autores, é uma prática que agrada ao gosto popular, assunto que será abordado posteriormente neste trabalho. O fato é que o artifício do melodrama aumenta os índices de audiência e, por isso, acaba sendo bastante utilizado em emissoras AM.

Para manter os índices de audiência, no entanto, é comum haver uma reciclagem de gêneros que se tornam desgastados. No caso do gênero policial, por exemplo, há uma forte tendência de redução de espaço na mídia. O ano de 2004 foi marcante na questão da redução do espaço concedido a esse gênero, especialmente na televisão, com o fim de pelo menos três programas. *Brasil Urgente*, da Band, *Cidade Alerta*, da Record, e *Repórter Cidadão* da Rede TV, que foram substituídos por programas de jornalismo mais leves e de variedades, com ênfase em fofocas sobre famosos, e até por desenhos animados (ETICA NA TV, 2004). De acordo com a Organização não Governamental Mídia Ativa, as próprias emissoras e anunciantes decidiram por fim aos programas, apesar de alguns ainda manterem bons níveis de audiência, a partir da pressão da própria sociedade como a campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”, coordenada pelo deputado Orlando Fantazzini, do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, e as discussões sobre o projeto de lei que propôs a criação da ANCINAV, Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual. (MÍDIA ATIVA, 2004)

Em um artigo sobre a credibilidade dos comerciais de televisão, na Revista da Escola de Comunicações e Artes de 1984, o professor de Novas Tecnologias, José Manuel Moran, já alertava para a dificuldade de sobrevivência do gênero policial, pois junto com a imagem da marca é importante para o comercial garantir uma imagem positiva da empresa de televisão. Na ocasião, ele citava como exemplo vários programas do SBT, como *O Povo na TV*, que foram eliminados ou modificados para melhorar a imagem da empresa junto aos profissionais de publicidade e propaganda, empresários e também junto a uma parcela do público. Apesar de terem altos índices de audiência, os programas não acompanhavam o desempenho na participação no bolo publicitário. A "audiência qualificada", de acordo com o autor, representa audiência de bom poder aquisitivo e que acredita na emissora. (MORAN, 2004)

3.2.3 Conquistando a atenção do ouvinte

Além da busca constante pela audiência, comum a todos os veículos de comunicação, uma característica peculiar do rádio é que o comunicador deve se ocupar em prender a atenção do ouvinte, utilizando uma linguagem de fácil compreensão e assimilação, visto que este estará sempre desenvolvendo outras atividades enquanto ouve rádio. Vocabulário coloquial, frases curtas e em ordem direta são algumas regras básicas para se comunicar bem pelo rádio.

A linguagem radiofônica obrigou-se a acompanhar modificações ambientais e técnicas, perdendo o tom enfático e solene inicial para ir ganhando um estilo mais próximo e natural, como se simulasse uma conversa. Adequado para a divulgação de notícias rápidas, o rádio serve também para programas educativos e de entretenimento, mas em cada país o veículo se desenvolve de acordo com o mercado. (RODRIGUES, 1988, p. 79)

Algumas características do meio que acabam influenciando a mensagem como instantaneidade e rapidez, diversificação do público e falta de percepção visual. Esses fatores também fazem com que o rádio possua uma capacidade de exercer sugestão sobre o ouvinte, que tem que criar mentalmente a imagem visual transmitida pela imagem acústica. Além disso, a comunicação pelo rádio simula uma condição de interatividade, de retroalimentação do sistema comunicacional, quando na verdade é apenas simbólica esta bidirecionalidade e, de fato, ocorre apenas um “eco” por parte do receptor (PRADO, 1989, p.19).

Sobre a limitação auditiva do rádio, MEDITSCH analisa que é necessário considerar que as pessoas empregam a maior parte de sua atividade consciente em um mundo visual de três dimensões. “Em consequência, a falta de confiança no que é percebido pelo ouvido está de tal modo incutida em nossa consciência que se tornou proverbial: ‘ O que entra por um ouvido sai pelo outro’ se contrapõe ao ‘ver para crer’ (...) e assim por diante”. (2001, p.221) No entanto, a experiência do rádio demonstra que o rádio informa e persuade. MEDITSCH defende a importância do ouvinte no

processo de construção de significados.

Além de desenvolver o significado original da retórica, é preciso relacioná-la com o conteúdo e com a intersubjetividade inerente à produção do discurso, mas também analisar quem escuta o quê e porque. As condições de escuta são determinantes. Enfim, é necessário definir o auditório ao qual se destina a produção. “A portatibilidade do rádio alterou a forma da recepção da informação. Não apenas ela poderia ser recebida em tempo real, como poderia se fazer presente em qualquer local”. (MEDITSCH, 2001, p. 245) Essa característica, reforçada pela chegada do transistor, deu ao rádio um perfil que combina com a compressão do espaço-tempo vivida na modernidade. Isso leva a uma situação comunicativa muito característica. O pólo emissor tem o poder de definir o discurso, mas não o contexto de sua recepção.

Interferência, confusão, distinção, flutuação de atenção e da atividade consciente do ouvinte são características dessa mistura. “De um lado há o contexto privado do receptor em atividade anterior e alheia à comunicação, de outro a invasão deste contexto pelo ambiente sonoro artificial trazido pelo rádio”. (MEDITSCH, 2001, p. 245) O autor cita alguns estudos demonstram que o tempo máximo que um monólogo poderia prender a atenção do ouvinte no rádio tem decaído ao longo das últimas décadas, de 15 minutos nos anos 50 a três minutos ou 90 segundos na atualidade. (2001, p.183) A voz humana não apenas informa, mas funciona como signo indexical do programa e emissora que está sintonizada. A subjetividade é marcante no rádio.

A qualidade vocal aponta para o caráter subjetivo da voz, visto que a impressão que ela causa, seja de voz nasalada ou metálica, indica características biológicas, socioculturais e psicológicas de quem a emite. Por isso, a voz humana é sempre única. Mas não apenas a subjetividade, como a própria dimensão que a sonoridade ocupa na vida do ser humano fazem com que a voz represente uma força signífica capaz de legitimar o controle do emissor sobre os atos comunicativos.

O rádio, como veículo de comunicação de massa e ser da cultura, não exerce apenas a função de informar com rapidez e instantaneidade, tampouco se reduz ao entretenimento

proporcionado pela descontração de seus locutores. Diagnosticamos a existência de um outro universo significativo, moldado a partir da voz, suporte qualitativo da palavra vocalizada no rádio. A voz e a palavra constroem textos escritos/oralizados que veiculam signos míticos aptos a ritualizar a escuta radiofônica. Por meio desses elementos, o rádio representa o papel de atenuar a inexorabilidade das perdas trazidas pelo tempo e assegurar ao homem moderno o retorno ao presente absoluto, tão caro ao homem das sociedades arcaicas. (NUNES, M.R.F., 1993, p.25)

Mas além da voz humana, FERRARETTO ressalta que quando a linguagem radiofônica utiliza música, efeitos sonoros e silêncio trabalha mais o inconsciente do ouvinte, enquanto a fala do locutor se remete ao consciente. (2001, p.26) Esta definição também é apresentada por Armand Balsebre no trabalho *El Lenguaje Radiofonico*. A combinação desses elementos da linguagem radiofônica representam a conexão com o simbólico e o conotativo:

Si la información estética en el lenguaje se genera a través de una excitación sentimental en el proceso comunicativo, y ésta guarda una gran conexión con lo *simbólico* y lo *connotativo*, el lenguaje radiofónico necesita integrar en su sistema semiótico aquellos elementos expresivos que codifican el sentido simbólico. La utilización de la música y los efectos sonoros en la producción de enunciados significantes, como signos substitutivos de una determinada idea expresiva o narrativa, pueden superar muchas veces el propio sentido simbólico y connotativo de la palabra. (BALSEBRE, 2004)

Essa linguagem permite à construção imaginária do que SCHAFFER chama de paisagem sonora. Em suas pesquisas sobre o meio ambiente sonoro e sua influência na vida das pessoas, ele constata que a linguagem impressa é informação silenciosa, mas falada tende a se aproximar da música, na medida em que perde seu significado verbal e torna-se somente som. Para isso, ele considera a existência de alguns estágios entre o máximo significado e o máximo som. O auge do significado aconteceria pela fala, quando articulada e projetada, passando para o estágio da fala familiar, mais descuidada, e depois para uma fala levemente entoada, como a dos clérigos, até chegar a estágios mais musicais, sendo o estágio de máximo som aquele dos sons manipulados eletronicamente. Pode-se deduzir que o ritmo da fala e da entonação dos radialistas influencia na construção dessas imagens mentais. (1991, p. 240)

Outro aspecto em destaque se refere à idéia de que o inconsciente tem uma função importante na compreensão da mensagem do rádio, que toca em profundidades

subliminares da mente. Além disso, o som nos toca à distância e nos envolve, criando uma sensação de proximidade, já que o som ressoa dentro de nós (MEDITSCH, 2001, p 258). Não há a oposição entre o organismo e o ambiente gerada pela visão. E a hiperexcitabilidade da mente pela audição é ainda aumentada pela sua condição invisível.

A compreensão da mensagem radiofônica passa pelos dois hemisférios cerebrais. Pelo lado esquerdo que controla a linguagem, seqüência temporal, e processamento lógico. Pelo hemisfério direito que controla os aspectos não lingüísticos e não temporais (altura e amplitude do som), análise instantânea, processamento holístico, intuitivo e emocional. E como o processamento lingüístico, de imagens e de sons passa por subsistemas periféricos da mente, o processo de compreensão passa a ser visto como algo muito mais complexo do que mera decodificação.

Sem a possibilidade de retorno ou correção, o signo sonoro, efêmero e inscrito temporalmente, encontra em cada ouvinte a sua possibilidade de ressonância e, portanto, de perpetuação. No entanto, concorrendo com inúmeras informações que chama a atenção do seu rádio-ouvinte, o rádio recorre à redundância e ao seu poder de sugestão, a fim de retirar seu potencial ouvinte do estado de ouvir para o de escuta atenta e faz-lo adentrar um universo permeado de elementos já há muito conhecidos (SILVA, J. L., 1999, p. 41)

Quando uma pessoa ouve rádio, não significa necessariamente que ela esteja escutando atentamente e, por sua vez, assimilando as informações e construindo significados. No entanto, “o zoom auditivo e o zapping perceptivo habitualmente percebidos como fatores de frustração da intenção do emissor na comunicação radiofônica, podem representar, contraditoriamente, mais um fator de credibilização de seu discurso. Na medida em que adere seletivamente aos momentos do discurso que, por alguma razão, despertam o seu interesse” (MEDITSCH, 2001, p. 253).

Experiência, interesse pessoal, um ponto de vista profissional, um lugar social, um horizonte cultural e um condicionamento histórico fazem com que cada ouvinte construa o sentido da mensagem. A experiência e o repertório do receptor, enquanto sujeito da produção de sentido, são seus mecanismos de defesa em relação ao

efeito de realidade da informação. “O repertório não pode ser apenas considerado como um armazenamento inerte de dados, pois o que está envolvido é um problema de significação e da ação conseqüente” (PIGNATARI, 2002, p.104) O autor busca na semiótica de Charles Peirce a noção de interpretante, para defender que o significado depende do conjunto de experiências e informações que o indivíduo já possui ao interpretar um signo e, como o repertório se modifica, o significado real é dinâmico. Quanto mais assimila informações, mais o interpretante cria novos significados.

Entre todos os fatores envolvidos, aparece a questão da memória. Em termos de *recall*, o autor cita diversas pesquisas que indicaram que a mensagem do rádio é a que menos se conserva na memória do público. O primeiro tipo é aquele mais fugaz, a memória sensorial, quando muitas vezes acontece um fenômeno chamado *priming* (quando não ouvimos uma última palavra, mas ela surge à nossa mente). O segundo tipo de memória é a imediata (de curto termo) e a de longo termo, que é fixada por mais tempo a partir de mecanismos que envolvem o interesse despertado no ouvinte, conscientemente ou não. Já a memória episódica, que também é a longo prazo, mas arquiva aspectos a mais estrategicamente. (MEDITSCH, 2001, p. 263)

Por todas essas características, a mensagem radiofônica exige clareza técnica e enunciativa, locução natural e expressiva como se fosse uma conversa (PRADO, 1989, p.24). A compreensão também não é um pacote que só fica pronto ao final da mensagem, mas é processada no decorrer da transmissão, supondo o futuro e remetendo ao passado. Além disso, na seleção do que é relevante, quanto menor o esforço requerido para processar a informação, mais relevante ela se torna. “A atenção e a cognição são oportunistas” (MEDITSCH, 2001, p.267). Isso poderia explicar porque assuntos cotidianos interessam mais ao auditório em questão e se fixam tanto na mente dos ouvintes.

3.3 O CAMPO RADIOFÔNICO

Ao aprimorar as técnicas mediáticas modernas de persuasão e do imaginário

do ouvinte, os radialistas conseguem aumentar seus índices de audiência e os lucros dos patrocinadores. Assim, o comunicador passa a tirar proveito pessoal, político e financeiro desta situação. Eleito, o profissional obtém ascensão social e continua a representar seu papel, “estabelecendo uma ligação intrínseca entre a carreira política e a atuação como radialista”(NUNES, M. V., 2000, p.109). Para isso, esses profissionais estão inseridos num contexto em que muitos fatores interferem e influenciam em suas atividades diárias.

Cabe ressaltar que ao analisar o campo radiofônico neste trabalho, refere-se ao rádio AM, mais especificamente em Ondas Médias, caracterizado por programas informativos e de prestação de serviços. Do total de 3.647 emissoras de rádio existentes no Brasil, 46% ou 1.677 são AM (GRUPO DE MÍDIA, 2004). No Paraná, há 181 emissoras de rádio Ondas Médias no Plano Básico de Radiodifusão, que é a relação de canais aprovados pela Anatel para todo o país (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2004). Em Curitiba, são onze emissoras OM registradas no Ministério das Comunicações. Ao tratar sobre o campo radiofônico é necessário analisar inicialmente como funciona o sistema de radiodifusão no Brasil.

TABELA 2 - SITUAÇÃO DO RÁDIO AM EM 2004

Total de emissoras no Brasil	3.647
Emissoras AM no Brasil	1.677
Emissoras AM no Paraná	181
Emissoras AM em Curitiba	11

FONTE: Grupo de Mídia e Ministério das Comunicações

Márcia Vidal NUNES classifica os profissionais da área de comunicação em setores afins para compreender de forma mais nítida sua participação nos processos eleitorais. Desta forma, ela distingue radialistas, proprietários de emissoras, proprietários de emissoras que são radialistas, ex-proprietários de emissoras, radialistas com função técnica, radialistas que são também jornalistas, só jornalistas, outros profissionais da área de comunicação, estudantes de comunicação social e outras situações especiais, como por exemplo, candidatos cuja propriedade de emissoras por parentes teve papel decisivo em sua carreira política (2000, p.113). Essa

classificação é útil para analisar as carreiras políticas em questão, considerando que no universo pesquisado há apresentadores de programas radiofônicos contratados, outros que compram horário em emissoras e ainda aqueles que são apresentadores em emissoras de sua propriedade.

3.3.1 Interferências políticas e econômicas

Desde a primeira emissora regular de rádio, da KDKA de Pittsburgh, que transmitiu 18 horas de uma eleição presidencial norte-americana, o poder persuasivo do rádio tem sido submetido ao Estado. Tanto nas democracias e muito mais nos governos ditatoriais, o meio foi utilizado para propaganda oficial maciça.

No Brasil, o exemplo de Hitler, foi seguido pelo governo Getúlio Vargas. O meio manteve-se em períodos democráticos e ditaduras, desenvolvendo-se bem. Na transição democrática, o caráter oligopolista foi mantido pelas concessões. Em 1990, nove famílias controlavam 90% da informação divulgada no país. Com a globalização, houve uma transferência da questão do controle das ondas para o domínio da lógica econômica. Com isso, a atividade se vê facilmente influenciada pela conjuntura econômica (MEDITSCH, 2001, 123-128).

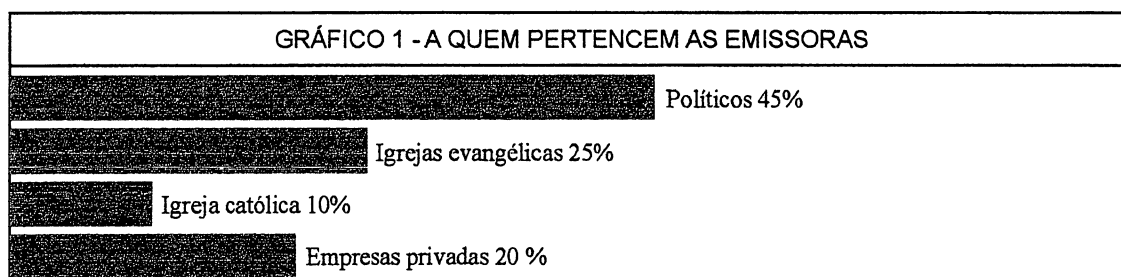
O sistema de exploração da radiodifusão é pluralista no Brasil, na medida em que emissoras oficiais coexistem com as privadas. No entanto, o Estado detém o direito de realizar as transmissões, concedendo esse direito a terceiros.

A política adotada pelo Brasil para a exploração da radiodifusão é baseada na teoria da responsabilidade social pela iniciativa privada, em que o Estado procura estabelecer princípios que garantam o uso social dos meios de comunicação, tornando-os responsáveis pelo conteúdo da programação que transmitem e suas conseqüências. O Estado concede uma autorização para que entidades executoras de serviços de radiodifusão possam explorar comercialmente os veículos. (ORTRIWANO, 1985, p. 53)

Para KUCINSKI, o rádio é o meio de comunicação de massa mais democrático, diversificado e heterogêneo no Brasil. No entanto, o favoritismo e o uso das concessões como moeda de barganha política têm um papel decisivo na manutenção do clientelismo político e dos currais eleitorais em cidades médias e

pequenas. “As emissoras de rádio tornaram-se assim máquinas eleitorais de políticos conservadores” (In RUBIM, 1998, p. 17).

O Estado tem sido determinante na evolução do rádio no Brasil. O controle da radiodifusão esteve concentrado nas mãos do presidente da República desde o governo Getúlio Vargas, na década de 30, até o governo José Sarney, nos anos 80. Foi no primeiro governo civil após a ditadura que ocorreu a ação mais intrusiva do Estado no sistema radiofônico nacional. No governo Sarney foram repassadas 1.028 concessões de emissoras de rádio AM e FM e de televisão. Nunca na história do país um número tão elevado de deputados, prefeitos, governadores e até ministros recebeu canais de rádio e televisão (MOREIRA, 1998, p.95). Estimativas do setor privado em 1999 indicavam que 45% das emissoras brasileiras pertenciam a políticos, 25% a seitas evangélicas, 10% à Igreja Católica e 20% a emissoras comerciais independentes (MOREIRA, 2002, P.213). Essa minoria de emissoras comerciais, apesar de estar no segundo maior mercado de rádio do mundo, atrás somente dos Estados Unidos, disputa uma fatia de apenas 4,5% das verbas publicitárias.



FONTE: MOREIRA, 2002, p.213

NOTA: Dados relativos a 1999

O governo Fernando Henrique Cardoso, apesar de ter prometido por fim ao uso político das concessões, tornou obrigatória a venda das concessões comerciais por licitação pública, mas manteve a prerrogativa do executivo nas concessões das emissoras educativas de rádio e televisão.

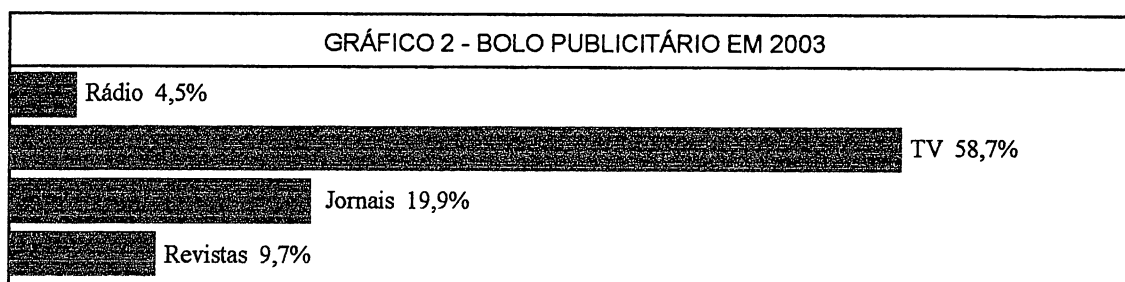
Um levantamento realizado pela Folha de S.Paulo em 2001 revelou que 24% das empresas de radiodifusão pertenciam a políticos, o que representa uma em cada quatro emissoras. Dados reunidos em um estudo do Partido dos Trabalhadores, o PT,

entre 1999 e 2001, e divulgado em 2002, demonstram que foram outorgadas 3315 concessões para exploração de sinal no país e 77,6% delas beneficiaram políticos: 37,5% para filiados ao PFL, 17,5% para os do PMDB, 12,5% para o PPB, 6,3% para o PSDB e 3,8% para o PDT. Para chegar a essas informações, foram cruzadas mais de 33 mil informações do Ministério das Comunicações, da Agência Nacional de Telecomunicações e do Tribunal Superior Eleitoral. (SALA DE PRENSA, 2004)

De acordo com notícia veiculada pela Folha de São Paulo, em 25 de agosto de 2002, em sete anos de governo 539 emissoras comerciais foram vendidas por licitação e 357 emissoras educativas foram concedidas pelo Executivo. Pelo menos 13 deputados federais, além de deputados estaduais, prefeitos, ex-deputados e candidatos a cargos eletivos receberam concessões de emissoras educativas (LOBATO, 2002).

Em janeiro de 2004, a Folha *on line* noticiava que o então ministro das Comunicações do governo Lula e líder do PMDB na Câmara, deputado federal Eunício Oliveira, tinha na ocasião pelo menos três emissoras de rádio registradas em seu nome, duas no Ceará e uma em Goiás. Existiam ainda uma quarta, de propriedade de um sobrinho, e uma quinta, da qual o parlamentar seria dono, segundo sua própria assessoria, apesar de seu nome não constar do quadro societário registrado no ministério. Uma das funções do Ministério das Comunicações, junto ao Congresso, é a de liberar e renovar concessões de rádio e definir as políticas para o setor. Entretanto, não há impedimento legal em nomear empresários do setor ao ministério (FOLHA ONLINE, 2004).

Além da questão política, é necessário avaliar que tipo de influências econômicas as emissoras de rádio sofrem no seu dia a dia. O rádio fica em quarto lugar na distribuição de verbas publicitárias no Brasil, com apenas 4,5% do total (GRUPO DE MÍDIA, 2004). A televisão fica com a maior fatia, 58,7%, sendo seguida pelos jornais, 19,9% e revistas 9,7%.



FONTE: Grupo de Mídia, 2003

Em 2001, foram R\$ 438 milhões investidos na publicidade no rádio (MOREIRA, 2002, p.15). Em 2003 o meio registrou um crescimento de 14,4% em seu faturamento publicitário, um bom desempenho, acima do total do mercado, que foi de 12,2%, e de meios com revista, jornal, TV por assinatura e outdoor (GPRÁDIO, 2004). Segundo ORTRIWANO, os investimentos publicitários compõem um dos grupos de poder que determinam conteúdos no rádio.

Não se pode fugir à realidade de que a produção dos programas está dominada pelo complexo publicitário, que visa a conquistar cada vez maior público para consumir o que é vendido por seus anúncios. É a predominância da audiência – em termos de quantidade -, e não a qualidade dos programas, que determina, em última análise, seu sucesso ou fracasso. (...) A liberdade de criação – e de seleção da informação – é cerceada pela força dos objetivos dos grupos econômicos que, na maioria das vezes, também têm vinculações políticas, que determinam os padrões que os programas devem seguir para que esses grupos possam alcançar maior eficácia (1985, p.58).

Além do poder econômico influenciar as empresas de comunicação através das verbas publicitárias, ORTRIWANO menciona os efeitos que o dinheiro produz diretamente nos profissionais que atuam no rádio e que podem receber quantias ou favores para falar bem de uma ou de outra empresa.

Outro exemplo de interferência econômica é o pagamento feito pelas gravadoras para que as emissoras toquem determinadas músicas de interesse da indústria fonográfica, conhecido como “jabá”. Em uma entrevista à Folha de São Paulo, em maio de 2003, o empresário da indústria fonográfica André Midani contou detalhes de como essa prática se instaurou, a partir dos anos 70, em emissoras de rádio

e tv no Brasil e continua até a atualidade. De acordo com o empresário, o “jabá” que representava no início apenas 5% das verbas publicitárias de uma produção, já chega a envolver 70% desses recursos em alguns casos extremos. (FOLHA ON LINE, 2004)

3.3.2 A questão profissional

Os profissionais que atuam no rádio, em sua grande maioria, são vinculados a sindicatos de radialistas. O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão do Estado do Paraná tem 2.300 associados. Para obter o registro profissional no estado, o sindicato informa que basta ao candidato possuir vínculo empregatício e um atestado de capacitação produtiva expedido pelo próprio empregador. Não há piso salarial definido para a categoria no Paraná, de acordo com informações prestadas pelo próprio sindicato.⁴ No entanto, entre 49 projetos de lei que tramitam na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados está um que dispõe sobre a questão da qualificação dos profissionais de rádio. O PL 1337/03, do deputado Wladimir Costa, do PMDB/PA, altera a Lei 6615/78 para proibir a concessão de registro provisório para o exercício da profissão de radialista. "Não se deve conceder registro profissional, ainda que provisório, a qualquer pessoa, sem que se possa aferir sua capacitação", afirma o autor da proposta. (AGÊNCIA CÂMARA, 2004)

Todos os empregados de empresas de Radiodifusão que exerçam uma das funções em que se desdobram as atividades mencionadas, nas áreas de administração, produção e técnica, no Art.4º do Decreto nº 84.134 são considerados radialistas regulamentados. Uma dessas funções seria a de locutor. Mas, para exercer a profissão é necessário providenciar um registro prévio junto a Delegacia Regional do Trabalho, com validade em todo o território nacional. Os sindicatos consideram três maneiras de

⁴ Em outros estados, onde a questão da regulamentação profissional está mais adiantada já existe piso salarial estipulado para a categoria. No Distrito Federal, por exemplo, o piso salarial dos radialistas, a partir de 1º de Fevereiro de 2004, para a jornada diária de seis horas, era de R\$ 583,00.

obtenção do registro profissional: por direito adquirido, comprovando o exercício da profissão até o dia 19/12/1978, data em que foi publicada a Regulamentação Profissional; através da realização de Cursos de Qualificação Profissional, previstos no Art.8º do decreto 84.134; e, na falta de cursos, através das Comissões de Radialistas previstas no novo decreto nº 94.447 de 16/06/1987.

Na falta de condições para a implantação dos cursos ou na impossibilidade de ministrá-los para algumas funções, o Decreto nº 94.447 prevê a formação de Comissões de Radialistas que terão a incumbência de emitir parecer sobre os pedidos de registro. De acordo com o Sindicato dos Radialistas de São Paulo, estas comissões estão em fase de formação, faltando ainda a normalização dos critérios a serem adotados, de forma uniformizada em todo o território nacional. (RADIOFICINA, 2004)

Pela inexistência do piso salarial definido em alguns casos, ou até mesmo pelo baixo valor deste, é comum que locutores e apresentadores de programas de rádio façam os chamados testemunhais, ou seja, durante sua fala acrescentem um pequeno anúncio, com sua própria voz, de alguma empresa ou produto que patrocine o programa, ganhando para isso um adicional nos vencimentos.

Apenas uma minoria dos profissionais que atuam no rádio é jornalista. No Sindicato dos Jornalistas do Paraná, a informação é de que apenas uma pequena parcela atua em emissoras de rádio. Neste caso, o diploma universitário é obrigatório em todo o território nacional, assim como o piso salarial de R\$ 1.455,14⁵. Os códigos de ética da profissão recomendam que o profissional não aceite receber porcentagens sobre anúncios, impõe limites à veiculação de mensagens publicitárias pelos jornalistas ou interferências econômicas na determinação dos conteúdos (SINDIJOR, 2004).

Por causa dessas diferenças, ainda é comum que o radialista não tenha feito

⁵ Valor válido até outubro de 2004 de acordo com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná

curso universitário ou nem mesmo cursos de locução, mas tenha sempre vocação e empatia com o público, ou o que se define como o dom da oratória. O timbre de voz agradável e a fala fluente, que devem ser características inatas para um apresentador de programa radiofônico.

A fala no rádio AM e FM possui algumas diferenças, pois no FM o ritmo dos sons vocais, com a interferência da música e em locuções entusiasmadas, atrofia o significado verbal e devora a palavra. Já no AM, o uso da palavra se apresenta de forma mítica. Neste caso, a articulação das palavras é bem definida, o que acaba conferindo credibilidade ao apresentador. Por outro lado, a articulação frouxa em momentos esporádicos serve para reforçar a identidade entre intérprete e ouvinte. Na maioria dos casos, os apresentadores utilizam-se de estereótipos vocais, deixando transparecer muito pouco de sua subjetividade de modo inconsciente (NUNES, M.R.F., p.135-136).

Pelo perfil dos programas de rádio AM, sempre muito ligados à prestação de serviços e utilidade pública, esses profissionais trabalham muito próximos à comunidade, percorrendo bairros periféricos e mantendo contato direto com seu público. É comum também que os próprios ouvintes freqüentem a emissora, alguns sendo chamados a falar no microfone, outros esperando os apresentadores ao final do programa para fazer pedidos de toda sorte. E na disputa constante pelos índices de audiência, pode-se analisar que a relação construída no dia-a-dia entre radialistas e ouvintes se baseia nessa proximidade.

Alguns estudos mostram que independente do número de emissoras existentes num local, são raros os ouvintes que utilizam mais do que duas. A fidelidade é alta, já que a troca de emissoras é praticamente desprezível. A segmentação acaba intensificando isso. A homogeneidade da audiência é diretamente proporcional à segmentação do público. Essa segmentação conduz a uma nova maneira de mediação, não só após a emissão, como numa etapa anterior, com a intencionalidade que a orienta. A definição do público determina tanto a forma quanto o conteúdo da programação.

O início do processo de segmentação no Brasil identificou duas tendências básicas: de alta estimulação, voltada para setores populares, e de baixa estimulação ou de relaxamento, para a elite. A de alta estimulação é mobilizadora, com muitos estímulos sonoros, enfatiza o esporte, serviço e comunidade. A de baixa estimulação prioriza a música e é mais distante. (ORTRIWANO, 1985, p.30) A característica de maior interação com o público é um “termômetro” para medir a audiência. E como a audiência se dá enquanto o ouvinte realiza outras atividades, a própria programação dos horários nobres é definida a partir dos hábitos do ouvinte.

Na área da comunicação, as pesquisas de recepção têm demonstrado que a escolha de uma ou outra emissora se refere ao chamado contrato de leitura, isto é, as condições e determinantes da recepção de um veículo.

Os contratos podem ser entendidos como um acordo afetivo-intelectivo que os *media* e públicos estabelecem entre si. Os contratos revelam a opção do receptor não apenas por um modo de se mostrar o mundo, mas denotam definições a partir de identificações e representações que se estabelecem a partir do político e do ideológico, da ética e a moral, o estético e o psicológico. (SALOMÃO, 2003, p. 46)

Por isso, a maneira como as emissoras percebem seus ouvintes interfere diretamente na posição que ela ocupa no campo radiofônico e na sociedade. Numa análise que comparou a prática do jornalismo em duas emissoras AM em Belo Horizonte, no que se refere à sociabilidade proporcionada pelo rádio, SALOMÃO constata que “enquanto algumas emissoras o receptor é percebido como alguém de desejos, fobias, frustrações, paixões etc., em outras emissoras o ouvinte ganha um caráter coletivo, anônimo e pensado na sua condição quase que exclusiva de cidadão de direitos, interesses, deveres e conflitos.” (2003, p.73) Assim, o sujeito receptor passa a ser considerado um lugar de apropriação de sentido, que intersecciona os diferentes discursos produzidos no rádio.

3.4 O CAMPO RADIOFÔNICO E O CAMPO POLÍTICO

Há muitos pontos em comum entre os campos radiofônico e político e isto termina por facilitar a passagem dos radialistas para o campo político. Para BOURDIEU o mercado da política é um dos menos livres que existem, pois os consumidores, “desprovidos de competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou actos políticos” (1989, p. 166), acabam condenados a delegar e ser fiéis a seus representantes. É a partir dessa idéia que Márcia Vidal NUNES elabora o conceito de “delegado do ouvinte”, como aquele comunicador que conquista a confiança do povo e transforma-se em seu porta-voz. “O comunicador realizaria uma transferência simbólica, capitalizando o sonho coletivo e tornando-se uma espécie de herói popular que iria cuidar dos interesses do povo.” (2000, p. 67) E esta delegação global ou total retira dos cidadãos qualquer possibilidade de controle sobre o aparelho. Porém, BOURDIEU defende que essa abstenção e até mesmo o apolitismo expressam uma revolta perante a política, uma contestação do monopólio dos políticos. O desapossamento dos que são maioria é uma consequência da concentração dos meios de produção nas mãos dos profissionais.

o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o corpus de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações entre profissionais (BOURDIEU, 1989, P.169).

É preciso saber as regras do jogo e saber jogar. Aplicar os saberes e competências na prática. As regras já estão prontas quando um novato é eleito e caberá a ele aprender a jogar, numa cumplicidade com os profissionais que já estavam lá. Essa dinâmica é o próprio processo de reprodução do jogo. A luta que opõem os profissionais é uma luta simbólica pela conservação ou transformação do mundo social, mas também uma luta pelo poder sobre os poderes públicos. E mesmo quando atendem aos interesses dos seus mandantes, os profissionais estão defendendo seus

próprios interesses. Em outras palavras, BOURDIEU descreve um jogo em que os políticos estão concorrendo entre si, ao mesmo tempo em que são de certa forma aliados, e do outro lado estão os cidadãos, numa estrutura triádica. A relação entre representantes e representados é mediatizada pelos concorrentes e, por outro lado, essa concorrência é dissimulada quando os representantes se vêem obrigados a defender os interesses de seus representados.

As tomadas de posição, portanto, são sempre realizadas de forma relacional, “dependem do sistema de tomadas de posição propostas em concorrência pelo conjunto dos partidos antagonistas” (BOURDIEU, 2003, P.178). As decisões dependem de suas posições no próprio campo. Essa complexidade das relações sociais presentes no campo político faz com que a cultura política permaneça inacessível à maioria das pessoas.

No entanto a lógica da luta interna no campo passa pela necessidade de reconhecimento pelo maior número de pessoas fora do campo. Com suas diferenças de *habitus* e de interesses, os profissionais vão tentar mobilizar o maior número possível de profanos e lutar pelo monopólio do direito de falar e agir em nome destes. Essa força mobilizadora é que dará legitimidade ao discurso no campo político. “A verdade da promessa ou do prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade... quer dizer, a verdade política, depende da ação dos responsáveis políticos e das massas – seria preciso ainda determinar em que grau”. (BOURDIEU, 2003, p.186)

A questão da credibilidade - do crédito e da crença – faz com que o capital político seja visto como uma forma de capital simbólico. “O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce... É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe”. (2003, p.186) Desta forma o homem político só se mantém forte tendo a confiança de sua base e precisa trabalhar constantemente para manter essa credibilidade e evitar o descrédito, representando sempre um papel de sinceridade e desinteresse.

É também a partir de Bourdieu, que Maurício Ferreira SILVA elabora o conceito de capital eleitoral para analisar a construção de carreiras políticas no rádio.

A sociedade se compõe de indivíduos dotados de necessidades. O fato de viver em sociedade já é a satisfação de uma delas. As necessidades sociais devem ser satisfeitas pelos representantes escolhidos pelo grupo para esse fim. Ao personificar nos comunicadores a solução de seus problemas, o público os reveste de um potencial de representação. Independentemente do seu local de atuação, ele adquire o capital eleitoral e se credencia à escolha do grupo no momento de uma candidatura. (2000, p. 64-65)

Bourdieu distingue dois tipos de capital político: o pessoal, que pode ser aplicado ao caso dos radialistas, e o institucional, relacionado aos políticos que se elegem através de partidos, por exemplo. Ao discutir a questão do capital pessoal, o autor retoma conceitos de Max Weber no que se refere ao carisma. No entanto, Bourdieu relaciona o sucesso dessa ação profética ou heróica da liderança carismática ao vazio e silêncio deixados pelas instituições e aparelhos num momento de crise.

Para WEBER, “todo homem que se entrega à política, aspira ao poder”, seja para utilizá-lo para fins humanitários ou egoístas. Mas no Estado moderno, ele constata o surgimento de uma nova espécie de “políticos profissionais”, aqueles que vivem “da” política, mas nem sempre “para” ela. O autor examina os traços particulares dos políticos profissionais e seus principais tipos. Clérigos, intelectuais, nobres, patriciados e juristas foram tomados como aliados de príncipes ao longo da história até a chegada da modernidade. Com as democracias, surgem então os demagogos, que adotaram amplamente o uso dos discursos e da palavra impressa. “O demagogo é obrigado a contar com ‘o efeito que faz’ – razão pela qual sempre corre o perigo de desempenhar o papel de um histião ou de assumir, com demasiada leviandade, a responsabilidade pelas conseqüências de seus atos, pois que está preocupado continuamente com a impressão que pode causar sobre os outros”. (WEBER, 1993, p 107)

A crítica à vaidade, ao instinto de poder e ao uso da violência como instrumento de dominação política é uma constante para Weber, ao levantar a questão do *ethos* da política, enquanto causa a defender. Para ele, só a vocação política pode

oferecer uma solução aos paradoxos éticos e de responsabilidade da vida política.

Quanto à natureza da causa em nome da qual o homem político procura e utiliza o poder, nada podemos adiantar: ela depende das convicções pessoais de cada um. O homem político pode dedicar-se ao serviço de fins nacionais ou humanitários, sociais, éticos ou culturais, profanos ou religiosos. Pode também estar apoiado em sólida crença no “progresso” – nos diferentes sentidos dessa palavra – ou afastar totalmente essa crença; pode pretender servir uma “idéia” ou, por princípio, recusar valor a quaisquer idéias, para apenas cultivar fins materiais da vida cotidiana. Seja qual for o caso, uma crença qualquer é sempre necessária, pois, caso contrário – e ninguém pode negá-lo – a inanidade da criatura eclipsará até mesmo o êxito político aparentemente mais sólido. (WEBER, 1993, p. 108)

Weber enuncia três tipos de dominação política exercidas sob diferentes sistemas de representações coletivas: tradicional, carismática e burocrática. Seja pela tradição, pelas normas e leis ou pelo carisma, esses poderes necessitam de mecanismos de legitimação. O peso das representações e dos símbolos varia de um tipo de poder para o outro, mas esse peso é particularmente importante no exercício do poder carismático. (BACZKO, 1985, p.307)

3.4.1 O líder carismático na política

Investida de uma aura que muitas vezes a ciência tem dificuldades para compreender e explicar, a liderança carismática pode ser definida como um mecanismo de origem sócio-cultural que envolve a fusão do real e do imaginário, dos mitos e crenças de uma população. “O carisma, apesar de viver dentro deste mundo, não vive dele” (WEBER, 1999, p. 325). Ao tratar sobre a liderança carismática, WEBER refere-se a um tipo de dominação. Em sua forma “pura”, o carisma jamais poderia ser uma fonte de ganhos privados, ou troca de prestações e contraprestações. É daí que surge a primeira contradição e dificuldade na aplicação do conceito de líder carismático aos radialistas. O carisma se aplica muito bem ao comunicador, que diante do microfone demonstra seu poder de oratória, consegue solucionar problemas emergenciais de seus ouvintes, escuta histórias tristes, consola.

O herói carismático não deriva sua autoridade de ordens e estatutos, como o faz a

“competência” burocrática, nem de costumes tradicionais ou promessas de fidelidade feudais, como o poder patrimonial, mas sim consegue e a conserva apenas como *provas* de seus poderes na vida. Deve fazer milagres, se pretende ser um profeta, e realizar atos heróicos, se pretende ser um líder guerreiro. Mas sobretudo deve “provar” sua missão divina no *bem-estar* daqueles que a ele devotadamente se entregam. (1999, p. 326)

Mas o líder carismático pode perder sua “força divina” se não demonstra êxito. O papel revolucionário do carisma atende a situações extraordinárias e é movido tanto pelo desespero quanto pelo entusiasmo. É a fome, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e educação, a violência, a solidão. As agruras sofridas pelos ouvintes despidos de sua condição de cidadão, num vácuo deixado pelo Estado, que fazem deles “apóstolos”. Os programas de rádio que revelam as lideranças carismáticas, em geral, são de cunho assistencialista, movidos pela miséria humana, dirigidos às classes C, D e E (LOPES, 1984).

Weber considera que o político carismático, ou o demagogo, é um produto da cidade-estado ocidental. Profeta, herói, guerreiro ou demagogo, sua autoridade deriva da crença ou do reconhecimento por parte de seus súditos. No entanto, se houver falha, o líder carismático cai (WEBER, 1999). Mas quando essa relação de dominação subsiste tende a tornar-se cotidiana e, assim, se transformará em outro tipo de dominação, seja a legal ou tradicional.

A princípio, o líder carismático se opõe a todas as rotinas institucionais, as da tradição e as sujeitas ao controle racional. As pessoas obedecem às figuras carismáticas acreditando em suas qualidades pessoais extraordinárias, como se estas tivessem o “dom da graça”. Mas com a rotinização do carisma, surgem instituições incipientes com o esfriamento dos estados de devoção. O surgimento dessas lideranças carismáticas não minimiza a mecânica das instituições, que surge como um determinismo social. Existe um equilíbrio antinômico dos movimentos carismáticos, que envolvem líderes e idéias, com a rotinização racional, que pressupõem instituições duradouras e interesses materiais (GERTH; MILLS, 1945, p. 73).

Com o microfone na mão, esses profissionais conseguem cumprir esse papel, fazendo campanhas para ajudar uma família em dificuldade, conseguindo a doação de

uma cadeira de rodas para outro ouvinte e até uma vaga no hospital para um terceiro. Mas ao serem eleitos, há um rompimento com a estrutura de dominação puramente carismática e uma transferência ao “institucional”. “A forma de existência do carisma acaba exposta às condições da vida cotidiana e aos poderes que a dominam, sobretudo aos interesses econômicos” (WEBER, 1999, p. 332). Do líder, agora firmado na autoridade legal e burocrática, passa-se a exigir a competência inerente a esse tipo de manutenção do poder e ainda o cumprimento das promessas feitas na condição anterior de herói. “O primeiro problema fundamental com que se vê confrontada a dominação carismática que pretende transformar-se numa instituição perene é também precisamente a questão do sucessor do profeta, herói, mestre ou chefe de partido. Exatamente neste ponto situa-se, inevitavelmente, a entrada no caminho do estatuto e da tradição.” (WEBER, 1999, p. 333)

A sucessão da liderança carismática pode se dar de diversas formas, inclusive, nas modernas democracias, através de eleição e em virtude de um mandato. E a partir daí os partidos passam a utilizar a força do “carisma do discurso”. As eleições têm um caráter plebiscitário, pois não se trata de uma escolha entre vários candidatos, mas do reconhecimento das pretensões de poder dessa liderança. Weber constata ainda que nas mais diversas combinações dos três tipos fundamentais da estrutura de dominação, “é o destino do carisma recuar com o desenvolvimento crescente de formações institucionais permanentes”. Daí pode-se levantar a hipótese de que a fragilidade das estruturas partidárias no Brasil possa ter favorecido a manutenção da estrutura de dominação carismática, com a simples substituição das lideranças decadentes por novos nomes que surgem no cenário político.

Ainda que o carisma, como poder criativo, recue quando a dominação se solidifica em formações permanentes, passando a atuar somente nas emoções das massas, efêmeras e com efeitos imprevisíveis, em eleições e ocasiões semelhantes, permanece, mesmo assim, porém, em sentido fortemente modificado, um elemento altamente importante da estrutura social. Temos que nos referir agora àqueles motivos econômicos, antes já mencionados, que, sobretudo, condicionam a rotinização do carisma: a necessidade de as camadas privilegiadas por determinadas ordens políticas, sociais e econômicas, já existentes, verem “legitimada” sua situação social e econômica, isto é, de vê-la consagrada e transformada, de um estado de relações de poder puramente de fato, em um cosmo de direitos adquiridos.

(WEBER, 1993, p. 354).

Maurício Ferreira SILVA também alerta para a necessidade dos comunicadores se manterem no ar e com bons índices de audiência. “O capital eleitoral não é estático, universal ou a priori. O comunicador não deve descuidar-se e deixar de manter sua condição eleitoral, por maior que seja. Deve ser criada diariamente e alimentada constantemente. O mecanismo necessário para sua alimentação é estar presente na mídia.” (2000, p.80)

Na convergência do rádio com a política, o dom da retórica, a presença constante do radialista no ar, a forma como ele se relaciona com o público, mesmo fora dos períodos eleitorais, favorecem sua eleição. O radialista, ocupando a posição de delegado do ouvinte, líder carismático envolto numa aura heróica, transita quase naturalmente de um campo a outro. No entanto, outros fatores interferem não somente na eleição, como os econômicos, partidários e do contexto de cada pleito especificamente, mas também na continuidade dessas carreiras políticas. Como diria Bourdieu, para continuar no jogo é preciso saber jogar.

4 O DESEMPENHO ELEITORAL DOS RADIALISTAS EM 2002

Estar presente na mídia, sem abandonar o contato pessoal nos bairros, e muito menos deixar de cumprir suas obrigações no plenário, nas comissões técnicas e de inquérito da Assembléia Legislativa. Na avaliação do radialista Algaci Túlio, esta onipresença foi uma tarefa impossível para ele e talvez seja uma das explicações para sua derrota nas urnas em 2002.

...o eleitor é o seguinte: ele quer o calor humano do político, e não sabe que quando ele elege o político, o político tem obrigações e tem horário pra cumprir. Então o eleitor fala: ah vocês se elegem e depois esquecem a gente. É, não foi o meu caso, porque mesmo assim, eu duvido que tivesse alguém que estivesse na assembléia, ao mesmo tempo estivesse no bairro, estivesse no microfone da rádio, estivesse na televisão, à noite estivesse numa reunião do que eu. Mas eu me dediquei muito à Assembléia. (ENTREVISTA, 29/06/2004)

Aí estaria então a primeira dificuldade na transição entre os campos radiofônico e político para Algaci Túlio, já que estar nos dois campos implicaria numa modificação do *habitus*, e, na tentativa de não frustrar as expectativas dos ouvintes-eleitores, ele acabaria pecando por estar presente na Assembléia, mas ausente de seu contato pessoal com o povo⁶.

Dois anos depois do pleito de 2002, quando recebeu 20.623 votos em sua candidatura a deputado estadual pelo PTB e não conseguiu se reeleger, o radialista ainda demonstrava mágoa e decepção com o eleitorado. Aos 63 anos, Algaci Túlio atuou no rádio nos últimos 50 anos. Como praticamente toda essa geração de radialistas, teve a infância marcada pelas audições de rádio aos domingos à tarde.

Nascido no município de Rio Branco do Sul, atualmente Região Metropolitana de Curitiba, o radialista lembra-se que aos dez anos de idade esperava ansiosamente pelas audições no armazém de seu pai, onde o povo se reunia diante de um rádio de um metro e meio de comprimento, tocado a bateria. O equipamento ficava carregando durante toda a manhã, para tocar por cerca de três horas durante a tarde.

⁶ Sobre o conceito de povo, e sua evolução ao conceito de massa e público, ver *Dos meios às mediações – Comunicação, cultura e hegemonia*, de Jesús Martín-Barbero. RJ: Ed. UFRJ, 2003.

Foi ouvindo futebol pelo rádio, que Algaci Túlio viu sua curiosidade pelo veículo crescer.

Aos 14 anos, ele começou no rádio trabalhando de graça como colaborador de plantão esportivo em 1954, quando veio para Curitiba com o objetivo de ser jogador de futebol.

Quando vim pra Curitiba, com mais ou menos quatorze pra quinze anos de idade, eu passei a ser um...jogando futebol, eu me colocava atrás da trave, atrás de um setor do campo de futebol, e ficava imitando o narrador de futebol, naquele tempo chamava-se *speaker*, né, narrador de futebol. Aí eu comecei então na rádio Marumbi, nos idos de 1954, 55, sendo colaborador do esporte amador. E eu passava na rádio durante a semana, eles me davam uma espécie duma súmula, duma ficha, dum jogo de amador que teria e eu ia nesse jogo amador no domingo, acompanhava, pegava lá as escalações, o juiz, quem marcou o gol, quem foi expulso, aquela coisa toda, e levava pra rádio, no domingo final da tarde após o jogo. Depois eu corria pra casa, porque eu ia ouvir o apresentador ou s apresentadores do programa falarem meu nome. Então aquilo era uma coisa fantástica, era um orgulho, então todo mundo ficava: olha é o Algaci Túlio, agora é ra... trabalha no rádio e tal, aquela coisa... (ENTREVISTA, 29/06/2004)

Só na década de 60, Algaci Túlio teria uma oportunidade de se tornar repórter policial do programa Revista Matinal, líder de audiência na época, apresentado pelo radialista Artur de Souza na Rádio Colombo⁷. A partir de 1966, Algaci Túlio passaria a construir sua carreira solo como repórter policial na Rádio Clube Paranaense e se destacaria no gênero dos programas policiais. Depois da Clube, passou pelas emissoras Cultura, Cidade e Independência, onde chegou ao ápice da carreira como repórter. O radialista considera que o período entre os anos 70 e 80 foram sua época de ouro do rádio, quando os radialistas de maior audiência eram disputados pelas emissoras e recebiam um passe⁸ para trocar de emissora. Ele atribui ao seu espírito investigativo e à sua criatividade a construção de uma carreira de sucesso no rádio. O que Márcia Vidal NUNES chamaria de um processo de construção coletiva de radialistas e ouvintes, que arquitetam juntos um personagem disposto a

⁷ A Rádio Colombo, fundada em 1954, foi uma das mais importantes do Estado do Paraná. Desde 1966, a emissora é de propriedade do empresário Ervin Boncoski, que também foi radialista político. (MENDONÇA, 1996, p. 85) Bonkoski promove anualmente a novena de Nossa Senhora de Guadalupe, que reúne centenas de fiéis para visitar uma imagem da santa dentro da rádio.

⁸ Ao ser convidado por outra emissora, o radialista negociava um passe, conhecido também como luva, ou seja, um valor para aceitar a transferência.

assumir variados papéis como o de “pai”, “herói”, “justiceiro”, “missionário” ou “compadre” (2000, p.108). No caso de Algaci Túlio, o papel de “justiceiro” foi construído ao longo de diversas coberturas radiofônicas de histórias policiais que ele faz questão de recordar, como no seguinte caso:

Eu buscava a notícia muito antes, eu fazia um trabalho de repórter investigativo, eu ia atrás das coisas antes da própria polícia. Então me tornei bastante respeitado e com muita credibilidade nesta época. Tanto é verdade que nós aqui, desse período, eu só não vou citar nomes de pessoas, mas nós aqui, levantamos um crime muito famoso aqui em Curitiba, o chamado crime da caixa alta, porque era um crime da alta sociedade, e naquele tempo você se limitava, rádio e jornal, se limitava a dar as iniciais das pessoas, né? Você era um filhinho de papai, ficava só nas iniciais, não se dava o nome completo das pessoas. E eu quebrei esse tabu e passei a citar o nome das pessoas. Talvez isso tenha me dado... Porque eu sempre dizia: cume que o Zé da favela, o Joãozinho da esquina, a gente dá o nome inteiro, sai a fotografia nos jornais, e porque que o cidadão da alta sociedade num pode, tem essa discriminação? (ENTREVISTA, 29/06/2004)

Em outros momentos, cumpriu também o papel de “herói”:

...ocorreram vários fatos nesse período, em que presos, o famoso preso marajá, um carioca, fugiu da penitenciária e se ...se escondeu na casa de uma família na Vila Lindóia e fez por refêem uma família e aí a polícia cercou a casa, queria tira-lo de qualquer maneira de lá. Ele falou, em determinado momento, depois de quase cinco ou seis horas de negociação, ele falou: olha, então tem uma coisa, eu só me entrego - isso era de madrugada- eu só me entrego pro Algaci Túlio e pra um juiz de direito. Aí os policiais me localizaram, tava quase na hora de começar minha ronda, começava três e meia, quatro horas da madrugada a minha ronda com o carro da rádio. Me localizaram, eu fui lá peguei um juiz, o dr. Otávio Valeixo mais uma vez, fomos lá e tiramos o preso desta casa, a família...não houve nada com a família, e levamos ele pra delegacia e o entregamos pra polícia. (ENTREVISTA, 29/06/2004)

Algaci Túlio entrou para a política em 1982, pelo PDS, sendo eleito vereador mais votado da Câmara Municipal de Curitiba, com 11.683 votos. A partir daí, deixou de ser repórter policial e passou a apresentar um programa que levava seu nome. Em 1986, foi eleito deputado estadual pelo PDT, com 32.874 votos. Em 1988, era candidato a prefeito de Curitiba pelo PDT, mas acabou sendo eleito vice-prefeito de Curitiba cedendo lugar à candidatura de Jaime Lerner na chamada campanha dos 12 dias. Foi quando ele teria conseguido transferir seu “capital eleitoral” ao seu sucessor.

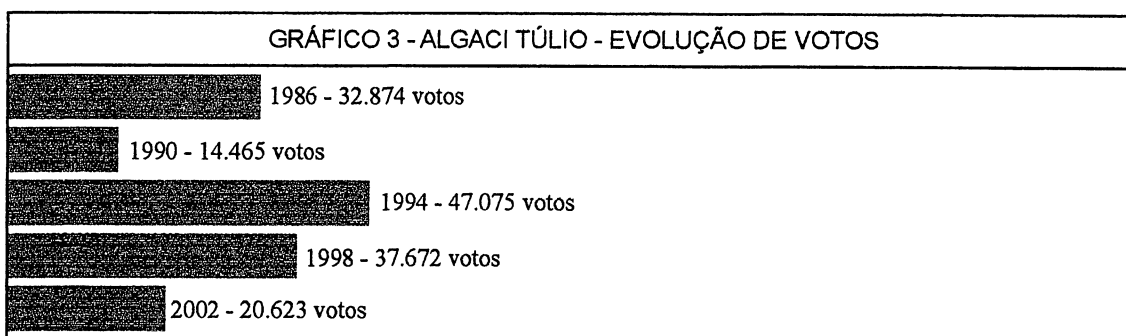
Eu acho que eu fui um grande... um grande...ééé...um grande assim auxiliar do Jaime Lerner, porque o Jaime não era uma pessoa dada à população mais simples. Até pra ele ganhar, até pra nós ganharmos nos doze dias eu tive que leva-lo pra periferia da cidade e,

às vezes, até gritar: pô Jaime pega na mão daquela mulher ali, pega aquela criança no colo, vamo entrar aqui no boteco e tomar uma coca-cola, e comer um sanduíche aqui, comer uma banana...(sic) Porque eu pela minha popularidade, que eu tinha, né? Pelo meu jeito de ser sempre assim, eu não fazia aquilo por demagogia, mas é porque era meu estilo e continua sendo meu estilo até hoje. Aprendi muito com o falecido Maurício Fruet isso, né? Então isso tudo serviu pra ajudar o Jaime Lerner a ganhar um pouco de popularidade e a gente ganhar os doze dias. (ENTREVISTA, 29/06/2004)

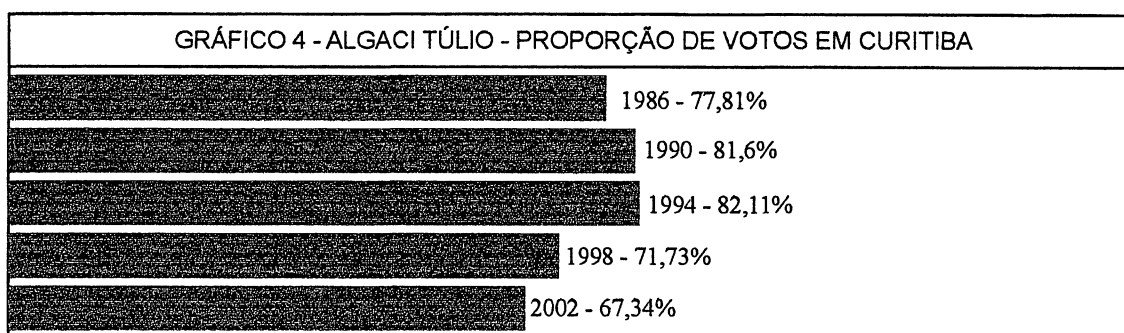
Ao falar de seu estilo próprio e de como este foi importante para a vitória lernista, o radialista Algaci Túlio demonstra consciência de suas *distinções significantes*, ou seja, diferenças espontâneas que funcionam como *capital simbólico* e que fizeram a diferença nas eleições de 1988, atuando de forma a auxiliar a *nomeação legítima* do novo prefeito. (BOURDIEU, 2003, p. 144-145)

Em 1990, Algaci Túlio reelegeu-se deputado estadual ainda pelo PDT, com a pior votação de sua carreira, com apenas 14.465 votos, sendo que 81,6% destes foram registrados em Curitiba⁹. Na eleição seguinte, conseguiria recuperar sua popularidade, elegendo-se com 47.075 votos pelo PDT, seu melhor desempenho nas urnas. O radialista obteve votos em 193 municípios, mas a concentração maior continuou em Curitiba, 82,11% do total, e região metropolitana, especialmente em Almirante Tamandaré, Pinhais, São José dos Pinhais e Colombo. Em 1996, seria mais uma vez eleito vice-prefeito de Curitiba ao lado de Jaime Lerner e, em 1998, se reelegeria deputado estadual pelo PTB, com 37.672 votos, 71,73% deste total concentrados em Curitiba, sendo bem votado também nos municípios de Almirante Tamandaré, Pinhais, Conselheiro Mayrink e Pontal do Paraná, município que havia criado em 1995 a partir de um projeto de lei de sua autoria. Em 2002, o resultado nas urnas foi de 20.623 votos pelo PSDB, 67,34% destes em Curitiba. Em números absolutos, a votação do candidato na capital caiu de 27.025 votos na eleição anterior para 13.888 votos.

⁹ Todas as informações sobre as votações ao longo das carreiras dos candidatos citadas nesta pesquisa foram obtidas junto aos arquivos do TRE



FONTE: TRE



FONTE: TRE

Até 2002, o radialista Túlio jamais havia perdido uma eleição, mesmo quando a proximidade com o poder institucionalizado lhe roubou popularidade. Enquanto era vice-prefeito de Jaime Lerner, um aumento do IPTU em pleno ano eleitoral teria causado o primeiro atrito entre os dois.

Fiquei tão revoltado...que era contra aquilo que a gente havia prometido na cam...quer dizer... não prometemos baixar o IPTU, mas prometemos uma... uma...uma administração coerente, responsável. E de repente ...o povo votou no Jaime Lerner por que? Porque acreditava muito no Algaci Túlio. Não fosse assim, o Jaime não teria sido eleito prefeito de Curitiba. E no meio do ano seguinte, ano eleitoral, ano de campanha pra deputado estadual, o que acontece? Aumenta-se o IPTU na prefeitura. Eu fiz 14 mil votos, quase...eu fui o quinto numa bancada do PDT, que o últi...o penúltimo, porque o último ainda foi o Rafael Greca. Sabe? Então, veja a dificuldade que eu tive pra me eleger. Depois na seguinte, não tando vinculado dentro da prefeitura (sic), que foi no período que o Rafael foi prefeito, eu fui... eu fiz 48 mil votos, quer dizer eu fui um dos sete, oito mais votados do Paraná. 48 mil votos, minha maior votação. Depois caiu pra trinta e pouco e a última deu aí que deu apenas 20 mil votos. (ENTREVISTA, 29/06/2004)

A proximidade com o grupo que estava no poder também dificultava a apresentação de projetos de lei na Assembléia Legislativa, especialmente àqueles que,

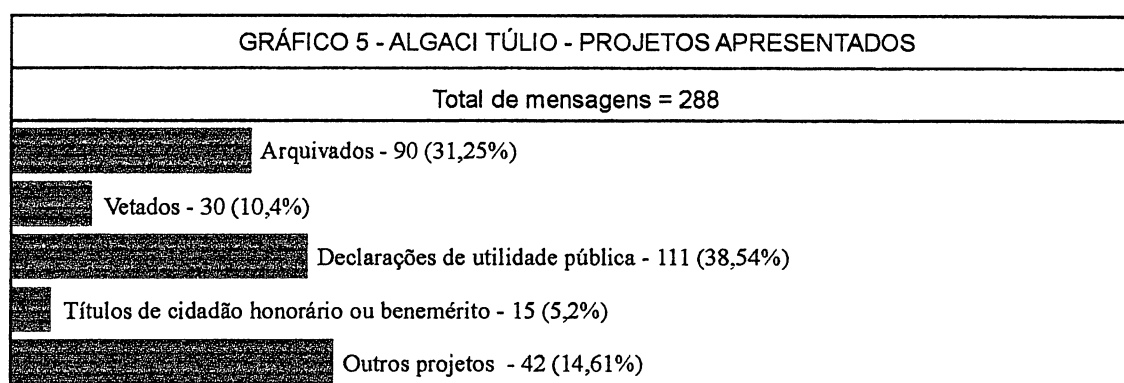
segundo ele, contrariavam os interesses do governo. A liderança do radialista, baseada no carisma descrito por Weber, era legitimada pelos ouvintes-eleitores que viam nele a figura do herói e justiceiro. “O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem.” (BOURDIEU, 2003, p. 188)

No entanto, ao se aproximar do poder institucionalizado acabou por perder sua aura. Sua liderança não poderia ser mais ser fundada somente no carisma, que requer a crença do povo, e haveria de buscar sustentação nas esferas do poder tradicional e burocrático, que constituem o campo político, nas quais o radialista, assim como a maioria das pessoas, ainda encontrava dificuldades de compreensão da complexidade das relações sociais existentes.

Dentro do Poder Legislativo, por exemplo, Algaci Túlio diz ter se sentido discriminado pelos próprios parlamentares, por não fazer parte do que ele chama de “grupo seletivo”. Por ser questionador e exigir o cumprimento do regimento interno da Assembléia, no que se refere à tramitação dos projetos por todas as comissões adequadas, e até pelo fato de manter programa no rádio, diz que era discriminado. Nota-se neste ponto que seu posicionamento no campo político é subalterno em relação aos valores, hierarquias e censuras existentes, assim como o que seria “indizível” ou “impensável” para os políticos profissionais. Considerado um estrangeiro tanto no campo político, quanto no radiofônico, Algaci Túlio acreditava estar no caminho certo e lembra com orgulho que num acompanhamento realizado por estudantes de Sociologia da Universidade Federal do Paraná foi considerado o mais presente e participante na Assembléia Legislativa do Paraná.

Algaci Túlio cumpriu quatro mandatos na Assembléia Legislativa do Paraná, entre 1986 e 2002, excetuando-se 1997 e 1998, quando ele teve que renunciar ao mandato para atuar como vice-prefeito de Curitiba, já que a legislação em vigor na ocasião impedia o acúmulo de cargos. Neste período de 14 anos, o parlamentar apresentou 288 projetos de lei, sendo que deste total 90 foram arquivados (31,25%), 30

receberam veto (10,4%), 111 consistiam em declarações de utilidade pública a instituições filantrópicas (38,54%) e 15 concediam títulos de cidadão honorário ou beneméritos (5,2%), o que totaliza 85,39%. Entre as mensagens restantes ainda há proposição de datas comemorativas, denominações de trechos de estrada e de prédios públicos, além doações de terrenos a instituições filantrópicas.¹⁰



FONTE: Assembléia Legislativa

Na proposição de leis propriamente ditas, Algaci Túlio foi autor da Lei nº 9479, publicada em 17/12/90, que “concede estímulos especiais a pessoa domiciliada em território paranaense que doarem, em vida, órgãos passíveis de serem transplantados quando de sua morte, com o propósito de restabelecer funções vitais a saúde.” Ainda na área de doação de transplantes, o deputado foi o proponente da criação do Encontro Estadual sobre Transplantes e da Cruzada da Doação de Órgãos, realizada em 1991. Em 1995, apresentou mais dois projetos sobre o assunto, propondo regulamentação de doações em vida de órgãos e tecidos passíveis de serem transplantados e criando as centrais de notificações e transplantes de órgãos e tecidos.

O deputado foi o autor das mensagens que autorizavam a realização de plebiscito para criação dos municípios de São José do Ivaí, em 1990, e de Pontal do Paraná, em 1995. A atenção ao litoral do Paraná esteve presente também nas mensagens que propunham a criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral

¹⁰ O levantamento sobre o teor dos projetos dos candidatos acompanhados neste trabalho foi realizado junto aos arquivos da Diretoria Legislativa da Assembléia Legislativa do Paraná.

do Paraná – Codel, também em 1995, a criação da Ciretran de Pontal do Paraná, a criação da Delegacia da Criança e do Adolescente de Paranaguá e ainda da instituição deste município como estância turística religiosa intitulada Santuário de Nossa Senhora do Rocio, todos estes em 1999. Na mesma linha, Algaci Túlio propôs instituir em Pirai do Sul, região Sudeste do Estado, o pólo turístico religioso de Nossa Senhora das Brotas. No atendimento ao seu município de origem, ainda em 1999, o deputado foi o autor de três projetos autorizando a criação da Ciretran, Delegacia da Criança e do Adolescente e da Delegacia da Mulher em Rio Branco do Sul. Em 2000, seria o autor da mensagem que autorizava a instituição de pólo turístico religioso em Itaipulândia. O atendimento a todos esses municípios renderia boa votação ao candidato. Túlio foi o sexto mais votado em Rio Branco do Sul e oitavo em Pontal do Paraná. Este desempenho, no entanto, foi insuficiente para garantir sua reeleição em 2002.

Outros projetos que devem ser citados se referem a proibição da venda de bebidas alcoólicas nos postos de combustíveis, que acabou sendo alterado por emenda do deputado Natálio Stica, do PT, em 2003, tornando proibido apenas o consumo de bebidas alcoólicas nos postos. Algaci Túlio foi autor ainda do projeto que propôs a criação do serviço de acupuntura e homeopatia nas unidades de saúde públicas em 2001. Em 2002, apresentaria o projeto que instituía o dia 20 de agosto como o dia da votação do primeiro projeto de lei de iniciativa popular do estado do Paraná: o projeto contra a privatização da Copel.

Comparativamente à sua atuação como deputado estadual, o radialista considera que conseguiu realizar mais como vice-prefeito de Curitiba.

Tem muita obra na cidade que tem placa que tem o nome do vice-prefeito. Tem asfalto feito, tem ponte feita, tem passarela feita, tem iluminação colocada e tudo mais. Quer dizer, eu tenho um orgulho danado disso. Vim da onde eu vim, com a minha cultura... com a minha educação de escola...mínima, sem ter uma faculdade, né? Ser jornalista hoje por direito, não porque tivesse freqüentado uma faculdade de jornalismo, nada. Então eu tenho orgulho de ter sido um grande coadjuvante para fazer essa transformação que a cidade recebeu porque foi a partir da terceira eleição do Cássio... do Jaime pra prefeito, quando ele foi eleito pelo voto popular, é que Curitiba ganhou notoriedade nacional, internacional, com as obras que o Jaime trouxe pra cidade (sic). (ENTREVISTA, 29/06/2004)

Outro fator considerado crucial por Túlio para sua derrota nas urnas foi o afastamento do grupo que estava então no Poder Executivo Estadual, em um momento em que se travava uma batalha pelo processo de privatização da Copel - Companhia Paranaense de Energia. Estar muito próximo do poder atrapalhava, mas romper com a bancada governista acabou tornando-se fulminante para sua candidatura.

E eu rompi com o grupo, que era o grupo do Jaime, rompi com o grupo da prefeitura, por que? Porque eu não aceitava a venda da Copel. Achava que Copel, Sanepar, que as empresas não poderiam ser vendidas, ser privatizadas. E eu encampeei essa briga. Saí do poder, vim para a oposição, fiz todo aquele trabalho, aquelas noites memoráveis que a imprensa cobriu, que a imprensa apanhou da polícia, que a gente foi pra rua defender estudante contra o espancamento da polícia. Isso tudo infelizmente o povo não lembrou no dia da votação. No dia da eleição, não lembrou disso. E votou... foi lá com outros candidatos, mas talvez seja essa realmente uma grande mágoa, porque ali eu joguei todo o meu peso político, a minha independência política, saindo do lado do poder, onde eu poderia ter vantagens, coisa que eu também nunca vi na minha vida, desde o tempo de prefeitura dizer que quem tá no poder tem benefícios, eu num... pra mim eu não fiz benefício nenhum. (ENTREVISTA, 29/06/2004)

Todas essas questões levantadas pelo próprio radialista sobre sua trajetória política demonstram que em diversos momentos houve uma dificuldade em suas tomadas de posição, o que, nas palavras de BOURDIEU, significa conhecer as pressões dentro do campo, prever as tomadas de posição de seus concorrentes e também ser previsível.

...este 'sentido prático' das tomadas de posição possíveis e impossíveis, prováveis e improváveis para os diferentes ocupantes das diferentes posições é o que lhe permite 'escolher' as tomadas de posição convenientes e convencionadas, e evitar as tomadas de posição 'comprometedoras' que fariam com que se encontrasse com os ocupantes de posições opostas no espaço do campo político. Este sentido do jogo político que permite que os políticos prevejam as tomadas de posição dos outros políticos é também o que os torna previsíveis para os outros políticos. Previsíveis, portanto responsáveis, no sentido do inglês *responsible*, quer dizer, competentes, sérios, dignos de confiança, em suma, prontos a desempenhar com constância e sem surpresas nem traições o papel que lhes cabe na estrutura do espaço do jogo. (2003, p. 172)

O radialista Algaci Túlio afirma que a questão da Copel também interferiu financeiramente na campanha eleitoral.

Que foi um período que o governo da época liberou muito dinheiro para os parlamentares,

né? Especialmente aqueles ligados ao grupo do poder, que foi evidentemente em função da questão da Copel. A Copel teve um peso fundamental. Se você fizer um levantamento, do grupo que votou contra a venda da Copel e do grupo que votou a favor da venda da Copel. Os que votaram a favor da Copel, praticamente voltaram quase todos. Por que? Porque eles ganharam direito a obras pros seus municípios, né, ganharam verbas na área de comunicação, a maioria é dono de rádio e outras coisas mais e nós de oposição perdemos tudo. Ficamos apenas com a nossa coerência. E a coerência não foi o suficiente pra vencer o poder econômico do outro lado. (ENTREVISTA, 29/06/2004)

A questão da Copel teve indiscutivelmente um peso importante nas eleições de 2002, embora para dimensionar isso com mais precisão fosse necessária uma pesquisa a parte. A polêmica sobre a privatização começou no primeiro semestre de 2001, quando Algaci Túlio ainda fazia parte da bancada governista. Em fevereiro daquele ano foi criado o Fórum Popular Contra a Venda da Copel, que reuniu 70 entidades e 100 mil assinaturas contra a iniciativa do governo estadual de privatizar a Companhia Paranaense de Energia. (HENN, 16/04/2001) Um placar chegou a ser instalado na Boca Maldita mostrando quais eram os parlamentares a favor ou contra a privatização. (ESTADO DO PARANÁ, 24/04/2001)

Em junho de 2001, o jornal O Estado do Paraná noticiava que Algaci Túlio havia sido substituído na liderança do PTB na Assembléia Legislativa, sem ser avisado com antecedência. Soube da novidade no plenário, quando o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, também do PTB, anunciou pelo microfone que o novo líder da bancada seria o deputado Carlos Simões, também radialista. Este declararia à imprensa: “nós apoiamos o governo. E o líder do partido assumiu uma posição isolada”. (ESTADO DO PARANÁ, 06/06/2001). Em julho de 2001, a Gazeta do Povo noticiava que alguns parlamentares chegaram a encomendar pesquisas de opinião pública para tentar medir os reflexos eleitorais da possível privatização da Copel.

Depois de inúmeras manifestações organizadas pelo Fórum, coordenado pelo então presidente estadual do PDT, Nelton Friedrich, no dia 20 de agosto, o primeiro projeto de iniciativa popular já apresentado no Brasil motivou a sessão plenária mais longa da história do Legislativo paranaense. Foram 36 horas até o resultado de 27

votos a favor da venda da Copel e 26 contra, de um total de 54 deputados, com exceção do presidente Hermas Brandão que não votou. Entre os que votaram contra a venda da Copel, estava o nome de Algaci Túlio. (FOLHA DE LONDRINA, 21/08/2001) O caso ainda se arrastaria até o início de 2002, após duas tentativas fracassadas de venda das ações da companhia, até que uma mudança na política energética nacional fizesse com que o governador Jaime Lerner recuasse na decisão de venda da Copel. (GAZETA DO POVO, 26/01/2002)

A oposição chegou a solicitar informações sobre os recursos investidos pelo governo na campanha pela privatização, em serviços de comunicação e consultoria do mercado financeiro e energético. (ESTADO DO PARANÁ, 10/03/2002) A polêmica da Copel foi o grande tema político de 2001 e influenciou as alianças partidárias, a popularidade da bancada governista e a sucessão na Assembléia Legislativa e no Executivo estadual. O jornal Folha de Londrina noticiou, no início de 2002, que os deputados da base aliada, além de arcar com o ônus de uma decisão impopular, ao terem votado a favor da privatização, depois tiveram uma frustração quanto aos recursos que seriam liberados aos municípios, em ano eleitoral, já que a empresa acabou não sendo vendida. (DONATTI, 27/01/2002)

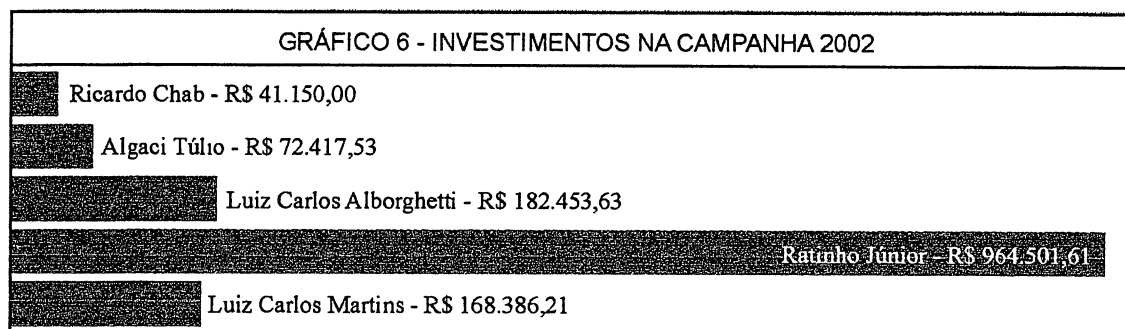
É importante notar que, depois de uma história de 14 anos de apoio ao grupo de Jaime Lerner na política estadual do Paraná, Algaci Túlio passa a se considerar oposição e vítima diante das influências do poder econômico no processo eleitoral. Mesmo com sua intensa atuação contra o governo no caso Copel, fica arriscado mensurar até que ponto isso prejudicou ou ajudou em sua campanha.

Ainda sobre a influência do poder econômico no pleito de 2002, Túlio considera que outros candidatos conseguiram se eleger a partir de “heranças”; como o neto do falecido presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Aníbal Curi, Alexandre Curi, eleito pelo PMDB, com 45.777 votos, obtidos em mais de 250 municípios de todo o Paraná (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 2004). Túlio também menciona “o filho de um comunicador, que veio com poder econômico fantástico também”, referindo-se ao candidato Ratinho Júnior.

A prestação de contas feita pelo candidato junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná vai ao encontro da avaliação de Algaci Túlio. Carlos Roberto Massa Júnior – o Ratinho Júnior - declarou o investimento de R\$ 964.501,61 na campanha eleitoral que o elegeu o deputado estadual mais votado do Paraná em 2002, com 189.739 votos, aos 21 anos de idade. Na demonstração dos recursos arrecadados, estão 24 doadores, entre os quais o próprio candidato e seu pai, Carlos Roberto Massa, que doaram o equivalente a 89,28% do total. Entre os 22 demais nomes relacionados no relatório de descrição das receitas, a maioria está ligada ao meio artístico como os cantores Agnaldo Timóteo, Jair Rodrigues, Leci Brandão, Sidnei Magal, Rick e Renner, Sérgio Reis, Gilberto e Gilmar, Marlon e Maicon, Matogrosso e Mathias, Daniel, Gian e Giovani, Teodoro e Sampaio, citados como doadores de cachês, além de produtoras artísticas, de vídeo, gráficas e editoras.

Na prestação de contas, estão demonstradas despesas como a de R\$ 36.142,66 em 23 horas de uso de avião fretado pelo pai do candidato, o apresentador de televisão Carlos Roberto Massa, o Ratinho. As contas foram embargadas no TRE e somente tiveram aprovação em 26 de fevereiro de 2004, com publicação em 8 de março do mesmo ano.

Já a prestação de contas da campanha do candidato Algaci Túlio registra R\$ 72.417,53. O próprio Algaci Túlio aparece como o maior doador endossando 72,98% das doações. Três pessoas físicas fizeram doações, sendo em nome de Almir José Pinto de Lara o segundo maior valor, depois do próprio candidato, doando R\$ 13 mil. Também aparecem como doadores a Hofran Com. Eletromóveis e o Paraná Banco com quantias de R\$ 3.616,76 e de R\$ 1 mil, respectivamente. Os demais radialistas que não tiveram sucesso nas urnas em 2002 também investiram bem menos na campanha, comparativamente ao candidato Ratinho Júnior. Luiz Carlos Alborghetti registrou R\$ 182.453,63 na prestação de contas ao TRE e Ricardo Chab R\$ 41.150,00. O radialista Luiz Carlos Martins, sobre quem também será abordado neste trabalho, investiu R\$ 168.386,21 na campanha de 2002.



FONTE: TRE

Outro fator que teria causado o resultado insatisfatório nas urnas em 2002, levantado pelo radialista Algaci Túlio, foi a divisão da audiência no rádio AM com os políticos profissionais, que passaram a fazer o caminho inverso, ou seja, vindos da política compravam horário em emissoras de rádio para se promover fora do período eleitoral. Além disso, ele menciona uma mudança no perfil do programa que mantinha na Rádio Clube, deixando de ser mais popular e passando a ser mais jornalístico. Com isso, Algaci Túlio considera ter perdido audiência especialmente entre as classes C e D.

É bom lembrar também que eu sou um radialista por natureza, agora tem os radialistas políticos, os que vieram depois comprando espaço no rádio, foram também dividindo as audiências com a gente. Porque quando ele compra horário político do rádio, compra horário do rádio, ele pode fazer o que ele quer no programa dele. E o que que ele faz? Ele faz política. O programa inteiro. Ele num tá preocupado em ter Ibope, ou dar o resultado de Ibope pra rádio, não. Ele tá pagando, então ele fala o que ele quer. Então, é a comadre, o compadre, hoje eu vou lá, vou batizar a filha num sei de quem, vou num sei o que, parapapa...(sic) Ele usa aquilo, e eu não. Eu já passei a ser um âncora de um programa de rádio, de jornalismo, que eu já não podia... não tinha mais essa liberdade. Muito que eu podia dizer pra esse povo é mandar um abraço pra pessoa, agradecer a audiência e tal, dizendo que ontem eu estive numa reunião lá no bairro tal, no município tal e dava o nome de pessoas. Mas eu nunca podia dizer no meu programa, olha eu sou candidato a deputado, vote em mim. Ao passo que outros radialistas, donos de rádio, por exemplo, a rádio toda, durante todo o período ficou falando: a rádio do deputado tal, a rádio do deputado tal, a rádio não sei de quem, o programa não sei de quem...Quer dizer, fizeram muita política com o rádio. E eu por ser um radialista, por ser contratado, e não ser dono de programa de rádio, eu paguei as conseqüências também dessa dificuldade de poder me promover dentro do rádio. (ENTREVISTA, 29/06/2004)

O Ibope pesquisa a audiência de 18 emissoras atualmente em Curitiba. No primeiro semestre de 2002, antes das eleições eram 17 emissoras. Desde então a Rádio

Clube Paranaense perdeu o segundo lugar de audiência, no horário do programa Canal Aberto.

Entre maio e julho de 2002, o Ibope constatou que a audiência total do rádio AM variava entre 6,48% dos pesquisados às 7 horas, subindo para 6,64% das 8 às 8h59, e voltando a 6,47% das 9 às 9h59. Neste mesmo período, o primeiro lugar em audiência ficava para a Rádio Banda B, do radialista Luiz Carlos Martins, com respectivamente 2,48%, 2,04% e 2,08%. Já a Rádio Clube aparecia em segundo lugar com 0,71%, 1,28% e 1,37%. Não foi possível obter os dados anteriores a esse período, mas comparando com as pesquisas mais recentes feitas pelo Ibope constata-se que o programa Canal Aberto, apresentado por Algaci Túlio, vem perdendo audiência desde então.

TABELA 3 - AUDIÊNCIA - MAIO/JULHO DE 2002

Horário	7h00	8h00	9h00
Total rádio AM em Curitiba	6,48%	6,64%	6,47%
Banda B (1ª)	2,48%	2,04%	2,08%
Rádio Clube (2ª)	0,71%	1,28%	1,37%

FONTE: IBOPE

TABELA 4 - AUDIÊNCIA - JANEIRO/MARÇO DE 2004

Horário	7h00	8h00	9h00
Total rádio AM em Curitiba	7,14%	7,92%	10,32%
Banda B (1ª)	4,03%	3,18%	2,82%
Rádio Clube (4ª)	0,64%	0,63%	0,4%

FONTE: IBOPE

No levantamento do Ibope relativo ao trimestre de janeiro a março de 2004, fase em que foi realizada a coleta de dados para esta pesquisa, a audiência total do rádio AM a partir das 7, 8 e 9 horas, variava respectivamente de 7,14%, 7,92% e 10,32%. No primeiro lugar de audiência manteve-se a Rádio Banda B com 4,03%, 3,18% e 2,82% respectivamente. Já a Rádio Clube perdeu a segunda e a terceira colocações para as rádios Difusora e Globo, registrando somente 0,64%, 0,63% e 0,4%. Ou seja, a audiência do rádio AM aumentou, mas outras emissoras passaram a disputar a audiência.

A análise dos programas de rádio confirma, em certos pontos, os fatores levantados pelo próprio radialista Algaci Túlio como desfavoráveis ao seu desempenho eleitoral. Foram analisados dos programas dos dias 6 e 8 de julho de 2004, tomando como metodologia as mediações que interferem na construção do discurso, modelo utilizado por MEDITSCH (2001) para estudar o rádio informativo na atualidade. Depois de transcritos os tópicos abordados nos programas, buscou-se identificar em que pontos houve mediações pessoais, profissionais, organizacionais, do público, da rotina de produção e ainda a mediação técnica e tecnológica, o condicionamento econômico e político, influências históricas e culturais, assim como a observação da construção de uma oralidade virtual. Ao longo da descrição da análise será possível conceituar mais aprofundadamente cada uma dessas mediações.

4.1 O RÁDIO QUE PERDE A ELEIÇÃO

O programa Canal Aberto vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 7 às 10 horas, pela Rádio Clube Paranaense, e é definido pelo próprio radialista Algaci Túlio em sua abertura como sendo um relato dos principais acontecimentos verificados nas últimas horas na área policial, informações sobre o trânsito e serviços de utilidade pública. Além do próprio Algaci Túlio, que é o principal apresentador e comentarista, o programa conta com mais um apresentador, um comentarista, três repórteres locais e tem ainda a participação de âncoras e repórteres da rede nacional da qual faz parte a Rádio Clube. O Canal Aberto começa com a leitura de notícias pelos dois apresentadores durante aproximadamente meia hora e depois começa a ter a participação dos repórteres intercaladas com comentários dos apresentadores.

A primeira mediação a ser analisada se refere à dimensão subjetiva dos participantes, que se mostra presente ao longo do programa, onde contam as experiências de vida e o repertório cultural de cada um deles. No caso, buscou-se identificar momentos em que transparece a mediação pessoal do próprio Algaci Túlio no desenrolar do programa. No entanto, a mediação pessoal acaba coincidindo com a

profissional. O fato do apresentador acumular a função de coordenador do Procon do Paraná, por exemplo, faz com que muitas notícias da área de defesa do consumidor estejam presentes e sejam objeto de comentários. No programa do dia 6, o Procon é citado três vezes. Na primeira vez, Algaci chega a sugerir que os consumidores boicotem supermercados que não ofereçam empacotadores e promete: “o Procon vai procurar ver de perto, é um problema grave.” Aproximadamente uma hora depois cita uma visita que recebeu no Procon de uma liderança do litoral do Paraná pedindo apoio a diversos projetos de desenvolvimento para a região. E já no final do programa, volta ao assunto da importância dos Procons e da ênfase que a defesa do consumidor necessita na atualidade.

No programa de 8 de julho, o tema aparece seis vezes. Logo na primeira meia hora, é dada a notícia de que o Procon de Maringá encontrou um rato morto em um pacote de arroz. Por volta de 8h15, dá uma chamada sobre uma reunião da qual havia participado no dia anterior em Brasília, com os coordenadores de Procons de todo o País. Quinze minutos depois dá uma notícia sobre a atuação da Comissão de Defesa do Consumidor na Câmara Federal sobre o uso do álcool na adulteração dos combustíveis. Às 9h11 começa uma leitura de um documento, seguida de comentário, sobre a reunião dos coordenadores de Procon em Brasília no dia anterior. O tema é abordado durante nove minutos seguidos, sendo em certos trechos burocrático e repleto de expressões jurídicas. Em seguida, fala sobre a adoção de índices de correção dos contratos, utilizando termos mais fluentes na área econômica como IGPDI e IPCA. E termina tratando sobre a união de diversos órgãos de defesa do consumidor como o Instituto de Defesa do Consumidor- IDEC, e Agência Nacional de Saúde. E conclui assumindo a posição de delegado do ouvinte: “tudo isso forma uma corrente bastante forte no sentido que a gente consiga ter mais forças para proteger você que é o consumidor”. Outra mediação pessoal bastante presente é a própria repetição do nome de Algaci Túlio nas vinhetas de início do Canal Aberto e nas passagens de bloco antes e depois dos intervalos comerciais, numa personificação que revela resquícios do tempo em que se chamava Programa Algaci Túlio.

Sua história como repórter esportivo e posteriormente policial também transparece no grande volume de notícias nessas duas editorias. Outro resquício dos tempos em que o programa tinha conteúdo mais popularesco é a leitura das notas de falecimento. Além da questão profissional como radialista, a história política de Algaci Túlio, bem como o rompimento com o grupo de Jaime Lerner e a ligação atual com o governo Roberto Requião, pode ser notada em diversos momentos, que serão detalhados mais a seguir ao tratar-se das influências políticas e econômicas sobre o programa.

A mediação organizacional refere-se à interferência da própria estrutura da empresa/emissora pela qual o programa é veiculado, assim como os diferentes interesses e objetivos que coexistem e se relacionam de maneira convergente ou conflituosa e que buscam aliar a busca pela audiência e a comercialização de anúncios. (MEDITSCH, 2001, p. 81) Antes de partir para a análise desses aspectos, é importante mencionar que a Rádio Clube é a emissora mais antiga do Paraná e a quarta do País. Na década de 50, chegou a ter um dos maiores elencos do rádio brasileiro, produzindo radionovelas e programas de auditório. (MENDONÇA, 1996).

A influência da estrutura organizacional pode ser observada nos anúncios publicitários, pois aproximadamente metade dos comerciais é de programas religiosos veiculados na própria emissora, e de instituições ligadas aos irmãos maristas como a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, o Plano de Saúde Ideal e programas televisivos veiculados pela Rede Vida. Foi solicitação da própria emissora que o programa ancorado por Algaci Túlio se tornasse mais jornalístico, menos personificado, e modificasse seu público alvo, visando atingir as classes A, B e C, e não somente C e D.

A mediação do público aparece pouco no programa, até porque o Canal Aberto vive uma fase de transição, na qual modifica seu público alvo almejado. Esse tipo de mediação se refere às expectativas, interesses, valores e preocupações da audiência, cada vez mais segmentada no rádio. No rádio informativo, por exemplo, caracteriza-se pelo uso de uma linguagem impessoal e de objetividade formal.

(MEDITSCH, 2001, p.96). Em geral, o programa Canal Aberto é informativo e distante, mas deixa transparecer seu passado ligado ao popular.

No programa do dia 6, só depois de uma hora no ar, Algaci Túlio deu o telefone da rádio e convidou os ouvintes a participar. Meia hora depois, o apresentador lê a opinião enviada por dois ouvintes sobre o assunto da ausência de empacotadores nos supermercados, um terceiro reclamando do preço da tarifa de água e um quarto ouvinte comentando sobre a necessidade de um hospital para servidores públicos. Nos dois últimos casos, em que os ouvintes reclamam de questões ligadas ao governo estadual, Algaci Túlio sai em defesa do governo. A participação de ouvintes é mencionada mais três vezes no programa e o apresentador convida somente mais uma vez o público a participar. Uma forma de interação com o público ainda é a divulgação de notas de falecimento, uma tradição nos programas de rádio AM. Os próprios familiares enviam nomes dos mortos e locais e horários de velório e sepultamento. Nesse dia, Algaci Túlio cumprimentou a mãe do comentarista Silvio de Tarso, dona Iaiá, pelo aniversário de 79 anos, e no final do programa mandou abraço para dois ouvintes. No dia 8 de julho, o mesmo formato se segue. Em apenas dois momentos, o apresentador se refere a ouvintes, mandando abraços e nominando algumas pessoas rapidamente.

No que se refere à rotina de produção, observa-se que o programa é feito em grande parte sobre a leitura de notícias e *releases*¹¹ de assessorias de imprensa, cuja linguagem não é adequada ao rádio. Vocabulário rebuscado, frases longas e textos longos são bastante comuns no decorrer do programa. A abertura é feita com uma longa série de manchetes, que depois são lidas pelos dois apresentadores que se revezam no ar. Esta abertura leva aproximadamente os 20 minutos iniciais do Canal Aberto. A partir de então começam a acontecer participações dos repórteres gravadas e ao vivo. Quando o repórter fala direto da rua é possível identificar que a transmissão é realmente ao vivo. Plasticamente, o programa utiliza poucas vinhetas e trilhas sonoras,

¹¹ Palavra em inglês que se refere a textos redigidos e distribuídos por assessorias de imprensa com o objetivo de promover instituições, produtos ou serviços.

baseando-se mais nas locuções secas e comentários.

No entanto, em algumas participações os repórteres falam do próprio estúdio e o formato como é apresentada a notícia nem sempre deixa claro se trata-se de uma apresentação ao vivo ou de uma matéria gravada e editada anteriormente. Outro fator que pode ser observado é que ao veicular entrevistas ao vivo no programa, ou seja, quando o entrevistado está conectado via telefone entrando direto no ar, geralmente essa entrevista é comandada por um jornalista que atua como repórter no programa e não pelo apresentador. Há momentos em que os apresentadores conversam entre si comentando a notícia informalmente. O programa utiliza ainda matérias e boletins nacionais, já que a emissora é filiada a uma rede de emissoras.

A mediação tecnológica que pode ser notada no caso específico da Rádio Clube Paranaense é que a emissora trabalha em ondas médias e curtas. No primeiro sistema, alcança um raio de 250 quilômetros em torno de Curitiba. Já no sistema de ondas curtas, a programação pode ser ouvida em todo o país e no mundo. O fato de trabalhar com programação de rede nacional também configura uma das mediações tecnológicas que influenciam no perfil da programação. Outro exemplo é que os repórteres fazem transmissões ao vivo por telefone dos locais onde estão se dando os fatos. Atualmente, a tecnologia proporciona que a programação seja ouvida também pela internet.

O condicionamento econômico e político é o mais explícito no programa. Um exemplo de influência econômica é a veiculação dos chamados testemunhais, nos quais o próprio Algaci Túlio fala de um produto ou empresa. Trata-se de um tipo de anúncio em que o nome do radialista avaliza o anunciante, o que do ponto de vista jornalístico seria condenável eticamente. No entanto, o condicionamento político é ainda o que mais transparece na medida em que o radialista defende em diversos momentos o governo Roberto Requião, chega a criticar seu antecessor e divulga, com frequência inegável, projetos e idéias do governo atual.

No programa de 6 de julho, por exemplo, isso acontece sete vezes em trechos narrados longamente pelo próprio Algaci Túlio. Às 7h21, após a notícia do início da

greve dos funcionários da Diretran, o radialista aproveita para disparar uma crítica indireta à prefeitura. “Aqui em Curitiba tem um negócio interessante: se preocupa-se mais (sic) com os carros parados, do que com os carros em movimentos. Lamentavelmente.” É necessário contextualizar que a crítica às multas do Estacionamento Regulamentado é feita num período em que a campanha eleitoral para a prefeitura já começava a colocar em debate a questão das multas de trânsito aplicadas em Curitiba. Algaci Túlio se posiciona contra a administração atual, de Cássio Taniguchi, ligada ao grupo de Jaime Lerner com o qual ele rompeu em 2002.

Às 8h20, foi noticiado o lançamento de um programa do governo federal em parceria com o Estado para instalação gratuita de rede elétrica no estado. Às 8h34, o apresentador critica os contratos feitos pelo governo Lerner.

“Lamentavelmente por contratos absurdos feitos em governos anteriores provocam uma situação dessas aí, em que a justiça acaba dizendo que precisa ser respeitado o contrato. Aqui uma briga do governo do Estado em procurar desfazer esses contratos, como desfaz contratos da Copel, da Sanepar, que estavam sendo vendidas para operadores nacionais e internacionais. Agora quando a Justiça vem e diz que tem que respeitar o contrato, o que fazer minha gente? Lamentavelmente.” (CANAL ABERTO, 6/07/2004)

Em seguida, um ouvinte pede comentário sobre a necessidade de criação de um hospital para atender pelo IPE, o Instituto de Previdência do Estado, mas Algaci Túlio desconversa, diz que não é o caso, pois o atual governo já resolveu a questão de outra forma. Às 9h12, o apresentador começa a leitura de um texto longo e inadequado para a audição no rádio, mais uma vez tratando sobre questões conflituosas entre o atual governo e seu antecessor. Vocabulário rebuscado, termos jurídicos e frases longas e confusas tornam difícil a compreensão da mensagem.

Logo depois, Algaci Túlio volta à mencionar a questão da defesa do consumidor e a importância dos Procons. Ao responder um questionamento de uma ouvinte sobre a cobrança da taxa mínima pela Sanepar, o apresentador defende mais uma vez o governador. “Não é só para a Sanepar, isso é muita coisa que é de lei federal. Que ainda luta-se para derrubar essa questão da tarifa mínima da Copel, da Sanepar, da luz e da água. Que não é só aqui no Paraná, volto a dizer, é uma questão de política nacional”, disparou. E nos últimos quinze minutos do programa, Algaci

Túlio volta a elogiar projetos do governo estadual.

No dia 8, sem contar com as notícias e comentários sobre sua atuação no Procon, o radialista defende o governo Requião duas vezes. Na primeira, menciona a briga na Justiça por causa da composição da diretoria da Sanepar. Num segundo momento, um repórter faz uma longa entrevista ao vivo com o Secretário de Estado do Trabalho, Padre Roque, sobre o Programa Primeiro Emprego, utilizando como gancho a assinatura de um convênio com o Sebrae.

Ao tratar sobre a variação histórica e cultural do radiojornalismo praticado em diferentes países, MEDITSCH aborda a evolução das técnicas jornalísticas no sentido de responder às necessidades criadas pelas mudanças sociais (2001, p.129). Considerando que o programa Canal Aberto se propõem a ser jornalístico, cabe aqui uma tentativa de refletir sobre esse tipo de influência histórica e cultural numa abrangência local, ou seja, sobre o jeito curitibano de fazer jornalismo no rádio. No entanto, pode-se questionar até mesmo a existência desse jeito próprio de fazer jornalismo propriamente dito no rádio, visto que somente com o advento da chegada da CBN – Central Brasileira de Notícias a Curitiba, em 1995, é que os jornalistas ganham mais espaço nas emissoras de rádio. A prática do jornalismo por jornalistas no rádio só começa a ser mais frequente a partir desse período. Na Rádio Clube, por exemplo, os programas jornalísticos são produzidos por equipes mistas, compostas por radialistas e jornalistas. Outro fator bastante presente é a personificação dos programas, nos quais o nome do apresentador é sempre muito valorizado. Há ainda aspectos bastante tradicionais e conservadores, reforçados no caso da Rádio Clube por ser uma emissora ligada à Igreja Católica.

Ao estudar os fatores que influenciam na comunicação pelo rádio, MEDITSCH defende que a oralidade que se ouve no rádio é apenas aparente (2001.p. 139), pois trata-se de uma oralidade virtual construída.

Nem propriamente oral nem escrita, a linguagem eletrônica do rádio expressa cada vez mais uma nova maneira de participar do diálogo social, de conhecer e se relacionar com a realidade, possibilitada (embora não totalmente determinada) por um novo patamar tecnológico. Como interface desse complexo social e tecnológico, estabelece uma relação

estritamente sonora e invisual – o supertexto sonoro – com o hipertexto multimídia que o caracteriza. A depreciação usual da linguagem eletrônica do rádio informativo através de sua identificação com a oralidade, ou com sua redução a uma forma fonográfica de escrita, revela o quanto ela foi pouco pensada e subutilizada e permanece pouco conhecida. (2001, p.144-145)

Nesse aspecto, pode-se observar algumas características do programa Canal Aberto como, por exemplo, as transmissões ao vivo que dão instruções sobre o trânsito, congestionamentos, bloqueios e acidentes ocorridos nas ruas da cidade. Em diferentes níveis de simultaneidade, estas informações podem interferir na vida dos ouvintes, na medida em que podem optar por um caminho em vez de outro. Outro exemplo se refere às notícias sobre a greve dos funcionários da Diretran em que o próprio repórter sugere que as pessoas se dirijam ao trabalho de ônibus e deixem o carro em casa para evitar transtornos. Em certos momentos, apesar de estar falando ao vivo, repórteres lêem textos de *release* no ar, o que representa uma oralidade construída a partir da escrita, em que podem ser considerados autores não somente o próprio repórter, como o assessor de imprensa que produziu o texto e todos os profissionais técnicos, administrativos, da área comercial, anunciantes e até legisladores. (MEDITSCH, 2001, p.141)

A partir da análise de todas essas mediações, pode-se concluir que as influências mais marcantes no programa Canal Aberto ficam por conta do próprio apresentador e do seu suporte político e econômico, com ênfase para sua atuação como coordenador do Procon, o atrelamento ao governo Roberto Requião e as diretrizes estipuladas pela própria emissora quanto ao conteúdo, linguagem e público alvo do programa. Pode-se dizer que são exatamente esses fatores que quebram a conexão entre o comunicador carismático, antes visto como herói justiceiro, com seu público eleitor. A figura de Algaci Túlio ainda aparece muito vinculada ao poder institucionalizado, o que mudou foi somente o grupo político. Desta forma, o radialista acaba por reduzir o efeito eleitoral do rádio em sua trajetória, pois sua liderança passa a ter ligação intrínseca com as ordens tradicionais e burocráticas. Não há como insistir no apelo de “delegado do ouvinte”. Sendo parte do governo, o radialista passa a ser um

representante do Estado aos olhos e ouvidos do povo. Tomando esse caminho, é como se o radialista estivesse fazendo uma opção pelo campo político, no qual apesar de concorrerem entre si todos os políticos estão do mesmo lado.

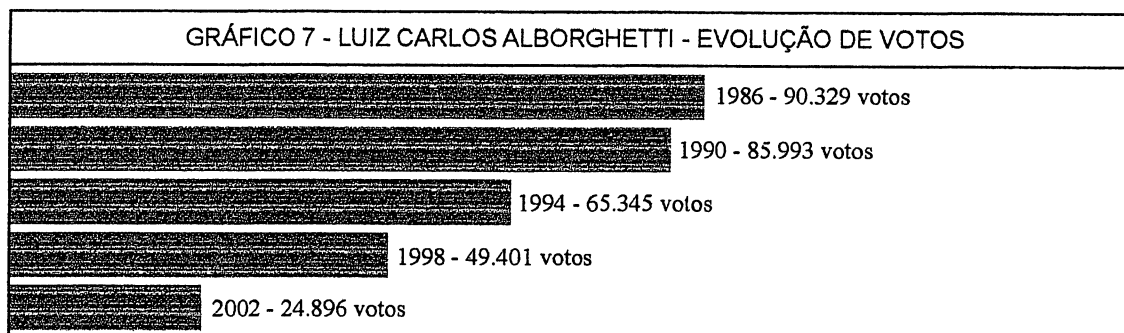
...a relação que os vendedores profissionais dos serviços políticos (homens políticos, jornalistas políticos, etc.) mantêm com os seus clientes é sempre mediatizada, e determinada de modo mais ou menos completo, pela relação que eles mantêm com os seus concorrentes. Eles servem os interesses dos seus clientes na medida em que (e só nessa medida) se servem também ao servi-los, quer dizer, de modo tanto mais exacto quanto mais exacta é a coincidência da sua posição na estrutura do campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social. (BOURDIEU, 2003, p. 177)

É na tênue fronteira entre os campos, de lógicas tão opostas, que o radialista perde a conexão com seu público.

4.1.2 Alborghetti: doa a quem doer

Outros dois radialistas não conseguiram se reeleger em 2002: Ricardo Chab e Luiz Carlos Alborghetti, ambos do PTB na ocasião. O histórico de suas carreiras, bem como suas visões sobre o processo eleitoral naquele ano, são importantes para enriquecer esta análise sobre o *habitus* e campo dos radialistas que migram para o campo político.

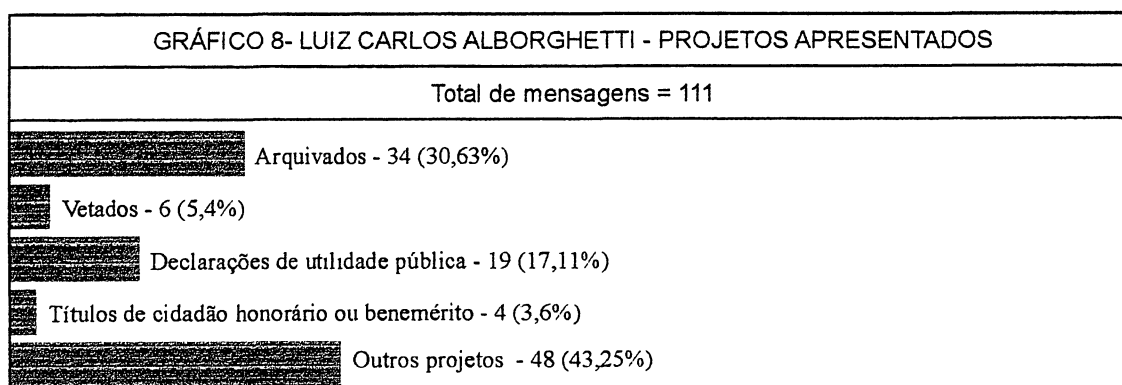
Alborghetti, com 59 anos na ocasião desta pesquisa, começou a trabalhar no rádio nos anos 70, mas ganhou notoriedade ao lançar o programa Cadeia na Rádio Tabajara em Londrina e, posteriormente, na TV Tropical de Londrina, em 1979. O programa policial chegou a ser transmitido em rede nacional pela Central Nacional de Televisão, a CNT, no final da década de 90, quando Alborghetti havia se distanciado do rádio. Seu estilo peculiar, marcado pelos palavrões e gritos no ar, fez com que ele estivesse entre os deputados mais votado do Paraná por diversas legislaturas subsequentes. Começou sua carreira política como vereador em Londrina, em 1982, pelo PDS, e depois cumpriu quatro mandatos como deputado estadual, passando pelo PMDB, PRN, PTB e PFL. O número de votos foi caindo de 90.329 a 49.401, recebendo somente 24.896 votos em 2002.



FONTE: TRE

Ao falar sobre sua trajetória política, Alborghetti cita apenas dois projetos que teria feito em parceria com outros parlamentares e conseguido aprovar: a criação da Delegacia de Combate aos Crimes na Internet e da Casa de Amparo à Mulher Violentada. E enfatiza o atendimento de pessoas que procuravam seu gabinete pedindo cadeiras de rodas, remédios, tratamentos médicos e de recuperação de dependência química. “Se eu tivesse lá [na Assembléia] agora, nesse exato momento, acho que estaria uma fila enorme me esperando”.

Em 16 anos de atuação na Assembléia Legislativa, o radialista apresentou 111 projetos. Sua produção foi bastante inconstante, diversas vezes chegou a apresentar apenas um projeto de lei durante o ano. Outras vezes apresentava um número muito acima da média de qualquer parlamentar, como em 1997 quando apresentou 39 projetos. Também chegou ao extremo de ter 14 projetos arquivados só no ano de 2002. Do total de projetos apresentados, 34 foram arquivados, 6 foram vetados, 19 propunham declarações de utilidade pública, 4 concediam títulos de cidadão honorário, o que representa 56,75%.



FONTE: Assembléia Legislativa

Entre as demais propostas foi autor da lei que criou cargos de assistente social, advogado, jornalista e psicólogo para os gabinetes dos deputados, autorizou a criação das penitenciárias rurais no Estado, autorizou a instalação de delegacias de proteção ao idoso nas cidades pólo do Paraná. Em 1997, criou delegacias da mulher em 13 municípios, instalação de pistas de atletismo em 5 municípios, além de instituir a Região Metropolitana de Londrina. Em 2001 criou a lei que obriga motéis e hotéis a manterem preservativos para o uso de seus hóspedes, o Sistema Estadual de Registro de Câncer no Paraná e instituiu o programa Paz na Escola, para prevenir e controlar a violência nas escolas com a participação da comunidade.

Alborghetti fez um curso profissionalizante em rádio no Instituto Guttemberg no Rio de Janeiro, recebendo o registro de jornalista profissional sendo beneficiado pela chamada Lei Geisel, que reconheceu como jornalistas quem exercia a profissão antes desta ser regulamentada e que fossem criados os cursos superiores de Comunicação Social no país.¹² (ANJ, 2004)

Atualmente, Alborghetti possui um programa diário, de uma hora de duração, na Rádio Brasil Tropical, em Curitiba, de propriedade do deputado estadual Carlos Simões, e de seu irmão o deputado federal Íris Simões, ambos do PTB. Apesar de afirmar que a política ajuda o radialista a realizar suas ações, Alborghetti demonstra que a política tem suas limitações.

Eu subia na tribuna para falar. O que que é falar? É falar. Parlamento é para falar, é para gritar, é para defender os seus ideais. Mas eu acho que quando eu...eu fui 20 anos deputado e eu vi que é uma merda, a voz não sai daquele prédio de concreto. É...às vezes eu não entendo, entendeu? Você cria projetos importantes, você sai do rádio vai pra Assembléia com aquilo na cabeça, o rádio te dá inspirações, o povo te liga pro rádio, te dá idéias, cê vai pra lá, pega a tua assessoria monta projetos importantes e aí dizem: ah... o Alborghetti é louco, o Alborghetti pensa em países de primeiro mundo. (ENTREVISTA, 02/07/2004)

Sobre os fatores que teriam influenciado na eleição de 2002, o radialista cita

¹² O Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979, deu nova regulamentação ao Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de Jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978.

basicamente dois motivos. Primeiramente, teria se dedicado mais à campanha de Álvaro Dias ao governo do Estado, pois pretendia ser Secretário da Ação Social, para levar as reivindicações populares recebidas no rádio. O segundo motivo teria sido uma fraude na campanha:

Perdi por cinco mil votos porque me mataram...mas me massacraram com dinheiro. Uma vergonha perder por cinco mil votos. Muito pouco voto. Perdi a eleição dentro de Curitiba. Eu fiz votos em todos os municípios do Paraná. Não teve um que eu não fiz. O que eu fiz menos, fiz cinco votinhos. Eu perdi por cinco mil e 100 votos. Na penúltima eu tinha feito 20 mil votos aqui na capital nessa eu fiz 14, faltou cinco mil pra mim me eleger (sic). Então foi uma lição de vida que eu aprendi. (...)Quando eu fui votar, que eu levantei de manhã, eu passei aqui na rádio, depois fui votar. Eu encontrava a minha foto com números de outros candidatos. Fizeram mais de 10 milhões de santinhos com a minha foto, mas com números de vários candidatos. Quer dizer: o eleitor pegava a minha foto e dizia – olha o número do Alborghetti é esse. Não era, era de outro candidato. Entendeu? Mandei isso aí pra Justiça Eleitoral em Brasília, não deu nada. Num tô preocupado com isso, não sou mais político. (ENTREVISTA, 02/07/2004)

O Tribunal Regional Eleitoral não encontrou registros confirmando que essa denúncia tenha sido formalizada. A candidatura de Ratinho Júnior também é citada como um dos fatores prejudiciais ao seu desempenho eleitoral.

Quem criou o ratinho? O Ratinho foi meu empregado, a mulher dele era minha empregada do meu gabinete. Eles trabalharam no meu gabinete 12 anos. Eu peguei o Ratinho passando fome em Curitiba. Andando numa Brasília sem fundo. Eu levei o Ratinho pra trabalhar comigo no meu programa de televisão. Dei carro a ele, dei comida a ele, é...ajudei a criar o filho dele que hoje é deputado. O filho dele, que hoje é deputado, saía com o meu filho quando era criança. Depois ele se envolveu numas má... Depois elegi ele vereador (sic). Elegi ele deputado. Foi um péssimo deputado, de quinta categoria. Depois se envolveu numas coisas que eu num quero falar (sic) e me desafiou. Saiu candidato a deputado estadual pra me derrotar. Eu fiz 70 mil votos, ele fez seis. E nessa ele se vingou de mim. Ele gastou milhões pra me matar. (ENTREVISTA, 02/07/2004)

Em 2002, Alborghetti não atuava no rádio, somente na televisão com o Programa Cadeia Alborghetti veiculado nacionalmente pela Central Nacional de Televisão. No primeiro trimestre deste ano, o Ibope indicava que a audiência da Rádio Brasil Tropical, das 11 ao meio-dia, com a mais baixa audiência entre todas as emissoras AM de Curitiba., 0,01% de um total de 6,9% para o rádio AM naquele horário. O programa Cadeia Alborghetti tem uma hora de duração e é veiculado de

segunda a sexta-feira. Em tom sensacionalista e agressivo, mistura política e polícia com muita opinião e palavrões. Iniciando com vinheta e trilha sonora triunfal, o programa aposta tudo no personagem.

A Rádio Tropical apresenta Programa Cadeia Alborghetti Jornalismo de verdade com credibilidade. Ouça se você tiver coragem. E atenção: o homem vai falar (...) Começa agora na Tropical AM 1320, a rádio forte de Curitiba. A nova lei do rádio e da televisão paranaense. Começa agora o jogo da verdade, o jogo do poder, falando a verdade do a quem doer, está no ar o programa cadeia: a verdade em primeiro lugar. Jornalismo de verdade com credibilidade. (CADEIA ALBORGHETTI, 09/07/2004)

Em tom agressivo, o radialista critica os governos do Estado e federal, falando mal do pedágio e do programa Fome Zero, colocando-se no papel de porta-voz do povo. Vez ou outra ameaça divulgar um dossiê revelando escândalos nunca vistos no Paraná, como no caso de um *cd rom* contendo um inquérito sobre a investigação de casos de pedofilia no Paraná. Alborghetti ameaça divulgar os motivos que teriam impedido que a CPI da Exploração Sexual divulgasse o envolvimento de autoridades numa quadrilha de pedofilia no Paraná.

O uso político do rádio fica evidente em vários momentos, como no caso em que o radialista elogia um vereador:

É um problema que cabe à Câmara Municipal resolver. carta problema sobre as gangues que usam as praças e canchas esportivas para fumar craque. “Eu vou encaminhar ao meu vereador Edi Abib, ta? Um dos grandes vereadores da capital do Estado do Paraná. O Edi ele me solucionou dois problemas desses. Então o que que pode fazer na Câmara Municipal? Colocar a guarda municipal, a Rone está fazendo um grande trabalho. (...) Nós temos bons vereadores. Eu estou proibido de falar nome de vereadores, mas eu tenho direito de encaminhar a carta da senhora ao grande vereador Edi Abib, para que...ele já me solucionou dois desses problemas e pode solucionar também de colocar a Rone aí no Bairro Novo, nessa cancha esportiva que está sendo infestada por vagabundos e marginais.(CADEIA ALBORGHETTI, 09/07/2004)

Em outro momento, parece ressentir-se de não conseguir uma providência rápida por parte da polícia no atendimento de um pedido de policiamento feito por um ouvinte.

Se eu fosse deputado eu teria ligado ele entrava, agora porque eu sou apenas um rep. um radialista, um jornalista, um repórter, não vão entrar? Vou pedir pra Rotan entrar lá ou o grupo da Rone que eu admiro. Quando bandido vê a Rotan e vê a Rone dá caganeira. Então dona Iolanda, nós falamos com o gabinete do vereador Ede Abib e o problema das

lâmpadas não tem problema... (CADEIA ALBORGHETTI, 09/07/2004)

O início do mês de julho foi um período em que os candidatos a prefeito de Curitiba já buscavam apoio das lideranças existentes na cidade e este é um tema bastante presente nos programas de Alborghetti. Muitas vezes, ele trata do assunto quase falando em códigos e o contexto é de difícil compreensão. Como no trecho narrado aos berros, reproduzido a seguir:

Eu recebi um telefonema aqui da Gláucia, estudante da PUC, eu vou dizer uma coisa pra você minha filha: eu fui deputado 20 anos, não devo pra vagabundo nenhum nesse estado e nesse país. Entendeu menina? Não devo! Política é a arte do canalha. Fui deputado 20 anos, há 38 anos eu estou no rádio e na televisão. São vários candidatos a prefeito que nós temos aí, são vários candidatos a vereadores. Você tem um título de eleitor, o título de eleitor significa o que?"(sic) (...) Eu só vou subir no palanque de um candidato a prefeito que tenha vergonha na cara. Que não seja ladrão, corrupto, mentiroso. Que não esteja envolvido com o crime organizado, que não esteja envolvido com bandidos de gravata, que não seja acharcador, bandido. (...) Chega porra. Precisamos mudar ...você tem uma arma na mão, com essa arma você pode mudar os destinos da cidade. Entendeu? Se não entendeu, foda-se. (CADEIA ALBORGHETTI, 09/07/04)

As mediações econômicas também ficam explícitas em vários momentos. Em certa hora, Alborghetti interrompe bruscamente o repórter e sai em defesa do empresário que é proprietário da emissora de televisão que ele havia mencionado na entrevista como sendo sua possível futura empregadora. Mais uma vez aos gritos e com palavras de baixo calão:

Não, não, não Vamo parar com essa merda? Vamo parar com essa merda. Eu não quero falar sobre isso. Isso aí é perseguição do seu Paulo Pimentel contra o seu Mussi. Eu não quero mais saber nada disso mais no meu programa. Isso é uma guerra particular. Porque a família do seu Paulo Pimentel... O Mussi e a esposa tão processando o seu Paulo Pimentel por 14 milhões de reais. Eu não quero saber de jockey, não quero saber de piçirica nenhuma. Isso aí é uma guerra do meu querido secretário Mussi, dono do canal 21, da Rede Gazeta de Televisão, da dona Ivone, mas isso é guerra de família. Guerra de família é guerra de família, porra! (sic) (CADEIA ALBORGHETTI, 09/07/2004)

Em um outro programa, em 12 de julho, dispara acusações contra Toni Garcia e Roberto Requião, a partir da leitura de notícias do jornal. Mas é no programa de 13 de julho, que Alborghetti encarna mais uma faceta de seu personagem para retomar o assunto sobre quem irá apoiar nas eleições. Misturando política, religião e

rádio, fala mais uma vez em códigos e constrói um cenário para sua performance. Ele conta que havia participado na noite anterior de uma noite de oração com 300 pessoas, a convite de uma associação no bairro do Alto Boqueirão.

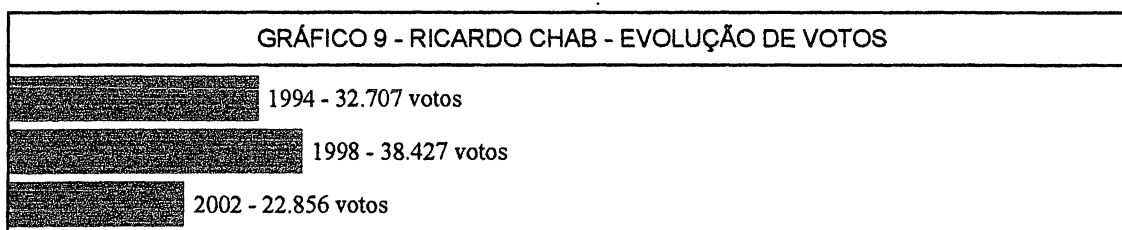
Deu para se entender que o Alborghetti ainda é o rei. Quem foi rei nunca pede a majestade. Posso ..não ser deputado, posso ser um simples plebeu, mas continuo tendo o andar de príncipe. Gostem ou não gostem eu ainda tenho mais de 20 mil votos na Capital e região metropolitana de Curitiba. (...) Eu quero agradecer o Alto Boqueirão, obrigado pela recepção ontem. Obrigado pelas orações, pela credibilidade do Programa Alborghetti. Obrigado como eu disse ontem pra vocês: eu não tenho candidato a prefeito. Tem vários candidatos a vereadores aí que dá pra se confiar votar de olhos fechados. Candidato a prefeito, a gente tem que analisar a proposta de cada um para que Curitiba não caia em mãos enganosas. (...) Eu prestei ali uma ajuda ao Tribunal Regional Eleitoral de Curitiba. Eu fui ali dizendo vamos votar, mas vamos analisar para que vocês não votem errado. (CADEIA ALBORGHETTI, 13/07/2004)

O programa tem pouca participação de ouvintes e Alborghetti se reveza com um outro apresentador na leitura de notícias dos jornais, sem, no entanto, na maioria das vezes, dar crédito às fontes das informações. Nos três dias em que o programa foi gravado não houve entrevistas. O encerramento é quase tão triunfal quanto a abertura do programa. “Enquanto os canalhas latem, eu com a cruz do filho de Deus no peito continuo a minha caminhada, falando a verdade doa a quem doer.”

4.1.3 Chab: do rádio à televisão

O candidato Ricardo Chab, de 46 anos, tem em comum com os outros dois radialistas políticos derrotados em 2002 o fato de ser do interior. Sua paixão pelo rádio começou na infância, em Paranavaí, onde costumava freqüentar um programa de auditório aos domingos. Chab se mudou para Curitiba em 1979 para cursar Jornalismo na Universidade Federal do Paraná. No mesmo ano começou a trabalhar na Rádio Colombo, fazendo o chamado *gilette press*, ou seja, recortando notícias de jornal para serem lidas no ar. Pouco tempo depois passou a apresentar o programa policial Agente Colombo, das 23 às 24 horas. Ainda trabalhando de graça, ao demonstrar bom desempenho no ar, passou a dar notícias ao longo do Revista Matinal, apresentado por Artur de Souza. Depois de três meses, foi contratado pela Rádio Colombo.

Durante a década de 80, entrou e saiu de várias emissoras como a Atalaia e a Cidade, deixando o rádio em 2002, após perder a eleição para deputado estadual pelo PTB, com 22.856 votos. Seu ingresso na política se deu em 1988, quando tentou uma vaga na Câmara Municipal de Curitiba, mas não conseguiu se eleger. Em 1990, ficou como suplente do PTB na Assembléia Legislativa do Paraná. Em 1994, foi eleito deputado estadual pelo PMDB com 32.707 votos e reeleito em 1998 com 38.427 votos, de volta ao PTB.



FONTE: TRE

Ricardo Chab conta como acabou entrando na política:

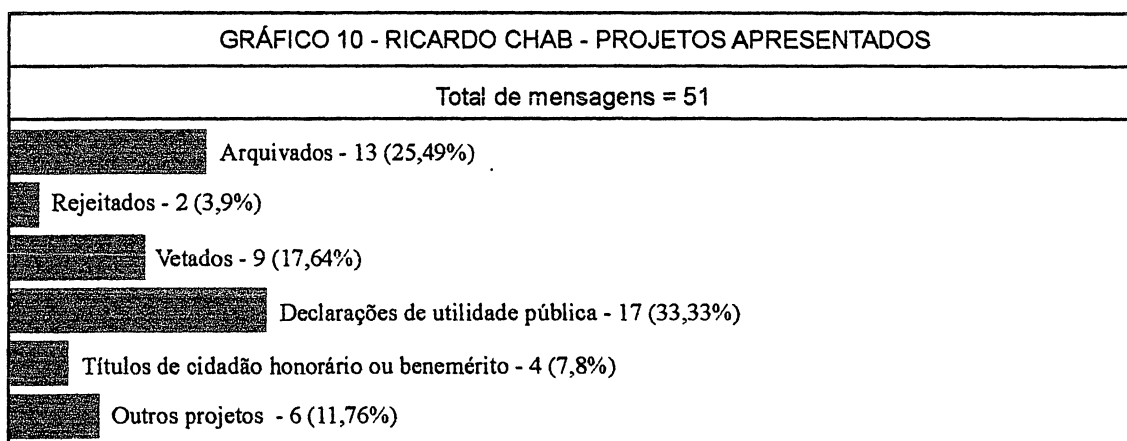
Você é levado...ah...você é levado. Porque você começa a fazer um trabalho tal, você começa a desenvolver todo um trabalho de defesa da comunidade, de levantar o assunto, de resolver o problema, de se envolver diretamente na vida das pessoas, que as pessoas...pô cê tem que ser candidato...tem que ser...você acaba indo. E aí, naturalmente para você ser candidato você tem que entrar escolher um partido político, tem que ingressar num partido político. Aí normalmente o dono do veículo ou tem algum interesse... E é isso aí, não adianta querer esconder, motivado por essa série de interesses. Então você acaba sendo levado. Oh, se filie no partido tal, porque lá eu conheço fulano de tal, o cara é meu amigo, cê pode usar o partido. Cê já vai pra lá. Então é assim que se forma. Não tem...Quem falar: não, eu fui por... não tem, você é levado. Você, na verdade, quando você é comunicador, é popular, você é conduzido. Essa que é a grande realidade. Você é conduzido. Você deixa de pertencer a você mesmo, você passa a pertencer aos outros. (ENTREVISTA, 22/06/2004)

O radialista demonstra que viveu um certo desconforto em conciliar sua atuação no rádio com a política.

Eu acho muito desgaste. Desgaste emocional, desgaste familiar. Sabe, porque é uma coisa, agente tem que deixar isso bem claro, uma coisa é você ser jornalista, sabe? Você levantar o assunto, discutir o assunto, com toda a isenção. Outra coisa é você ser jornalista e ter um mandato popular. Não dá certo. Olha, eu fazia assim...andava no fio da navalha dia e noite. Dia e noite, verdade. Você não pode trair sua consciência, senão ce num dorme. Mas se você fizer política... (ENTREVISTA, 22/06/2004)

Em oito anos atuando como deputado estadual, Chab apresentou 51 projetos

e lei, 13 foram arquivados, 2 rejeitados, 9 foram vetados, 17 propunham declaração de utilidade pública a instituições filantrópicas, 1 institui data comemorativa e 4 ainda estavam em tramitação nas comissões no período em que os dados foram coletados. Este total representa 90,19% dos projetos apresentados.



FONTE: Assembléia Legislativa

Na criação de leis propriamente ditas, Chab foi o autor da lei que criou o Serviço de Investigações sobre Crianças Desaparecidas no Paraná, Sicride, em 1995. Também fez a lei que estabelecia a fixação de cartazes com fotos para identificação de crianças desaparecidas nos ônibus intermunicipais com concessão ou permissão para funcionar no Paraná, em 1996. No ano seguinte, apresentaria o projeto para unificar o a central de atendimento telefônico a emergências de três dígitos no Estado. Em 1999, propôs o parcelamento das dívidas e multas de trânsito. E em 2000, apresentou um projeto alterando o Estatuto da Polícia Civil.

Desde 2002, Chab passou a atuar somente na televisão. Atualmente, o programa Tribuna na TV, na TV Iguaçu em Curitiba, segue os mesmos padrões dos programas radiofônicos anteriores, dando destaque a casos policiais, fazendo campanhas para promover encontros de pessoas que perderam contato com familiares e ajudando famílias em dificuldade. O jornalista considera que a relação com os telespectadores é mais distante e fria, já no rádio o contato é mais próximo, mais íntimo. Com isso, o radialista torna-se um amigo, um apoio para a solução de problemas de toda a sorte.

A pessoa, ela bate à porta do poder público. O poder público lhe nega a atenção. A pessoa... Quando eu falo poder público é que a pessoa foi lá no gabinete do vereador, foi lá na prefeitura, ela já foi lá no promotor, ela já foi falar com o juiz, ninguém atendeu. Ela fala: bom, quem é o cara que conversa com ela todo dia? Quem é a pessoa que ela tem contato? Que tem aquela coisa da simpatia, aquela coisa da amizade até. Eu encontro pessoas na rua que acham que... dá a impressão que eu moro na casa deles. Verdade. A maneira como eles colocam: ô Ricardo! E eu jamais vi. Quer dizer, a gente tem que ver que isso é perfeitamente normal porque todo dia na casa da pessoa, todo dia conversando. Quer queira quer num queira ce emite sua opinião, ce dá sua opinião, ce extravasa muitas vezes aquilo que ce ta sentindo. Então a pessoa se identifica com você. Então ce acaba sendo uma pessoa da família, mas daí isso...você...coitada da pessoa, vai em três, quatro local, num é atendido, vai aonde? Ainda tem a emissora, como se a gente pudesse salvar. Como se nós tivéssemos o poder da varinha mágica, então tá resolvido.(...)E tem um outro detalhe que é interessante da gente tem que observar. Que a pessoa consegue transferir o problema dela pra você. E ela se sente aliviada, sabe? Até esse papel de psicólogo a gente faz. (sic) (ENTREVISTA, 22/06/2004)

Ao avaliar os fatores que teriam influenciado as eleições de 2002 na Assembléia Legislativa do Paraná, Ricardo Chab menciona um erro estratégico que teria cometido durante a campanha, ao se dedicar demais às candidaturas de Paulo Pimentel, proprietário da emissora de televisão em que trabalha atualmente, ao Senado, e de Roberto Requião ao governo do Estado.

Eu era o garoto propaganda deles e deixei a minha campanha de lado. Ao invés de fazer as minhas visitas, fazer os contatos que eu sempre tive, eu larguei mão por uma coisa grandiosa que era pra ajudar realmente o Paulo Pimentel no Senado e o Requião no governo. Então, foi por isso o envolvimento. Então eu deixei. Eu fazia campanha, sempre fiz campanha à pé. E essa última campanha, fiz campanha de helicóptero, com o governador. É uma mudança muito considerável, imagine! O cara tá vendo todo o dia você lá na vila, conversando com um, com outro. E você chega lá com o candidato ao governo, e de helicóptero... É uma mudança, isso tudo... Não que o eleitor ressentido ou sente isso, mas o eleitor ele, de um modo geral, fala: porra... É normal! Porque eu, se eu tivesse na minha campanha eu ficaria mais tempo naquele bairro, mais tempo tendo contato com as pessoas. Ao passo que campanha, como a campanha pra um governo é muito grande, é o chamado bate e volta. Bateu lá, deu um cherinho e vai embora. Não dá tempo de você, entendeu? Ao passo que uma campanha pra deputado é diferente, é uma campanha que tem que conversar, cê tem que ponderar, cê tem que explicar... Então esse foi o grande problema. E eu sabia disso, mas tinha que ajudar... (ENTREVISTA, 22/06/2004)

Além do que ele chama de excesso de confiança, por ter se dedicado menos ao corpo-a-corpo durante a campanha, Chab constata o surgimento de novos nomes que teriam dividido o eleitorado de Curitiba. Onde ele costumava fazer 25 mil, 27 mil votos, conseguiu apenas 12 mil votos em 2002. Um dos nomes que teria conquistado

parte de seu eleitorado é Ratinho Júnior, que chegou aos 80 mil votos em Curitiba.

...nós perdemos não só pra ele, na verdade, nós perdemos a eleição porque alguns vereadores tiveram uma votação expressiva, que é o caso do Mauro Moraes, que é o caso do Stica, que é o caso do Ratinho. Então esses foram as pessoas que aglutinaram o maior número de votos. Então, foi uma visão estratégica que eu errei. Eu poderia ter perfeitamente saído, por exemplo ter feito campanha em Maringá, ter feito... Mas não, não fiz. Porque eu num preciso fazer política lá...minha política é aquela do quintal. Ao passo que se eu olho o Paraná de cima e aí entra a questão política profissional, era só aumentar o domínio, entendeu? O território eleitoral. E eu faço um programa que atinge todo o Estado, quer dizer, se eu for lá em Medianeira, eu sou conhecido. Eu poderia perfeitamente arrumar um cabo eleitoral lá em Medianeira, arrumar outro lá, então... aí eu faria cem votos em Medianeira, cinquenta em Cruzeiro do Oeste, nana... Isso que eu tinha que fazer e num fiz isso. Então esse foi um erro também estratégico, mas é que eu não sou político profissional. (ENTREVISTA, 22/06/2004)

De fato, seis vereadores do município de Curitiba obtiveram votações superiores aos radialistas Algaci Túlio, Alborghetti e Ricardo Chab nas eleições de 2002 em Curitiba: Mauro Moraes, Arlete Caramês, Natálio Stica, Custódio da Silva, Luiz Accorsi e Tadeu Veneri. (TRE, 2004)

Ao ser questionado sobre outros fatores atípicos das eleições de 2002, Ricardo Chab responde espontaneamente que não, mas chega a mencionar a questão da Copel. "... nada. Até aquela questão polêmica da Copel... nada. Eu até, sabe? Não teve assim, ... nada assim que... nada: olha, pô por causa disso... nada", diz.

Chab diz que pretende voltar para o rádio, mas somente depois da digitalização¹³, pois considera que o rádio AM está muito empobrecido no Paraná, perdendo cada vez mais espaço para o FM, com equipamentos sucateados, baixos níveis de audiência, endividado junto ao Ecad¹⁴, e com baixa profissionalização. Como o rádio AM tem sido pouco competitivo comercialmente, resta-lhe, segundo Chab, ser explorado de outras formas, como, por exemplo, pela evangelização.

¹³ A implantação do sistema digital implica na substituição de todos os equipamentos de transmissão e recepção existentes.

¹⁴ Ecad é o órgão responsável pela arrecadação dos pagamentos dos direitos autorais no Brasil.

4.1.4 A situação partidária

Mesmo com a queda de popularidade refletida nas urnas em 2002, Algaci Túlio, 20.623 votos pelo PSDB, Luiz Carlos Alborghetti, 24.896 votos pelo PTB, e Ricardo Chab, 22.856 votos pelo PMDB, poderiam ter sido eleitos se estivessem em outros partidos, por causa dos quocientes eleitoral e partidário de suas siglas. No caso de Alborghetti, o mais votado entre os três, o total de votos foi maior do que o resultado obtido por nove deputados eleitos: Elton Welter do PT, com 24.783 votos; Pedro Ivo Ilkiv do PT, com 24.358; Arlete Caramês do PPS, com 22.737; Marcos Valente Isfer do PPS, com 22.301; André Vargas do PT, com 21.727; Tadeu Veneri do PT, com 21.326; Hermes Fonseca do PT, com 21.043; Padre Paulo do PT com 18.216; Reni Pereira do PSB, com 14.521 votos. Desses nove, seis foram eleitos pelo PT.

Vale aqui explicar que o quociente eleitoral define os partidos e/ou coligações que têm direito a ocupar as vagas em disputa nas eleições proporcionais, ou seja, para deputado federal, estadual e vereador. O Código Eleitoral, em seu artigo 106, diz que: “Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior”. Já no artigo 5º da Lei nº 9.504/97, prevê-se que são válidos apenas os votos dados a candidatos regularmente inscritos e às legendas partidárias. Já o quociente partidário define o número inicial de vagas que caberá a cada partido ou coligação que tenham alcançado o quociente eleitoral. “Determina-se para cada partido ou coligação o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração” (BRASIL, 2004, art.107). O código diz ainda que “estarão eleitos tantos candidatos registrados por um partido ou coligação quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido” (art. 108).

Existe ainda um método pelo qual ocorre a distribuição das vagas que não

foram preenchidas pela aferição do quociente partidário dos partidos ou coligações. A verificação das médias é também denominada, vulgarmente, de distribuição das sobras de vagas. Essa média é calculada observando as seguintes regras, previstas no artigo 109 do Código Eleitoral:

I – dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido pelo número de lugares por ele obtido, mais um, cabendo ao partido que apresentar a maior média um dos lugares a preencher;

II – repetir-se-á a operação para a distribuição de cada um dos lugares.

Par. 1º O preenchimento dos lugares com que cada partido for contemplado far-se-á segundo a ordem de votação recebida pelos seus candidatos.

Par. 2º Só poderão concorrer à distribuição dos lugares os partidos e coligações que tiverem obtido quociente eleitoral. (BRASIL, 2004)

Buscando a melhor condição político-eleitoral, os radialistas costumam mudar de sigla partidária com frequência. Algaci Túlio, por exemplo, passou pelo PDS, PTB, PSB, PDT, PSDB e atualmente está no PMDB. Alborghetti passou pelo PDS, PRN, PTB, PFL e PMDB. Já Ricardo Chab foi o que menos mudou de partido entre os três radialistas, do PMDB foi para o PTB.

Os três candidatos radialistas que não conseguiram se reeleger em 2002 têm em comum um discurso de que preferem o rádio à política, arriscam dizer que não pretendem voltar a participar de eleições, mas todos acabam admitindo que essa hipótese não está totalmente descartada. Inicialmente Ricardo Chab garante que não quer mais saber de política: “Eu espero não passar mais pela política. Eu espero, sabe, eu acho que a política foi um capítulo à parte da minha vida e não quero mais. Não tenho o mínimo interesse. Sabe, eu até brinco às vezes, se eu soubesse que era tão bom não ter entrado na política, eu jamais teria entrado.”

Mas pouco adiante, ao falar sobre os projetos que conseguiu aprovar e ver transformados em lei, se contradiz:

(...)É uma coisa gostosa saber que a tua participação foi decisiva. Importante isso. É isso aí, tem outras coisinhas que a gente consegue...e daí...a política é assim, você se decepciona

num momento e no outro você se sente bem. Noutra momento se fala: pô, mas essa porcaria...eu vou largar mão. Noutra se fala não, mas é gostoso. Então a política é assim. Ela frustra, mas ela ao mesmo tempo dá prazer. (ENTREVISTA, 22/06/2004)

Luiz Carlos Alborghetti afirma que nunca mais fará política, mas logo em seguida, revela sonhar com um palco maior.

Não, nunca mais na minha vida. Nunca mais. Eu só... Política... eu acho que política é feita em Brasília. Não na Assembléia Legislativa, não na Câmara Municipal. Porque em Brasília, criança, lá é que você faz as grandes leis. Lá tem a Constituição mãe. Eu fiz a constituição no Paraná. Ta lá o meu nome: Luiz Carlos Alborghetti. (...)Mas a Constituição mãe que está em Brasília, aquela... Eu gostaria de ser deputado federal. Eu barbarizar o congresso. Seria o grande sonho: fazer projetos que iriam gerar polêmica e se a Globo falasse um A eu ia ter cinco advogados pra entrar com uma representação na hora e eu estar debatendo com eles na hora. (ENTREVISTA, 02/07/2004)

Algaci Túlio partilha do mesmo sonho: ser deputado federal. Atualmente coordenador estadual do Procon, tem percorrido o Estado instalando os Procons municipais e fazendo palestras sobre o tema defesa do consumidor, e não descarta a volta às urnas em 2006.

Veja, eu tenho vocação. Só depois que eu entrei pra política é que eu senti que eu tinha vocação pra política. Até então era contra, né, detestava política. Mas eu acho que eu tenho muito a dar ainda por Curitiba, pelo Estado do Paraná, pelo meu trabalho. (...)Então, eu acho que tenho espaço ainda e espero poder voltar. Ou pra deputado estadual, ou deputado federal. Quem sabe experimentar uma...Brasília, que é uma coisa que eu não experimentei. E depois de quatro mandatos de deputado, não teria dificuldade nenhuma em talvez ir pra fazer um trabalho na Assembléia, mas quem sabe eu pudesse contribuir um pouco mais pro Estado como deputado federal. É uma questão de a gente pensar ainda até lá pra ver o que é que vai acontecer. (ENTREVISTA, 29/06/2004)

4.2 O RÁDIO QUE AINDA VENCE

Apesar de três importantes radialistas políticos não terem conseguido se reeleger nas eleições de 2002 na Assembléia Legislativa do Paraná, encarando esse fato com surpresa e decepção, outros nove radialistas foram eleitos e, entre estes, constam três candidatos estreantes no Legislativo estadual, num total de 54 vagas para deputado. Esta informação, por si só demonstra que o rádio continua elegendo seus representantes, no entanto, o caso dos radialistas não reeleitos chama a atenção para

outros fatores que estariam influenciando decisivamente no processo eleitoral. Para chegar a esses fatores, torna-se imprescindível comparar as trajetórias dos que perderam e dos que venceram naquele pleito.

Os nomes de Algaci Túlio e Luiz Carlos Martins foram escolhidos para efeitos de análise por apresentarem algumas semelhanças como, por exemplo: os dois tentavam a reeleição em 2002, começaram suas carreiras políticas na mesma época, estavam entre os mais velhos do grupo, mantinham programas de rádio AM em Curitiba. Além dessas características em comum entre as duas trajetórias, outros fatores pesaram para que os demais radialistas eleitos fossem descartados dessa comparação. Barbosa Neto e Ratinho Júnior, por terem participado de apenas uma campanha eleitoral. Edson Praczyk e Vanderlei Iensen, este também em sua primeira eleição para a Assembléia, por atuarem no rádio de maneira vinculada a igrejas evangélicas. Miltinho Pupio e Jocelito Canto, por manterem programas em emissoras do interior do Paraná, onde a situação do rádio no contexto eleitoral tende a ser diferente da capital, Renato Gaúcho, por atuar numa emissora FM. Carlos Simões e Luiz Carlos Martins também apresentavam um diferencial importante, pois ambos são proprietários das emissoras em que mantêm seus programas, o que lhes dá mais autonomia em relação ao outro radialista em questão, Algaci Túlio. Entre os dois, escolheu-se o mais velho, cuja carreira no rádio e na política transcorreu no mesmo período que a de Túlio.

Luiz Carlos Martins, nasceu em Birigui, no interior de São Paulo, e desde criança desejava ser locutor de rádio, freqüentando aos domingos um programa de auditório chamado Clube do Guri. O sonho foi adiado e interrompido algumas vezes pela necessidade de ajudar a família que passava por dificuldades financeiras. Entre uma experiência e outra no rádio, chegou a trabalhar como garçon, e concluiu a faculdade de Educação Física. A carreira no rádio começou em uma emissora de Birigui, aos 17 anos, depois atuou em Londrina, Jacarezinho e Marília, até mudar-se para Curitiba em 1977. Na Capital do Paraná, demorou para conseguir seu primeiro emprego. na Rádio Clube, o que só foi possível com a ajuda do jornalista Reinaldo

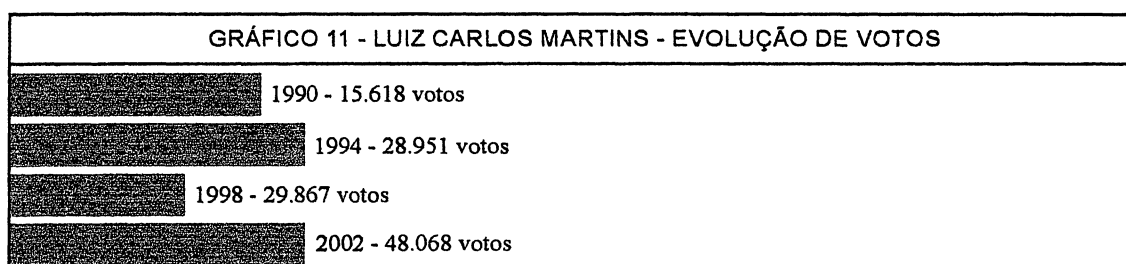
Bessa, natural de Jacarezinho e de onde o conhecia. Nos anos 80, passou por diversas emissoras como Rádio Independência, Colombo, Atalaia e Clube, e como Algaci Túlio e Ricardo Chab recebeu *luvas* para mudar de emissora diversas vezes. Em 1999, comprou sua própria emissora a Banda B, que tem sido líder de audiência desde então na Capital.

O radialista atribui seu sucesso no rádio pelas freqüentes inovações que implementou em seus programas. A primeira delas foi em seu primeiro programa na Rádio Clube, quando todas as concorrentes tocavam música e ele decidiu fazer um programa de conversa com os ouvintes sobre suas queixas e reclamações. Na época em que o papa João Paulo II estava para visitar Curitiba, inseriu gravações da benção do papa em seu programa, chamando a atenção dos ouvintes. Outra inovação marcante citada pelo radialista foi quando passou a contar em seu programa pela manhã o que iria acontecer no capítulo seguinte da novela das oito, o que fazia lendo o encarte de uma revista.

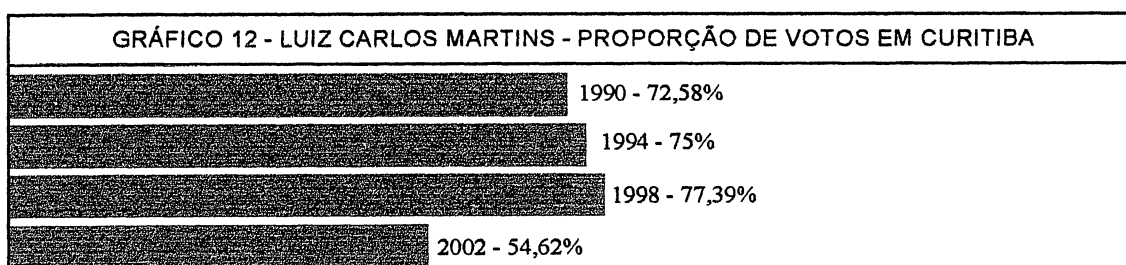
Em 1986, Luiz Carlos Martins concorreu pela primeira vez a uma eleição e foi o candidato a deputado estadual mais votado do Paraná pelo seu partido na ocasião, o PSC, que no entanto não atingiu o quociente eleitoral para obter uma vaga na Assembléia Legislativa. Em 1988, elegeu-se vereador pelo PMDB com 13.616 votos e a partir daí iniciaria sua trajetória política.

...política é uma consequência, sabe? Quer dizer, eu não entrei no rádio pra ser político. Como a gente vê hoje, né? É...Não, eu fui pro rádio, eu sou radialista. É que a política veio depois, bem depois...eu nem tinha motivação pra isso, nem motivação. Depois ela veio nascendo, tal, pela necessidade do povo, principalmente na parte social, né? Quando se fala hoje em fome zero, né, sabe? Essa parte social é muito forte. Eu num tô falando em fazer assistencialismo, sabe? Mas a promoção do ser humano, né? Sabe? Então, eu achava que o rádio sempre podia ajudar muito, o rádio pode ajudar muito, a promover o ser humano. E...mas a parte política veio bem depois, eu não entrei no rádio pensando nisso. Graças a Deus. Porque eu sou radialista. Eu sou. E eu estou político. (ENTREVISTA, 05/07/2004)

Em 1990, ainda pelo PMDB, Luiz Carlos Martins foi eleito deputado estadual com 15.618 votos, sendo deste total 72,58% no município de Curitiba e o restante praticamente todo na região metropolitana. Em 1994, obteve 28.951 votos pelo PDT, desta vez contabilizados em 202 municípios, mas ainda com a concentração de 75% em Curitiba, com boa votação também nos municípios da região. Em 1998 reelegeu-se com 29.867 votos pelo PFL, dos quais 77,39% foram registrados em Curitiba. Em 2002, saltou para 48.068 votos para deputado estadual pelo PSL. Mas desta vez, apenas 54,62% dos votos ficaram concentrados em Curitiba.



FONTE: TRE



FONTE: TRE

Pela primeira vez, entre os municípios onde o candidato obteve suas maiores votações aparecem municípios fora da região metropolitana de Curitiba como Jacarezinho, no Norte Pioneiro, onde o radialista possui familiares, e em Morretes, no litoral do Estado. Ao longo de sua carreira política, Luiz Carlos Martins mudou quatro vezes de partido e argumenta que esta tem sido a única forma de se desviar do controle dos caciques da política.

...passei pelo PDT, PFL. Loucura, né? No Brasil se muda de partido como se muda de roupa, né? Uma vergonha isso, né? Uma coisa que eu pudesse, se eu pudesse e isso eu vou

lutar, sabe, é ...eu posso contribuir com isso, né? Todos nós, pela fidelidade partidária. Isso é muito importante pra democracia. Mas partido sem dono, né? Porque...Por que que há essas mudanças de partido? Sabe por que? Porque os partidos geralmente têm donos. Se você não faz aquilo que o dono quer, você é obrigado a sair, então nós somos...Tem que fortalecer os partidos. Partidos...os partidos são o alicerce da democracia. Mas desse jeito? Eu mudo, amanhã...eu nem sei se eu vou ficar no PSL. Pode um negócio desse? É errado. Fidelidade partidária, mas o partido não pode ter dono. Então, aqueles partidos grandes, né? Sabe? Pode ter bastante cacique e bastante índio. De repente ce vai prum partido que só tem cacique, ou dois caciques, aí você tem que fazer o jogo deles? (sic) (ENTREVISTA, 05/07/2004)

Este é um ponto importante que diferencia as trajetórias de Luiz Carlos Martins e de Algaci Túlio. Martins, apesar de estar alinhado ao governo na maior parte do tempo, jamais vinculou sua imagem à de um membro do governo. Ele continuava sendo o representante do povo no parlamento, criticando no ar as atitudes “dos políticos”, colocando-se fora deste campo diante de seus ouvintes.

Luiz Carlos Martins considera que seu ingresso na política se deu por sua identificação com a população mais pobre e deixa escapar a dificuldade em manter essa identificação estando sujeito às estruturas institucionalizadas.

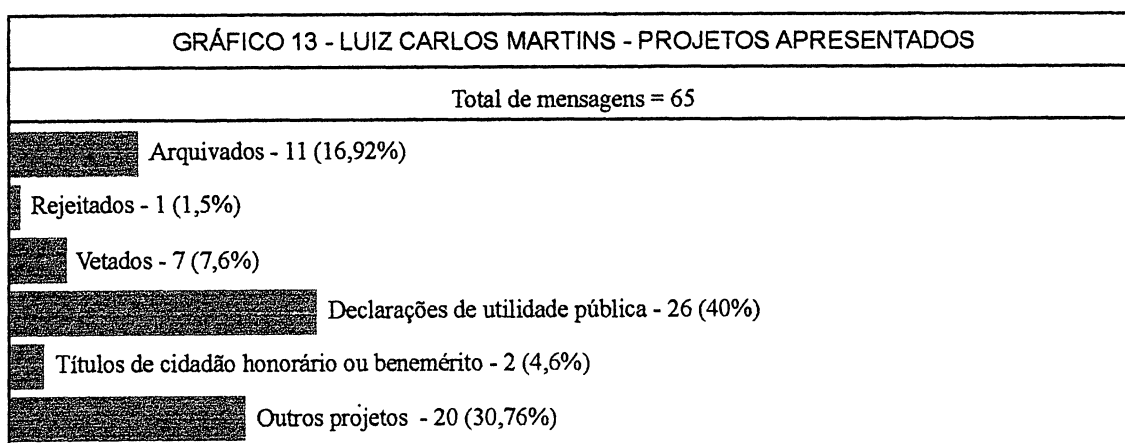
Aí falam: ah, é porque ele veio de família pobre. É sim, é porque eu vim de família pobre, eu sei quanto é duro você tomar banho no fundo do quintal, levantando, sabe, o balde. A água do poço muitas vezes contaminada... Eu sei o quanto é duro você não ter energia elétrica em casa, eu sei...eu sei, eu sei das dificuldades, eu sei. Eu sei o que é você comer só polenta porque não tem mais nada pra comer, sabe? Eu sei o quanto é... Então eu me preocupo muito. Eu sei o quanto é difícil. E o povo de Curitiba sabe disso. Sabe que a minha preocupação com a área social é bastante grande, tá? Eu, se eu for...aí vai falar assim: mas o Lula também tem...Sabe que o Lula nesse ponto, o pessoal pode criticar, eu também tenho críticas, né, porque foram feitas muitas promessas e tal, mas quando ele fala, por exemplo, da Fome Zero, eu...eu acredito nele. Ele fala do fundo do coração dele. E ele fa... que é verdadeiro. Da onde ele veio? Veja da onde ele veio. Só que de repente descobriu que há uma burocracia tão grande, mas tão grande, que a burocracia tá enrolando tudo. Tá? Esse é o meu medo, de você criar uma perspectiva, né? Sabe? Sabe o que é? Então o povo...interessante né...veja o que é a credibilidade, a gente não pode brincar com isso. Credibilidade, você leva anos pra construir e cê pode perder numa frase, toda sua credibilidade. (sic) (ENTREVISTA, 05/07/2004)

Mesmo antes de ser vereador ou deputado Luiz Carlos Martins já promovia campanhas assistenciais, ajudando diversas organizações não governamentais. Na Assembléia Legislativa, mais do que na criação de projetos de lei, sua atuação é marcada pelo atendimento às solicitações dos ouvintes-eleitores. Neste caso, segundo

ele, é a política que ajuda o rádio e não o oposto.

É muita carta que eu recebo, telefone, pessoal que vem pessoalmente. Eu tenho uma equipe grande, né? Todos os cargos que eu tenho no gabinete, cargos em comissão, cada deputado tem, né? Cargos em Comissão. Eu coloquei pessoas pra me ajudar nesses casos. E eles me ajudam muito, tenho uma equipe ótima. Eles trabalham comigo há vinte anos, quinze anos, vinte e cinco anos. Eles me ajudam. Porque você sozinho num tem como. Como que eu vou atender todo mundo? Não tem condições. (ENTREVISTA, 05/07/2004)

Sobre os projetos de lei, diz que tem conseguido aprovar suas idéias com facilidade, mas que a frustração é saber que a maioria das leis acabam não sendo cumpridas, nem fiscalizadas no Brasil. No período de onze anos, entre 1991 e 2002, contabilizados nesta pesquisa, o deputado Luiz Carlos Martins apresentou 65 projetos de lei na Assembléia Legislativa do Paraná. Deste total, 11 foram arquivados (16,92%), 5 vetados (7,6%) e 1 rejeitado (1,5%). As declarações de utilidade pública foram objeto de 26 proposições (40%). Também constam na lista dois títulos de cidadão benemérito e um título de cidadão honorário (4,6%). Todas essas mensagens totalizam 70,62%. Embora o número de projetos apresentados tenha sido bastante inferior ao do deputado Algaci Túlio, a porcentagem de mensagens que se transformaram em leis propriamente ditas é maior.



FONTE. Assembléia Legislativa

Entre os projetos de lei restantes, destaca-se o que autoriza o cadastramento de todos os deficientes físicos do Paraná, a integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba, apresentados em 1991. Em 1995, Martins apresentou um

projeto propondo a proibição da venda de brinquedos de armas de fogo que disparem projéteis através de pressão e um outro que estabelecia normas para o abate de animais destinados ao consumo. Em 1996, propôs a instituição da obrigatoriedade do plantio de árvores frutíferas nativas nas faixas de domínio das rodovias estaduais. Em 1998, apresentou o projeto de lei que proibiu a tatuagem em menores de 18 anos sem autorização dos pais ou responsáveis. Em 2000, apresentou um projeto que dispunha sobre o parcelamento do IPVA e multas estaduais. Em 2001, apresentou um projeto propondo desconto de 50% em eventos culturais para doadores de sangue e outro projeto prevendo a obrigatoriedade de instalação de dispositivo que elimina o ar na medição do consumo de água. No mesmo ano, apresentou um projeto alterando do plano de aplicação de recursos no município de Morretes e, no ano seguinte, autorizaria doação de um lote para a Prefeitura de Morretes.

Mesmo sem se mostrar frustrado ou decepcionado com a política, Luiz Carlos Martins, demonstra que em certos momentos se vê dividido entre os dois campos.

Então é melhor, por exemplo, em campanha, porque sou radialista... homem público... conhecido..., pessoas querendo tirar de mim assim compromissos, que eu fizesse promessas absurdas. Falei, não, não tem como, eu sei que eu perdi voto com isso. Eu perdi muito voto. Mas eu não podia, depois eu não ia encarar essas pessoas, eu não ia conseguir, né, nem falar no rádio, lembrando que elas estavam ouvindo, que eu tinha prometido isso. Como é que você vai prometer coisas que...? Seria o mesmo que um vereador...tem vereador cara-de-pau, candidato cara-de-pau, que promete – vereador – que se eleito ele vai baixar o preço da energia elétrica. Vereador num mexe nisso! (ENTREVISTA, 05/07/2004)

Ao falar do que planeja para o futuro, Martins é enfático em dizer que só a carreira no rádio é uma certeza e que a política é preciso esperar para ver. Mas ao final acaba revelando o sonho de ser prefeito de Curitiba e chega a contar alguns projetos idealizados por ele para a cidade.

Algumas diferenças importantes marcam as trajetórias de Algaci Túlio e Luiz Carlos Martins. Uma dessas características é o fato de Martins se manter distante dos grupos de poder institucionalizados. Além disso, costuma manter a discrição em casos polêmicos como a privatização da Copel. Mas talvez a diferença que mais pese

entre os dois seja o fato de Luiz Carlos Martins ter uma concessão para operar uma emissora de rádio, na qual possui um programa diário de quatro horas de duração com seu nome, que é líder de audiência em Curitiba. O fato de ter uma concessão de rádio modifica seu posicionamento não somente no campo radiofônico, onde passa da figura de empregado à de patrão, mas também no campo político, pois possui na manga uma carta a mais neste jogo pelo poder. Ser dono de emissora lhe confere uma autonomia importante em situações como uma campanha eleitoral, na qual mesmo não sendo candidato passa a ser cooptado como apoio importante, devido ao seu capital eleitoral. Este é um dos aspectos observados no item a seguir.

4.2.1 Oi,oi,oi,oi gente querida

O rádio possui uma imensa capacidade de mediar o popular e representa nas grandes cidades, especialmente na América Latina, uma orientação para a existência urbana de operários, migrantes e donas-de-casa. Para BARBERO, isso acontece porque o rádio fala a linguagem popular, não apenas por ser a oralidade um subproduto do analfabetismo, mas também porque resulta numa ligação entre a racionalidade expressivo-simbólica e a informativo-instrumental. O rádio é um espaço de identificação no qual se produz uma experiência de profunda solidariedade (2003, p.327-328).

Pedir conselhos, mandar recados, encontrar pessoas desaparecidas, procurar emprego, ouvir mensagens de auto-ajuda e até arranjar namorado são alguns exemplos de como os ouvintes do Programa Luiz Carlos Martins interagem pelo rádio. A mediação do público está presente em todo o decorrer do programa diário, que tem quatro horas de duração. A participação dos ouvintes é tão intensa, que fica evidente como o rádio representa para esta parcela da população uma forma de sociabilidade.

“Oi, oi, oi, oi, gente querida! Vem aí a Melhor atração. Ele é nosso amigo, ele faz com o coração. Programa Luiz Carlos Martins.” Este é o *jingle* que marca o início do programa nas manhãs de segunda a sexta-feira, às 8 horas. Logo em seguida

da abertura, o radialista cumprimenta os aniversariantes do dia, citando o nome completo e o bairro em que mora. Depois de anunciar as principais atrações do dia, a primeira parte do programa consiste na leitura das manchetes e principais notícias dos jornais locais e dos principais jornais de circulação nacional. Diferente de todos os demais programas de outros radialistas analisados nesta pesquisa, o Programa Luiz Carlos Martins cita o nome de cada um dos jornais lidos no ar.

Aproximadamente meia hora depois, entra uma mensagem do Padre Marcelo Rossi e pouco antes das 9 horas da manhã começa a leitura dos recados dos ouvintes que chegam por telefone. Uma ouvinte conta que tem medo de dirigir e pede para alguém que tenha passado pela mesma situação ligue para conversar com ela, um homem liga pedindo conselhos, pois suspeita que está sendo traído pela mulher, outro ouvinte procura o cachorro desaparecido e uma mulher pede a doação de um casal de periquitos. Muitas pessoas pedem ajuda para solucionar problemas como lâmpada queimada no posto, ou manilhas entupidas. Também são lidas notas de falecimento e nova rodada de aniversariantes.

Seguem-se quadros como o horóscopo, com a participação de uma astróloga, e o que vai acontecer nas novelas logo mais à noite. Por volta de 9h30 começa o Bolsão do Emprego, um quadro que anuncia vagas de empregos. Às 10 horas começa a Grande Corrente da Amizade, no qual as pessoas pedem objetos e roupas emprestados ou doados, pedem receitas culinárias e de remédios caseiros. Logo em seguida, o quadro A Carta do Ouvinte, com trilha sonora melodramática, conta histórias tristes vivenciadas pelo público. Em um outro quadro, ouvintes agradecem graças recebidas aos santos e a Jesus. Por volta de 11h40, dois apresentadores assumem a locução do programa por alguns minutos, num quadro de fofocas sobre celebridades. Luiz Carlos Martins retoma a apresentação para encerrar o programa com orações e mensagens. E uma música de Roberto Carlos marca o final do programa: “Já está chegando a hora de ir, venho aqui me despedir e dizer...”

Ao analisar o programa na busca de identificar onde transparece a mediação pessoal de Luiz Carlos Martins, encontra-se a preocupação constante com os temas

sociais e a ajuda às pessoas que passam por momentos de dificuldade. Transparece em muitos momentos a influência daquele radialista que um dia chegou a Curitiba em busca de emprego e passou dificuldades até conseguir uma chance. Mas não só o passado influencia nas escolhas temáticas do programa, também as expectativas e os objetivos de Luiz Carlos Martins para o futuro. A relação do próprio radialista com os fatos narrados, a construção de sua imagem junto ao público e suas ambições políticas podem ser observados em diversos momentos, como no trecho a seguir:

A Maria Carmelita Godinho. É... Luiz Carlos Martins: como você não se candidatou, ela quer saber em quem votar. (risos) Ela ia votar pra você. Muito obrigado, viu Maria? (demonstra satisfação). Olha eu não sei ainda não, vamos ouvir algumas propostas aí dos candidatos, né? Não precisa pressa também. Mas eu já to ouvindo cada proposta aí (risos) rapaz...Meu Deus do céu... Eu já to ouvindo cada proposta aí que o pessoal não tem condições de cumprir (rindo)...Ô loco... Não vamu ter pressa não, vamos ouvir primeiro, né? Por que pressa? Num precisa pressa não. Vamos ouvir primeiro (riso). Mas eu já tenho ouvido cada coisa aí rapaz. Ô loco. A gente vai ouvir cada coisa aí, meu Deus do céu (riso descontrolado/ tenta se recompor)...Um abr... (riso)... Um abraço para o Pedro Almeida do Bairro do Uberaba. (...) (PROGRAMA LUIZ CARLOS MARTINS 06/07/2004)

Como todos os demais radialistas, no período em que foram realizadas as entrevistas, Luiz Carlos Martins estava sendo pressionado para divulgar qual candidato a prefeito apoiaria nas eleições de 2004 em Curitiba. Por isso, trata-se de uma mediação pessoal, no entanto, também se refere ao condicionamento político do momento.

Só quero ver o que os candidatos a prefeitura, os candidatos a vereador vão falar pro povo a respeito de saúde, né. Só quero ver. Eu tô ligado aí, sabe? E já tem gente prometendo coisa que não vai poder cumprir. Só quero ver, o povo tá esperto, hein. O povo, pelo que eu to sentindo aí o povo vai esperar, viu. Eu to sentindo isso do povo, com quem eu converso. O povo tem ligado pra mim. O povo, o povo vai esperar, não vai decidir já não, vai ouvir, vai sentir. Esse negócio não precisa pressa, né? A eleição é lá em outubro. (PROGRAMA LUIZ CARLOS MARTINS 06/07/2004)

Luiz Carlos Martins só entrou na campanha eleitoral de 2004, poucos dias antes das eleições, participando do programa do candidato Beto Richa ,do PSDB, no horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão. Até a vinheta original de seu programa foi utilizada na campanha e o radialista convidava os ouvintes a votar, como ele e sua família, no candidato tucano. Numa entrevista que fez com o candidato no

horário eleitoral, Luiz Carlos Martins fez questão de se manter do lado do ouvinte, dizendo que depois iria cobrar o cumprimento das promessas, caso Beto Richa fosse eleito.

O programa Luiz Carlos Martins é altamente personificado, isto é, gira em torno do apresentador, que representa o papel de pai, amigo e conselheiro do ouvinte. O nome dele é repetido a cada abertura e fechamento de bloco, na vinheta do programa. Como no trecho em que conversa com o ouvinte que, traído pela mulher, querendo saber como deve agir: “Tantas mulheres querendo ser amadas, ela está em outra. Continue sendo esse cara legal que você é, honesto, lutador. Você vai encontrar alguém que te ame. (...) Isso acontece com todo mundo. Não adianta. Tem coisa que não adianta forçar...Um dia você vai dizer “eu superei”. Se você ligou pra cá pra falar comigo é porque gosta de mim, é porque você confia em mim. É verdade ou não é, Joaquim. E o amigo é aquele que fala a verdade.” (PROGRAMA LUIZ CARLOS MARTINS 06/07/2004) Em um outro trecho o ouvinte agradece ao programa e ao deputado porque a Prefeitura de Pinhais arrumou a rua, depois que problema foi denunciado no rádio. No programa de 8 de julho, outro trecho demonstra como o radialista é visto como pai e herói quando uma ouvinte telefone e a agradece a Deus porque Luiz Carlos Martins existe e ajuda tantas pessoas. A religiosidade é outra marca registrada do programa e que acompanha o radialista desde o início de sua carreira.

A mediação grupal ou profissional pode ser sentida na medida em que o apresentador e proprietário da emissora é radialista e político. Em seu programa praticamente inexistente a participação de jornalistas, com exceção de algumas participações gravadas de sua filha Mariana Martins que é estudante de jornalismo. A participação dela é no sentido de apresentar casos de denúncias feitas por ouvintes, especialmente no que se refere ao funcionamento de órgãos públicos no quadro Banda B Comunidade. Em outro quadro, às 10 horas, um locutor lê pequenas notas com as notícias mais importantes do dia no quadro Banda B Notícias. Com muitas vinhetas e quadros de entretenimento e serviços, o programa reúne muito mais fórmulas de

sucesso, do que informação. Nas palavras de BARBERO, “a qualidade de comunicação que alcança tem pouco a ver com a qualidade de informação que proporciona” (2003, p.319).

A mediação organizacional transparece na forma e no conteúdo. Trata-se da maior emissora de rádio AM da atualidade em Curitiba, a de maior audiência, a que mais emprega e a que possui o maior bolo publicitário. Enquanto os demais programas são sustentados por poucos anunciantes, na Banda B os intervalos comerciais são mais frequentes, mais longos e mais variados quanto ao número e perfil de empresas que anunciam ali seus produtos. Outra característica que pode ser observada é o hibridismo das informações com a publicidade, como no caso do testemunhal em que o próprio Luiz Carlos Martins fala sobre os produtos Geloclin e Complexiplus. Considerando que o apresentador do programa é o próprio dono da emissora, fica evidente que a visão institucional dos temas prepondera, além de representar também um condicionamento econômico ao qual está sujeita a programação.

O Programa Luiz Carlos Martins tem um foco muito grande no ouvinte. A mediação do público é a mais evidente no programa, que ocupa aproximadamente metade do seu tempo de duração. São mensagens enviadas pelos próprios ouvintes, participação destes por telefone e ao vivo no estúdio, mensagens de parabéns e notas de falecimento e ainda o Banco do Emprego, um quadro sintonizado com uma das maiores necessidades atuais dos ouvintes que formam seu público-alvo. No programa de 6 de julho, o radialista revela que estuda um novo quadro para o programa sugerido pelo próprio público, que seria de classificados com anúncios de compra e venda.

E como o programa depende muito do *feed back* do ouvinte, seu conteúdo acaba sendo flexível. Este pode ser considerado um elemento ligado à rotina de produção do programa de rádio e de como o radialista preenche o tempo que eventualmente pode sobrar. No dia 6 de julho, por exemplo, ele chega a ler um trecho longo de uma reportagem publicada pela Revista Veja sobre a ação social dos evangélicos e logo depois coloca uma música de Roberta Miranda no ar.

Além de toda a mediação técnica e tecnológica típica para qualquer emissora

de rádio, como a necessidade de transmissores, mesas de som, microfones e antenas, o programa não utiliza tecnologias diferenciadas. Até mesmo o telefone é pouco usado, já que a maior parte dos quadros é gravada e, apenas, de vez em quando há a participação de ouvintes por telefone.

O condicionamento político é bastante aparente, sem no entanto se basear em ataques e comentários muito longos. O radialista se coloca em posição de representante do povo e mesmo ao criticar outros políticos, o faz de maneira mais neutra e impessoal. Como no trecho a seguir, no qual, depois de ler uma notícia no jornal de que o Paraná havia recebido só 1,9% do previsto no orçamento federal:

E por falar em orçamento federal, precisamos falar também e lembrar do orçamento aqui do Estado do Paraná. E as emendas apresentadas pelos deputados estaduais somente para a saúde pública. Não foram atendidas ainda! E foram aprovadas e o orçamento foi sancionado. Como é que ficam as emendas apresentadas? Para a saúde pública no Paraná? Serão atendidas ou não? Ou não vale nada o orçamento? Ou é melhor rasgar o orçamento do estado? O que que os deputados estão fazendo na assembléia legislativa? (silêncio por sete segundos) Alguém já respondeu em silêncio aí, né? Desse jeito perde a razão, né? Ah Perde a razão... (PROGRAMA LUIZ CARLOS MARTINS 06/07/2004)

E também quando Luiz Carlos Martins comenta sobre a questão do pedágio no Paraná: “Esse pedágio tá dando o que falar. No início, ou acaba ou abaixa, né? Ficou uma situação complicada e os candidatos apoiados pelo governador Requião começam a ficar preocupados porque a oposição tá batendo nisso e o povo não esqueceu”.

Quanto às questões históricas e culturais que podem estar influenciando na forma e conteúdos veiculados no programa, nota-se que este se adapta à condição social de seu público alvo, de certa forma excluído e desprovido de condições básicas de vida numa grande cidade. Isso pode ser notado, por exemplo, quando uma ouvinte manda um recado para a mãe, que mora na área rural em um município da Região Metropolitana, dizendo que seu netinho nasceu pela madrugada e está bem de saúde. Um episódio que demonstra as múltiplas temporalidades vividas numa cidade como Curitiba, onde há pessoas ainda sem acesso a telefone. A presença do melodrama em alguns trechos do programa evidencia a matriz cultural latino americana, que alimenta

o reconhecimento popular na cultura de massa (BARBERO, 2003, p 316). Ao ler uma carta de ouvinte, com trilha sonora emotiva ao fundo, Luiz Carlos Martins ativa o imaginário coletivo e reforça a identidade de seu ouvinte, apelando para a emoção. “Todos se fazem e refazem na trama simbólica das interpelações, dos reconhecimentos. Todo sujeito está sujeito a outro e é ao mesmo tempo sujeito para alguém. É a dimensão viva da sociabilidade atravessando e sustentando a dimensão institucional, a do ‘pacto social’.” (BARBERO, 2003, p.316)

Assim, o programa Luiz Carlos Martins é um espaço de reconhecimento e sociabilidade para as camadas populares de Curitiba, no qual as pessoas se vêem assistidas, representadas e onde podem se sentir menos excluídas e marginalizadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rádio ainda é uma importante ferramenta eleitoral na política contemporânea, no sentido de oferecer aos políticos visibilidade e aos eleitores os heróis, dos quais eles carecem tanto. Depois de ver muitos radialistas transformarem-se em políticos, já é possível testemunhar o contrário: políticos buscando a manutenção de suas carreiras no rádio. Como foi possível analisar neste trabalho, na política do espetáculo a condição de visibilidade é estratégica para a eleição e, no caso do rádio, pelas próprias características do veículo, sua forma de comunicação e linguagem, esta visibilidade ganha contornos subliminares de persuasão e envolvimento do eleitor na construção de uma crença coletiva na figura do herói carismático: o “delegado do ouvinte”.

O papel heróico é comumente desempenhado pelos radialistas na política contemporânea brasileira, que herda o caráter autoritário de uma democracia construída sobre as bases de um capitalismo patrimonialista. O sistema imobiliza partidos, grupos de pressão e elites, numa tendência a torná-los parte de sua própria estrutura e a democracia, que Manin chama de democracia de público, tende a ter a mídia como sua mediadora. Uma política cada vez mais personalística, na qual a população aparece como tutelada.

A partir de um estudo sob os conceitos de *habitus* e de campo de Bourdieu, constata-se que na prática os radialistas têm dificuldades na transição do campo radiofônico ao campo político, na medida em que se faz necessário “jogar um jogo diferente”. Apesar de possuir muitas características e habilidades necessárias em comum, a lógica dos campos muitas vezes se opõe, especialmente em se tratando de cargos legislativos. Observou-se na pesquisa, por exemplo, que o fazer e discutir leis tem uma importância secundária, aparecendo como prioridade, aos parlamentares e ao seu público, a solução de problemas urgentes que caberia ao Poder Executivo.

A primeira dificuldade na transição entre os campos seria a conversão da liderança carismática, cuja fonte de reconhecimento e legitimação é a crença popular,

segundo as idéias de Weber, numa forma de liderança obrigatoriamente ligada às esferas dos poderes tradicional e burocrático. Um deputado estadual, como no caso das personagens analisadas, precisa se reportar a um partido, e se posicionar no campo político como oposição ou situação. Sendo oposição, encontrará dificuldades de conseguir vagas em hospitais e escolas, ou até mesmo agilizar qualquer processo em mãos do Executivo, que freqüentemente são solicitações feitas por ouvintes em seus programas de rádio. Por isso, a maioria dos radialistas acaba por se alinhar à situação. Nesta posição, a liderança terá dificuldades em se manter fiel aos interesses do povo, tendo muitas vezes que votar segundo os interesses do partido ou do governo.

Por essa dificuldade, nota-se que os radialistas políticos melhor sucedidos são aqueles que, apesar de alinhados aos poderes institucionalizados, cuidam de não tornar isso evidente e explícito. Continuam sendo homens do rádio, companheiros do ouvinte, prontos, com suas verbas de gabinete, a ajudar na solução de problemas emergenciais da comunidade. A conexão com o povo é muito mais visível do que as ligações com o partido, com os demais parlamentares ou com o próprio Poder Executivo.

Os radialistas derrotados em 2002 não apenas tiveram problemas de posicionamento dentro do campo político, numa espécie de desilusão com o jogo, como também perderam sua conexão com o público, com quedas nos índices de audiência, causadas pela maior disputa entre emissoras na faixa AM, a própria crise do rádio AM, que empobreceu a programação, ou até mesmo por atuarem em gêneros desgastados, como o policial. No caso de Algaci Túlio, seu programa de rádio mudou de perfil nos últimos anos, se desvinculando do gênero policial e personalístico, para migrar para o gênero jornalístico direcionado a um público mais elitizado e bastante diferente do anterior.

É importante ressaltar também que, apesar de terem candidaturas estaduais, em 2002 a maioria dos radialistas concentrou-se na disputa pelo eleitorado de Curitiba, onde havia um grande número de vereadores pleiteando uma vaga na Assembléia Legislativa, bem como pela audiência do rádio AM na Capital e Região Metropolitana.

Destacaram-se aqueles que possuíam concessões, aliaram o poder do rádio à religião, ou representavam o surgimento de novas lideranças.

Analisando outras características peculiares da eleição de 2002, o poder econômico, como pôde se constatar, foi preponderante. Na política do espetáculo, descrita por Shwartzberg, os grandes e milionários *showmícios* trazem o elemento da festa e do carnaval para o processo das eleições, lembrando aqui das palavras de Da Matta. Um fato apoteótico que arrebanha facilmente aqueles eleitores que ainda não tinham em quem votar. Com tantos candidatos, todos tão “parecidos”, o marketing eleitoral, aquele que se manifesta somente durante a campanha eleitoral, torna-se decisivo.

Portanto, partindo de uma idéia inicial de que 2002 representou a derrota do rádio nas urnas, a pesquisa indicou que o rádio não perdeu importância no processo eleitoral em si, já que tem sido cada vez mais procurado como suporte para as carreiras políticas e não deixou de eleger a maioria de seus representantes em 2002. Enquanto três não se reelegeram, nove candidatos conseguiram voltar para a Assembléia Legislativa. Pode-se concluir, no entanto, que no caso específico de 2002, o poder econômico venceu as eleições, tanto quanto o rádio. Até porque o veículo, especialmente no que se refere ao rádio AM, passa por um momento de crise financeira e de transição tecnológica. Os radialistas que conseguem se sair melhor no campo radiofônico neste momento são também os de melhor desempenho nas urnas. São os líderes de audiência ou aqueles que conjugam o trabalho no rádio com a igreja, por exemplo.

Vale ressaltar que os radialistas conseguem, intuitivamente, levantar pistas sobre os motivos de sua derrota nas urnas. Algaci Túlio, por exemplo, citou seu afastamento pessoal dos eleitores, para se dedicar mais aos trabalhos legislativos; a proximidade com o poder institucionalizado, a partir do apoio ao grupo de Jaime Lerner durante 14 anos; o rompimento com o mesmo grupo pouco antes da eleição; a influência do caso Copel; a campanha milionária de Ratinho Júnior, que custou aproximadamente R\$ 1 milhão, de acordo com o que foi registrado no TRE; a divisão

da audiência no rádio AM em Curitiba, inclusive com o ingresso de políticos profissionais no ar; e ainda o fato de seu programa ter se descaracterizado migrando do gênero popularesco policial para o informativo, em busca de uma audiência mais elitizada. Na análise de seu programa Canal Aberto, é possível constatar alguns motivos da perda de conexão com o público, na medida em que o programa está cada vez menos personalista; a participação dos ouvintes é pequena; em muitos momentos não se usa adequadamente a linguagem radiofônica de modo que o programa torna-se cansativo e massante com textos longos não adequados para rádio, poucas vinhetas e trilhas sonoras; e ainda a constante visibilidade que se dá à ligação do radialista com o governo do Estado.

No caso de Luiz Carlos Alborghetti, a campanha milionária de Ratinho Júnior também é mencionada como um dos fatores que pesaram para seu fracasso eleitoral. Além disso, o fato de ter se dedicado mais à campanha de Álvaro Dias ao governo do Estado do que à sua própria e, ainda, uma suposta fraude eleitoral, que não foi possível confirmar junto ao TRE. A análise do programa demonstra que Alborghetti se coloca como justiceiro, mas, afastado do poder, não consegue atender às demandas. Estas por sua vez, estão cada vez menores devido à baixa audiência, colocando o radialista num círculo vicioso de decadência. O programa é agressivo e carrega um tom de revolta, o que ao invés de conforto pode causar uma sensação de impotência diante de tantas problemáticas apresentadas, sem soluções aparentes. Apesar de utilizar alguns elementos dramáticos, especialmente na abertura e fechamento, o programa também é marcado pela leitura de longos textos. A monotonia é quebrada, às vezes, pelos berros e xingamentos do apresentador.

Ricardo Chab também conclui que seu maior erro foi ter se dedicado à campanha de Paulo Pimentel ao Senado, e à de Roberto Requião, ao governo, distanciando-se dos seus eleitores no contato pessoal durante a campanha. O que ele considerou excesso de confiança, teria beneficiado ainda mais a candidatura de Ratinho Júnior, citada também como um dos motivos de seu insucesso. Chab ainda cita a divisão do eleitorado da Capital com um grande número de vereadores

candidatando-se à Assembléia Legislativa e a própria situação de crise e baixa audiência vivida pelas emissoras de rádio AM.

A situação partidária também acabou influenciando na eleição dos radialistas em 2002, já que muitos outros candidatos menos votados conseguiram conquistar uma vaga por estarem em partidos cujo quociente eleitoral era maior.

No caso de Luiz Carlos Martins, um dos motivos para a vitória em 2002, foi que pela primeira vez além de Curitiba, ele foi bem votado também em municípios do interior como Jacarezinho, no Norte Pioneiro do Estado, e em Morretes, no Litoral do Paraná. Mas analisando seu programa de rádio é que se pode concluir que o maior motivo para os bons resultados nas urnas é a forma como ele cultiva o contato com o ouvinte. O melodrama, a religiosidade, a esperança e o otimismo são ingredientes constantes, em pequenos enredos nos quais os próprios ouvintes são os protagonistas. Some-se a isso que a linguagem radiofônica é muito bem utilizada, nas vinhetas, trilhas sonoras, textos, silêncio e entonação de voz. Histórias reais, tristes ou não, fazem com que aquela audiência possa se identificar, se sociabilizar. O repertório do programa se mostra sintonizado com os problemas vividos pelo público, como o desemprego, as doenças e as dificuldades de relacionamento em família, a falta de dinheiro e até a solidão.

Em termos de investimentos na campanha, de acordo com os registros do TRE, Martins investiu menos do que Alborghetti, por exemplo, e mesmo assim teve resultados muito melhores nas urnas. Entre os campos radiofônico e político, Luiz Carlos Martins não se descuida do primeiro e mantém discrição em relação ao seu posicionamento no segundo. Como dono da emissora que é líder de audiência na Capital, o radialista tem o rádio como uma “carta na manga” no campo político. Desta forma, continua ocupando a posição de “delegado do ouvinte”.

É importante reconhecer as limitações da pesquisa diante da riqueza de informações e leituras possíveis dessa forma de sociabilidade que o rádio representa, não somente entre radialistas e ouvintes, mas também dando um sentido de comunidade a pessoas que não se conhecem e têm muito em comum, de solidariedades

locais e amizades. Além de analisar a importância do rádio como mediador da política contemporânea, um dos pontos sobre os quais o trabalho ajuda a refletir é a questão da construção de sentido por parte dos ouvintes. Não se trata de um simples instrumento de manipulação e de alienação das massas, mas de um meio onde é possível evocar uma memória comum e se experimentar a produção de solidariedade. Nas palavras de Barbero, o rádio local embora construído com vozes populistas, convoca e ativa dimensões da vida cultural do país muitas vezes desconhecidas ou negadas em outros meios.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACZKO, B. **Imaginação social**. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 296-330.
- BAITELLO JUNIOR, Norval. A cultura do ouvir. In: ZAREMBA, L.; BENTES, Ione. (Org.). **Rádio Nova**. Constelações da Radiofonia Contemporânea. Rio de Janeiro, 1999, n. 3.
- BAUER, M. e GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa: com texto, imagem e som**. São Paulo: Vozes, 2000.
- BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D'água, 1991.
- BARBERO, J. M. **Comunicacion masiva: discurso y poder**. Quito: Editorial Epoca, 1978.
- BARBERO, J. M. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003
- BARBOSA, M.L.V. **O voto da pobreza: e a pobreza do voto**. Londrina: Zahar, 1988.
- BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. 17. ed. São Paulo: Cultrix, 1997
- BARTHES, R. **Mitologias**. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1975.
- BERGER, T; LUCKMAN, P. **The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge**. New York: Anchor Books, 1967.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C.. **A profissão de sociólogo; preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, P. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987. p. 137-151
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BRETON, P.; PROULX, S. **Sociologia da comunicação**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.
- CERVI, E.U.. **Rádio e renovação política em eleições majoritárias**. As vitórias eleitorais de prefeitos/radialistas em Londrina e Ponta Grossa. Curitiba, 2002. 117f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.
- CÉSAR, C. **Como falar no rádio**. São Paulo: Ibrasa, 1995, p.59.
- CHAUÍ, M.. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COSTA, M.T. P.. **A justiça em ondas médias: o programa Gil Gomes**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo** Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ESCH, C. E.. Do microfone ao plenário: o comunicador radiofônico e seu sucesso eleitoral. In DEL BIANCO, N.; MOREIRA, S.V. (orgs.) **Rádio no Brasil** :Tendências e perspectivas. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Ed. Globo, 2001.

FERRARETTO, L. A. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 2001.

FERRARETTO, L. A. Tendências da programação radiofônica: as emissoras de amplitude modulada. In: DEL BIANCO, N.; MOREIRA, S.V.. (org.) **Desafios do rádio no século XXI**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

FLOCH, J.M. **Documentos de estudo do Centro de Pesquisas Sociossemióticas: alguns conceitos fundamentais em semiótica geral**. Tradução de: Analice Pilar. São Paulo: Ed. CPS, 2001.

GERTH,H.H.; MILLS, C.W. (Org.). **Ensaio de Sociologia**. 5 ed trad. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1946.

GOMES, N.D. **Formas persuasivas de comunicação política: propaganda política e publicidade eleitoral**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

HABERMAS,G. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984. (Biblioteca Tempo Universitário 76)

HAUSSEN, D. F. **Rádio e política: tempos de Vargas e Perón**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

HIRST, P.. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1992.

KUCINSKI, B. Mídia da exclusão. In: RUBIM, A.A.C. et al. (org). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LOBATO, E. FHC distribui rádios e TVs educativas para políticos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 de agosto de 2002. Primeiro Caderno, seção Brasil, página A4.

LOPES, M.I.V. **O rádio dos pobres – comunicação de massa, ideologia e marginalidade social**. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, número 29, 1995, p. 5-34.

MATTA, R. da. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MATTELART, A.. **Comunicação mundo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MATTELART, M.; MATTELART, A. **O carnaval das imagens: a ficção na TV**. São Paulo: Braziliense, 1989.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 4. ed. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1964. (4ª ed.)

MEDITSCH, E. **O rádio na era da informação: teoria e técnica do novo radiojornalismo**. Florianópolis: Insular, 2001.

- MENDONÇA, M.N. Nas ondas do rádio. **Boletim Informativo Casa Romário Martins**, v. 23, n. 115. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1996.
- MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MOISÉS, J.A. **Os brasileiros e a democracia**. Coleção Ensaio. São Paulo Ática, 1995.
- MOREIRA, S.V. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- MOREIRA, S. V. **Rádio palanque**. Rio de Janeiro: Editora Mil Palavras, 1998.
- MOREIRA, S.V. **Rádio em transição: tecnologias e leis nos Estados Unidos e no Brasil**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2002.
- NUNES, M.R. **O mito no rádio: a voz e os signos de renovação periódica**. São Paulo: Annablume, 1993.
- NUNES, M.V. **Rádio e política: do microfone ao palanque**. Fortaleza: Annablume, 2000.
- OFFE, C.; RONGE, V. **Teses sobre a fundamentação do conceito de “estado capitalista” e sobre a pesquisa política de orientação materialista**. In Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984.
- ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988. (5ª ed.)
- ORTIZ, R. (org e prefácio). **Pierre Bourdieu**. Coleção Sociologia, n.39. São Paulo: Ática, 1983
- ORTRIWANO, G.S. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.
- PIGNATARI, D. **Informação linguagem comunicação**. 25. ed. de ordem. São Paulo: Ateliê, 2002.
- POLETO, T. R. **O rádio em tempos de crise – o discurso radiofônico e as relações entre locutores e ouvintes**. Curitiba, 2003. 141 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Linguagens), da Comissão de Pós-graduação do Curso de Mestrado em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná.
- PRADO, E. **Estrutura da informação radiofônica**. Tradução de: Marco Antonio de Carvalho. São Paulo: Summus, 1989.
- PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. Tradução de: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- WEBER, M. **Ciência e política duas vocações**. Tradução de: Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993.
- WEBER, M. **Economia e sociedade : fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de: R. Barbosa e K.E. Barbosa. Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- RODRIGUES, A. D. **O campo dos media**. Lisboa: Veja, 1988.
- SALOMÃO, M. **Jornalismo radiofônico e vinculação social**. São Paulo: Annablume, 2003.
- SARTORI, G. **Homovidens, televisão e pós-pensamento**. Lisboa: Terramar, 2000.

SCHAFFER, M. **O ouvido pensante**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

SCHWARTZENBERG, R.G. **O estado espetáculo**. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1978.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, J. L. de O.A. da. **Rádio, oralidade mediatizada: o spot e os elementos da linguagem radiofônica**. São Paulo: Annablume, 1999.

SILVA, M.F. **Quem me elegeu foi o rádio**. São Paulo: Olho d'agua, 2000.

THOMPSON, J. B.. **A mídia e a modernidade, uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. (Org.) **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

6.1 DOCUMENTOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

TRE. CD-ROM. **Resultados das eleições**. 2004.

6.2 JORNAIS CONSULTADOS

DONATTI, L. Cancelamento da venda da Copel tira dinheiro da base aliada. **Folha de Londrina**. Curitiba, 27 jan. 2002.

FOLHA DE LONDRINA. **Como votaram os deputados**. Curitiba, 21 ago. 2001.

GAZETA DO POVO. **Política**. Curitiba, 10 jul. 2001.

GAZETA DO POVO. **Venda da Copel monopolizou o debate político em 2001**. Curitiba, 31 dez. 2001.

HENN, R. Fórum contra venda da Copel conta com 100 mil assinaturas. **Folha de Londrina** Curitiba, 16 abr. 2001.

O ESTADO DO PARANÁ. **Placar da ética instalado na Boca**. Curitiba, 24 abr. 2001.

O ESTADO DO PARANÁ. **Tema recorrente dos opositoristas**. Curitiba, 10 mar. 2002.

O ESTADO DO PARANÁ. **Túlio perde a liderança do PTB**. Curitiba, 06 jun. 2001.

6.3 SITES CONSULTADOS

AGÊNCIA CÂMARA. Disponível em
<<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=55237>> Acesso em 27 de outubro de 2004

ASSEMBLÉIA. Disponível em <<http://www.pr.gov.br/assembleia>> Acesso em 6 de agosto de 2004)

ANJ. Disponível em <<http://www.anj.org.br/novaregulamentacaolei972.doc>> Acesso em 9 de agosto de 2004

BALSEBRE, A. **El lenguaje radiofônico**. Disponível em <<http://www.perio.unlp.edu.ar/radio1/linkprincipal/bibliografia/bibliografiaenlaweb/armandbalsebre.doc>> Acesso em 26 de outubro de 2004.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. Código Eleitoral Brasileiro. Disponível em <http://www.tse.gov.br/servicos_online/legislacao/codigo_eleitoral_annotado/codigo_eleitoral.html> Acesso em 26 de outubro de 2004.

ETICA NA TV. Disponível em <http://www.eticanatv.org.br/pagina_new.php?id_new=102&first=0&idioma=0> Acesso em 27 de outubro de 2004.

ESTADÃO. Março de 64: 40 anos esta noite. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/1964/pg2.htm>> Acesso em 5 de novembro de 2004.

FOLHA ON LINE. <<http://www.folha.uol.com.br>> Acessos em 23 de janeiro de 2004 e em 02 de novembro de 2004

GPRÁDIO. Disponível em <<http://www.gpradio.com.br>> Acesso em 26 de outubro de 2004.

GRUPO DE MÍDIA. Disponível em <<http://www.gm.org.br>> Acesso em 01 jul. 2004.

MÍDIA ATIVA. Disponível em <<http://www.midiativa.org.br/index.php/midiativa/content/view/full/1104>> Acesso em 1 de novembro de 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Disponível em <<http://www.prpe.mpf.gov.br/internet/content/view/full/2181>> Acesso em 1 de novembro de 2004.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Disponível em <<http://www.mc.gov.br>> Acesso em 06 de julho de 2004.

MORAN, J.M. **A credibilidade dos comerciais de televisão**. Disponível em <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/comercil.htm>> Acesso em 1 de novembro de 2004

PUCRS. Disponível em <<http://www.pucrs.br/famecos>> Acesso em 27 de outubro de 2004.

RADIOFICINA. Disponível em <<http://www.radioficina.com.br/home/pesquisaweb/registroprofissional.htm>> Acesso em 27 de outubro de 2004.

SALA DE PRENSA. Disponível em <<http://www.saladeprensa.org>> Acesso em 30 de junho de 2004.

SINDIJOR. Disponível em <<http://www.sindijorpr.org.br>> Acesso em 9 de julho de 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – DEGRAVAÇÃO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O RADIALISTA ALGACI TÚLIO.....	121
APÊNDICE 2 – DEGRAVAÇÃO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O RADIALISTA LUIZ CARLOS MARTINS.....	136
APÊNDICE 3 – DEGRAVAÇÃO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O RADIALISTA LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.....	150
APÊNDICE 4 – – DEGRAVAÇÃO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O RADIALISTA RICARDO CHAB.....	166

**APÊNDICE 1 – DEGRAVAÇÃO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O
RADIALISTA ALGACI TÚLIO**

ENTREVISTA

ALGACI TÚLIO 29/06/04

P – Eu gostaria que o senhor contasse sua história, desde onde o senhor nasceu, até entrar para o rádio e chegar aos dias de hoje:

R- É uma história longa em... Quarenta e sete anos. Quarenta e sete anos, hein? Claro que vamos resumir tudo isso aí. Então você quer que comece?

P- Pode começar.

R – Bem, na verdade, a minha vocação para o rádio começou quando eu tinha meus dez, doze anos de idade, quando meu pai, que tinha uma bodega, naquele tempo chamava-se bodega, lá pelos idos de 1950, eu nasci em 40, em Areias, aqui no município de Rio Branco do Sul, Tamandaré. Meu pai tinha uma bodega, armazém, onde todo domingo, é... o povo se reunia nesse armazém, pra ouvir o rádio. O rádio era um rádio de um metro e meio de comprimento por um metro de largura e aquele tempo era tocado, não tinha bateria, não tinha energia elétrica, então era tocado com uma espécie de um acumulador, com... com um, como é que chama aquilo? É... uma torre ...Hoje chama-se bateria, né? Bateria de automóvel. Então ele só poderia usar por poucos... por poucas horas aquilo. Então, ele ficava carregando durante toda a manhã e à tarde ligava o rádio pro pessoal ouvir o futebol. E aí o pessoal se reunia e, claro, essa convivência minha, esse acompanhamento todo me deu essa curiosidade pelo rádio. Quando vim pra Curitiba, com mais ou menos quatorze pra quinze anos de idade, eu passei a ser um... jogando futebol, eu me colocava atrás da trave, atrás de um setor do campo de futebol, e ficava imitando o narrador de futebol, naquele tempo chamava-se *speak*, né (sic), narrador de futebol. Aí eu comecei então na rádio Marumbi, nos idos de 1954, 55, sendo colaborador do esporte amador. E eu passava na rádio durante a semana, eles me davam uma espécie duma súmula, duma ficha, dum jogo de amador que teria e eu ia nesse jogo amador no domingo, acompanhava, pegava lá as escalões, o juiz, quem marcou o gol, quem foi expulso, aquela coisa toda, e levava pra rádio, no domingo final da tarde após o jogo. Depois eu corria pra casa, porque eu ia ouvir o apresentador ou s apresentadores do programa falarem meu nome. Então aquilo era uma coisa fantástica, era um orgulho, então todo mundo ficava: olha é o Algaci Túlio, agora é ra... trabalha no rádio e tal, aquela coisa... E aí foi, foi, foi, até que eu comecei mais tarde, eu virei plantão esportivo da rádio Emissora Paranaense. Na época, do falecido deputado federal, ex-prefeito Maurício Fruet, na antiga Rádio Emissora Paranaense, ali no centro da cidade, do Nagib Chède. Então eu fui auxiliar de plantão esportivo, depois eu fui, me tornei titular como plantão esportivo, depois passei a ser repórter de campo. Naquela época, já trabalhando com Maurício Fruet, Viri Gonzer, Airton Cordeiro, com Antonio Curi, é daí já estava também Pirajá Ferreira, é...já era colaborador também Gilberto Fontoura, todo esse pessoal já fazia parte da equipe da Rádio Emissora Paranaense. Silvio de Ronald também, Airton Gusma, já falecido, enfim era o pessoal nosso. Depois passei a ser também narrador de futebol, sempre narrava o futebol, e eu cresci no esporte em consequência dessa minha passagem pela Emissora Paranaense. Trabalhei em várias outras emissoras de rádio em Curitiba, fazendo esportes, até mais ou menos por volta de 1963, aproximadamente, 62, aproximadamente. Depois eu passei também, aí eu já passei a trabalhar na área policial, quando eu trabalhava no esporte da Rádio Colombo, na

equipe esportiva da Rádio Colombo, junto com Machado Neto, Vinícius Coelho, é... Airton Cordeiro novamente, Rinoldo Cunha... Foi uma das maiores equipes formadas de rádio esportivo no Paraná, foi na Rádio Colombo. E aí, no momento, o José Vicente, que era o repórter policial da Revista Matinal, do Artur de Souza, acabou, não queria mais, tava cansado e tal, tinha que levantar todo dia de madrugada pra ir lá na delegacia pegar a relação das ocorrências policiais, me convidou, então passei a ser o repórter policial da Revista Matinal. E a Revista Matinal do Artur de Souza era como se fosse hoje o Jornal Nacional, era uma audiência obrigatória. As famílias curitibanas, até a abertura do programa era assim: Revista Matinal uma voz amiga nos lares paranaenses. E todo mundo ouvia a Revista Matinal porque o Artur de Souza tinha uma audiência fantástica e era uma espécie de um jornal de manhã, que dava tudo quanto é tipo de notícia, especialmente os falecimentos, porque era uma tradição, e se mantém até hoje essa tradição, de ouvir o rádio pra saber quem morreu, né? As pessoas mais antigas iam se distanciando, então, sabem pelo rádio quem morreu. Com isso, também, até hoje a gente mantém isso no meu programa também. Então eu passei a ser repórter do Artur de Souza até mais ou menos mil novecentos e... fiquei acho que uns quatro anos como repórter do Artur de Souza. Aí em sessenta e seis eu já passei a caminhar pelas minhas próprias pernas no rádio e fui contratado, na época, pela Rádio Clube Paranaense. Depois fui contratado...daí pela Clube Paranaense. E nesta, em sessenta e seis mais ou menos. Sessenta e seis, sessenta e sete. Depois eu fui passando por outras emissoras de rádio, passei pela, além da Clube, passei também pela Rádio Cultura, pela Rádio Cidade, e aí foi. Mas o ponto mais alto da minha participação no rádio como repórter policial foi na Rádio Independência. Mais ou menos pela época de setenta e...sessenta e oito, sessenta e nove, por aí, até oitenta e dois. Eu fiquei mais ou menos onze ou doze anos na Rádio Independência, posso até ta enganado na questão do ano aqui. Eu sei que eu terminei em oitenta e dois, oitenta e três, eu terminei na Rádio independência. Ou um pouquinho antes, fiquei onze anos. E esse foi o período, essa década de setenta... de setenta a oitenta e dois foi a minha época de ouro do rádio onde, nessa época, uma contratação de um apresentador de um programa policial era muito concorrida. Era que nem hoje se compra o passe dum jogador de futebol. E felizmente eu ganhei um bom dinheiro nessa época, sendo vendido. Era contratado, depois da Rádio Independência, a Rádio Cidade, depois teve a Rádio Universo, depois voltei para a Rádio Clube Paranaense, onde estou até hoje, já há quase vinte anos. Então foi uma época de ouro do rádio. E foi a época também em que eu me projetei muito forte nesse setor porque eu fiz coisas que o rádio policial não fazia. Eu não ficava apenas na informação que me dava a polícia, ou na informação de dava no jornal do dia seguinte. Eu buscava a notícia muito antes, eu fazia um trabalho de repórter investigativo, eu ia atrás das coisas antes da própria polícia. Então me tornei bastante respeitado e muito credi... e com muita credibilidade nesta época. Tanto é verdade que nós aqui, desse período, eu só não vou citar nomes de pessoas, mas nós aqui, levantamos um crime muito famoso aqui em Curitiba, o chamado crime da caixa alta, porque era um crime da alta sociedade, e naquele tempo você se limitava, rádio e jornal, se limitava a dar as iniciais das pessoas, né? Você era um filhinho de papai, ficava só nas iniciais, não se dava o nome completo das pessoas. E eu quebrei esse tabu e passei a citar o nome das pessoas. Talvez isso tenha me dado... Porque eu sempre dizia: cume que o Zé da favela, o Joãozinho da esquina, a gente dá o nome

inteiro, sai a fotografia nos jornais, e porque que o cidadão da alta sociedade num pode, tem essa discriminação? Aí a gente começou realmente a dar os nomes aos bois, botar fotografia em jornal. Nessa época eu fazia, além do rádio, eu fazia... escrevia na Tribuna do Paraná, escrevia também em outro período no Diário do Paraná, e fazia programa de televisão também, no canal 4, nesse período, no canal 4, canal 6, eu fazia também o programa de televisão. Então eu comecei a dar uma mudança nesse estilo de fazer as coisas e ficar escondendo quem era e quem não era. Então a gente botava mesmo, botava o nome das pessoas e fotografias. E nós desvendamos um crime, caixa alta chamado, porque a polícia queria...estava achando dois laranjas pra assumir um crime dum assalto, quando na verdade o crime foi engendrado todo ele pelo empresário, por um auxiliar seu, que acabaram matando uma mulher, a mulher do empresário, simulando como se fosse um assalto, aquela coisarada toda e a gente acabou...a polícia foi por um lado, nós fomos por outro lado, eu e mais um juiz de direito, o dr. Octávio Valeixo, hoje falecido, a gente foi poutro lado e acabou comprovando que, na verdade, o crime não era um crime normal, feito por bandido, mas era um crime passional, um crime com interesses financeiros, porque tinha um seguro de vida em jogo, e um crime que teria sido encomendado pelo próprio marido da senhora que foi assassinada, uma professora muito conhecida em Curitiba. Um crime que deu grande repercussão, até nessa época a maioria dos jornais não davam essa notícia porque a pessoa tinha uma grande influência na cidade e, na época, eu escrevia no Diário do Paraná e todo dia eu saía com uma manchete no jornal cobrindo, dando continuidade, a este caso aí. Foi por esta razão que a gente conseguiu provar que o crime era um crime de encomenda. Bom, nessa época também que eu fiz. Eu fiz a primeira transmissão do júri, no Tribunal do Júri, pela televisão, no Brasil. Ninguém tinha feito isso, eu fiz aqui. Fiz pelo canal 6, canal 6. Fizemos a transmissão desse júri de um pistoleiro que teria matado um delegado de polícia, um crime muito famoso aqui na cidade, então...a gente fez a transmissão. Depois eu fiz também a transmissão por televisão... aí eu fiz pela televisão e pela rádio, aí eu fiz também a transmissão pela televisão e pela rádio do crime de uma professorinha que foi assassinada no morro do Guabirotuba, professora Arlene, numa época de muita conturbação estudantil aqui no Paraná e ela era uma líder estudantil. Nós fizemos também essa transmissão pelo júri, mas chegou na metade, pouco antes da metade, na hora de apresentar as provas, como ela foi vítima de uma violência sexual o juiz mandou interromper a transmissão porque iam aparecer peças íntimas da moça e a sociedade não tava acostumada a ver essas coisas, que vê com tanta facilidade hoje na... nas novelas que estão aí colocadas e nos filmes explícitos na televisão. Bom, depois eu fiz também a transmissão ao vivo pelo rádio, na época rádio independência, do julgamento do Doc Street, do Rio de Janeiro, lá em Cabo Frio, também foram três dias de júri, sem parar, três dias sem parar, com as maiores cabeças da nossa advocacia brasileira, inclusive o ministro da Justiça hoje era um dos advogados e... esqueço agora o nome do outro... Tércio Lins de Albuquerque, eram os grandes cabeças juristas e foram três dias de julgamento transmitido pela Rádio Independência. Depois eu transmiti de São Paulo o julgamento do Lindomar Castilho, que também havia matado a mulher. É uma época de muitos crimes por amor, se matava muito por amor nessa época, né, e crimes famosos aí. Então o Lindormar Castilho também em São Paulo, eu transmiti ao vivo... enfim foram alguns casos . E nesse período também eu tava

ma...numa ascensão tão grande que eu tinha uma liderança muito forte dentro das penitenciárias. Por exemplo, o respeito que os presos tinham pelo repórter policial, muito embora a gente nos programas escrachasse o bandido, aquela coisara toda, mas havia da parte deles o respeito porque havia também muito abuso da polícia nessa época, né? Então eu vivia constantemente na penitenciária, jogava futebol na penitenciária no sábado à tarde contra o time do Asas, era um time famoso da penitenciária, um time bom. É...a gente ia jogar lá e tinha muita convivência com presos e...passamos a fazer pelo canal 4, pelo canal 6 na época também, algumas novelas, histórias que a vida contam (sic), que contam a história de alguns bandidos famosos que tavam na penitenciária como, por exemplo, o Jack Balance, que era um bandido que nós tínhamos aqui, assaltante de banco, que era...tinha toda a semelhança, um cara de dois metros de altura, aquele rosto feio meio quadrado, bem, bem idêntico ao Jack Balance. Por isso que ele foi apelidado de Jack Balance. E esse rapaz depois foi personagem de uma dessas novelas porque ele era um bandido que assaltava e quando ele era preso na delegacia as mulheres iam levar flores pra ele, levavam rosas pra ele porque eram apaixonadas pelo...Tanto que ele acabou no presídio conhecendo uma pessoa, uma advogada, e essa advogada se apaixonou por ele e casaram, e hoje constituíram família. Ele mora em São Paulo. Volta e meia ele me visita. Depois também teve...ocorreram vários fatos nesse período, em que presos, o famoso preso marajá, um carioca, fugiu da penitenciária e se ...se escondeu na casa de uma família na Vila Lindóia e fez por refêem uma família e aí a polícia cercou a casa, queria tira-lo de qualquer maneira de lá, ele falou, em determinado momento, depois de quase cinco ou seis horas de negociação, ele falou: olha, então tem uma coisa, eu só me entrego - isso era de madrugada- eu só me entrego pro Algaci Túlio e prum juiz de direito (sic). Aí os policiais me localizaram, tava quase na hora de começar minha ronda, começava três e meia, quatro horas da madrugada a minha ronda com o carro da rádio. Me localizaram, eu fui lá peguei um juiz, o dr. Otávio Valeixo mais uma vez, fomos lá e tiramos o preso desta casa, a família...não houve nada com a família, e levamos ele pra delegacia e o entregamos pra polícia. Então, foram fatos assim que aconteceram nessa minha dança de repórter policial. Hoje eu estou já, depois que me tornei vereador em 82, claro que eu diminui, daí eu não podia mais fazer reportagem e já comecei a ter um program, né, com uma equipe, comecei montar, contratar bons repórteres e tal e a gente fazer apenas a apresentação e os repórteres faziam as matérias, como acontece inclusive até hoje. Então foi mais ou menos...mais ou menos isso aí que aconteceu nesse período todo aí, no rádio, né? Agora nesse meio tempo daí veio a política. Em 82, eu tinha o meu programa de rádio na Rádio Independência, o Erondi Silvério, que era deputado estadual fazia um comentário de cinco minutos dentro do meu programa e ele via aquele povão todo que vinha na rádio pra falar comigo. Era uma média de vinte, trinta pessoas por dia, que durante o programa iam até a rádio, a rádio era lá no Pilarzinho, não era no centro da cidade, né, iam lá pra conversar, pedir coisas, pedir é...pedir ajuda, aquela coisa toda. E ele via todo aquele povo e dizia: como é que você vai atender todo esse povo, você não tem condições de atender, você é apenas um assalariado, tal, tal. Seu negócio é ter um mandato, você ser um vereador. Eu disse: olha, eu detesto política, não gosto de política, não faz o meu jeito, não tenho essa intenção. Não, mas você vai ser. E depois tem mais uma, nem tenho como fazer a campanha, não tenho dinheiro pra nada. Eu banco a campanha pra você'. E ele bancou

a campanha, me levava nas empresas dele, ele tinha várias empresas em Curitiba. Me levou junto aos amigos dele, me levou e eu fui eleito o vereador mais votado da história da Câmara de Curitiba em 82, na época do voto vinculado, só podia votar em candidato de um partido só. Naquela época eu fiz 13 mil votos, como vereador, e fui eleito vereador, depois, 86 fui eleito deputado estadual, o quinto mais votado no Paraná, 33 mil votos. Depois tem uma seqüência de eleições de deputado, nesse meio tempo, aquela famosa campanha dos doze dias, né, de oitenta e...ss..oitenta e oito, oitenta e oito, a campanha dos doze dias. Quando eu era candidato a prefeito, ninguém queria ser candidato pelo PDT naquela época, né. No início do socialismo moreno do Brizola aqui no Paraná e eu então fui o candidato, mas depois, faltando doze dias, o Jaime Lerner havia conseguido transferir o título dele do Rio pra cá, já que o Brizola pretendia lança-lo candidato a prefeito no Rio, não deu certo, ficou viabilizado pra Curitiba. Trouxemos o título de volta e aí eu abri pro Jaime nos doze dias e nós ganhamos as eleições. Depois reeleito deputado mais uma vez, vice-prefeito, eu assumi a prefeitura 27 vezes nesse período, é... depois fui...é...tinha a intenção de ser o candidato seguinte, na sucessão do Jaime, mas daí houve uma briga, uma batalha muito grande e o Rafael acabou ganhando essa condição, foi ele prefeito, nós ajudamos, depois na seqüência veio a candidatura do Cássio Taniguchi, quando eu era o candidato, já estava em campanha, inclusive, com maior índice de aprovação do que ele na pesquisa, mas o Jaime sempre optava por quem tinha o diploma, né, como eu não tinha diploma, não era formado pela...não era formado em engenharia, arquitetura, nada, tinha apenas a formação da escola da vida, né, então eu acabei perdendo também essa oportunidade e daí me fizeram renunciar a Assembléia pra ser candidato a vice, quando nós então ganhamos também a eleição para prefeito de Curitiba, com o Cássio na sua primeira legislatura. E, essa é a história de quarenta e...resumida, evidentemente, uma história de 47 anos de rádio, misturada com a questão política também, né. E, nesse meio tempo tem muitos fatos pitorescos, aqui não sei se caberia, assim... Outro fato triste, lamentável, que aconteceu, não é pitoresco, é lamentável, foi a morte, o assassinato do... do... filho do Alencar Furtado, o Heitor Alencar Furtado, que foi assassinado. Também numa época de conturbação estudantil no Brasil, ele era um líder estudantil também, num é? Era deputado federal e quando retornava de uma viagem pra o interior do Paraná, Norte do Paraná, foi assassinado ali em Jandaia. Até hoje não se explica direito se foi um crime de encomenda, se foi um assalto a um posto de gasolina, ou coisa parecida, e eu então também cobri esse assassinato e quando estava regressando de Maringá eu sofri um acidente gravíssimo, isso em 81, que quase também me tirou a vida em consequência do acidente. É... enfim, foram vários acontecimentos, eu, em várias ocasiões eu fiquei como cobaia na penitenciária central do Estado em Piraquara, nas grandes rebeliões que ocorreram, pra servir de escudo para os presos para as negociações com o pessoal da administração do presídio. Em várias ocasiões eu fui proibido de entrar no quartel da polícia militar porque eu não aceitava... porque eu criticava muito a polícia nessa época, né, e quando criticava aí tinha várias restrições de informações de dentro da polícia, tanto civil como militar, mas foram... foram muitas brigas na área, com o pessoal da polícia militar, polícia civil, ocorreram muitas, muitas, muitas...confusões também. Nesse período todo aí, eu acumulei mais ou menos uns treze, quatorze processos por calúnia e difamação também. Fui perseguido, perdi empregos, na Rádio Independência, por exemplo, por

questão política, depois de onze anos, por ter feito críticas a um secretário num governo na época, acabei, a direção foi pressionada, ou ficava comigo e perdia as verbas do Palácio Iguazu. Evidentemente que a opção segunda foi a que eles preferiram, ficar com as verbas e eu fui mandado embora, muito embora fosse o líder de audiência do rádio naquele horário, em todas as emissoras de rádio. Na televisão, também por mostrar uma atuação muito independente, eu fui recomendado que não entrevistasse determinada pessoa e eu falava que não era correto isso, que não aceitava isso, também fui mandado embora do canal 4 na época, depois no canal 6 também a mesma situação. Então foi uma, uma...foi uma luta que foi bastante difícil, porque sempre contra os poderosos. Era uma luta difícil, eu emcampava a defesa dos mais pobres, daqueles menos favorecidos e pegava as brigas com os grandões. Então sempre tinha perseguição, processo nas costas, é...pressão pra deixar a rádio aqui, deixando a televisão ali, e assim foi...né.

P – Em 82, o senhor começou por qual partido?

R- Na época só tinha dois. O MDB, né, e o PDS, partido...não... Partido Social Democrático –PSD. Eram dois partidos. E como na época, meus pais muito católicos, semi-analfabetos, sempre imaginavam de que...havam falado que o PMDB tinha o pessoal do lado comunista, pessoal da esquerda, tudo comunista...família católica, evidentemente tive que optar pelo PD...pelo PSD na época, né. Depois que a gente foi mudando de partido aí chegando hoje no PMDB.

P – Por quais partidos o senhor passou?

R- Passei pelo PSD, depois o PTB, PSB, depois o PDT, PPB, é... e daí o PSDB e PMDB. Sempre partidos, com exceção do primeiro, porque eu não tinha nenhuma ideologia política na época, né, mas depois todos os demais foram todos mais do centro-esquerda, né, que sempre foi minha maneira de ser, de atuação na Assembléia, uma atuação independente, tudo... Então foi um grande aprendizado, o rádio, o rádio é pra mim... tanto que eu to até hoje, to com 63 anos de idade e não penso em abandonar o rádio. O rádio pra mim é uma cachaça, é um vício, não fumo e não bebo, então meu vício é realmente fazer o rádio, levantando... Durante esse período todo foi a minha média de dormir foi de três quatro horas, no máximo cinco horas, quando dava. Eu cansei de dormir em delegacia de polícia, né, quando acompanhava um crime durante a noite e aquele se arrastava à madrugada já emendava e ficava. Então eu dormia com a cabeça caída numa mesa de delegacia. Cansei de dormir, por exemplo, na sala do necrotério do Instituto Médico Legal porque quando aconteciam aqueles grandes acidentes e vários acidentes com ônibus ou acidentes com aviões, por exemplo, a gente ficava ali pra pegar a identidade das pessoas. Então a gente não queria perder a notícia na manhã seguinte pra dar tudo completinho. Tinha essa...essa preocupação. Então eu amanhecia. Então, nesses 47 anos de rádio a média de dormir, de sono, foi de quatro horas, né. Durante o dia não tinha essa oportunidade de dormir. Um fato interessante pra contar também pra você foi um acidente com um avião da Sadia, que aconteceu em Florianópolis, num morro em Florianópolis, em que eu estava na Tribuna do Paraná nessa época, na Rádio Independência e no Canal 4. Então, aos domingos eu fazia plantão pra Tribuna. Então eu e o fotógrafo ligamos pro Dr. Paulo Pimentel, olha aconteceu um acidente assim e assim em Florianópolis, nós poderíamos pegar aí um...alugar um aviãozinho pra irmos até lá? Dr. Paulo autorizou, chegamos lá antes do que as equipes de socorro, no local

do acidente. Então foi uma cobertura que, durante muitos anos, na data do aniversário do Estado do Paraná, sempre tinha uma retrospectiva, sempre tava lá a fotografia e a legenda lá que os repórteres do Estado do Paraná chegaram antes da equipe de salvamento. Cobri aquele acidente também que envolveu a família Vieira, do Bamerindus, no interior do Paraná aqui. Também com exclusividade, fiquei lá dois dias cobrindo todo o acidente. Cobri o acidente da tragédia lá de Sete Quedas, quando ocorreu lá o problema do rompimento das passarelas das Sete Quedas também. Enfim, foram grandes coberturas que a gente fez, em vários aspectos aí, né.

P – O senhor disse que o senhor entrou na Rádio Marumbi. Quem que acabou convidando o senhor para trabalhar no rádio?

R- Naquele tempo tinha o Denir Venhardi, o falecido Denir Venhardi, ele era o cara, a pessoa que cobria o esporte amador. Ele que tinha um programa dedicado ao esporte amador na Rádio Marumbi. Então eles tinham vários, eles pegavam vários...porque eram muitos jogos no futebol amador, hoje chamados de suburbanas e que ele não.. naquele tempo não tinha celular, telefone fixo já era uma dificuldade danada, campo de futebol não tinha telefone público nem nada. Então eles viviam da...de que alguém levasse na rádio as informações. Então eles começaram a criar grupos de pessoas que pudessem ser colaboradores, daí que eu entrei, como colaborador. Eles sabiam da minha ligação, né, com o clube que eu jogava, eu jogava no futebol amador aqui no Rio Branco, aqui no Bairro do Ahu. Então eles sabiam, e sabiam e...eu também procurei, eu também procurei me envolver no processo do rádio e aparecer, querer prestar serviço, daí me deram essa oportunidade. Então tá aqui a ficha, vai lá , pega e traz, tal.

P – Chegou a trabalhar de graça?

R – Ah, trabalhei muitos anos de graça no rádio. A gente pagava pra trabalhar. Até o período da Rádio Marumbi, Rádio Emissora Paranaense. Na verdade, no futebol, no esporte, foi praticamente tudo de graça. A gente começou a ganhar dinheiro quando a gente passou a trabalhar na parte policial, que eu passei...eu e outros companheiros na época, tinha eu, tinha o Zé Domingos, tinha Ali Chaim. Era o pessoal da época. Então aí é que a gente começou a ganhar dinheiro, nessas transações indo de uma rádio pra outra. Futebol, na verdade, pouco ou quase nada. Depois, mas pra frente que começou a sair um salariozinho, mas daquele jeito.

P- E depois uma rádio ia chamando o senhor da outra?

R- Aí era a disputa por audiência, né, naquele tempo não tínhamos tantas rádios assim. Nós tínhamos a PRB 2, tinha essa Emissora Paranaense, tínhamos a Rádio... a Rádio...depois...a Rádio Colombo, a Marumbi, que era mais esporte, depois é que veio a Rádio Independência e começou uma disputa sadia, uma disputa boa, pra quem ocupava esse horário nobre no rádio. Com o desaparecimento do Artur de Souza, essas rádios tinham que preencher o espaço nessa concorrência. Então buscavam os repórteres policial (sic) que eu.. nesse, naquela época o repórter, o... programa policial era o quente que o povo gostava de ouvir, tal, então, era o espaço que a gente tinha. Por que? Porque a gente não era só repórter policial, a gente comprava briga pela população, a briga com relação a segurança pública, briga com relação a iluminação pública, falta do asfalto, então já misturava tudo, era uma cobrança geral, tá. Então a gente era tido como um paladino, era tido como um salvador da pátria, na verdade o pessoal acreditava muito na gente. E se não

acreditasse não teria chegado, não teria sobrevivido até hoje. Quer dizer que foi uma vida levada sempre por essa responsabilidade, ao ponto de eu chegar a galgar esses degraus aí na questão política, né. Sempre estar dando respostas. Quer dizer, ce num ficava apenas falando no microfone, porque todos aqueles que, alguns exemplos que tem aqui no Paraná, de repórteres que ganharam grande destaque e depois foram para a política, eles se limitavam apenas a fazer o programa e ir pros seus compromissos. Eu não. Eu atendia o povo, se o pessoal me chamasse em determinado bairro da cidade eu ia lá pruma reunião, eu ia ver o problema que havia lá e reportava isso no programa seguinte na rádio. Então havia essa correspondência sabe, não ficava apenas na...lá... usando o microfone e gritando: olha atenção prefeitura, tem que arrumar... Não. A gente falava, mas também ia lá. Ia lá no dia seguinte, ou no mesmo dia, pra ver realmente o que é que era que estava acontecendo. Então isso tudo deu uma... uma forte credibilidade pra gente.

P – O senhor acha que teve dificuldades em, como político, dar essas respostas, ou continuou?

R- Como político até porque no começo eu tava muito mais ligado ao grupo que estava na...que ganhou a eleição pra prefeitura, então como vice-prefeito eu acho que pude fazer um trabalho muito forte na cidade. Eu acho que eu fui um grande... um grande...éee...um grande assim auxiliar do Jaime Lerner, porque o Jaime não era uma pessoa dada à população mais simples. Até pra ele ganhar, até pra nós ganharmos nos doze dias eu tive que leva-lo pra periferia da cidade e, às vezes, até gritar pó Jaime pega na mão daquela mulher ali, pega aquela criança no colo, vamo entrar aqui no boteco e tomar uma coca-cola, e comer um sanduíche aqui, comer uma banana... Porque eu pela minha popularidade, que eu tinha, né, pelo meu jeito de ser sempre assim, eu não fazia aquilo por demagogia, mas é porque era meu estilo e continua sendo meu estilo até hoje. Aprendi muito com o falecido Maurício Fruet isso, né? Então isso tudo serviu pra ajudar o Jaime Lerner a ganhar um pouco de popularidade e a gente ganhar os doze dias. Então nesse período de, até pelo menos a eleição nossa, eu de vice-prefeito o Jaime de prefeito, o Rafael Greca de prefeito e depois eu vice do Jaime, eu pude corresponder muito e fazer muitas obras em Curitiba. Inclusive uma das idéias minhas, o chamado Plano Mil, que era um antipó nos bairros de Curitiba foi uma idéia minha pro prefeito Cássio Taniguchi na época. Na época do Jaime Lerner fizemos cinco mil obras, o Rafael fez seis mil obras, depois o Cássio Taniguchi, com o Cássio fizemos mais um tanto, um pouco mais disso também. Uma prosposta forte que eu fiz pra aceitar ser vice do Cássio foi que a gente fizesse uma integração forte com a região metropolitana, que não ficasse apenas uma integração relacionada apenas a um ônibus que sai de Curitiba e vai até lá Tamandaré, São José, Piraqurara, não. Que fosse na área da saúde, na área da habitação... E isso a gente conseguiu fazer. Tanto que hoje ninguém fala em governar Curitiba, sem pensar a região metropolitana, né? Então a gente fez muita obra. Tem muita obra na cidade que tem placa que tem o nome do vice-prefeito. Tem asfalto feito, tem ponte feita, tem passarela feita, tem iluminação colocada e tudo mais. Quer dizer, eu tenho um orgulho danado disso. Vim daonde eu vim, com a minha cultura... com a minha educação de escola...mínima, sem ter uma faculdade, né? Ser jornalista hoje por direito, não porque tivesse freqüentado uma faculdade de jornalismo, nada. Então eu tenho orgulho de ter sido um grande coadjuvante para fazer essa transformação que a cidade recebeu porque foi a partir da

terceira eleição do Cássio... do Jaime pra prefeito, quando ele foi eleito pelo voto popular, é que Curitiba ganhou notoriedade nacional, internacional, com as obras que o Jaime trouxe pra cidade. Foi copiada? Não importa. Mas foi trazido pra cidade de Curitiba. Trouxe lá da Alemanha, dos Estados Unidos, da Itália, da Espanha, a Rua 24 horas, a Ópera de Arame, o Jardim Botânico, tudo isso a gente fez de novo em Curitiba. E Curitiba era uma cidade modesta, uma cidade provinciana, você não falava em turismo em Curitiba, hoje é um pólo turístico do Brasil. É a cidade de Curitiba. Então esse orgulho eu tenho de ter dado essa contribuição, pela minha popularidade, de ter feito o Jaime voltar pra política porque é bom lembrar que o Jaime foi eleito prefeito duas vezes na época do governo militar, né? Nomeava as pessoas, né? E quando ele tentou ser prefeito pelo voto popular foi em 85, quando ele perdeu pro Requião, aqui em Curitiba, e o vice-prefeito do Jaime Lerner era o Fernando Fontana. Eu tava fora disso aí. Depois o Jaime perdeu a eleição seguinte em 87 pro governo do Estado, quando foi tentar ser vice-governador do Alencar Furtado, contra o Álvaro Dias, perdeu. E só voltou a ganhar pelo voto popular em 88, quando nós fomos vice-prefeito e nós seguramos aquela, aquela... aquela luta pra prefeitura. Era eu candidato, Maurício Fruet, Airton Cordeiro, Enéas Farias, pelo PMDB, quer dizer tinha bons candidatos. E de todos eu era, quem sabe, o que menos tivesse condições, mas dado a minha popularidade, que eu tinha naquele momento, eu tava disputando com o Maurício primeiro e segundo lugar. Foi isso aí que alavancou o Jaime vir na seqüência e a gente ganhar a eleição em Curitiba.

P- E como deputado, que projetos o senhor...

R- Olha, como deputado eu fiz vários projetos. Trabalhei muito na área da educação, trabalhei muito na área do meio ambiente e na área da segurança pública. Também a Assembléia tá lá pra provar tudo isso também, mas algumas decepções como político, como deputado, né. Porque a gente viu que ...aliás é uma máxima do povo, agora há pouco eu estava almoçando, o cidadão sentou na minha mesa e perguntou: ué você não vai ser nada esse ano? Digo, não não vou ser nada e tal. Daí começou a relembrar alguns períodos passados e aí eu falava que: o eleitor... o eleitor é o seguinte: ele quer o calor humano do político, e não sabe que quando ele elege o político, o político tem obrigações e tem horário pra cumprir. Então o eleitor fala: ah vocês se elegem e depois esquecem a gente. É, não foi o meu caso, porque mesmo assim, eu duvido que tivesse alguém que estivesse na assembléia, ao mesmo tempo estivesse no bairro, estivesse no microfone da rádio, estivesse na televisão, à noite estivesse numa reunião do que eu. Mas eu me dediquei muito à Assembléia. Tanto que eu tava dizendo que a Folha de Londrina fazia aquele levantamento com os estudantes, né, pra saber quem estava. Foram 15 sessões do mês na Assembléia e vão ver quem realmente vai estar ao ponto. E eu sempre estava lá pontuando na Assembléia, não faltava a uma sessão, fazia parte de todas, praticamente todas as comissões internas da Assembléia, fazia parte de quase todas as CPIs, presidindo, relatando, ou apenas como participante da CPI. Quer dizer, eu dediquei a minha vida pra fazer valer aquilo que o eleitor pede do político, o político como o respondente, político responsável, político presente. Eu fiz tudo isso, né? E, no entanto, vejam, a maior luta nossa na Assembléia qual foi nesses últimos... Qual foi a maior luta que a Assembléia encampou nesses últimos anos que veio da rua, o grito da rua? Que era a não venda da Copel. E eu rompi com o grupo, que era o grupo do Jaime, rompi com o grupo da prefeitura, por

que? Porque eu não aceitava a venda da Copel. Achava que Copel, Sanepar, que as empresas não poderiam ser vendidas, ser privatizadas. E eu encampeei essa briga. Saí do poder, vim para a oposição, fiz todo aquele trabalho, aquelas noites memoráveis que a imprensa cobriu, que a imprensa apanhou da polícia, que a gente foi pra rua defender estudante contra o espancamento da polícia. Isso tudo infelizmente o povo não lembrou no dia da votação. No dia da eleição, não lembrou disso. E votou... foi lá com outros candidatos, mas talvez seja essa realmente uma grande mágoa, porque ali eu joguei todo o meu peso político, a minha independência política, saindo do lado do poder, onde eu poderia ter vantagens, coisa que eu também nunca vi na minha vida, desde o tempo de prefeitura dizer que quem tá no poder tem benefícios, eu num... pra mim eu não fiz benefício nenhum. Tanto que eu encerrei minha carreira política, pelo menos nessa última em função da derrota com dívidas, né, dívidas grandes e com problemas inclusive até hoje pendentes na justiça, que não foi coisa minha, foi coisa que veio de questão do grupo político que eu abandonei. Então, talvez essa tenha sido a única mágoa, de ver, que de repente o povo precisa acompanhar mais a vida do político, acompanhar mais o trabalho do político pra saber o que que ele faz. Não ver por um bater nas costas, por ir lá tomar um café com o cidadão lá. Enquanto ele tá lá, outros tão na Assembléia, se debatendo, dando quorum pra que tenha votação. Isso é que o povo às vezes não se toca, né? Então talvez tenha sido isso o meu pecado. Quer dizer, se eu deixasse de ficar... Se eu ficasse menos na Assembléia e fosse mais pra rua, quem sabe fosse mais visto e aí deixaria de fazer o papel que o povo cobra sempre do político, né. Trabalho, lealdade. Eu paguei um preço muito caro pela lealdade com o grupo que eu fiz assumir o poder na cidade de Curitiba e depois no governo do Estado.

P- E quais os fatores que o senhor acha que influenciaram nas eleições de 2002?

R- O fator financeiro. Foi demais. Foi uma coisa nunca vista em Curitiba, no Paraná, a questão financeira. Eh...começando pela própria...pelo próprio pessoal de dentro da Assembléia. Que foi um período que o governo da época liberou muito dinheiro para os parlamentares, né? Especialmente aqueles ligados ao grupo do poder, que foi evidentemente em função da questão da Copel. A Copel teve um peso fundamental. Se você fizer um levantamento, do grupo que votou contra a venda da Copel e do grupo que votou a favor da venda da Copel. Os que votaram a favor da Copel, praticamente voltaram quase todos. Por que? Porque eles ganharam direito a obras pros seus municípios, né, ganharam verbas na área de comunicação, a maioria é dono de rádio e outras coisas mais e nós de oposição perdemos tudo. Ficamos apenas com a nossa coerência. E a coerência não foi o suficiente pra vencer o poder econômico do outro lado. E, além disso, vieram candidatos fortes aí, né, pessoas com herança de família, por exemplo. Tivemos aqui, em Curitiba, pelo menos, um deputado estadual eleito com herança de família, o avô foi durante muito tempo político, com grande poder no Estado, o outro veio filho de um comunicador, que veio com poder econômico fantástico também...e aí ficou difícil. O poder econômico pesou demais na eleição passada. Isso que faz a diferença na política. A coerência, a dedicação, a responsabilidade, nem sempre pesam tanto como pesa o poder econômico. A gente vive num país pobre, num país onde uma cesta básica faz uma grande diferença.

P- O rádio já não contribuiu tanto quanto o senhor esperava nas eleições de 2002?

R- Claro que daí já começou a divisão de audiência já começou a ser maior, né? É bom lembrar também que eu sou um radialista por natureza, agora tem os radialistas políticos, os que vieram depois comprando espaço no rádio, foram também dividindo as audiências com a gente. Porque quando ele compra horário político do rádio, compra horário do rádio, ele pode fazer o que ele quer no programa dele. E o que que ele faz? Ele faz política. O programa inteiro. Ele num tá preocupado em ter Ibope, ou dar o resultado de Ibope pra rádio, não. Ele ta pagando então ele fala o que ele quer. Então, é a comadre, o compadre, hoje eu vou lá, vou batizar a filha num sei de quem, vou num sei o que, parapapa...(sic) Ele usa aquilo, e eu não, eu já passei a ser um âncora de um programa de rádio, de jornalismo, que eu já não podia... não tinha mais essa liberdade. Muito que eu podia dizer pra esse povo é mandar um abraço pra pessoa, agradecer a audiência e tal, dizendo que ontem eu estive numa reunião lá no bairro tal, no município tal e dava o nome de pessoas. Mas eu nunca podia dizer no meu programa, olha eu sou candidato a deputado, vote em mim. Ao passo que outros radialistas, donos de rádio, por exemplo, a rádio toda, durante todo o período ficou falando: a rádio do deputado tal, a rádio do deputado tal, a rádio não sei de quem, o programa não sei de quem... Quer dizer, fizeram muita política com o rádio. E eu por ser um radialista, por ser contratado, e não ser dono de programa de rádio, eu paguei as conseqüências também dessa dificuldade de poder me promover dentro do rádio. E os outros se promoveram bastante.

P – E entre rádio e política?

R – A rádio. Apesar de que o rádio a gente paga mais pra trabalhar. É mais por amor, é mais por gostar de fazer, então, como eu sempre digo, quem sabe um dia eu, meu fim seja morrer no estúdio de rádio lá porque vai ser difícil largar. A voz ainda tá bem, graças a Deus, tô bem de voz, tô bem de...depois do susto que eu levei com o meu enfarte que eu tive, eu melhorei bastante, eu me cuidei mais ainda, então, mas...o rádio é rádio, num tem... O rádio é emoção. O rádio é a resposta imediata. A televisão é importante? É importante a televisão, pra ter a imagem, pra você ser conhecido, ser identificado na rua, mas o rádio é extraordinário, né?

P- Como é a relação do senhor com seus ouvintes?

R- É falar o que o ouvinte quer. Isso durante muitos anos, foi assim. Eh...eh...foi o linguajar popular... Quer dizer, você falar aquilo que...falar o que o ca...a pessoa do outro lado entende e falar aquilo que aquela pessoa também gostaria de falar. É você assumir aquela vontade daquele cidadão que ta lá naquela casa quer, naquela hora, falar quando você está fazendo o comentário e ele também quer falar com você, mas ele não pode falar, você dá a resposta por ele. Isso era a linguagem, era fundamental isso. Claro que hoje já eu atinjo...naquela época eu atingia desde o A, até o C, D. Hoje eu já atinjo mais o público A e B, né, o C e o D já passaram pra outras rádios que continuam com programas bem populares, programas policiais, essa coisarada toda. Meu programa hoje é um programa...eu sou âncora de um jornalismo, que fala de polícia, fala de política, fala de economia, fala de ação social, fala de tudo, mas eu já não tenho, de 80 e ..., de 90 pra cá eu já perdi essa condição de ter a liberdade de falar muita coisa dentro do meu programa. Eu fiquei mais restrito a dar a informação, a fazer uma coisa bem mais pontual do que utilizar como fosse um

instrumento político. Na verdade também, eu nunca usei tanto, eu nunca fui reprovado, nunca fui multado, nunca fui suspenso pelo TRE, por ter usado do programa de rádio pra fazer campanha política. Muita gente foi. Muita gente foi...suspensa, foi multado e outras coisas mais (sic). Eu nunca fui. Aliás, única vez que eu tive um atrito com o tribunal eleitoral foi quando... o meu programa sempre teve meu nome, né, o Programa Algaci Túlio – Um canal aberto pro povo e eu tinha um filho que tinha recém-nascido, tinha menos de um ano de idade e eu tentei uma jogada: bom, já que eu não posso manter o meu nome, eu vou botar o nome do meu filho – Algaci Túlio Júnior. O Júnior faria a diferença. Mas não fez a diferença. Com um ano de idade, com menos de um ano, meu filho foi cassado, pelo TRE. Então, não deu.

P – Sua região de maior audiência é na região de Curitiba?

R- Curitiba, região metropolitana e litoral. Dependendo do alcance da rádio. Rádio do Paraná, infelizmente são rádios muito fracas de potência. Agora que melhoraram um pouco, né? A Rádio Clube, por exemplo, tem uma potência extraordinária. Você pega melhor a Rádio Clube no interior de São Paulo, no Norte pioneiro, nas ondas médias, você pega em Minas Gerais e tem as três ondas curtas. Mas que politicamente, três ondas curtas pra mim não me adianta nada porque vai me ajudar a fazer voto lá em Minas Gerais, em São Paulo, no Japão, na Nova Zelândia e isso não vai resolver nada, né? Sempre é em Curitiba, região metropolitana e litoral do Estado, né?

P- E um pouco no interior do Estado?

R- Pouquíssima coisa, no Norte Pioneiro, mais na região de ...de...Jacarezinho, eh...na região de Wenceslau Brás, onde entra como se fosse uma rádio local.

P – E em campanha o senhor trabalhava essa região mesmo ou o senhor saía dessa região?

R- Eu sempre me concentrei praticamente em Curitiba. Nas últimas duas eleições que eu saí um pouco. Então a minha votação como deputado, 80% era voto de Curitiba, o que vinha do interior era aquele cidadão que passava por Curitiba, ou que era recomendado por alguém que vinha de lá aqui buscar junto ao Algaci Túlio alguma coisa na Assembléia, alguma coisa no próprio rádio, mas geralmente 80% dos votos eram Curitiba.

P- E sua votação foi crescendo e só em 2002 houve uma...

R- Não. Nós tivemos...eu tive momentos de uma péssima eleição, por exemplo, quando eu fui...cê veja de vereador mais votado, quinto deputado mais votado, quando eu fui vice-prefeito do Jaime Lerner, eu quase que não me elegei deputado. E aí pergunta assim: ou o povo não queria, queria me ver mais perto ficando na prefeitura, ou me ver distante, ficando na Assembléia e dividindo as coisas, mas acontece que naquela época, veja, uma das coisas que mais influencia no eleitor curitibano é o preço do IPTU, e justamente na época, no ano seguinte era ano eleitoral, a prefeitura de Curitiba aumentou o valor do IPTU em Curitiba. Isso provocou, inclusive, o primeiro grande atrito meu com o Jaime Lerner, onde eu fiquei pelo menos três meses sem entrar na prefeitura, sem ir no meu gabinete. Fiquei tão revoltado...que era contra aquilo que a gente havia prometido na cam...quer dizer... não prometemos baixar o IPTU, mas prometemos uma... uma...uma administração coerente, responsável. E de repente ...o povo votou no Jaime Lerner por que? Porque acreditava

muito no Algaci Túlio. Não fosse assim, o Jaime não teria sido eleito prefeito de Curitiba. E no meio do ano seguinte, ano eleitoral, ano de campanha pra deputado estadual, o que acontece? Aumenta-se o IPTU na prefeitura. Eu fiz 14 mil votos, quase...eu fui o quinto numa bancada do PDT, que o últi...o penúltimo, porque o último ainda foi o Rafael Greca. Sabe? Então, veja a dificuldade que eu tive pra me eleger. Depois na seguinte, não tando vinculado dentro da prefeitura (sic), que foi no período que o Rafael foi prefeito, eu fui... eu fiz 48 mil votos, quer dizer eu fui um dos sete, oito mais votados do Paraná. 48 mil votos, minha maior votação. Depois caiu pra trinta e pouco e a última deu aí que deu apenas 20 mil votos.

P- Como deputado estadual o senhor via dificuldade em conseguir implementar projetos que o senhor defendia no rádio?

R- Muito. Especialmente aquilo que contrariava o interesse do governo. Era grande a dificuldade. Eu, por exemplo. Veja eu fui líder do governo do Jaime Lerner, no primeiro mandato dele, dois anos, depois eu deixei. Porque aí eu fui pra prefeitura também. Quando voltei, voltei já, voltei pra equipe da oposição. Porque não tinha condições, tudo esbarrava no interesse do governo. Não esse projeto aqui não é bom porque vai trazer prejuízo pro Estado, vai beneficiar uma categoria, beneficie outro setor, aquela coisarada toda...Então sempre tinha essa dificuldade. E se você não tivesse dentro da Assembléia, não fizesse parte de um grupo meio seletivo dentro da Assembléia, aí ficava pior ainda. E como eu era contestador até dentro das ações da Assembléia, eu cobrava muito a questão do cumprimento do regimento da Assembléia, do tempo em que o projeto tinha que tramitar na Assembléia, pra num ficar em gaveta (sic), dele passar por tal comissão, quem não passou por aquela comissão...ou então transformar a Assembléia... o plenário em comissão geral que era pra evitar que os projetos fossem debatidos em comissões, onde ele tinha que passar (sic)... quando era um projeto de meio ambiente, por exemplo, era inadmissível que ele não passasse pela comissão de meio ambiente. Não passava! Então, por que? Porque haviam muitos interesses(sic). E eu questionava isso. E por eu ser um questionador, eu não fazia parte desse grupo seletivo da Assembléia. Eu tinha dificuldade pra aprovar projetos.

P- O senhor se sentia dividido como radialista e como deputado?

R- Ah, no começo sim...no começo sim... E a própria imprensa e, aí uma fase interessante, todo político que oriundo de rádio vai pra política, ele é um tanto quanto discriminado. Porque as pessoas, os próprios companheiros de imprensa, senão o jornalista, o radialista, mais a direção da televisão e do jornal, não dão destaque porque, porque é radialista, num é político por natureza. Então acham que a gente não tinha, a gente não tava ali por capacidade política, tava ali por...por...por capacidade de ser radialista, por ser popu.. populista, o chamado populista. Então, nós tivemos muita dificuldade nessa época, foi difícil mesmo.

P- E entre os políticos?

R- No meio deles também. Nós éramos odiados por eles, odiados pelos políticos porque achavam que eles deviam se eleger por diferença, porque tinha interesse em ser radialista, porque tá todo dia no rádio (sic). Bom, mas estar todo dia no rádio significa sacrifício, levantar quatro horas da madrugada. Será que um político de carreira levantaria quatro horas da madrugada? Abriria mão do seu café colonial da manhã, com suas lideranças políticas ou com os empresários, pra levantar às cinco da manhã e dar notícia pro povo? Então tinha essa diferença, mas eles num aceitavam

isso (sic). Eles não aceitavam. Tanto que eu, no primeiro mandato de vereador na Câmara Municipal, todo dia tinha uma briga, tudo dia tinha uma briga por que? Porque eu levava pra Câmara os problemas que eu tinha na rádio. Aquilo que o povo reclamava na rádio eu levava pra lá, aí lá vinham os caras: ah, radialista, esses populistas, que usam o povo, que num sei o que. Não, não era isso, mas a gente tava dizendo a verdade, mas eles não aceitavam porque eles não tinham essa vontade de fazer aquilo que a gente fazia, então olha, foi terrível, a discriminação foi muito forte. Muito forte. Tanto que daí veio aquela lei de tirar radialistas, comunicadores do ar, sessenta, quarenta e cinco dias antes, que eu acho um absurdo. Porque o político não sai, não se afasta quarenta e cinco dias antes. O político que é médico, que é engenheiro, o político que é industrial, o político que é ...que tem uma função, ele não se afasta da função dele. Por que que o radialista tem que se afastar? Se nesse período nós somos proibidos de falar, de vincular política nesse programa? De falar só pra apresentar o programa e tá sob a vigilância do Tribunal Eleitoral? Não tem porque afastar o político, o radialista do ar. Eu acho isso uma discriminação violenta quanto ao radialista. Porque ele fica sem receber salário! Sabe, então é difícil, é complicado. Então a discriminação, ela é violentíssima, agora talvez até já diminuiu um pouco isso, né?

P- E agora o senhor está aqui no Procon, quais são os seus projetos?

R- Bom, agora é fazer com que o Procon seja realmente bastante conhecido. Estamos fazendo esse trabalho em todo o interior do Paraná. Com alguma dificuldade no começo ainda porque o órgão ficou muito tempo meio que abandonado..., os governos que passaram não deram atenção ao Procon, não sabem da importância, do valor que tem este órgão perante a comunidade. Então agora é popularizar o Procon, fazer palestra sobre o Código de Defesa do Consumidor e isso nós fazemos diariamente, inclusive, há poucos minutos antes de chegar aqui eu tava na C&A fazendo uma palestra também. De manhã estivemos num outro compromisso também. E temos feito isso constantemente. E para a periferia da cidade, nós temos o Procon volante, é um ônibus que a gente já adaptou e que começa, agora nesse período do mês de julho, já começa a circular em Curitiba, Região Metropolitana, no sentido de popularizar o Procon, orientar, educação para o consumo, tudo isso é importante. E...aguardar aí, esperar daqui dois anos pra ver o que acontece, politicamente.

P- Pode ser que o senhor se candidate?

R- Veja, eu tenho vocação. Só depois que eu entrei pra política é que eu senti que eu tinha vocação pra política. Até então era contra, né, detestava política. Mas eu acho que eu tenho muito a dar ainda por Curitiba, pelo Estado do Paraná, pelo meu trabalho. Eu deixei bons projetos na Assembléia, deixei minha coerência, deixei a minha responsabilidade, não me deixei corromper, graças a Deus, e a prova está aí na disputa da Copel, foi a maior prova da responsabilidade e da coerência, né? Então, eu acho que tenho espaço ainda e espero poder voltar. Ou pra deputado estadual, ou deputado federal. Quem sabe experimentar uma...Brasília, que é uma coisa que eu não experimentei. E depois de quatro mandatos de deputado, não teria dificuldade nenhuma em talvez ir pra fazer um trabalho na Assembléia, mas quem sabe eu pudesse contribuir um pouco mais pro Estado como deputado federal. É uma questão de a gente pensar ainda até lá pra ver o que é que vai acontecer.

**APÊNDICE 2 -DEGRAVAÇÃO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O
RADIALISTA LUIZ CARLOS MARTINS**

ENTREVISTA**LUIZ CARLOS MARTINS 05/07/04**

P- Eu gostaria que o senhor contasse um pouco de sua história pra gente:

R- É uma história longa, né. Porque se você pensa, por exemplo, no meu caso, né. Que eu vim de uma família assim muito..., muito pobre, né, uma família muito pobre. Em Birigui, interior de São Paulo. Inclusive agora eu vou lá visitar meus pais. Eles já estão de idade. Então, uma família muito pobre. Não tinha energia elétrica em casa, não tinha água tratada, não tinha nada disso. Quer dizer...mas eu sempre pensei em ser radialista, desde menininho. Era comunicação, isso estava latente. A minha mãe...é...portuguesa e meu pai espanhol. Então deu uma mistura boa aí. E a minha mãe sempre lutou muito pra que a gente estudasse e eu acreditei nela. Somo cinco irmãos.E foi uma vida muito difícil, enfim, mas eu sempre com aquela coisa de comunicação, né, o meu coração, enfim. E ...tem uns episódios engraçados aí. Tristes, mas engraçados. Então, eu devia ter mais ou menos, eu deveria ter mais ou menos uns cinco, seis anos, seis anos por aí. E lá na cidade de Birigui tinha uma rádio, e tinha um programa no domingo, às dez horas da manhã, que era o Clube do Guri. Era um programa infantil, né. E eu ia escondido da minha mãe no Clube do Guri. Eu is escondido. E eu ficava lá trás. Lá no auditório, ficava lá trás, vendo o rádio assim... Aquilo pra mim era uma...um espetáculo, né. Sabe, tudo aquilo...E aí o apresentador do programa, o nome dele era Cícero Alves, não me esqueci até hoje. E o Cícero fazia uma brincadeira com os meninos e com as meninas, dizendo assim: olha, aquele que vir aqui repetir o que eu vou dizer vai ser um grande comunicador de rádio, ou comunicadora de rádio. Então ele falava assim: no reino de mafagáfos, tinha cinco mafagafinhos, três mafagafinhos foram desmafagafados. O desmafagafador que desmagafou os magafinhos...enfim. E eu sabia aquilo. A primeira vez que ele falou eu já sabia. Eu ia lá na frente e eu ia repetir o que ele tinha dito, só que eu não podia porque tinha uma vizinha da minha mãe, que ela tinha um rádio à bateria e que ela ligava só no domingo. E a minha mãe ia descobrir que eu estava lá no Clube do Guri. E aquilo foi passando, né. E aquilo na minha cabeça. Aí eu falei, mas pôxa... E eu preocupado em ajudar meus pais, já trabalhando cedo, comecei cedo. Foi uma luta muito grande e tal. E aí com 17 anos, 16, 17, eu resolvi: não, minha profissão é essa... eu estava fazendo o curso normal, que hoje é magistério, e trabalhava numa indústria durante o dia, mas meu negócio era rádio mesmo. Aí um dia eu tava passando em frente a uma outra rádio lá. Aí eu já tinha uns... aí eu já morava numa casa que tinha energia e tal. O primeiro rádio que teve na minha casa fui eu que comprei, enfim,...que era o que eu mais queria. E aí eu tava passando em frente a uma rádio e eu vi um amigo meu em frente a rádio. Aí ele ô Luiz e tal. Eu falei: o que ce ta fazendo aí? Ele falou: eu trabalho aqui. Era tudo o que eu queria ouvir. Né? Falei, o que ce faz? Não, eu sou sonoplasta, operador, tal. E era um domingo à noite. Entre aqui que eu to sozinho aqui e o locutor não veio. Aí entrei com ele, aí fiquei vendo toda aquela maravilha, fiquei maravilhado... de ver a rádio. Falei, pôxa isso é... Mas eu não falei nada pra ele que eu queria, né. Aí ele conversando comigo ele falou assim: cê sabe que cê tem uma voz de locutor? É mesmo? É o seguinte: tem uma hora certa patrocinada e eu não tenho locutor, ce não quer dar hora certa, lá? Fui e dei. A hora certa assim na hora. Ele falou: olha você tem um timbre muito bom, tal, vai ter um

teste aí, você podia fazer. Aí teve mesmo e eu fui fazer. Aí eu passei no teste né, aí começou toda essa história de rádio. E aí veio até hoje. Eu deixei..., enfim, eu só não deixei de estudar, né? E aí foi toda uma história muito bonita no rádio, ta, na minha vida...E eu passei a depender do rádio. Eu fazia o rádio com um carinho assim, né. Procurei estudar bastante, procurei me interessar mais, procurei ler muito. Um dos problemas dos radialistas é que eles lêem muito pouco, né. Sabe? E eu sabia disso, então tinha que me informar cada vez mais, cada vez mais me informar, sabe? Enfim, levar algo pro seu ouvinte num é? Sabe... Levar...ser interessante pro seu ouvinte, o seu diferencial. Não é ser diferente dos demais, mas acrescentar alguma coisa na vida do ouvinte, daquele que está te ouvindo, que está te acompanhando, sabe... E eu acredito muito nisso. Em pess... Muitas pessoas me ajudaram, me orientaram, né... ajudaram eu me formar, sabe? E aí eu vim, aí eu estive... lá em Birigui mesmo eles falavam que eu tinha que ir pra São Paulo, porque eu já era locutor pra São Paulo, mas eu sabia que eu não tinha ainda capacidade pra isso... Mas eu na ânsia de querer ajudar meus pais, meu pai tava doente no hospital, eu precisava sair pra ganhar dinheiro, pra poder mandar pra casa, peguei fui pra São Paulo, e tal, mas realmente não tinha...eu não tinha condições. Acabei ficando seis meses em São Paulo, trabalhando em outro setor lá...eu falei: pó, mas é rádio que eu quero, não adianta... E aí eu vim pra Jacarezinho. Não vim p...fui pra Londrina, fiquei na casa de um amigo meu, no transmissor de uma rádio, não consegui nada em Londrina. E aí surgiu uma oportunidade em Jacarezinho, na Rádio Jacarezinho, e falou: cê não quer ir pra lá? Só...eu me lembro que eu perguntei: lá tem faculdade? Ele falou: tem. Aí eu fui procurar saber a história de Jacarezinho e eu falei: é pra lá mesmo que eu vou. Porque eu queria faculdade. Na verdade eu queria fazer faculdade de direito, né? Ia fazer direito. Porque daí eu trabalho, estudo e ainda ajudo meus pais. E aí fui trabalhar no rádio lá. Aí começa minha história por ali, né? E trabalhei ali uns seis anos em rádio, em Jacarezinho. Mas aí eu me formei, eu acabei fazendo não direito, mas acabei fazendo faculdade de educação física. Porque num tinha vestibular de direito naquele momento e eu pra não ficar sem fazer nada eu fiz e passei. E aí eu concluí o curso de Educação Física. Então eu fiz o curso de professor de educação física, técnico em basquetebol e técnico em voleibol ao mesmo tempo. Três cursos, que eu me formei. Mas não tinha nada a ver. Sabe? Porque eu queria era rádio mesmo. Aí, ce vê como é que é a história, quando você é não adianta. Aí...eu acabei...eu casei em Jacarezinho, criei raízes em Jacarezinho, sabe? E aí, me casei lá e tal. Aí surgiu um concurso pra Secretaria da Fazenda do Paraná, pra fiscal da Fazenda, e eu acabei fazendo... fui fazer o concurso. E eu acabei passando no concurso também e aí eu fui trabalhar. E era um ótimo salário né, enfim... e aí eu trabalhei seis meses e falei: mas não é isso o que eu quero. E come...recomeça de novo a história do rádio. Aí eu to de plantão um dia, na fiscalização, na divisa com São Paulo com o Paraná, e ...no Posto Melo Peixoto, aí parou um carro e isso já era noite assim, e o pessoal me apontou lá, era um movimento muito grande, e aí era um diretor de rádio de São Paulo que ele veio me convidar pra ir pra Marília pra montar...pra remontar uma programação de rádio na Rádio Dirceu de Marília. O rádio em Marília é muito famoso, né. A maioria dos radialistas, comunicadores todos que você ouve em televisão aí, a maioria passou tudo por Marília. Falou então cê não quer ir comigo pra lá, nós vamos, cê vai me ajudar, nós vamos fazer uma nova programação, cê vai mudar o seu estilo de fazer rádio. Ele

me conhecia e eu não sabia. Você vai mudar seu estilo de fazer rádio, você vai ser mais dinâmico, vai ser mais isso, mais aquilo, enfim...Cê tem uma boa formação, cê tem faculdade, cê tem um curso superior, e foi...e me levou no papo, né? E cê sabe que eu deixei a Secretaria da Fazenda e fui embora? Eles não acreditaram, me deram um mês como licença, mas eu...Aí eu fui pra Marília. E a minha esposa ficava em Jacarezinho, eu vinha final de semana. Fomos montar a nova programação da Rádio Dirceu de Marília. Aí, como em Marília esse pessoal todo é de São Paulo, tinha um diretor da rádio Tupi na época, era diretor da Tupi, e a mãe dele morava em Marília. Ele veio visitar a mãe dele em Marília e o rádio tava ligado na Dirceu de Marília e ele ficou me ouvindo. Ele pegou e foi lá na rádio me conhecer e ele falou: cê não vai ficar aqui não cê vai pra São Paulo. Deu hotel, passagem, deu tudo pra mim. Na hora assim... Eu larguei, agradei lá o pessoal da Rádio Dirceu de Marília. Falei: tudo o que eu quero pô, lutei na minha vida, na minha vida toda. E aí eu fui pra São Paulo, na Rádio Tupi, mas aí, as associadas já estavam com problema, né, muito sérios, enfim...já tava indo pro espaço. Fiquei em São Paulo no hotel com tudo pago, aí a minha esposa em Jacarezinho...Aí um jornalista (Humberto Mesquita), um jornalista muito respeitado inclusive, eu acho que ele gostou de mim, num sei, do meu jeito e tal, ele me viu por ali e me convidou pra almoçar no restaurante da Tupi. Eu fui almoçar com ele. Aí conversando, ele perguntando da minha vida e tal. Aí ele falou assim: olha... Me chamou de menino e falou: ó menino, ce vai embora daqui, desapareça daqui, isso aqui vai explodir, faz seis meses que nós não recebemos. Você não merece isso, nós tamos vendo que você é um menino bom - e eu acreditei nele também. Ta? Naquele momento, eu agradei aquele diretor. Falei: olha, pensei bem, não é isso o que eu quero, não vou ficar aqui. Enfim, peguei o ônibus e vim pra Jacarezinho. Aí depois eu vim pra Curitiba. Aí em Curitiba é...o...(). Curitiba porque já tinha um irmão da minha esposa aqui e a...e o Reinaldo Bessa tava...ele trabalhava na Rádio Clube. E o Reinaldo Bessa trabalhava comigo lá em Jacarezinho. Aí eu liguei pro Reinaldo né. Ele falou: ó aqui em Curitiba é difícil, mas ce vem aí eu te apresento pro pessoal, enfim, né? Eu falei: tá legal, eu vou ficar na casa do meu cunhado, mas cê não tem responsabilidade nenhuma não, sabe? Não, vem. Aí eu vim pra cá, tal, e ele trabalhava na Rádio Clube e eu fazia ponto ali na Rádio Clube. E ele me levava, na Rádio Clube não tinha jeito, ele me levava nas rádios aí, me apresentava. Mas ninguém deixava eu ir pro microfone, nem fazer nada. E ele ficava numa situação difícil, né? E eu também falei: eles não vão deixar eu pelo menos..., não vão gravar comigo? Por isso que hoje na rádio, em todas as rádios que eu trabalhei e hoje muito mais na Banda B, não importa, deixa a pessoa...ela quer? Faça... Não tem vaga? Não? Tudo bem não tem. Bota ela no microfone. De repente, sabe, tudo pode acontecer. Porque eu lembro da minha história. Não é. Então todos que vêm aqui pedir uma oportunidade, nós colocamos no microfone. Vá lá no estúdio e grava o que você quiser, e até orienta a pessoa. E aí, um dia lá, na Rádio Clube, acho que o Reinaldo Bessa vendo eu recém-casado...eu sentava ali na Rua das Flores e...ficava pensando na vida, que que eu ia fazer, né? Mas eu sabia que o meu lugar era Curitiba, alguma coisa me dizia, muito forte dentro de mim... E aí o Reinaldo Bessa, ele lá na Rádio Clube, o Paulo Alberti que hoje, até hoje trabalha comigo, já há vinte e poucos anos. O Paulo era sonoplasta, na gravação ali e tal. E aí o Reinaldo Bessa falou assim: pô, sabe ali - tudo isso ele inventou na verdade. Ele falou assim: ó, eu fiz uma cartinha aqui, mas eu não quero

mandar a carta. É pruma menina aí (sic), eu quero mandar uma fita pra ela. Ô que legal, tal. Vamo lá que eu vou gravar. E eu fui com ele. Aí ele entrou no estúdio pra gravar e começou dizer que tava com problema na garganta, né. Aí falou assim: cê podia gravar pra mim, eu explico pra ela. Digo que a voz é sua, mas que tudo fui eu que escrevi. Eu falei: pó, taí minha oportunidade, nunca ninguém tinha feito nada comigo. Aí eu entrei no estúdio, ce imagine o que aconteceu. Quer dizer, só faltou eu chorar na interpretação, né. E aí o Paulo Alberti é muito bocudo, ele começou nos corredores da rádio: pô, taí o rapaz, aqui nós precisamos de profissional, de gente boa pra trabalhar, tá aqui e ninguém dá oportunidade pra ele. Aí começou esse papo. Aí eu comecei, na própria Rádio Clube, me colocaram no Jornalismo, ce vê? Pra redigir e tal. Eu fui, eu fazia bem feitinho, era redator, mas não era aquilo o que eu queria, eu queria me comunicar. E aí no microfone, anunciando a música da Clube, o Carneiro Neto era o diretor da rádio. O Carneiro... e o Reinaldo ali, o Roberto ali... E eu naquela situação boleei um programa, né? Boleei um programa diferente de tudo o que existia em Curitiba. Porque em Curitiba se tocava música só. A onda era tocar música, era a Rádio Atalaia, Atalia...né. Uma música e um comercial. E as outras rádios foram na da Atalaia, então como a Atalaia era a pioneira, ela estava sempre na frente, então tinha que fazer algo diferente. Aí eu fiz o esqueleto de um programa e apresentei pro Carneiro. E aí o Carneiro Neto ficou assim, falou: pó, mais cê acha que cê vai colocar o telefone no ar aí, o dia da queixa, qual é a sua queixa, qual é seu problema...? Eu falei: é, por aí. Cê não vai tocar música? Eu falei: não, as outras já tocam, nós temos que ser diferentes. Ele falou: é, cê num deixa de ter razão porque música nós também tocamos aqui, né, então seria um... Eu falei: então... Aí, pô, uma luta porque aí... não, então esse programa vai ser à tarde. Eu falei: não, esse programa tem que ser de manhã, pra dona de casa, né, pra mulher que ta em casa. E aí foi uma luta, aí o Carneiro falou assim: ah, então ta bom, eu vou acreditar em você e mudaram tudo e me botaram de manhã. Aí nós começamos. E aí o papa vinha pra cá, eu descobri que ele vinha pro Brasil, vinha pra Curitiba, né. Aí eu peguei um disco que era da RCA Victor, um LP, tinha o papa falando ali, tal, aí eu botei tipo duma benção do papa assim (sic), sabe? Eu comecei a colocar, né, no programa, a benção do papa João Paulo Segundo que virou João de Deus, né, aquele negócio todo... Aí foi criando... aí como o programa terminava quinze pro meio-dia e entrava o GB-UEX, o correspondente GB UEX, e ao meio-dia tinha o programa esportivo, aí eu um dia, eu morava na Barreirinha, e pegava o ônibus na Praça Tiradentes. E eu parei na banquinha ali, da Praça Tiradentes, na esquina, o ônibus era logo em frente ali, eu parei pra comprar cigarro antes de pegar o ônibus. Eu tinha dinheiro pro cigarro e pro ônibus (sic). E aí, tinha aquela... a Revista Amiga que falava só de rádio e televisão tal... e eu comecei folhar ali, porque o cara da banca me conhecia então não ia dar bronca em mim, né. Ele sabia que eu não tinha grana pra comprar também. Aí eu comecei olhar a revista assim, e no meio da revista tinha um livretinho pequenininho que era o amigão. Eu peguei e abri o amigão, tava lá: cenas do próximo capítulo da novela O Astro, uma novela assim que a cidade toda... o Brasil parava, né. Eu peguei, nem comprei cigarro nada, comprei a revista, fui embora sem cigarro, peguei ônibus e fui pra casa. Isso era no sábado (toca o telefone celular, desligo o gravador por alguns minutos)... Onde que eu parei caramba? Ah a novela O Astro, né? A novela O Astro e aí eu falei: caramba! Isso era num sábado à tarde que eu tava indo pra casa. Eu sempre

fui de muito trabalhar, eu sempre trabalhei muito, sabe. Eu não consigo ficar sem trabalhar. E aí...e de criar, né? Aí eu to indo pra casa no ônibus e eu com aquele amigão ali, aquela revista no braço, falei, puxa, eu vou pegar todo mundo de surpresa, né? Deus ta me ajudando e tal. Cheguei em casa minha esposa, falei: oh, guarda bem aí. Ela falou: que ce ta inventando. Falei: ce vai ver segunda-feira. Aí segunda-feira eu comecei o programa, tal, dali a pouco falei assim: olha, hoje no final do programa eu vou dizer o que vai acontecer na novela O Astro. O povo dentro da rádio, o pessoal veio, todo mundo: ô meu, esse cara tá ficando loco, como é que ele conseguiu isso daí? (sic) Ai vai, vai, vai, chegou no final...Por que no final do programa? Porque aí os homens já estavam ligando o rádio para ouvir o programa esportivo que era forte. Falei: eles vão ouvir, e vão chegar em casa depois à noite e vão provocar a esposa, a mulher. Falando assim: a eu sei o que vai acontecer nessa novela, vai acontecer isso...até que eles vão contar pra elas aonde é que eles ouvem e elas vão começar a ligar o rádio na Rádio Clube. E deu cer...Foi exatamente isso o que aconteceu. Então, o pessoal perguntava: mas como você consegue isso? Né? Eu falei: não, eu tenho um amigo no Rio de Janeiro que trabalha na Globo, ele pass...ele liga pra mim todo dia. Vocês num sabem. Todo dia ele liga e passa pra mim o que vai acontecer à noite. Era...Depois eles viram que era gozação, e tinha um pessoal da Globo que trabalhava na Rádio Clube. E eles mesmos ficavam, né, no Canal 12: pô, como é que você ta conseguindo? Depois de vinte, quinze dias, sei lá, é que eles foram descobrir que era daquele livrinho que tinha no meio da Amiga. Porque aí as outras rádios, que que as outras faziam? A Rádio Independência, que era forte também, ta lá a Independência, é...o Gilberto Fontoura que é um dos caras que mais entende de rádio na minha opinião. Ele realmente é um craque, é um craque...né. O Gilberto ele...ele...ele colocava recapitulando, era o capítulo anterior, né? Do dia anterior. Eu não, eu já tava falando o que ia acontecer hoje à noite, então aí começou a chamar a atenção, né? E foi feita essa corrente, né? Foi uma maravilha, aí foi crescendo, crescendo...Com seis meses de programa, naquele horário, eu já fazia, começava tal, na segunda parte do programa eu já fazia o primeiro lugar no Ibope. Tenho o Ibope até hoje, guardei tudo isso. Em seis meses. Aí começa toda minha história em Curitiba. Aí começa a minha história...e aí vêm as propostas, né? Porque naquela época, a gente tinha...recebia luva pra mudar de rádio, né. Eu, grande parte do que eu tenho, foi por...eu consegui dessa forma. Sempre trabalhando, eh...esses dias até eu tava brinc...olhando...eh... Agora no imposto de renda, né, eu ia olhar em casa, com a minha esposa e meus filhos, então tava proseando, falei assim: oh, veja aqui oh, tudo o que ... Porque tá tudo no imposto de renda, né? Então ganhava luva, então aí eu comprei um apartamento. Aí eu mudei da Barreirinha porque eu morava de parede e meia, era duas, eram três pecinhas pequenininha (sic). Né? Aí já precisava melhorar um pouco, né? Ai eu já aluguei o apartamento. Dali a pouco eu já, depois, mesmo na Rádio Clube eu já comprei um carro. Eu não tinha nada, né? Aí eu comecei a participar, aí eu dava...eu era convidado a fazer muitas palestras, né? A minha vida era uma loucura, né. Principalmente final de semana, sábado e domingo, palestras nas paróquias, nas comunidades, Curitiba, região Metropolitana, eu não parava. Chegou a um ponto depois que eu dei uma segurada porque eu já não agüentava mais, trabalhava a semana toda e final de semana ainda...né? O meu filho mais velho acompanhou muito isso, porque ele era pequenininho e eu levava junto e tal. A Mariana já veio depois. Então...aí eu fui, né? Eh...crescendo

e tal...eh...eu queria que melhorasse a condição do radialista em Curitiba, que o radialista ganhasse mais, mas que ele produzisse mais também. Então eu creio que com minhas atitudes eu acabei ajudando muita gente, sabe? Né? Eles viram que eu cresci, que eu melhorei de vida, né? Então, aí eu mudei de rádio. Eu recebi um convite irrecusável, né, da Rádio Independência. Aí, com a luva que eu recebi, já comprei um apartamento pra mim, já com...ah foi uma loucura! Eu troquei de carro. Aí depois teve outra mudança, mais luva, o pessoal...Quer dizer, e aí, foi puxando também os radialistas, sabe? Entendeu? Eu fui...foi motivando, foi, né? Deu um novo oxigênio pra todos eles, né? Mas o meu objetivo, meu sonho era ter uma rádio. Eu sei que era muito difícil, né? Con...Concessão...Aí falam assim: pô, cê é político, ce quer...Ah, mas num é assim também, cê num pode abrir mão de...você não pode abrir mão da...da sua formação, cê não pode abrir mão dos seus princípios. Né? Ta. Eu falava: não, eu vou trabalhando, eu vou, eu vou, eu sempre ganhei bem, uma hora eu vou conseguir. E graças a Deus eu consegui, né? A Rádio Banda B. Então..., mas nesse intervalo eu tive convites pra ir pra São Paulo, pra ir pra Porto Alegre...eu cheguei a ir pra São Paulo, mas era salário assim astronômico, um negócio assim de maluco,num é, em São Paulo. Num é. Duas vezes. Aí eu voltava diz...no aeroporto, na hora que eu já vinha de avião eu passava por Curitiba, já começava a olhar Curitiba e falava assim: ah, eu não vou embora daqui não. E não ia. Chegava aqui, pegava o telefone, ligava pra São Paulo e falava assim: não, eu num vou não, vou ficar aqui. Eu não quero ir embora. Porto Alegre...então, graças a Deus, eu sempre tive oportunidades assim. Mas eu queria ter a rádio e eu tinha um projeto de vida pra Curitiba, né? Eu até, esses dias eu tava brincando, sobre política, né? Falei assim, ah, eu num sô aventureiro, nunca fui (sic). Então quando eu vim pra cá, pra Jacarezinho, pro Paraná, eu vim com um projeto de vida pra Curitiba. Curitiba já é minha cidade, né? Então eu não vim aqui pra me aventurar. Senão eu teria ido embora. Eu teria oportunidades inúmeras pra ir embora. Os radialistas, todos eles sabem das histórias, então eu vim com um projeto de vida. Então, você não pode levar seus amigos numa aventura, tá. Tem que ser com os pés no chão. Até eles me chamam muito de pensativo, ta? Eu vi uma notícia ontem no jornal, na Gazeta do Povo, dizia assim: ah, o deputado Luis Carlos Martins, o pensativo Luis Carlos Martins...Eu não sei se seria o pensativo, ou precavido, ou sabe, o cuidadoso. Porque ta muito difícil...então é até um elogio, pensativo, claro. Eu sempre tive muito cuidado com essas coisas, né? Muito cuidado. O microfone, ele, ele, ele exige de você essa responsabilbidade, na hora de você emitir uma opinião, na hora de você, né, dar o recado, enfim...Certo? Porque o rádio, ele é fantástico, né. O rádio, ele mexe com a imaginação muito forte. Tanto é que o rádio tá voltando, né, a ser o veículo, já ta se falando novamente que o rádio é o veículo do futuro. Pode um negócio desse? De novo. Por quê? Porque o rádio mexe com a imaginação. As crianças tão se ligando muito no rádio. As crianças...quando criança começa a se ligar é porque algo tem de sério. Por que que criança ta se ligando ao rádio? (sic) Porque a televisão pra ela já oh, passou, ela é muito fácil. Entendeu? Ela ta vendo tudo. O rádio não, o rádio ela bota...Porque a criança, criança é fértil imaginação. E o rádio é motivante pra ela. Ela fica imaginando como é que eu to falando aqui, com que roupa eu to, ou que...que jeito que é aquele comunicador? Pôxa, como é que ele ta agora? Será que ele tá sentado? Ou está em pé? Será que ele tá assim ou tá....Começa a pensar, né? Certo? Então, por isso que o rádio tem que ser um veículo questionador. Tem que questionar, né? Eu

tenho que ser questionado o tempo todo pelo rádio, pela comunicação, né. Quer dizer, se eu tô no ar lá e digo lá nove horas e vinte minutos. Me diz uma coisa, como é que ta o seu dia? E toca o programa. Cê vai pensar. Você vai dizer, meu dia ta uma porcaria (sic). Ah, o meu dia ta maravilhoso! (sic) Ce fez a pessoa pensar. Entendeu? Então, ce vai...ce vai fazendo esses questionamentos. Então esse é o rádio que eu queria fazer assim, né? O rádio que...uma rádio que o locutor tivesse um bom banheiro, que o funcionário tivesse um bom banheiro, sabe, pra usar..., né? Que ele tivesse uma boa cadeira pra sentar, uma cadeira feita pra ele.. O microfone, qual que é o melhor? É esse. Vai ser esse. Qual que é a melhor mesa de som? É essa. Vai ser essa. É que...Ah Internet tem que ter, vai ter internet. Quer dizer, tudo adaptado, né? Pra ele poder produzir. Porque ce tem que produzir o tempo todo, né? Então eu queria uma rádio pro radialista. Depois ce vai vê a rádio Banda B, as instalações todas, você vai vê que é uma rádio pro radialista mesmo (sic). Que ela foi pensado pelo radialista e feita pra ele. Porque tem que ser um ambiente alegre, tem que ser um ambiente festivo, tem que ser um ambiente de emoção, né? Então, o rádio sempre, os meus programas de rádio, e a Banda B hoje é assim, ela funciona num tripé, né, que é informação, alegria e emoção. Informação, alegria e emoção. Se você tiver esses três ingredientes, não tem como num dar certo (sic). E bastante trabalho. Investimos tecnicamente na rádio, no rádio, descobrimos uma série de coisas, é...eu fui me informar melhor...por exemplo, nos Estados Unidos a rádio AM tava com problema sério como no Brasil e a rádio FM, também como no Brasil, música, enfim. O mesmo tipo de timbre, o mesmo timbre de voz os comunicadores, aquele ritmo, entendeu? Rede de rádios, entendeu? E aí nas cidades - o cidadão norte americano, ele queria, por pesquisa é claro, feita pelos proprietários de rádio AM, porque eles ficaram numa situação difícil - descobriram então que aquele cidadão americano queria saber se dá notícias da sua rua, do seu bairro, queria saber coisas da sua cidade, do seu dia-a-dia. Aí eles pensaram o seguinte, aí eles disseram assim: mas no rádio AM nós não temos som pra isso. Nós vamos ter que competir...Ah, descobriram que o ouvinte da FM lá, que eu acho que não é diferente daqui, respondia olha: pra ouvir música eu tenho várias opções, eu tenho CD, tenho isso, tenho aquilo, bababa, eu num quero, eu quero...eu quero saber, quero ter informações, eu quero saber onde estou vivendo, o que está acontecendo. Com o meu vizinho...Entendeu? E aí, pó, o rádio AM tem que melhorar o som. Aí, eles...um engenheiro nos Estados Unidos bolou o monopólo dobrado. O monopólo dobrado tem a torre da AM, ta? E tem os radiais, né, que irradiam. Os radiais mandam pra torre, os radiais vêm...isso é tudo de cobre, embaixo da terra, vem com a torre e a torre irradia o som da AM. O monopólo dobrado é o seguinte: agora, você tem...são seis cabos que descem, seis cabos, seis cabos que descem lá de cima, no caso do nosso são 125 metros, né, de altura. Então esses cabos descem aqui embaixo da torre, no pé da torre, os radiais são ligados nesse...nesses cabos. Então a torre é apenas o...ela apenas sustenta esses cabos e aí fica a sintonia banda larga. Entendeu? Você amplia, você melhora a qualidade do som sensivelmente. Então, nós já compramos um transmissor, um Harris, que é o transmissor que está no ar, que é tudo de módulos, tudo digital, não é pra transmissão ainda em digital, mas eu já comprei pensando nisso, porque aí você já adquire o módulo que é digital e você coloca no transmissor. Aí passa a ser digital, né? Então, nós investimos na parte técnica, porque rádio é som, né? Televisão é imagem e som, rádio é som. Som, som o tempo todo. Então, é...minha vida

mais ou menos é isso assim, sabe? Eh, eu tenho...eu sou político, eu sou deputado estadual, fui vereador de Curitiba, sou deputado pela quarta vez, mas eu, eu...política é uma consequência, sabe? Quer dizer, eu não entrei no rádio pra ser político. Como a gente vê hoje, né? É...Não, eu fui pro rádio, eu sou radialista. É que a política veio depois, bem depois...eu nem tinha motivação pra isso, nem motivação. Depois ela veio nascendo, tal, pela necessidade do povo, principalmente na parte social, né? Quando se fala hoje em fome zero, né, sabe? Essa parte social é muito forte. Eu num tô falando em fazer assistencialismo, sabe? Mas a promoção do ser humano, né? Sabe? Então, eu achava que o rádio sempre podia ajudar muito, o rádio pode ajudar muito, a promover o ser humano. E...mas a parte política veio bem depois, eu não entrei no rádio pensando nisso. Graças a Deus. Porque eu sou radialista. Eu sou. E eu estou político. Amanhã eu deixo de ser deputado, mas eu continuo sendo radialista, certo? Não sei se eu falei tudo, se era isso...

P- Em relação às rádios, a primeira foi a Birigui. O senhor se lembra o ano em que o senhor entrou?

68. Uma época muito difícil no Brasil, né? A gente era muito observado, era uma situação...Se bem que a gente num podia nem colocar telefone no ar, né? Era proibido. Uma vigilância muito grande. Você era vigiado o tempo todo, terrível. Por isso que eu sou contra a ditadura. Pode ser daonde for, de esquerda, de direita, sou contra a ditadura, mas num...Detesto ditadura, detesto ditadura. Principalmente pras comunicações, né, pras liberdades (sic). Comunicação é liberdade, caramba. Né?

P- E Jacarezinho foi a segunda?

R- Aí Jacarezinho, né...

P- O senhor se lembra em que ano foi?

R – Em 70 eu cheguei lá.

P-E como era o nome dessa primeira rádio?

R – Essa rádio que hoje não existe mais, é outro nome a rádio, era a Rádio Cinquentenário. Porque foram cinquenta anos de Birigui, que saiu a concessão e a pessoa colocou em homenagem ao cinquentenário.

P- E a de Jacarezinho?

R-Primeiro eu trabalhei na Rádio Jacarezinho, pouco tempo, seis meses, depois na Rádio Educadora de Jacarezinho, aí eu trabalhei cinco anos lá, na Rádio Educadora.

P – Em Marília?

R – Rádio Dirceu de Marília.

P- E nessa foi quanto tempo?

R – seis meses. Quando eu fui pra São Paulo, mas não cheguei a trabalhar lá.

P-E depois veio pra Curitiba e entrou na Rádio Clube quando?

R-77...78...77.

P – Depois foi pra Rádio Independência?

R-Fui pra Independência, da Independência fui pra Colombo, voltei pra Independência, fui pra Rádio Atalaia, depois pra Rádio Clube. Nossa passei...Fiquei ali nesse...

P- Da Clube o senhor foi pra Banda B?

R-Não, da Independência.

P- O senhor trabalhou três vezes na Banda B?

R-Três vezes. Não duas vezes...não, três vezes.

P- E o senhor foi pra Banda B como dono já?

R-Como dono. Porque aí também eu tinha...Aí também...eh...eu também, quase que eu fui embora, né? Pra São Paulo.

P- Aqui o senhor vai lembrar das datas?

R-Ah, não lembro. Se eu pegar a carteira profissional tem.

P- Da Independência para a Banda B foi em 2000?

R-Faz cinco anos já. Foi em 1999.

P- E quando o senhor entrou pra Política?

R-Em 86.

P-Como vereador primeiro?

R-Não, em 86 foi aquela eleição que eu fui o mais votado do Paraná, né, e que eu fiz quase 60 mil votos e foi a questão de partido, mudei a legenda, né?

P- Por qual partido?

R- Era o PSC, era um partido pequenininho. E aí eu me elegi vereador em 88, aí eu fui o vereador mais votado de Curitiba em 88.

P- Pelo PSC mesmo?

R - Não pelo PMDB. Daí fui eleito deputado, né. Pelo PMDB também.

P - O senhor está em que partido?

R-Estou no PSL, Partido Social Liberal.

P- Passou por mais algum partido?

R-Passei, passei pelo PDT, PFL. Loucura, né? No Brasil se muda de partido como se muda de roupa, né? Uma vergonha isso, né? Uma coisa que eu pudesse, se eu pudesse e isso eu vou lutar, sabe, é ...eu posso contribuir com isso, né? Todos nós, pela fidelidade partidária. Isso é muito importante pra democracia. Mas partido sem dono, né? Porque...Por que que há essas mudanças de partido? Sabe por que? Porque os partidos geralmente têm donos. Se você não faz aquilo que o dono quer, você é obrigado a sair, então nós somos...Tem que fortalecer os partidos. Partidos...os partidos são o alicerce da democracia. Mas desse jeito? Eu mudo, amanhã...eu nem sei se eu vou ficar no PSL. Pode um negócio desse? É errado. Fidelidade partidária, mas o partido não pode ter dono. Então, aqueles partidos grandes, né? Sabe? Pode ter bastante cacique e bastante índio. De repente ce vai prum partido que só tem cacique, ou dois caciques, aí você tem que fazer o jogo deles? (sic) Se não ce ta, aí ce sai, aí ce vai pro outro. Aí no outro ce descobre que também tem e aí vai, é uma loucura.

P - E o senhor, como tem sido assim, o rádio e o partido. Na hora das eleições o que pesa mais, o rádio ou o partido?

R-Ah sim, porque é através do partido que eu sou candidato, se não tiver o partido eu não posso ser candidato. O partido é importante. Agora, é claro, o rádio em termos de votos ajuda, mas o rádio hoje não é decisivo em termos de voto não, viu? Só o rádio não elege não, se você não tiver um trabalho, se inserir nas comunidades, né? Sabe? Se fosse assim, nós estávamos cheios de...e cada vez pode diminuir mais o número de radialistas eleitos. Porque não é um ôba, ôba, é sério. E quanto mais o povo fica esclarecido, mais ele vai sabendo escolher, né?

P- Qual é avaliação que o senhor faz de sua carreira política?

R-Ce sabe porque eu entrei na carreira política? Eu entrei por...em razão da área social. Eu sempre fui muito preocupado. Aí falam: ah, é porque ele veio de família pobre. É sim, é porque eu vim de família pobre, eu sei quanto é duro você tomar banho no

fundo do quintal, levantando, sabe, o balde. A água do poço muitas vezes contaminada... Eu sei o quanto é duro você não ter energia elétrica em casa, eu sei...eu sei, eu sei das dificuldades, eu sei. Eu sei o que é você comer só polenta porque não tem mais nada pra comer, sabe? O sei o quanto é. Então eu me preocupo muito. Eu sei o quanto é difícil. E o povo de Curitiba sabe disso. Sabe que a minha preocupação com a área social é bastante grande, tá? Eu, se eu for...aí vai falar assim: mas o Lula também tem...Sabe que o Lula nesse ponto, o pessoal pode criticar, eu também tenho críticas, né, porque foram feitas muitas promessas e tal, mas quando ele fala, por exemplo, da Fome Zero, eu...eu acredito nele. Ele fala do fundo do coração dele. E ele fa... que é verdadeiro. Da onde ele veio? Veja da onde ele veio. Só que de repente descobriu que há uma burocracia tão grande, mas tão grande, que a burocracia ta enrolando tudo. Tá? Esse é o meu medo, de você criar uma perspectiva, né? Sabe? Sabe o que é? Então o povo...interessante né...veja o que é a credibilidade, a gente não pode brincar com isso. Credibilidade, você leva anos pra construir e ce pode perder numa frase, toda sua credibilidade. Então, eu sempre zelei muito por isso. Então no começo aqui na Rádio Clube eu ajudava o povo. Sempre ajudei. Mesmo não sendo deputado. Ce sabe quem que mandava dinheiro pra mim na rádio? Era o povo, era um negócio incrível, tá? O povo mandava dinheiro. Sabe? Era pessoa que ligava pedindo cadeira de rodas, era outra que ligava...O povo mandava dinheiro, nós comprávamos tudo,né, sabe? A gente prestava conta. Eu me lembro que tem até uma casa de recuperação aqui em Curitiba, famosa, de recuperação de drogados, de dependentes químicos, e na época, eles tinham uma casa...era um pastor. Tanto é que o pastor morreu, o pastor Lori e o filho dele hoje é que toca, hoje é grande, hoje é uma maravilha o projeto. O filho dele que toca hoje, e toca muito bem por sinal. E aí o pastor Lori...e a Rádio Clube é a rádio da Igreja Católica. Eu tenho um número de evangélicos muito grande que me ouve, muito grande mesmo. E eles sabem que eu sou católico, enfim, só que cada um deve ter sua religião. E aí o pastor Lori, naquela época, foi me procurar e aí falou desse projeto dele, que ele tinha uma casa, que tinha dezoito rapazes, papapa. E essa casa, pertinho onde hoje é a Banda B aqui, descendo o canal 4 aqui, presse lado aqui, da rádio aqui. Eu vim e fiquei horrorizado. Falei: pô Lori, mas que pena. Ele falou: eu pago aluguel rapaz, num to conseguindo pagar aluguel...tal, tal, tal. Falei, caramba, nós temos que ajudar você, esse trabalho é muito bonito, esses jovens precisam, essas drogas aí acabando com eles, tal. Ele falou: que que nós vamos fazer. Aí eu pensei e falei: eu vou pensar em alguma coisa. Aí, cheguei um dia no programa e falei assim: ó fui conhecer...e expliquei pau, pau, pau, pau. Falei: a única forma da gente... nós precisamos arrumar uma sede pra eles (sic). Nós precisamos comprar uma sede. Veja que loucura minha. Nós temos que comprar, temos que arrumar dinheiro pra comprar. Falei, ó, seguinte: será aí na sua casa ce não tem uma aliança, que você num usa mais, um anelzinho que você num usa mais, uma correntinha, ta lá...Falei ah...Vamos fazer o seguinte ó, a gente pede, ceis mandam aqui pra rádio pra tal pessoa, dei o nome da pessoa, a gente vai juntando. Depois, nós pegamos o ouríface (sic) ele faz uma avaliação pra vê quanto vai dar em grana, e nós vendemos e com esse dinheiro nós compramos uma casa pra casa de recuperação. Olha que loucura, o que começou a chegar de jóia e tal. Aí chegou uma hora eu falei: ta bom. Aí, pegamos o Jorge Rangel joalheiro, o Jorge Rangel, da Dr. Muricy, a gente conhecia ele, o pastor Lori, todo mundo...então vamos avaliar. Avaliou em tanto. Tá?

Aí vendeu-se aquilo. E eu explicava tudo isso na rádio. Oh, foi avaliado em tanto, botava o Jorge no ar, o joalheiro, ele falou oh, avaliado em tanto, pa, foi isso, e isso, pa. E ta lá o dinheiro, agora vamos procurar o imóvel. Mas só que não era muito dinheiro, né? E era pra comprar o imóvel. Aí foi comprado o imóvel em Colombo, o local certinho, tinha campo, tinha tudo, entendeu? Aí o Lori saiu daqui foi lá pra Colombo, já não pagava mais aluguel, entendeu? Foi a nossa parte. Depois eles transformaram, conseguiram terreno aqui no Hugo Lange. Eles fizeram um trabalho muito bonito. Mas foi com ouvinte. Quando eu me elegi vereador em 88, eu pedi que eles não mandassem dinheiro mais, né? Que eles não mandassem mais. Porque a partir daquele momento, eu ia, como vereador, tentar ajudar as pessoas de outra forma, né? Aí eles não mandaram mais e eu continuei fazendo o bendito trabalho...social. O pessoal muitas vezes me criticou, as pessoas me criticavam...e tem algumas que criticam, hoje menos, com a história do Fome Zero e tal. Eles achavam que eu fazia assistencialismo, né? E eu não utilizo isso no rádio pra fazer...sabe? Faço. Né? E o que me deixa muito triste, muito preocupado é ...como é que você vai deixar uma pessoa em cima numa cadeira...numa cama, dois, três anos, já com ferida no corpo, e aí vem alguém conta a história pra você e você vai lá e ta uma cadeira de rodas aqui. Pelo menos vai aliviar o sofrimento desse ser humano, né? E o duro, sabe o que é? É que dali quatro, cinco, seis anos, volta a família dizendo que aquela cadeira já acabou. É sinal de que a família não melhorou! Não cresceu na vida! Então, eu tenho consciência de tudo isso. E eu sou mais político hoje por causa dessa área social, viu?

P- As pessoas procuram o senhor no gabinete, tanto quanto na rádio?

R-Aqui e lá. É muita carta que eu recebo, telefone, pessoal que vem pessoalmente. Eu tenho uma equipe grande, né? Todos os cargos que eu tenho no gabinete, cargos em comissão, cada deputado tem, né? Cargos em Comissão. Eu coloquei pessoas pra me ajudar nesses casos. E eles me ajudam muito, tenho uma equipe ótima. Eles trabalham comigo há vinte anos, quinze anos, vinte e cinco anos. Eles me ajudam. Porque você sozinho num tem como. Como que eu vou atender todo mundo? Não tem condições.

P- E através dos projetos de lei, o senhor tem conseguido realizar...

R-Eu tenho várias leis aí que foram aprovadas, né? Projetos que o povo me deu sugestão, ta? Várias, vários. Mas tudo que saiu do povo assim, cê conversando, eles dão idéias. Esses dias me deram uma idéia, apresentei o projeto, tenho certeza que vai passar. O duro é...sabe no Brasil, o duro é cumprir a lei, né? Fazer até que não é muito difícil não. Então me deram uma sugestão esses dias aí. Não sei onde que eu tava, o pessoal começou falar, falou: cê viu aquele ônibus? Pô um amigo meu num acidente de ônibus. Eu falei: por quê? Ah, morreu sabe porque deputado? É...eles num sabiam, porque com o ar condicionado nos ônibus, as janelas têm o tipo de uma trava, eles não sabiam que puxando um dispositivinho ali sai um tipo de um martelinho e você quebra o vidro. Eu falei: pô morreu porque, é porque não podiam sair. Morreram cinco pessoas. E aí eu fui descobrir, era verdade. Aí peguei o pessoal que trabalha comigo e falei: então vamos fazer um levantamento em cima disso. Fizemos um levantamento nessa área. Era verdade. Peguei, aí e apresentei o projeto de lei. Pra que o que? Pra que o ônibus antes de sair da rodoviária, que o motorista ou alguém da empresa informe os passageiros num caso de acidente vocês podem fazer isso, assim, assim, agir assim, como se faz no avião. Por que no ônibus não? E quantos acidentes de ônibus, eu fiquei abismado, eu num sabia, num tinha noção. Por que? Porque eu não ando de ônibus

caramba. Ta? Agora se eu não conversar com o povo como é que eu vou ficar sabendo, ahm? Então aí você, aí que você se vê útil. Fala: pô tô sendo útil, né? Isso é interessante. Eh...mas o problema de leis no Brasil é sério. Quantas e quantas leis que tão aí.

P- Como o senhor analisa as eleições de 2000, quando alguns radialistas não conseguiram se reeleger?

R-Ah, foi uma eleição interessante, né? Foi uma eleição...Houve assim um sentimento assim de mudança, né. Sabe o que é, o PT...o PT criou uma...não vou dizer nem o Lula, é que ele encarna o PT. O PT criou uma expectativa muito grande, então teve a expectativa da mudança.

P- Na assembléia também? Na campanha dos deputados?

R-Sim, dos deputados. Sim, houve uma renovação muito grande na assembléia. Não se esperava toda aquela renovação. Hoje não sabemos se vai existir nessas eleições, nas câmaras, tal. Não dá pra você ainda medir. Mas o que você sente é que o povo não tá muito motivado pra votar não. Não tá motivado. Há uma certa desmotivação. Um articulista aí, eu não sei se foi na Veja ou na Folha de S.Paulo, agente lê tanto, né, que até...eu sei que ele disse mais ou menos isso num comentário dele, o jornalista dizendo assim que o brasileiro odeia político, mas quando ele morre faz uma apoteose. Viu o último caso, do Leonel Brizola. Se metade dos cariocas que foram nos funerais do Brizola tivessem votado nele ele seria senador. Então, né, o brasileiro...e você chega em qualquer lugar ele tá discutindo política. E os institutos de pesquisa vão ter muita dificuldade pra captar, sabe, essa vontade do povo. Eles estão tendo essa dificuldade. Porque você vai levando porrada, vai levando porrada, você começa se recolher, né, começa a pensar. Aí ce vai chamar o povo de pensativo como estão me chamando de pensativo, o deputado pensativo. Pera um pouquinho: precavido. Chega, entendeu? Então é melhor, por exemplo, em campanha, porque sou radialista... homem público... conhecido..., pessoas querendo tirar de mim assim compromissos, que eu fizesse promessas absurdas. Falei, não, não tem como, eu sei que eu perdi voto com isso. Eu perdi muito voto. Mas eu não podia, depois eu não ia encarar essas pessoas, eu não ia conseguir, né, nem falar no rádio, lembrando que elas estavam ouvindo, que eu tinha prometido isso. Como é que você vai prometer coisas que...? Seria o mesmo que um vereador...tem vereador cara-de-pau, candidato cara-de-pau, que promete – vereador – que se eleito ele vai baixar o preço da energia elétrica. Vereador num mexe nisso! Seria o mesmo eu como deputado também dizer que também vou baixar pra ele. () Deputado estadual num mexe com isso (sic). Ta? Então essas coisas precisam parar! E o povo tá mais esperto nessa...nessa questão.

P- E entre rádio e política?

R-Primeiro o rádio. Com o rádio ce tem o retorno mais imediato, né? Mas se você puder unir os dois e servir a comunidade e, enfim, ser um instrumento da democracia é o ideal, né? É o que eu tenho procurado fazer, né?

P- No dia-a-dia, o que é mais fácil e prazeroso?

R-O rádio é prazeroso. É prazeroso, né? Mas, no meu caso, a política me ajuda a fazer o rádio prazeroso. No meu caso...a política ajuda. Eu não posso negar isso. Até pela estrutura que eu tenho como deputado, né. Entendeu? Me ajuda. E aí você vê o resultado imediato, né.

P- E os planos do senhor para o futuro?

R-Ah, continuar radialista. Isso, com certeza. Política a gente não sabe, né? De repente pode...Mas continuar radialista sim. Se eu puder dar empregos pros radialistas, eu vejo os radialistas que batem à porta do rádio, bons radialistas, né, desempregados, eu fico assim, sabe, fico até muitas vezes constrangido. A rádio teria que funcionar umas cem horas por dia, né? Tem bons radialistas aí. Eh...valorizar cada vez mais o veículo rádio, né. Rádio é fantástico, rádio é...Espero ter saúde, né, disposição, pra isso, pra contribuir...Porque agora tem outras cabeças, aqui mesmo na rádio Banda B tem cabeças brilhantes aqui, né. Hoje a rádio vai sem o Luiz Carlos Martins. É claro que eu tenho uma participação razoável aqui, mas ela vai, ela vai...tem profissionais da melhor qualidade aqui. Profissionais que sabem realmente a importância do rádio.

**APÊNDICE 3 – DEGRAVAÇÃO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O
RADIALISTA LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

ENTREVISTA**LUIZ CARLOS ALBORGHETTI 02/07/04**

P – Eu gostaria que o senhor contasse a história do senhor, desde onde nasceu, como o senhor entrou em contato com o rádio, até os dias de hoje:

R – (silêncio)... Já tá gravando?

P- Já.

R- (respiração profunda)... Bom, meu nome é Luiz Carlos Alborghetti, eu sou paulista, sou radialista, sou jornalista, sou um homem de rádio e televisão, além disso, fui 20 anos deputado no Estado do Paraná. Aliás, o certo seria seis anos como vereador e 16 anos como deputado estadual no Paraná. Eu comecei no rádio, eu e o Hermano Hening, que está no..., que era... que saiu de Guararapes, no Estado de São Paulo, ele foi para a Globo e eu, a minha família tinha uma rádio no interior do Estado de São Paulo e o Hermano fazia locução e eu fazia mesa de som, né? Hoje é completamente diferente, né? Hoje as rádios estão todas informatizadas, naquela época os discos eram bolachão, e...nós nos reportávamos muito com os jornais do Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, o Estadão de São Paulo, que eram os jornais mais antigos e nós éramos assinantes na rádio, recebíamos. Então o Hermano fazia a locução, o Hermano morava pra baixo da linha, e eu morava pra cima da linha, nós estudávamos, fizemos o ginásio e, naquela época era científico, no interior do Estado de São Paulo. Depois nos enveredamos para caminhos diferentes, né? Aí, um dia o Hermano faltou e eu entrei na locução. Aí eu vi que não adianta faculdade de jornalismo, faculdade de ...cursos de radialismo como eu fiz no Rio, no Instituto Guttemberg, na Avenida Nossa Senhora da Copacabana, tinha um dos maiores institutos, não existia a Rede Globo de Televisão, existia sim a Rede Tupi de Televisão, então ali tinha o Instituto Guttemberg, onde eu fiz um curso durante dois anos, sobre rádio, sobre jornalismo. Naquela época não existia faculdade de jornalismo, era muito precária no Brasil, hoje sim houve essa evolução. E aí eu fui para Birigui, fui fazer...trabalhei na Rádio Birigui, onde trabalha o deputado...onde trabalhou o deputado Luiz Carlos Martins também, depois fui pra Rádio Difusora de Araçatuba, depois eu fui contratado pela, pela...por uma rede de rádios, chamada Coligadas, no Estado do Paraná, né? Eh...eu vim para o Paraná, cheguei aqui bem novo e comecei nas coligadas. Depois eu fui fazer novela na rádio Atalaia, a Rádio Atalaia era famosa, foi uma das rádios mais famosas do Paraná. Eu, Álvaro Dias, Belinati, Margarida Marins, Antenor Ribeiro...é...o ex-deputado Delciel. Eh...eu gosto muito de escrever e de criar, eu gosto muito, eu sou, eu sou praticamente um doente, né? Por livros, por...eu sou doente realmente. É uma doença, que eu to tentando me tratar e..., mas ontem assisti no Jô Soares e eu vi que ele é pior do que eu, ele é tão doente como eu, e um outro professor de economia do Estado de São Paulo que também é doente. Eu vou dormir duas, três horas da manhã porque eu...eu fico no computador acompanhando o que acontece no Correio Braziliense, no jornal O Globo, no jornal O Dia, no Estadão, na Folha de São Paulo, nos principais colonistas do Brasil, quero saber o que está acontecendo no mundo. Pra mim vim pro rádio preparado (sic). Não adianta vim pro rádio só com os jornais, eu tenho que sair de casa preparado. Do meu escritório, eu tenho um escritório da minha empresa, da LCA, dentro da minha casa. Então eu tenho ali três computadores, nós trabalhamos. A minha senhora me ajuda, então nós ficamos...ela vai dormir mais cedo, mas eu sou um

aficionado. E fora aquilo que eu recebo das embaixadas, eu me correspondo com a embaixada de Cuba, é procurando tratamento pro câncer que é a psoríase, eu tive isso 20 anos no meu gabinete, fui o primeiro deputado a criar a farmácia comunitária no Brasil, agora que o Lula ta criando, eu já tinha essa farmácia. Então eu me correspondo muito com embaixadas, eles me mandam VHS, e eu estudo muito, eu leio muito. Eu estudo muito, pra mim podê chegá no rádio e na televisão, podê fazê um jornalismo diferente (sic). O Alborghetti, ele é um artista no rádio, por exemplo, eu criei um programa de rádio agora, que não existe no Brasil . Daqui a pouco já estão me plagiando, já estão começando a me imitar. Eu criei o primeiro programa policial na história do Brasil. Criei o programa Cadeia, depois da revolução, na época do Geisel, que eu fui preso, eu fiz um jornal na rádio e fantasiei o presidente Geisel de mulher, eu fui preso, naquela época, quando tinha o PDS e o MDB, e eu fui preso no corredor da rádio...Bom, vamos continuar com o rádio. Isso são passagens que a gente vai se lembrando, tanta coisa que aconteceu no rádio e na televisão. Hoje eu não concordo com o rádio, inclusive eu estou indo a Brasília, nós temos que entrar com uma lei em Brasília, que radialista não pode ser picareta de rádio. Hoje, quando chega a época de campanha política, todo mundo compra programa de rádio. Eu sou contra isso. Isso me fere, isso me magoa, isso... é como... eu sou um profissional de rádio, ou sou radialista profissional , eu sou um jornalista, que eu fui beneficiado pela Lei Geisel. Então tá registrado na minha carteira de trabalho, meu número, tudo certinho. Então ninguém tem o direito de comprar o horário de rádio. Eu, por exemplo, aqui. Aqui, essa é uma rádio nova, chama-se Tropical AM. Ela chamava Brasil Tropical, eu falei: isso é coisa de cafona, brega, mandei mudar toda a estrutura dessa rádio. Hoje chama-se Rádio Tropical AM, a nova rádio de Curitiba, ta mudando daqui pro centro da Capital. Ela pega em linha direta, ela vai a Londrina, vai ao Estado de São Paulo, vai em tudo quanto é lugar. E eu mantenho o Programa Cadeia Alborghetti, das 11 ao meio-dia, e consegui chegar no topo. Um ano demora, né? Estou acertando de voltar pra televisão, você se lembra da Exclusiva, a TV Exclusiva ela foi vendida para o banco Alfa de São Paulo, que é uma das maiores instituições financeiras hoje de financiamento, que era do antigo dono do Banco Real. E não vai mais se chamar Exclusiva, vai se chamar Canal 59, vai ser uma televisão aberta. E eles me ofereceram um horário das seis às sete da noite, eu vou levar o rádio para dentro da televisão. O cenário da televisão vai ser um estúdio de rádio, debate ...você vai lá senta como minha convidada, e eu não gosto de nhenhê, eu gosto de jornalismo vibrante, de porrada mesmo, de se falar a verdade. Como você ta vendo aqui ó (mostra um jornal), um cara derruba dois prédios, mata cinqüenta pessoas, sonega o imposto de renda e num fica na cadeia. Então eu fico puto da minha cara com essas merdas que acontecem nesse país subdesenvolvido chamado Brasil e que a gente elegeu um presidente que num tá fazendo merda nenhuma pelo povo, eles tão mais preocupados em reeleger o presidente nas futuras eleições. Isso é uma divagação que eu to fazendo aqui e não abro mão e assino embaixo. Bom, rádio pra mim é importante. Depois, eu... a Folha de Londrina comprou uma rádio, chamava Cruzeiro, a rádio tava em último lugar. Aí eu fui pra Rádio Cruzeiro, montei o Programa Cadeia, coloquei a rádio em primeiro lugar de audiência. Depois fui pra Rádio Paiquerê, depois fui pra a Rádio Londrina, a rádio mais forte de Londrina, da família Dalcol, uma família tradicional. A rádio tava lá embaixo, fui lá e coloquei ela em primeiro lugar (sic)em audiência. Depois em 82, eu

...eu...eu fui para a televisão, com cinco minutos, e fiz o meu programa de televisão, e continuava fazendo programa de rádio também, né, aí me elegi deputado, fiquei 20 anos na Assembléia Legislativa, mas de manhã eu sempre fazia um free lance, eu fazia comentários em várias emissoras de rádio. É lógico: quem que não quer o Alborghetti falando no microfone. Amanhã vai estar aqui o Cadeia Alborghetti! Naturalmente o rádio hoje, se você me permite, o rádio desse tamanhinho aqui, tem um trabalhador lá na barranca do rio Paraná ouvindo rádio. Televisão já é mais complicado, porque num pode levar televisão na carpa do café, na carpa do algodão ou na planta, na carpa do café ou na planta do algodão. Então o rádio é um instrumento... hoje, em Londrina, a televisão ela é um pouqui...ela se equipara ao rádio, mas como eu não moro em Londrina, moro há 17 anos aqui, aqui o rádio domina. É impressionante como o rádio domina Curitiba. Hoje o rádio elege vereador, hoje o rádio aqui elege deputado, eu não sou mais candidato a nada, eu não tenho interesse, eu tenho interesse sim em fazer um radialismo sério, honesto, é...se você perguntar: Alborghetti: fazer esse jornalismo que você faz no rádio é perigoso? É. Eu tenho nove processos. Todos por lei de imprensa. Eu não tenho nenhum processo por corrupção, graças a Cristo. Eu tenho o nome limpo, eu não posso jogar o nome do meu filho que ta fazendo Direito agora, não posso jogar os nomes dos meus netos na lama. Então, meu jornalismo é sério. Entendeu? Aqui eu dou a notícia, se o cidadão tiver ou se ofendido, ele entra na justiça e eu dou o direito de resposta. Agora não venha me oferecer agrados, trazer frangos, trazer galinha, oferecer propinas que eu mando a puta que o pariu e tiro ele daqui na base da porrada e ainda chamo o Ministério Público e a polícia pra prender. Então eu acho que é...o rádio precisa ainda de uma estrutura ainda muito bem esquematizada, em termos de Congresso. Nós estamos lutando muito junto ao Ministério das Comunicações para moralizar o rádio no Brasil. Rádio não pode ser de picaretas de rádio. Rádio tem que ter um horário, por exemplo, para uma oficina, para...para...para os jornalistas que querem fazer rádio. Né? Eu vou trazer pra agora...pra aqui agora, o filho dum promotor público de Curitiba, que quer fazer estágio comigo, o menino é apaixonado...Eh...tem um menino na Jovem Pan em São Paulo, eh...ele me conheceu nenezinho pela televisão. Hoje ele montou um site na internet, o meu site está no Brasil inteiro e conta a minha vida inteira do rádio, de jornal. Porque eu sou jornalista, eu gosto de sentar na máquina, eu não gosto do computador. Eu ainda sou daquela época da máquina de escrever. É lógico, computador é importante, mas eu me sinto pra escrever, pra mim me dedicar, pra mim fazer a minha coluna (sic), eu gosto da máquina de escrever. Eu puxo o papel, num ta certo, trabalho com o Aurélio do lado, com a Constituição do outro, com o Código Penal do outro. É, com livros, etc. Então, isso tem que se fazer no rádio. Rádio não é pra entrar aqui...Procure ouvir a programação, veja quantos locutores analfabetos nós temos no rádio, que falam nós vai, nós fumo, nós vem. Veja a picaretagem que existe no rádio. Isso magoa quem é o verdadeiro radialista, aquele que tem a carteira assinada, no Ministério do Trabalho, No Ministério das Comunicações, né? Aquele que faz parte de associações, que faz parte de sindicatos. Isso machuca muito a gente. Então quem é o Alborghetti, eu queria que você entendesse o seguinte: o verdadeiro jornalista, ele não nasce dentro de uma faculdade, o jornalista vem do ventre de uma mulher, vem do ventre de uma mãe. O poder de oratória você não aprende dentro de uma universidade, o poder de oratória você aprende eh...eh...eh...dentro do ventre da senhora sua mãe. Eu não sei o que que

tinha...é... meu pai é falecido, era um contador, ele falava, ele era um italiano que ...ele lia demais, ele falava demais. Minha mãe era uma pessoa também muito culta, eu não sei se veio aquela ligação. A maioria da minha família, um é promotor, outro é advogado, tenho três sobrinhas advogadas, é...eh... eu tenho um juiz na família, é...eu sou um jornalista. Eu não gosto nem de ser jornalista, eu sou radialista, eu gosto do rádio e da televisão. Na televisão, eu sou o jornalista. Eu sou o diretor de jornalismo dessa rádio, eu sou o responsável por aquilo que eles falam. Então eu fico às vezes ouvindo a escuta no rádio, quando eu vejo...eu mandei tirar um programa esses dias do ar porque tavam falando em política, é proibido por lei. Então como jornalis...como diretor de jornalismo da rádio eu tenho direito de fiscalizar a rádio. Rádio tem que seguir normas, entendeu? Eu ainda acho que o rádio moderno pra mim, ou para eu como você queira, ou pra mim ou para eu, como você queira, é... no linguajar caboclo, o rádio tem que ser das cinco às seis é... é...musical. Ok? Das cinco às sete, um musical, das sete às nove, um bom noticiário, ou um bom programa com jornalistas e convidados, das nove em diante, o que que a dona de casa quer? Aquela que está na cozinha, aquela que está bordando, a vovó, aquele que está no carro. Ele quer ouvir hora certa e música. Ninguém tem mais saco pra ouvir... é lógico que nós dependemos da propaganda, eu dependo, eu vivo do merchandizing, não é? Como o...Quem patrocina o meu programa? A maior rede de supermercados do Paraná: o Muffatto. Paga caro, porque eu vendo. Eu digo, por exemplo, eu criei uma propaganda para os celulares do Paraná. Né? Eh... quem tem um vivo, pode morrer... quem tem claro, pode viver no escuro. Então vamos saudar a melhor operadora de celular da história do Brasil: Tim, Tim. Tim esta é a grande operadora da história do Brasil. Cuidado! Quem tem claro pode viver no escuro, quem está vivo, pode estar morto... Então, isso aí...mas o Alborghetti como é que você cria essas coisas? Eu falei: ó num sei. Num sei. Eu sou um publicitário também. Eu gosto de desenhar, eu gosto de criar, eu gosto é ... é ...de ligar a NET e ficar ouvindo a Fox, a... a...U.S.A, a...CNN espanhol, eu gosto de analisar alguns filmes polêmicos, policiais, que me dão inspiração na madrugada, para que eu possa criar. Entendeu? Não plagiar! Eu não quero plagiar... Eu quero tirar dali alguma coisa para que eu possa criar e trazer ao rádio, o meu programa de rádio. Eu não sei se eu estou sendo a contento, mas o rádio... eu comecei a minha vida no rádio. Tudo o que eu tenho hoje eu devo ao rádio e devo à televisão. Tudo o que eu tenho hoje eu devo ao rádio e devo à televisão. Se você você me perguntar: Alborghetti, você é bem de vida? Sou, sou um homem bem de vida. Eu ganhei muito dinheiro no rádio e na televisão. Ganhei muito dinheiro, guardei muito dinheiro, tive problemas sérios na família, perdi uma filha com câncer, agora no Natal, 28 aninhos. Isso me doeu muito. Tenho um neto que tem câncer e tenho vários problemas, problemas de saúde na família, tal. E como deputado, Alborghetti? Eu fui um deputado radialista, jornalista. Um deputado que eu me preocupava mais com o povo, entendeu? Com projetos sérios, projeto de combater crimes na internet, aquilo que eu gritava no rádio, projetos para combater é...é...a criação da Casa de Amparo à Mulher Violentada. E tantos outros projetos...o Hospital da Vida para salvar os dependentes de drogas. Tudo o que eu criei no rádio eu levei para o Parlamento do Paraná. Eu subia na tribuna para falar. O que que é falar? É falar. Parlamento é para falar, é para gritar, é para defender os seus ideais. Mas eu acho que quando eu...eu fui 20 anos deputado e eu vi que é uma merda, a voz não sai daquele prédio de concreto. É...às vezes eu não entendo, entendeu? Você

cria projetos importantes, você sai do rádio vai pra Assembléia com aquilo na cabeça, o rádio te dá inspirações, o povo te liga pro rádio, te dá idéias, cê vai pra lá, pega a tua assessoria monta projetos importantes e aí dizem: ah... o Alborghetti é louco, o Alborghetti pensa em países de primeiro mundo. Não tem dinheiro, mas tem dinheiro pra reuniões, tem dinheiro pra comprar aviões, tem dinheiro pra corrupção, tem dinheiro pra roubar, tem dinheiro pra sonegar, então às vezes eu não entendo, o rádio, quero que você saiba, é muito importante pra você captar...porque esse telefone quando eu entro no ar às 11 horas, esse telefone não para. São senhoras da elite dominante que me ouve, da classe média alta, o povo...que é um favelado, ou que mora num apartamento, ou na cabana do pobre ou no palácio do rico. Impressionante! Por isso que eu faço um programa curto e objetivo porque quando dá meio-dia, entra o Paraná TV da Globo. Você queira ou não queira a Globo domina o mercado, apesar que a Rede Globo está quebrada, está falida. A Globo vendeu uma parte da TV a cabo agora pruma televisão mexicana. E a Globo ta vindo na base dos empréstimos, né? Falando bem do Lula, ganha-se dinheiro. Aqui eu não falo bem de Requião, nem de Lula, num dependo de ninguém. Entendeu? Quer anunciar, anuncia, mas não me tira o direito de criticar. Tenha... Então é por isso que eles nem anunciam comigo, também tô cagando e andando se quer anunciar, se não quer anunciar. Que se dane. Ninguém vai tirar o direito. Por exemplo, o Requião prometeu que ia acabar com o pedágio, prometeu que ia acabar com os bingos, você vê que hoje o pedágio aumentou, tudo aumentou, abriu os bingos. (Mostrando jornais) Quer dizer: Pedágio sobe 15,34% amanhã. Mais um bingo aberto...ta aqui numa das páginas aí...mais um bingo...ah... ta aqui ó: mais um bingo reabre na capital. Então o Requião é um estelionatário eleitoral. É um estelionatário eleitoral. O Lula é outro estelionatário eleitoral. Eu...às vezes...onti eu ofereci no meu programa mil reais, que me aparecesse aqui uma família que tivesse recebido um litro de leite do Requião. Não apareceu ninguém. Mil reais. Eu apareci...ééé...eu ofereci mil reais para quem me aparecesse aqui e me provasse que recebeu as três refeições diárias do Lula, o café da manhã, o almoço e o jantar. Eu, eu...olha, olha... é inacreditável. É o rádio é importante na vida porque o Lula criou as farmácias comunitárias e está vendendo remédios que tem que ser distribuídos gratuitamente. Então muda governo, entra governo, é uma merda. Este país, ou você endireita no titulo de eleitor, ou você endireita na bala. Então o povo tem que aprender a votar. Não é porque eu perdi a última eleição. A última eleição eu tava sem tesão. Eu num...eu tava...eu num queria assim sentir o orgasmo da vitória (sic). Eu tava preocupado de eleger o Álvaro, porque eu seria o secretário de Ação Social do governo do Paraná. E era o meu sonho fazer o maior trabalho de cidadania e justiça social dentro dessas fav...erradicar essas favelas (sic), fazer tantas coisas, tantos sonhos que eu tinha na cabeça. O radialista. Porque eu pego no rádio, eu pego no rádio e poderia levar para uma secretaria. Perdi por cinco mil votos porque me mataram...mas me massacraram com dinheiro. Uma vergonha perder por cinco mil votos. Muito pouco voto. Perdi a eleição dentro de Curitiba. Eu fiz votos em todos os municípios do Paraná. Não teve um que eu não fiz. O que eu fiz menos, fiz cinco votinhos. Eu perdi por cinco mil e 100 votos. Na penúltima eu tinha feito 20 mil votos aqui na capital nessa eu fiz 14, faltou cinco mil pra mim me eleger (sic). Então foi uma lição de vida que eu aprendi. No..no...na véspera da eleição, eu estava na...na...tava aqui dentro dessa rádio, montando, ajudando a assessorar eles, etc., porque eu tenho uma empresa

de prestação de serviços para rádio e televisão. Eu tava aqui tal, eu liguei pra minha senhora, falei: ó, pode esquecer que eu já perdi a eleição. Eu sou muito espiritualista, sou muito Kardecista, sou muito mesa branca, eu gosto de paz, não candomblé, saravá, essas coisas não. Eu gosto de lê muito o evan... o espiritismo sadio, né? Não, não, não, alguma coisa me diz que eles vão me matar. Quando eu fui votar, que eu levantei de manhã, eu passei aqui na rádio, depois fui votar. Eu encontrava a minha foto com números de outros candidatos. Fizeram mais de 10 milhões de santinhos com a minha foto, mas com números de vários candidatos. Quer dizer: o eleitor pegava a minha foto e dizia – olha o número do Alborghetti é esse. Não era, era de outro candidato. Entendeu? Mandei isso aí pra Justiça Eleitoral em Brasília, não deu nada. Num to preocupado com isso, não sou mais político. Agora eu vou fazer rádio e televisão até os últimos dias da minha vida porque é a minha paixão. Se não der televisão, também to cagando e andando. Entendeu? Agora o rádio sim. Pois eu recebi convite essa semana pra ir pra Rádio Independência pra fazer um programa das 7 às 10 da manhã, recebi um convite...vai ser inaugurada uma nova rádio, Rádio Nacional de Curitiba, uma nova rádio, aí do... que é um político que é o dono, deputado Geraldo Cartário, ele ta informatizando toda essa rádio, vai ser uma monstruosidade. Eles querem que eu vá pra lá. Recebi convite pra ir pra...há uma FM em São Paulo, recebi convite pra ir trabalhar em uma FM em Santa Catarina, ó...eu tenho recebido convites assim inac...é...por exemplo, a Folha de São Paulo, o Estadão de São Paulo me ligou semana passada querendo fazer uma entrevista comigo, do Alborghetti, é...que foi presa uma loira, chamada loira da Ferrari, lá em São Paulo, esses dias no aeroporto. E essa loira...fizeram uma armação pra ela, que ela era amante de um grande empresário da maior exportadora de frangos do Paraná, BIG Frango de Londrina, e ela foi presa com um mandado de prisão falsificado. E a minha advogada é que foi tirar ela. Aí na hora a imprensa lá. Tudo bem, a senhora é advogada de Curitiba, tal, e um jornalista – você conhece o Alborghetti, o cadeia. Sou advogada dele. Pela amor de Deus! Aí foi aquela confusão em cima da minha advogada. Nós precisamos fazer uma entrevista com ele, precisamos...tal. A turma da Jovem Pan quer que eu vá lá dar entrevista. Então, eu acho assim que o rádio é uma coisa muito importante hoje na vida da família. Desde que você faça o rádio sem cor partidária, que você faça o rádio sem política, que você fale a verdade doa a quem doer. É preferível uma verdade que te faça chorar, do que uma mentira que te faça sorrir. Isto não é demagógico, isto é verdade! Eu sei que muitas vezes falar a verdade dói. Às vezes, quando eu falo a verdade, eu sou processado. Entendeu? Então, às vezes é...é...ó Alborghetti, é preferível você mentir que é melhor. Mas não dá, porra! Não dá. Desculpe os palavrões, eu sou italiano. É como se eu tivesse falando no ar mesmo, eu falo porra no ar. Se o Faustão fala porra na televisão no domingo, porque que eu vou falar ôrra. Não, vou falar porra. Eles falam, num é? O Gugu cria farsa, põe lá três cara mascarado, dizendo que ia matar várias autoridades do Brasil, é... Quem criou o ratinho? O Ratinho foi meu empregado, a mulher dele era minha empregada do meu gabinete. Eles trabalharam no meu gabinete 12 anos. Eu peguei o Ratinho passando fome em Curitiba. Andando numa Brasília sem fundo. Eu levei o Ratinho pra trabalhar comigo no meu programa de televisão. Dei carro a ele, dei comida a ele, é...ajudei a criar o filho dele que hoje é deputado. O filho dele, que hoje é deputado, saía com o meu filho quando era criança. Depois ele se envolveu numas má... Depois elegi ele vereador (sic). Elegi ele

deputado. Foi um péssimo deputado, de quinta categoria. Depois se envolveu numas coisas que eu num quero falar (sic) e me desafiou. Saiu candidato a deputado estadual pra me derrotar. Eu fiz 70 mil votos, ele fez seis. E nessa ele se vingou de mim. Ele gastou milhões pra me matar. E hoje é um cara milionário. Tô cagando e andando...é um direito que assiste a ele. Desde que ele não fale no meu nome, nem que eu seja bonito, mas aprendeu tudo na minha escola. Tudo. Eu mandei uma fita pra Bandeirantes, sabe quem pegou a minha fita? O Datena. Tudo o que eu falo na fita, ele fala no ar. Eu mandei uma fita pra Record, pegaram o apresentador do Cidade Alerta botaram a fita e falaram: ó, esse é o homem, esse é o professor. Leva pra casa, assista 20 vezes por dia, viu? Esse é o home (sic). Aí o cara vai pra casa e tal. Outro dia tava gritando cadeia no ar, urubu...As coisas que eu crio! Falei, ô meu Deus, que coisa impressionante! Num é não? Aí a Rede TV que ta quebrada, mas...a antiga Manchete, que ta pra vim pro Canal 59. O Canal 59 não ta no ar ainda porque depende de uma programação, programação. Tem uns programa aí que eu não suporto. Uns programas de prostíbulo, de prostituição. Não é que eu seja o dono da moral. Eu respeito a puta, eu acho que é um direito dela. Mas pra mim a mulher que vende o corpo não tem mais nada o que vender na vida. Mas respeito. Como respeito o homossexual, como respeito a homossexual, como respeito toda a raça negra, respeito...não discrimino ninguém. Mas tem programa nessa Rede TV que eu não concordo, não concordo e acho muito baixo, muito cretino, muito medíocre, muito nojento, muito asqueroso, né? Então, eu mandei uma fita...a Rede TV me pediu uma fita. Aí, eu perdi. Ce vê o que acontece...eu tinha um assessor que era meu braço direito e meu braço esquerdo. E ele foi comprar duas câmeras em Foz do Iguaçu e voltou, entrou debaixo de um caminhão e morreu. Segunda-feira passada. Trabalhou doze anos comigo, 26 anos, me dá vontade de chorar. Ele era meu braço direito, meu braço esquerdo, fazia tudo por mim, cuidava da minha vida, cuidava do meu neto que tinha câncer, cuidou da minha filha que tava com câncer, eu perdi, me roubaram as duas máquinas dentro do carro. Em vez de me ajudar a salvar uma vida, me limparam o carro. Eu tinha um Gol, levaram as minhas máquinas, ele foi sepultado e ele deve ta numa escola espiritual maaravilhosa, sendo atendido por médicos espirituais maravilhosos. Então, a vida é assim... O rádio, ele,ele, ele é apaixonante. Pra você saber o que é o rádio, você tem que participar do rádio, tem vir num dia, entrar num estúdio e vim debater comigo. Mas você não pode fazendo...ai...bebebé, bebebé, ai...A rádio não é pra falar em fazer docinho de côco, é ...bolinho de fubá. Rádio tem que ser dinâmico, rádio tem que... Qual foi a maior criação que nós tivemos nos últimos tempos? A CBN. Quem criou a CBN? A Rede Globo, entendeu? A CBN é uma franquia. Cê monta uma rádio, cê pode transmitir o Heródoto, que eu sou apaixonado... e se ce perguntar pra mim: qual é a televisão que você ama hoje? TV Cultura. Eu amo o Heródoto no Jornal da Cultura. Eu acho um jornal tão alegre, tão divertido, etc., gosto do Heródoto Barbeiro, gosto da inteligência dele, gosto quando ele ta na CBN. Gosto do Arnaldo Jabor, com aquele cabelão dele, cheio, grisalho, aquela simpatia de homem. Em casa, ele casa bem com a televisão, os comentários. Ontem... eu gosto do Programa do Jô, eh...né...uma inteligência infinita, num é por causa da gordura, não. Ele é um crânio. Ele de vez em quando dá uns flashes na CBN, CBN...eu amo o rádio, o rádio é importante na vida do ser humano. Eu nasci no rádio, eu me criei no rádio, amo o rádio. Se você me disser: Alborghetti, você vai trocar o rádio? Não, não vou trocar o rádio. Eu gosto dessa rádio aqui. Ela vai

muito longe, eu recebo telefonemas de Joinville, recebo telefonemas da divisa do Estado de São Paulo, recebo telefonemas do Norte do Paraná e consegui colocar o meu programa... Ele era das onze à uma, aí eu achei muito cansativo e meio-dia entra as televisões (sic). E geralmente as pessoas tão em casa pra almoçar, tão ligadas no Jornal Hoje, ta? Pra mim competir com eles, eu competia da uma às duas, era pau a pau. Eu dava doze pontos, a Globo dezoito, eu dava onze, a Globo dava vinte e dois, entendeu? Eh..agora...o horário pra televisão ou você tem... é das seis às sete. Mesmo que você entre com a novela. Quem gosta do Alborghetti, vai ver ele na televisão. Quem gosta do Alborghetti, ouve ele no rádio. E eu tenho pesquisas, né? Que, por exemplo, a elite dominante, do Água Verde, do Batel, são as que mais ligam pra mim. As que mais me dão idéias. Tem senhoras da elite dominante que participam do meu programa, entram e arrebetam, mas se mantêm no anonimato. Mas eu tenho a Bina, eu sei de onde veio o telefonema, e nós mandamos sondar quem é. Moram em edificios suntuosos, mas gostam do Alborghetti. Então eu num... o rádio, o jornal, quem lê? Um por cento da população brasileira. O caso Waldomiro Diniz, que era o braço do crime organizado, dentro do palácio do Lula, anexo ao Lula, o Waldomiro um por cento do seu Cachoeira do Jogo do Bicho, que mandava no PT. A morte do Celso Daniel do PT, que está envolvido nessa morte integrantes do PT. Todo o dinheiro roubado da prefeitura de ...de...de..lá do Celso Daniel, de Santo André, era para financiar campanhas políticas nas capitais, do PT. Você não ficou sabendo disse através de jornal, você ficou sabendo através do Jornal Nacional, eu, particularmente, amo o Boris Casoy. Eu acho ele hoje o Alborghetti. Um outro Alborghetti, entendeu? Um outro Alborghetti, eu gosto do Jornal da Record. Apesar que eu passei vários e-mails, fiz várias críticas. Fui e me reportei à Rede RIC de Televisão aí, que num manda merda nenhuma, mas é da Igreja Universal do Reino de Deus, e como a Igreja mantém a Rede Record com os dízimos, ela não depende do governo. Então o Boris fala aquilo que o povo quer saber. Então todos esses escândalos, o escândalo da Marta Suplicy ontiontem (sic) do lixo: ela contratou uma firma sem licitação, fantasma, ganhando milhões, para recolher o lixo em São Paulo. Aonde que eu fiquei sabendo disso? Fiquei sabendo disso através do rádio, na CBN de manhã. Eu falei: puta que o pariu, mais um escândalo do PT. Aí à noite eu fui no Boris, aí acessei o site do Boris, aí acessei o site do Arnaldo Jabor, aí acessei o site da Dora Kramer, aí acessei o site da Lílian Witfibe, fui acessando vários sites e fui vendo os escândalos que estão esparramados. Mas todos eles é...a maioria...por exmplo, a Dora, ela não fala em rádio, mas ela tem um site na internet, mas ninguém vê internet, pôrra. O pobrezinho não sabe o que que é internet. Então o rádio hoje é o veículo de comunicação que está na barranca do Rio Paraná, que está na praia, tá nos apartamentos, tá nos carros, tá nos ônibus, tá em tudo quanto é lugar. Uma coisa que me chamou a atenção a semana passada: o cidadão tava num ônibus, desceu do ônibus, colocou as moedinhas dele e ligou pro meu programa do terminal do Boqueirão. Olha, eu queria... Eles me chamam de deputado ainda, né? Fui 20 anos deputado. Deputado Alborghetti... Eu num sô deputado pôrra! Eu perdi a eleição, cêis meteram uma trolha no meu rabo, cêis ainda me chamam de deputado. É mais eu votei no senhor, o senhor é o meu deputado. Tudo bem, aqui é rádio. Eu sou jornalista, eu sou radialista. Que que é? Sou repórter, repórter, repórter. Isso é uma profissão. Repórter entrevistador, repórter cinematográfico, é sou repórter... Que você quer? Olha, porque papapa, ta acontecendo

isso aqui...os caras tavam fumando maconha dentro do ônibus, bababa...bababa. Isso chama a atenção, chama-se credibilidade. Aí eu dei um pau na Guarda Municipal. Imediatamente o Sanderson da prefeitura, ele entrou no ar. Eles gravam todos os programas de rádio, o Requião grava todas as rádios, todo mundo grava, todo mundo. O meu programa já foi mandado pra Brasília. De tanto pau que eu dou no PT pra ver se eles tiram meu programa do ar. Por que tirar? Precisa ter saco roxo pra tirar... precisa ter saco roxo pra tirar. E eles não tem condições. Podem mandar quantas fitas quiser. Explodiu um escândalo, eu tô aí pra dá. Então eu queria dizer pra você, num sei se eu fui a contento, não sei se eu desabafei aqui com você nessa manhã, nós temos muito tempo. Não sei se isso serve?

P- Eu queria fazer algumas perguntas. Este primeiro programa que o senhor fez no rádio com o Hermano Hening, comô era o programa?

R- Ah isso faz anos. Éramos crianças. O Hermano trabalhava na rádio e dava notícias.

P- Eu queria saber sobre o seu jeito de fazer rádio no começo...

R- Não naquela época eu não era locutor.

P – E quando o senhor substituiu ele no...

R- Ah, quando ele foi embora eu entrei no rádio e comecei a quebrar o pau. Eu lia a notícia, o jornal da cidade. Mas naquela época não existia crimes, sabe? Era muito difícil existir crime. Você não ouvia falar em corrupção, né? Naquela época era completamente diferente. Era a época da brilhantina ainda. Do Glostora, que a gente passava na cabeça e ia pros bailes, né, de terninho, dançar, né? Quando ainda existia as grandes orquestras no Brasil, né (sic). Pedrinho e sua orquestra de Guararapes, Nelson de Tupã, Ray Connif que era um mito da época. Então, o Hermano começou no rádio em Guararapes e hoje ele ta muito bem no SBT, mas ele...ele...também está fazendo ráido, numa rádio lá em São Paulo, não sei se é na Transamérica ou...eu acho que ele ta na Transamérica, fazendo rádio também.

P- No começo como eram os programas que o senhor comandava?

R- Ah, no começo eram programas...Eu...é...eu gostava muito da autocrítica, da análise, da ...eu gostava muito de saber o que acontecia é...no Brasil. E eu tinha aquele feeling, aquela veiazinha do jornalismo agressivo, do jornalismo violento, do jornalismo de se falar a verdade, de esfregar a cara do vagabundo na parede, entendeu?

P- Já era policial no começo?

R- Sempre foi. Sempre foi. Um mesclado. Era polícia, política. Era um talk show. Talk show o que que era? Era uma mistura. Eu selecionava três notícias policiais excelentes, não... notícias..., três notícias nacionais e convidados e debates..., né?

Porque desde que eu nasci eu ouço falar que nós vamos tirar as crianças das ruas. Mas pra colocar em cima da calçada, porque na rua elas podem morrer. Todo político, toda campanha que surge: porque seu for eleito eu vou tirar as crianças das ruas. Aí cê pergunta pra ele e o senhor vai colocar aonde? Em cima da calçada. É um palhaço, né? E as crianças continuam nas ruas. Agora as nossas crianças aqui de Curitiba ficam jogando bolinha. Sai da favela e ficam imitando os argentinos que tão numa merda desgraçada, na Argentina. A segunda pergunta:

P- O senhor disse que sua família era a dona da primeira rádio em que o

senhor trabalhou?

R- Era um primo meu, que era o dono da rádio, o Eulálio.

P – E tinha algum radialista na família que o senhor se?

R- Não. Era só eu. Só o Alborghetti. Eu nasci com esse dom. Nasci com esse dom.

P- E como foi sua entrada na política?

R- Minha entrada na política, eu tinha um programa de rádio em 82, né, 82, naquela época a ditadura exigiu que fosse a cédula PMDB e PDS. E eu tinha umas certas restrições contra o PMDB na época, que tava mudando de opiniões, eu fui para o PDS. Falei: vou fazer um teste. E eu saí candidato a vereador, só podia votar numa cédula. Quem era do PDS, só naquela cédula. E eu fui o vereador mais votado de Londrina pelo PDS com o programa de rádio. Fiquei seis anos na Câmara Municipal. Depois eu fui convidado pelo Álvaro pra sair pelo PMDB. Fui o deputado votado, mais votado da história do Paraná naquela época (sic). Fiz cento e poucos mil votos. Depois na segunda eu fiz noventa e pouco, na terceira fiz setenta, na quarta fiz sessenta e nessa eu perdi a eleição, não acreditei, foi a maior fraude eleitoral da minha vida. Eu acho que é o medo da minha boca, sabe? Uma perseguição muito grande. Foi gasto muito dinheiro pra me derrotar em Curitiba. Foi gasto muito dinheiro...Eu fiquei impressionado com o medo das pessoas, com o medo do Alborghetti. Porque o Alborghetti na Assembléia, quando subia na tribuna, eu mandava deputado calar a boca (sic). Eu via deputado fazendo rodinha, eu falava: por favor. Cêis podem me ouvir? Cêis podem ter respeito comigo? Porque a denúncia que eu trago aqui é importante. E o seu filho pode estar sendo assassinado neste exato momento dentro de uma faculdade, dentro de uma escola. Eu já dava um impacto, um impacto e todo mundo parava. Os corredores lotavam, era o poder da oratória, num é? E o meu gabinete era o gabinete da miséria. Eu, eu...sabe o que eu fico orgulhoso? Que eu formei tanta gente em Curitiba, na área de jornalismo, paguei tantos cursinhos, empreguei bem meu dinheiro... Porque eu nunca fui gigolô do dinheiro público. Eu tinha o dinheiro que era o meu salário, era meu, se é meu eu exijo. Eu guardava. E aquilo que é do povo, na área de justiça social, não assistência social. Assistente social é formado numa universidade. Essa palavra não existe. Quando você ouvir essa palavra manda a pessoa calar a boca. Ô seu idiota, vai estudar. Assistente social ou assistência social é do...aquele que cursa uma faculdade. E tem a profissão de assistente social. O que o político faz é Justiça Social e ação social. Diga.

P- E como o senhor...

R- O senhor está no céu.

P-... avalia as eleições de 2002?

R- A que já passou? Comigo?

P- Com as eleições como um todo, qual a sua análise?

R- Foi uma grande farsa. O filho do Ratinho...eu ia, eu fazia um comício num bairro, eles iam no outro dia e faziam outro. Ah, mais isso aí eu não queria colocar...isso não. Fica deselegante pra mim, eu não gosto de falar essas coisas. Aí você vai entrevistar ele lá, vai dizer que eu falei isso, aí fica mal pra mim, né? Não gosto dessas coisas. Eu acho que...num tenho nada contra ele, eu acho que apenas ele mentiu. Ele fez uma campanha dizendo que ele como deputado ia gerar empregos no Paraná. Nenhum deputado do mundo gera empregos. Quem gera empregos é o

governo e o presidente da República. Então isso é um estelionato eleitoral.

P- E em relação aos mandatos que o senhor teve...

R – Eu fui muito feliz. Eu fui realizado. Eu sou um deputado muito realizado. Eu me preocupava mais com o povo. Eu me preocupava mais com o doente, com aquele que chegava sem braço no meu gabinete. Com aquele que chegava sem uma perna. Quantas crianças eu coloquei pernas e estão andando no Paraná? Quantos paralíticos que num tinham uma cadeira de rodas com cinto de segurança e eu mandei fazer? E estão numa cadeira de roda. Quantas crianças que têm psoríase, câncer de pele, na região de Prudentópolis, ainda até hoje todo mês eu mando buscar aqui em Santa Catarina uma pomada que é pra psoríase, é o câncer que nasce uma casca. Eu trago potes, eu consegui um na embaixada de Cuba. Tinha um deputado chamado Antonio Ueno, que foi um dos... Existe o deputado político que é aquele que se preocupa com a próxima eleição. E existe o deputado estadista que é aquele que se preocupa com as futuras gerações. E eu tinha...o deputado Luciano Pizzatto me ajudou muito, ele devia ter saído candidato, o deputado Max Rosenmann me ajudou muito também em Brasília. Nós temos grandes parlamentares é, que se preocupam com a família. E eu, como deputado, eu tinha o orgulho de ter, de internar o dependente de drogas, de salvar o dependente. Eu ...o dia em que eu não via um pobre no meu gabinete, falava: nossa! O Brasil mudou? Mas não, eu chegava...saía do rádio ia pra televisão ia pra Assembléia, aquela fila me esperando. Aquilo pra mim era o dinheiro mais bem aplicado da minha vida. Como que as pessoas não tinham...tinham a luz desligada, que o governo falava que ia... Olha, política é a arte do canalha. Eu fui um bom deputado, eu animei a minha vida de deputado. Se eu tivesse lá agora, nesse exato momento, acho que taria uma fila enorme me esperando (sic). E agora eles vêm aqui na rádio. E como nós vamos mudar a rádio pro centro, é...quando mudar, preste a atenção e veja o horário do meu programa, cê vai ver a fila me esperando. E eu tenho um grupo de voluntários anônimos. Eu tinha um que foi assassinado, o Ciro Fraga, que foi assassinado em Londrina agora. Eu tenho um grupo de voluntários anônimos por trás do Alborghetti ainda. Quando aparece coisas horripilantes, eu ligo, faço cinco ou seis ligações e todo mundo se mobiliza, nós internamos, nós resolvemos, nós fazemos tudo. Mas hoje eu não sou mais deputado, sou apenas um radialista, um jornalista de rádio.

P- E em relação a projetos, o senhor se lembra de projetos que o senhor conseguiu transformar em lei?

R- Ah eu fiz tantos projetos! Tantos, tantos, tantos, tantos, tantos, tantos, tantos..., mas o deputado estadual, por mais projetos... eu fiz um projeto, que eu acho que o mais importante da minha vida foi o, criar a delegacia de combate aos crimes na internet. Esse foi aprovado. Eu fiz com o Neivo Beraldin, eu e o Neivo, nós sentamos e eu tinha um projeto e tal. Eu fiz um com o deputado Dr. Rosinha também, que eu considero um deputado muito sério, é a... nós unimos a...toda mulher que é espancada em casa, ela não pode voltar pra casa. E nós criamos a Casa de Amparo à Mulher Violentada. Rafael greca, ele criou a Casa de Maria, aqui na Capital, e nós tentamos colocar isso no Paraná inteiro. Teve...Nós fizemos muitas coisas, eu não lembro assim de cabeça, eu preciso pegar e depois passar pra você...

P- O senhor acha que conseguiu realizar mais como político ou como radialista?

R- Os dois. Os dois. O político ajuda o radialista a fazer mais coisa. As portas são abertas mais rápidas. (sic) Entendeu? O deputado, o político hoje está muito desgastado, só pensa nele... Entendeu? O político tem que ser estadista, tem que se preocupar com as famílias. Eu fico feliz quando eu encontro com uma pessoa na rua e me diz: Alborghetti, você lembra de mim? Eu me formei pelo seu gabinete. Isso é importante na vida da gente. Hoje eu não consigo andar em shopping, hoje eu não consigo entrar num restaurante, eu to há dois anos fora da televisão. Quando eu entro num restaurante, menina de Deus...pára. Aquilo me deixa assim deprimido. Eu falo pra minha senhora...eu me escondo numa mesa lá no fundo, que ninguém me veja. Eu tiro o óculos, mas assim mesmo a careca...a pessoa me vê, vê o Alborghetti, não adianta...é uma marca. O Cadeia Alborghetti é uma marca. Onti eu saí com a minha senhora (sic), ela é professora de Educação Física, ela dá aula pra terceira idade, voleibol, e tanta coisa que ela faz aí, crianças..., e nós fomos numa churrascaria. Passando...vam beliscar um negocinho? (sic) Meu Deus. Eu nunca tinha entrado naquela churrascaria. Foi aquele polvoroz. Aqueles garçon correndo. É o home, é o home, é o home, é o home. O home meu Deus! Autógrafo, autógrafo, autógrafo, autógrafo, autógrafo. Até nas camisas. Então eu fico pensando assim: ce vê a responsabilidade que tem o rádio, a responsabilidade que tem a televisão. Tem que ter credibilidade, não pode ser bandido. Ce não pode ser marginal. Ce não poder ser picareta de rádio. Ce não pode ser picareta de televisão. Não pode, jamais. Rádio tem que ser sério. Político tem que ser sério. Cada um tem uma maneira de pensar, eu tenho as minhas. Que mais?

P- E os seus planos para o futuro?

R- Rádio e Televisão. Só isso, mais nada.

P – Não quer mais saber de política?

R- Não, nunca mais na minha vida. Nunca mais. Eu só...política...eu acho que política é feita em Brasília. Não na Assembléia Legislativa, não na Câmara Municipal. Porque em Brasília, criança, lá é que você faz as grandes leis. Lá tem a Constituição Mãe. Eu fiz a constituição do Paraná. Ta lá o meu nome: Luiz Carlos Alborghetti. Eu fiz a primeira e fiz a segunda constituição. Eu fiz várias emendas com a deputada Irondi Pugliesi, com o deputado Haroldo...o deputado Haroldo Ferreira, eram radicais de esquerda e nós brigávamos. Eu brigava muito com o deputado Caíto Quintana pra colocar as minhas idéias na constituição. Mas a constituição mãe está em Brasília, aquela.... Eu gostaria de ser deputado federal. Eu ia barbarizar o congresso. Seria o grande sonho: fazer projetos que iriam gerar polêmica e se a Globo falasse um...ah eu ia ter cinco advogados pra entrar com uma representação na hora e eu ia estar debatendo com eles na hora. Entendeu? Lá sim dá pra voc~e fazer um grande trabalho, lá sim você...dá pra legislar é ...pelo jornalista, é...legislar por todas as camadas sociais, pela sua profissão, pelo pobre, pela classe média, pela classe alta, pelo negro, pelo branco, não cotas para negros, não esse racismo imbecil. Então nós íamos ter que ter cotas para branco. Porque você é branca como eu. Se você pegar sol, eu pegar sol, eu to fudido, eu não posso pegar sol que eu to fudido, eu vo pro hospital. (sic) Eu tirei um câncer de pele aqui por causa de sol. Eu não su...não posso ver sol, sol é uma coisa pra mim que eu me escondo. Eu tenho medo. Branco como nós...Agora tem tanto branco safado neste país! Por que cotas para negros? Eu teria um sonho ainda. Eu me considero novo. Eu vou fazer 59 anos no ano que vem, eu me

considero novo, eu cuido de mim, cuido da minha saúde, não bebo, tenho o hábito de fumar porque eu sou muito nervoso. Eu sou muito perfeccionista, eu tenho várias doenças. Mas ontem eu assisti o Jô e eu vi que o Jô é pior do que eu. Ele é mais doente do que eu. Não, então eu vi ontem um professor que lançou um livro na Usp em São Paulo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,, eu fiquei loco com aquele cara, eu fiquei loco...(sic) Ele tem trezentos e dezessete mil livros na biblioteca, eu quero ir a São Paulo conhecer a biblioteca dele. Peguei o endereço, entrei no site da Globo, falei: ah, eu quero conhecer a biblioteca desse cara, deve ter coisas importantíssimas pra gente aprender, né. E ele vai montar agora, vai doar o livro e vai montar uma, uma biblioteca pública em homenagem a um escritor que no momento me falha a memória. Então você me pergunta o que eu quero fazer. O Alborghetti quer fazer o quê? Eu quero continuar no rádio, se a televisão me pagar bem eu vô pra televisão. Se a televisão não me pagar bem, não sou idiota de ficar na televisão correndo o risco de ser processado. Não. Eles sabem que eu sou o show. Eles sabem que se eu entrar no Cidade Alerta eu paro o Brasil hoje, o Lula se caga todo em Brasília. Eles sabem se eu entrar na Globo e fizer um comentário, um comentário no Bom dia Brasil, em qualquer programa, pára a nação brasileira, pára. Te juro pela minha...te juro pela alma da minha filha. Porque eu vou estudar, eu vou ver o escândalo e vou ver como eu vou falar pra eles não me processarem. Mas a hora que eu der a porrada, pára o Brasil. Se eu for pra Bandeirantes, pára o Brasil. Se eu for pro SBT, pára o Brasil. E agora o Cidade Alerta vai terminar, vai ser Cidade Alerta São Paulo, Cidade Alerta Paraná, Cidade Alerta Santa Catarina, etc e tal. Quem sabe eu não comande o Cidade Alerta no Paraná? Trabalhei na Record quatro anos. Deixei boas recordações. Eu sou muito ditador. Eu sou muito radical nas minhas atitudes. Ninguém entra na minha sala, pra conversar comigo é complicado. Num gosto de malas, num gosto de coisas pegajosas, não gosto de falso moralismo. Num gosto de nada disso no rádio. Eu sei lá, eu não o que que você vai pensar de mim, o que você pode analisar? Eu sou um ser humano, eu sou bom. Eu tenho um lado muito bom. Existe uma palavra que todo mundo me entende: la bela máfia. Eu sou italiano. Máfia, na Itália, se você quiser esse livro um dia te empresto: la bela máfia. É a história de uma família de mulheres...La bela máfia. Máfia o que que quer dizer? É família. Existe a família do bem e existe a família do mal. Aqueles que praticam...a máfia, a família do mal, vão pra cadeia. A máfia que é a família do bem só prospera. Eu tenho esse lado de mafioso, para o bem... Eu sou muito rígido (tosse). Se um funcionário meu mandar um abraço no meu programa de rádio, ele ta na rua. Eu não sei qual é o interesse dele em ter mandado esse abraço...Será que não é pra pegar dinheiro? Se ele começar a elogiar muito uma pessoa no meu programa, ele sai do ar. Eu quero saber porque você ta elogiando essa pessoa. Por quê?Ce ta ganhando alguma coisa pra elelogiar essa pessoa? Rádio é muito sério. Televisão é muito séria. Ce tem um nome a zelar. Todo mundo, quando eu tava na televisão e no rádio, falava: esse cara é ladrão, esse Alborghetti é bandido, esse Alborghetti é marginal. Todo mundo. Eu to aqui ó. Se vê falar em tudo quanto é político aí. Tem dois políticos...tem dois deputados envolvidos no crime organizado aí, no roubo de cargas. Por que ninguém fala nada do Alborghetti? Por que o Requião não briga comigo? Por que que ele não briga comigo? Será que eu tenho tantos dossiês assim? Será que as pessoas me acordam a uma hora da manhã, ou duas horas, como no final de semana. Porque hoje é sexta-feira. Ce ta me

vendo de agasalho. Se você viesse aqui ontem eu ia ta com a minha bota, que eu uso, minha bota social. A minha calça jeans impecável, tem que ter vinco, desde a época da minha mãe. Pergunta pra sua mãe o que que é vinco. O vinquinho, a minha camiseta e o meu blazer impecável. Bem barbeado, com meus óculos limpo, meu carro limpo (sic). Eu ando desse jeito, eu fui deputado desse jeito. Eu sou contra o terno. Você quer me convidar pra ir na sua casa, eu vou de calça jeans. Eu só tenho calça jeans. Aliás eu só tenho um terno e é jeans. Eu só vou no casamento com ele. Aí minha mulher: ce ta loco! Como é que você vai pra... Se me querem é assim, se não me querem vá você. Ah, como você... Eu não gosto da elite dominante. Que que eu vou fazer? Casou num sei quem do Cássio Taniguchi, me convidaram e eu fui de jeans. Meu Deus! E os deputado tudo chique de smoking, com aqueles negócio amarradinho aqui, tal. E eu cheguei e falei assim: ceis são tudo falso, eu falo na cara de todo mundo. Que quadrilha de bandidos, vocês não prestam, puxadores de saco, só porque é filh... é parente do prefeito, sei lá quem é. Eu to bem de gravatinha vermelha, minhas...camisinha azul e o meu terno amarrotado. Coisa mais linda do mundo! Eu amava...eu amo aquele terno, ele amarrota e tal. E eu dançava, aquela botinha bonita que eu trago de Franca e tal. Aí os cara falam: como é que pode o cara ser desse jeito? Num, num... E aí eles me convidam praqueles jantares milionários...eu tava de terno jeans. Como é que pode? Eu cagava e andava. E os garçons do meu lado, só do meu lado! Os garçon só do meu lado! (sic) Demora até dez horas da noite pra jantar. Eu falava pro garçon: me traz alguma coisa pra mim comer, porra. Me mandaram vir aqui às nove e eu, como sou jacu, eu gosto de comer seis e meia, sete horas eu gosto de comer. Eu num almoço, eu num tomo café da manhã, é hábito. Eu só como alguma coisa à noite, me traz mato, qualquer coisa, óleo de oliva. Me arruma qualquer coisa. Ah...vinha dez garçon. Todo mundo falando e eu comendo. Quando dava dez hora que eles iam jantar, eu já tinha jantado. Aí eu ia embora. Que que eu ia ficar fazendo aqui? Entendeu? Então a vida é assim, o Alborghetti é assim. Só que eu não quero que voc~e pense mal de mim, do Alborghetti... O Alborghetti tem um lado ruim, tem um lado bom. O lado ruim é a maneira de conduzir a sua profissão e o lado bom é que eu sou muito família, eu gosto muito do lar. Eu gosto do meu escritório, eu gosto de livros, eu gosto de livrarias, eu gosto de ver...eu gosto de acessar a internet. Recebi um dossiê da internet que se eu falar aqui, nós dois vamos presos, nós dois seremos processados e iremos para a penitenciária.

**APÊNDICE 4 – DEGRAVAÇÃO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O
RADIALISTA RICARDO CHAB**

Entrevista

Ricardo Chab 22/06/04

P - Eu gostaria que o senhor nos contasse sua trajetória, de sua história mesmo:

R – Eu nasci em Santa Izabel do Ivaí, uma cidade pequena do interior do Paraná, daí com oito anos meu pai mudou-se para Paranavaí, uma cidade um pouco maior. Mas eu sempre mantive o vínculo com Santa Izabel do Ivaí porque meu tio morava lá, então uma cidade a 100 quilômetros de distância, então minhas férias eu passava numa cidade menor do que a maior. Então aí eu vivi até os 16 anos... 17 anos, em Paranavaí. Fui fazer vestibular, eu queria fazer comunicação, na verdade eu queria fazer jornalismo, mas na região não tinha jornalismo. Nem na UEL, na época, em 1976, havia o curso de jornalismo. Daí só tinha aqui na Universidade Federal e tinha também na PUC, evidentemente. Aí eu fiz vestibular em Londrina pra direito, na época eu já namorava minha esposa, ela passou em medicina e eu passei em direito. Só que eu não gostei de direito, foi uma coisa interessante. Eu acho que era uma coisa assim muito... Era muito diferente daquela coisa do imediatismo, eu sempre fui muito imediatista. Ah, tem que fazer...tem que..então aí eu acabei trancando o curso lá e vim tentar vestibular aqui. Em 1978 eu passei na Federal... Em 79, passei na Universidade Federal, em Jornalismo. Daí cursei a Universidade Federal e em 79 mesmo, em maio, dia 1º de maio, nunca mais me esqueço, eu comecei a trabalhar na Rádio Colombo. Eu lembro que até foi um dia do trabalho, dia 1º de maio. Ah, ninguém começa trabalhar nesse dia. Não, eu tinha que começar. Na época, o dono da Rádio Colombo, é o mesmo dono, o Ervin Bonkoski, ele não tinha que fazer noticiário de hora em hora, então eu comecei a fazer o gilete press. Eu recortava lá, dava uma melhoradinha numa notícia, pegava um factuzinho assim por telefone. E apresentava de hora em hora o noticiário. Na verdade, não era eu quem apresentava, era o locutor que apresentava, mas eu é que montava o jornal. E ele gostou desse trabalho, daí ele falou assim: oh, tem um horário à noite aí, das onze e meia à meia-noite, e você poderia vir fazer esse programa, chama o Agente Colombo. Eu falei: faço uai, num to fazendo nada mesmo. Então qual que era a minha missão. Minha missão era fechar a rádio, que ela fechava à meia noite, e abrir a rádio às cinco horas da manhã. Então essa era a minha missão. Por que que eu abria às cinco da manhã? Porque o Arthur de Souza, da Revista Matinal, que era a grande audiência do rádio, junto com o Elói Garcia, o Helon Garcia, eh... Eles faziam o Revista Matinal. Então eu é que tinha que fazer a prévia pro Revista Matinal. Ou seja, eu ia, passava pegava os jornais, recortava os jornais e colocava nas pastas. E durante o programa revista matinal eu dava uma notícia nova, ou um incêndio que havia dado na madrugada, aquela coisa que a gente checa por telefone ou no plantão na delegacia, ou alguma coisa... E eu comecei a interagir e foi assim que foi começando. E aí com essa possibilidade de fazer o programa chamado o Agente Colombo, que na verdade não tinha... Eu não podia ler o jornal que havia sido distribuído pela manhã, tinha que dar uma coisa nova. Então o que que era o novo? Assessoria de imprensa pouco funcionava naquela época. Novo era o acidente, a morte, era o incêndio. Então eu comecei...invariavelmente eu saía de ônibus, pra ir fazer três quatro reportagens e tava pronto o programa à noite, num é? E fui fazendo assim. Daí naquele 1980, passado um ano mais ou menos, um pouquinho menos de um ano, uns dez meses, a rádio cidade trouxe uma nova... Uma nova maneira de fazer rádio, né. Porque até então ninguém fazia noticiário, ninguém fazia jornalismo,

ninguém fazia nada. E a Rádio Cidade então, comprada pelo Grupo Nasser, pelo Consórcio Nasser. E o Jair de Brito, que era diretor artístico, trouxe uma nova mentalidade pro rádio. Um rádio 24 horas falado, um rádio... Então eles começaram com uma programação é...que eu naturalmente nem pensava em mim. Quem foi pra lá, na época, era o Algaci Túlio de manhã, que era líder de audiência e eu trabalhava como repórter, né? E eu não sei porque motivo o Algaci Túlio acabou se desentendendo e saiu. E ficou toda aquela equipe grande sabe...que era o Enéas Farias, que era o Reginaldo Loyola, que era o Maurício Fruet, que era... Então todas essas pessoas ficaram lá. Então é a mim foi me dado o ofício de ser o repórter de madrugada. Começava a trabalhar às dez da noite e ia até seis da manhã. Todo dia.. Então eu entrava 20 vezes, 30 vezes por dia durante o programa e aí eu tava aprendendo, né? Fiquei seis meses assim. Sem tirar um dia de férias, de folga e tal. Daí o Tarassi, que na época era um jornalista da Gazeta do Povo e que apresentava o policial pela manhã, das seis às sete da manhã, ficou doente. E não tinha quem fizesse aí eu falei: eu faço ué...e comecei fazendo e aí foi dando audiência, dando audiência e eu senti que a audiência cresceu e, passado um tempo, como eles davam prêmios, lá na rádio eles premiavam quem tinha mais audiência, eu comecei a ganhar todos os prêmios, todos os meses eu ganhava os prêmios. E lá tinha os papas, né? Pessoas que se comunicavam como ninguém. Imagine você, o Enéas Farias com aquele vozeirão. O Cândido Martins de Oliveira, o Candinho, comunicador nato, o próprio Maurício Fruet comentando, quer dizer, as pessoas tinham uma bagagem toda e eu era um moleque. Mas fui tapando os panos todos, né? E aí a Rádio Cidade, como sempre acontece nos veículos que procuram fazer jornalismo 24 horas não agüentou. Porque fica inviável, né, o custo benefício, coisa e tal, coisa que a gente já sabe... e desmontou a equipe. Desmontou... eu me lembro que a redação da rádio, nós éramos em 50 jornalistas, a maior redação de rádio que eu vi na minha vida, nessa época eu já trabalhava aqui na Tribuna também. Então daí eu fazia a tribuna e fazia a rádio. Então desmontou essa equipe toda. Resultado: ficou eu e mais um programa só e o resto 24 horas de música. Nós ficamos, eu fiquei mais um ano e meio lá, até 82, meados de 82 mais ou menos... isso mesmo. Deu um total de um ano e meio nesse período. E aí a Rádio Atalalia me convidou pra trabalhar lá. A Atalaia era a grande audiência, do rádio, era a rádio mais ouvida e eu fui trabalhar na Rádio Atalaia, fazer um programa das seis da manhã às nove. Lá eu fui primeiro lugar estourado, daí nós sempre mantendo o primeiro lugar. Daí eu sai de lá da Rádio Atalaia voltei pra Rádio Cidade. Popularizou de novo a programação e eu voltei pra Rádio Cidade e fiquei lá mais oito anos. Aí saí da Rádio Cidade, voltei trabalhar na Rádio Colombo, também colocamos a rádio em primeiro lugar. Aí saí da Rádio Colombo, voltei pra Rádio Cidade e aí parei com o rádio. Aí fiquei até agora 2002 lá no rádio e tô dando um tempo em rádio agora. Acho que rádio tem que dar um tempo pra ver se... o que que melhora... Porque hoje o dono de rádio hoje, o rádio no Paraná tá tão pobre que não tem como investir. Há um empobrecimento mesmo. Ledo engano das pessoas... não o rádio...o rádio só diminuiu. Se a gente comparar o rádio do Paraná com o rádio gaúcho é uma coisa absurdamente distante. Quer dizer... né? O rádio gaúcho tá mil anos luz na nossa frente, né? E na questão funcional, eu diria, porque os grupos de comunicação no Rio Grande do Sul fazem um outro tipo de rádio... O empobrecimento é mais no Paraná. O empobrecimento do dono de rádio. Tem rádio aqui, só para entrar numa

particularidade pra você ter uma idéia, que deve seiscentos mil reais de Ecade, por exemplo. Como é que vai pagar? É impagável... Então esse empobrecimento do rádio no Paraná é uma coisa interessante, vale a pena até um estudo. Como é que vai solucionar, eu não sei, mas que há um empobrecimento há. E tem mais também. Pro rádio hoje é vantajoso ou evangelizar, ou seguir um outro caminho, que na verdade você vai ter um outro objetivo, não é o entretenimento, não é a informação, não é nada... É uma outra coisa espiritual...então o rádio paranaense empobreceu por causa disso. Muito pobre...

P - O senhor acha que é só pela religião esse outro caminho?

R- Não, eu diria que não é só religião. Eu diria que o rádio, no Paraná, se ele não der uma mudada. Você pode ver que as emissoras hoje, elas preferem colocar uma cabeça de rede e aí você tem, das 24 horas, você totaliza três, quatro horas de programação local. Isso tá virando uma rotina...vai virar uma rotina. Isso veio no FM e agora está muito mais forte no AM. Porque o AM empobreceu. E empobreceu mesmo. Quando eu falo empobreceu, empobreceu em custo de comercial, em venda de comercial, o número de ligados caiu muito no rádio AM. Então é essa mudança, eu diria até, do hábito. Porque se você for botar no papel, hoje a adolescente de 15 e 16 anos não sabe que existe rádio AM. Nem sabe... Que que é isso? Pergunta. Nem sabe porque é uma cultura diferente. Existe mídia em agência de publicidade que desconhece rádio AM. Acha que só tem FM. Então essa... a questão de se perder a qualidade da transmissão... do chiado, daquela coisa... Isso tudo vai afastando, né? E culturalmente, o pai já fala: oh, ouve isso. Não se faz mais isso. Então eu acho que o rádio AM tá perdendo essa identidade.

P- Isso não acontece mais nas grandes cidades?

R- Eu diria que em todas elas. Eu tenho um vínculo muito forte com Paranavaí e a gente vê que o número de ligados no fm é uma coisa impressionante. É absurdamente maior. Hoje um rádio no interior, fm, pega lá duas emissoras fm e uma...pegar Paranavaí como exemplo porque eu tenho lá... A gente segue bem. Setenta por cento do povo escuta FM, 23% sabe-se que escuta AM e 7% não sabe. Então é uma coisa assim muito diferente, muito diferente... Então esse empobrecimento é muito próprio do rádio AM. O rádio AM na verdade é uma rádio conversada, é o rádio companheiro, né? E isso é porque tem muita fazenda lá. A gente pega aqui, vamos colocar... a própria CBN, é uma rádio conversada, não é? Se você for parar para pensar, há 20 anos atrás esse segmento tinha que estar onde? No rádio AM e não no FM. E, no entanto, tá no FM. Por que? Por causa da qualidade do som, da comodidade...

P- O que te atraiu para o rádio?

R- O que me atraiu pro rádio é uma coisa interessante. Eu morava em Paranavaí, quando era pequeno, adolescente, piá, pré-adolescente. E eu...tinha muito programa de auditório, sabe? E eu não perdia um programa de auditório. E a diversão do interior era assistir programa de auditório. Que qui cê ia fazer? Televisão não tem lá. Num tinha nada na cidade, que se... pelo menos ia lá na rádio. Então eu gostava de participar, de fazer brincadeira, ganhava um prêmio, então eu era...interagia sempre com programas de auditório. Então eu sempre fui em programa de auditório de rádio. Conhecia todos eles. Eu num via a hora de chegar assim sábado à tarde, que tinha programa à tarde toda, e domingo pela manhã que era um programa de auditório. Então aquilo pra mim

era uma maravilha. Então eu sou um apaixonado pelo rádio. Eu era aquele menino, adolescente, que ouvia novela pelo rádio. O Direito... como é que é? O Direito de Nascer. Isso era lá pelos mil novecentos e sessenta e pouco. Era criança e ouvia O Direito de Nascer. Ouvia. E tinha uma outra emissora de rádio de São Paulo que dava umas histórias macabras. Aquela coisa assim de espírito e eu ficava lá de madrugada ouvindo. De madrugada, onze horas da noite...Então o rádio, eu sempre nasci com o rádio. Sempre nasci com o rádio. A vida inteira. Então eu me dediquei muito, por isso que eu queria ser jornalista. Achava que ser jornalista, que através do jornalismo você poderia mudar o mundo, sabe? Eu sempre fui assim, tinha essa visão: ah, eu acho que com o jornalismo a gente muda o mundo, que vai mostrar a verdade...papapa...aquela coisa que a gente tem de saudosista...Até você colabora um pouquinho pra isso, né? Mas é muito pequena a parcela do jornalista nessa mudança, eu acho.

P- E aqui como foi que o senhor chegou ao primeiro emprego?

R- Deixa eu contar uma particularidade que eu achei interessante. Tinha uma emissora aqui na época, que agora não me lembro o nome, era uma rádio AM, que tinha uma grande penetração, a Universo, Rádio Universo, ...hoje é evangélica. Então era forte, era uma das três rádios mais fortes da cidade. Era a Colombo, a Atalaia, a Clube e a Universo. Eram essas rádios que tinha aqui em Curitiba. E eu fui pedir serviço nessa rádio e o cidadão tava lá, que me atendeu, eu me lembro até hoje, sentado numa poltrona assim, com cigarro na boca, a cinza grandona, falou: não, só pegamos pessoas qualificadas pra trabalhar com a gente, né? E eu era acadêmico, fazendo jornalismo, louco pra poder, né? E o cara falou assim: não só aceitamos pessoas qualificadas. E passados dois anos que eu comecei trabalhar na Colombo, que eu fui pra Rádio Cidade, essa mesma pessoa mandou me convidar pra que eu trabalhasse lá. Daí eu falei em tom de brincadeira: não eu só trabalho em rádio qualificada, coisa e tal, brinquei com ele. Mas o rádio era assim, quer dizer, o rádio é isso, num é? E o rádio, eu gostei do rádio porque ele eu achava, e acho, acredito muito no rádio...

P- E o senhor não conhecia ninguém na Colombo?

R- Não, não. Eu fui lá me oferecer e encontrei o Ervin Bonkoski no elevador. Falei: o senhor que é o dono da rádio? Ele falou, sou. Eu falei: o senhor não quer deixar? Eu trabalho de graça, de graça... E eu trabalhei na Colombo de graça 90 dias, sem ganhar um tostão. Tirava dinheiro do bolso, pagava passagem pra ir trabalhar. Fazia as reportagens de ônibus, pra poder provar que eu tinha... até junto comigo, fazia faculdade comigo, tinha o Paulino Viapiana, e o Paulino daí ficou também no rádio por causa disso. Porque nós dois fomos atrás, nós tínhamos vontade de trabalhar, né? Tão difícil trabalho, coisa e tal, e eu falei pra ele: olha pra gente começar num jornal, nós não temos as mínimas condições de começar num jornal, vamos começar no rádio, porque cê tem uma rádio pequena, cê vai trabalhar direto lá. E deu certo. Rádio é isso. E eu fiz minha vida no rádio. Eu acho que o rádio, embora esteja passando por esse momento, mas eu acredito muito no rádio, no resgate do rádio, sabe? Eu acho que quando digitalizar, quando a rádio AM tiver todo um processo de melhoria da qualidade, eu acho que ela vai embora. O rádio AM volta a ser grande. Mas por enquanto vai ser difícil. Porque é muito barato pra você instalar uma emissora FM e é muito caro você instalar um rádio AM. Por incrível que pareça. E a penetração da FM é maior que a penetração da AM. Então o custo benefício hoje é uma coisa absurdamente diferente. Pra você instalar uma emissora AM cê precisa de um terreno

grande, pra colocar o transmissor, porque depende dos radiais, a FM não, ce coloca numa sala. Ta feito o rádio. Daí o motivo dessa virada toda. Então um estudo que eu acho interessante é a questão do AM e FM, isso é uma coisa interessante, viu?

P- E o senhor não se interessa em fazer um programa em FM?

R- Olha eu até tenho algum interesse, sabe? Mas daí vai muito da emissora ser popular. Porque não adianta você ter um produto popular e colocar num espaço que não é popular. Bobagem... Ce tem o seu público, né?

P- Como o senhor enveredou por esse caminho?

R- Por causa da notícia. A notícia já é popular. Qual o vizinho que não quer saber o que aconteceu com o outro? Vizinho quer saber, meu. E Curitiba era provinciana e Curitiba ainda é provinciana. Então o cara quer saber o que aconteceu com o outro. Isso é próprio do ser humano. Eu penso comigo o seguinte: que a informação, a necessidade que a gente tem da informação é a mesma necessidade da alimentação. Você quer saber o que aconteceu com o outro. Há necessidade, ou por curiosidade ou pelo saber, mas há a necessidade. Então o rádio fica tão popular e ele é tão popular porque quando você dá a notícia local. Oh, aconteceu no Bairro da Boa Vista, na Rua... dá o nome da rua, número tal. O cara já identifica, já sabe que é ali o vizinho dele. Então o rádio na verdade ele faz o grande virar o cotidianinho, a vidinha pequena e a pessoa se identifica muito com o rádio. Por isso que o rádio é popular. É diferente. Quando você fala no rádio, eu sempre tive esse aprendizado comigo, e sempre me dei certo. Se você for usar a televisão, ce pode usar o plural que com certeza absoluta, ninguém vai ta na sala sozinho assistindo televisão. É muito difícil. Agora quando ce vai falar no rádio AM, use a primeira pessoa. Com certeza absoluta, a pessoa vai estar só, ouvindo você. É você e ela. É uma conversa muito pessoal, muito íntima. Por isso que o rádio é tão poderoso, por isso que o rádio é tão forte, por isso que o rádio marca as pessoas. É por causa disso. Por causa dessa pessoalidade, dessa personalização do veículo. O rádio é um veículo personalizado.

P- E como o senhor acabou entrando na política?

R- Então é assim, é uma coisa interessante. Você é levado...ah...você é levado. Porque você começa a fazer um trabalho tal, você começa a desenvolver todo um trabalho de defesa da comunidade, de levantar o assunto, de resolver o problema, de se envolver diretamente na vida das pessoas, que as pessoas...pó ce tem que ser candidato...tem que ser...você acaba indo. E aí, naturalmente para você ser candidato você tem que entrar escolher um partido político, tem que ingressas num partido político. Aí normalmente o dono do veículo ou tem algum interesse. E é isso aí, não adianta querer esconder, motivado por essa série de interesses. Então você acaba sendo levado. Oh, se filie no partido tal, porque lá eu conheço fulano de tal, o cara é meu amigo, ce pode usar o partido. Ce já vai pra lá. Então é assim que se forma. Não tem...Quem falar, não eu fui por... não tem, você é levado. Você, na verdade, quando você é comunicador, é popular, você é conduzido. Essa que é a grande realidade. Você é conduzido. Você deixa de pertencer a você mesmo, você passa a pertencer aos outros.

P- O senhor considera que há diferença entre sua atuação, que tem formação de jornalistas, e de outros radialistas, na própria rotina diária de trabalho?

R- Eu acho o seguinte: sabe, o rádio perdeu espaço por causa disso. Porque o jornalista não se interessou pelo rádio. Infelizmente é isso. O culpado pela morte do rádio é o jornalista. Porque o jornalista nunca se interessou pelo rádio. O dia que o jornalista se

voltar para o rádio, o rádio vai voltar a ser grande. Por que que eu digo isso? Não quero aqui, longe de mim dizer aqui não, pela inferioridade cultural, não. Nada disso, não quero entrar no mérito. Eu só acho o seguinte: quando as pessoas habilitadas não ocupam o espaço, aqueles que não tem habilitação vão ocupar, porque o mundo é assim. Então a partir do momento que o jornalista se interessar realmente pelo rádio, se dedicar pro rádio, falar oh o rádio... Hoje eu até tava, fazendo aqui um parâmetro pra você perceber o que eu to querendo dizer, ouvi duma autoridade do governo outro dia, disse assim pra mim: nós não vamos investir em jornal porque ninguém lê jornal. É uma pesquisa do governo. Nós vamos investir em dois tipos de veículo: primeiro televisão, segundo rádio. Por que? Eu perguntei. Porque o rádio é muito mais barato. E o rádio alcança muito mais. Ce entendeu então a percepção? Então é isso que eu quero dizer. Eu acho que o jornalista é o culpado pela falência do rádio. Porque o jornalista quando não foi pro rádio, ele deu espaço pra aquele que compra horário, aquele que queria para outros fins, menos pra informar, menos pra educar, menos pra, enfim, pra compor realmente a sociedade como um todo, né? Como se faz necessário num veículo de comunicação. Essa ausência é que acabou com o rádio. Pra esse povo que o rádio já nem existe muito. Esse é o meu pensamento. Sempre tive isso. E eu ando por aí, e converso com algumas turmas de jornalismo e falo isso. E eu sempre pergunto: quem quer trabalhar no rádio, ninguém ergue a mão. Ninguém. É um ou outro só. Sabe assim? São muito poucos os alunos que falam não, eu quero fazer rádio. Muito poucos. Os cara querem é televisão. Ah... Aí eu pergunto: quem quer ser correspondente internacional. Aí todo mundo ergue a mão. Agora, ninguém quer ficar aí no Boa Vista, indo ali levantar problemas da cidade... Ninguém.

P- Alguns programas de rádio trabalham com os mesmos temas que o senhor, na área policial, por exemplo. Mesmo assim, muda a rotina de trabalho, o fato do senhor ser jornalista?

R- Muda. Muda a qualidade da informação, o tom da notícia. Tem notícias e notícias, a gente sabe. Eu sempre tratei a notícia e sempre fui assim, eu acho que espetacular é a notícia. Eu não sou espetáculo. Parta desse princípio que cê ta fazendo bom jornalismo. O que que é espetacular? É a informação que ce ta dando, você não é espetáculo, fosse assim ce tava no circo, num tava fazendo rádio. Então é essa diferença que falta, sabe? Pra aquele que tem formação e pra aquele que não tem formação. Porque muitas vezes quem não tem formação se acha mais importante que o fato. E daí começa aquela coisa toda, que eles falam da ...de aparecer. Como é que eles usam o termo assim? Não isso é ... Como é? Não é ridículo, é ... Tem um termo que eles usam aí, é... Espe... Como é que fala? Me fugiu a palavra. Mas o cara quer aparecer mais do que, entendeu? Então é isso. Eu acho que espetacular é o fato, nós somos jornalistas. Só depende do dom da notícia que você for dar. Então é essa a diferença. A única diferença que tem. E é claro, o rádio também, tirando um pouquinho agora a área do jornalismo, ele tem toda a área artística, num é? E isso é quem nasce com o dom mesmo. E isso você não ensina na faculdade. Você não consegue ensinar numa universidade o cara tocar música, o cara conversar. Isso é um dom, está dentro das pessoas, né? O rádio difere um pouquinho aí. Acho que a gente tem, na verdade no rádio, três tipos de rádio. Um rádio tem, na minha opinião, o primeiro rádio que é o rádiojornalismo, que é o que a gente faz, um segundo rádio, que

é o rádio do entretenimento, o rádio da conversa, é o rádio daquele um que fala com a voz suave, com a voz melada, que muda o tom, num é? Que é aquele outro rádio. E tem um terceiro rádio que é o rádio do futebol, que é um outro rádio completamente diferente. É que o cara tem que ter dom pra narrar, porque num tem, ce não vai ensinar o cara a narrar ali. O cara já nasceu com o dom de narrador. Ele pode até ter formação acadêmica, você pode até acrescentar a ele, num é? Acrescentar e muito. Teria que ter obrigatoriamente. Não obrigatoriamente, mas teria que ter pra ele mesmo, pra ele se sentir melhor, com mais confiança, mais segurança atrás do microfone. Mas isso na maior parte das vezes não acontece. O cara vem lá do interior, tem dom de narrar. Olhe os grandes narradores hoje que estão em São Paulo, nenhum deles tem formação acadêmica. A maioria deles não tem. Ulysses Costa, trabalhou aqui comigo na Rádio Cidade, está hoje na CBN Globo, é o locutor número 1 e não tem formação acadêmica. Mas é um cara centrado, é uma pessoa de boa família, uma classe média, sempre... nunca passou necessidade. É uma pessoa que... Mas eu to dando um exemplo pra você perceber disso.

P – Como o senhor avalia sua passagem pela política?

R- Eu avalio... boa. Uma experiência agradável, sabe? Gostosa, embora eu ache muito desgastante, muuito... Você tem que, tem hora, contemplar muuita gente, é muuito desgastante. Eu espero não passar mais pela política. Eu espero, sabe, eu acho que a política foi um capítulo à parte da minha vida e não quero mais. Não tenho o mínimo interesse. Sabe, eu até brinco às vezes, se eu soubesse que era tão bom não ter entrado na política, eu jamais teria entrado.

P – O senhor entrou já como deputado, né?

R – Como deputado, dois mandatos. Eu acho muito desgaste. Desgaste emocional, desgaste familiar. Sabe, porque é uma coisa, agente tem que deixar isso bem claro, uma coisa é você ser jornalista, sabe? Você Levantar o assunto, discutir o assunto, com toda a isenção. Outra coisa é você ser jornalista e ter um mandato popular. Não dá certo. Olha, eu fazia assim...andava no fio da navalha dia e noite. Dia e noite, verdade. Você não pode trair sua consciência, senão ce num dorme. Mas se você fizer política... Ce não é político de carreira, cê não sobrevive só de política. Por que quem não é político de carreira, não sobrevive só da política. Pode vê procê vê, quem é jornalista e vai pra política fica lá com a profissão dele... Agora já o político de carreira não, ele consegue sobreviver, num é?... da política. Eu até brincava às vezes com quem era deputado já há muito tempo e num trabalhava, só fazia política, eu falei: Cume qui ceis fazem pra viver? Interessante, como é que ceis fazem, tiram leite de pedra? Num é possível... Eu num consigo, ué?! Num dá porque... talvez na minha porta batia mais gente do que na dele. Ce num sabe também...como é que é... Você num... interessante, ce num consegue viver. Então, você tem que associar a sua profissão com a de político. E num dá certo.

P – Ia muita gente procurar o senhor no gabinete?

R- Uh! Demais da conta.

P- Mais do que hoje vem na emissora?

R- Isso vem normal. Sabe, eu entendo assim, sabe? A pessoa, ela bate à porta do poder público. O poder público lhe nega a atenção. A pessoa... Quando eu falo poder público é que a pessoa foi lá no gabinete do vereador, foi lá na prefeitura, ela já foi lá no promotor, ela já foi falar com o juiz, ninguém atendeu. Ela fala: bom, quem é o cara

que conversa com ela todo dia? Quem é a pessoa que ela tem contato? Que tem aquela coisa da simpatia, aquela coisa da amizade até. Eu encontro pessoas na rua que acham que... dá a impressão que eu moro na casa deles. Verdade. A maneira como eles colocam: ô Ricardo! E eu jamais vi. Quer dizer, a gente tem que ver que isso é perfeitamente normal porque todo dia na casa da pessoa, todo dia conversando. Quer queira quer num queira ce emite sua opinião, ce dá sua opinião, ce extravasa muitas vezes aquilo que ce ta sentindo. Então a pessoa se identifica com você. Então ce acaba sendo uma pessoa da família, mas daí isso...você...coitada da pessoa, vai em três, quatro local, num é atendido, vai aonde? Ainda tem a emissora, como se a gente pudesse salvar. Como se nós tivéssemos o poder da varinha mágica, então tá resolvido. Então é assim. Me procuram mesmo. Esse, isso é uma coisa que acontece com todos os comunicadores populares, todos eles. É impressionante. E tem um outro detalhe que é interessante da gente tem que observar. Que a pessoa consegue transferir o problema dela pra você. E ela se sente aliviada, sabe? Até esse papel de psicólogo a gente faz. Interessante. Fala: olha eu to com esse problema, preciso falar com você. Só o fato dela falar, dá impressão que ela mudou. Isso é comum, comum, comum demais. Interessante, isso é uma coisa interessante.

P – E em relação à televisão, no rádio você era mais procurado pelas pessoas, ou é a mesma coisa? A relação com o telespectador e a relação com o ouvinte, é diferente?

R – É diferente. No rádio é mais próximo, é mais íntimo. Na televisão é mais fria. Embora na televisão você é visto como um artista, tem aquela áurea (sic), aquela coisa assim do...ah, o cara é artista. Tem isso. E no rádio não. No rádio não tem essa coisa do artista, no rádio tem a coisa do amigo, do companheiro. Porque o rádio a pessoa pega o telefone e fala com você, fala: eu vou ligar lá e ele sabe que ce vai atender. Já na televisão não, tudo é maior, a coisa é um pouquinho mais... Ce não tem como atender. Embora a gente tente registrar um número maior de fax, um número maior de e-mail, mas é diferente a aproximação com a parte. A pessoa, ela sabe que vai ligar pra televisão e ela não vai falar com você. Ao passo que se ela ligar pra rádio ela sabe que, se ela esperar o comercial, ela vai falar com você. Essa é a diferença. Então isso tem muito mesmo nos dois veículos.

P – Como deputado o que você conseguiu realizar, na sua avaliação?

R – Eu... eu, assim..., a patrulha escolar é um projeto meu. Foi uma coisa que saiu da vontade das pessoas. Eu lembro até hoje a história da patrulha escolar. Eu fui numa reunião lá num colégio no Capão Raso, daí uma mulher disse: mas tem que ter uma patrulha que faz patrulha nas escolas. Bem assim. E isso marcou. Sabe que é uma boa idéia e aí fui falar com o comandante da PM do Estado e começou a patrulha escolar, né? Em função disso. Outro que eu acho que foi importante, que nós tínhamos aqui no Paraná essa... essa...esse maior número de crianças desaparecidas do país. Sicridé foi um projeto meu. O Serviço de Crianças Desaparecidas. Eu queria uma delegacia, mas daí o secretário Cândido na época falou: não, não, então me situe, eu vou montar um serviço. Então ta bõ. E colocou e tal. Essas coisas são coisas que marcam a gente, ne'? É, é...Uma outra, um outro ponto positivo que eu consegui, foi uma luta até de um jornalista amigo nosso, do Arnaldo Cruz. O Arnaldo Cruz tinha uma coluna na Gazeta do Povo, que era direitos e deveres do consumidor e o Arnaldo, me lembro bem, que nós távamos (sic) discutindo uma noite, quando o código..., eu não me lembro agora se 52, de defesa do consumidor dizia que a multa não poderia passar de

dois por cento. E nós começamos a questionar a... as companhias de saneamento, a Copel e a Sanepar, com relação à multa que na época era de vinte por cento. Nós questionamos, questionamos, questionamos e eu fiz o projeto na Assembléia e foi aprovado e o Jaime Lerner sancionou, baixando a multa pra dois por cento. Quer dizer, não uma vitória nem minha, foi uma vitória do Arnaldo, que, né? Pelo conhecimento que ele tinha então. Essas são algumas vitórias que a gente tem. Sabe? É uma coisa gostosa saber que a tua participação foi decisiva. Importante isso. É isso aí, tem outras coisinhas que a gente consegue...e daí...a política é assim, você se decepciona num momento e no outro você se sente bem. Noutro momento se fala: pô, mas essa porcaria...eu vou largar mão. Noutro se fala não, mas é gostoso. Então a política é assim. Ela frustra, mas ela ao mesmo tempo dá prazer.

P – Você diz que não quer mais saber de política, mas você concorreu em 2002?

R – Concorri e perdi a eleição. Perdi a eleição. Não é que eu não quero, sabe? É muito forte falar: eu não quero. Às vezes eu até me penitencio de falar não quero. Eu, por mim, eu não quero. Por mim. Se eu pudesse só, não quero. Mas é todo...aquilo que eu falei pra você, é todo um movimento, eu trabalho numa casa onde cujo proprietário da televisão que eu trabalho é político. Amanhã depois fala: ó Chab precisamos lá..., vamos, vamos ter que ir...Não tem como falar não, não vou ser, coisa e tal...Isso é bobagem. Eu sou primeiro suplente do meu partido, posso até assumir amanhã ou depois a cadeira novamente de deputado. To aí na suplência. Se o PMDB eleger aí...né...pelo menos. Tem mais um na minha frente, eu sou segundo eu diria, na relação, se eleger um eu posso assumir. Então...Nem por isso eu fui lá pedir pro governador: não, eu to...Eu nem quero saber. Eu não fui atrás e nem vou. Eu acho que é uma coisa de... Uma bobagem. Eu acho que se tem que acontecer, vai acontecer. Né? Eu não vou procurar.

P- E qual sua análise da campanha de 2002?

R- Eu acho que campanha política é assim: ganha a eleição quem acerta mais. Perde a eleição quem erra mais. Todo mundo erra em campanha política. Não tem um candidato que não erra. Todo mundo erra. Eu tive um erro de estratégia e esse erro meu foi o seguinte: foi eu me ater muito aos nomes do governo e do senado. Então, na verdade, eu cuidei mais da campanha deles do que da minha. Eu era o garoto propaganda deles e deixei a minha campanha de lado. Ao invés de fazer as minhas visitas, fazer os contatos que eu sempre tive, eu larguei mão por uma coisa grandiosa que era pra ajudar realmente o Paulo Pimentel no Senado e o Requião no governo. Então, foi por isso o envolvimento. Então eu deixei. Eu fazia campanha, sempre fiz campanha à pé. E essa última campanha, fiz campanha de helicóptero, com o governador. É uma mudança muito considerável, imagine! O cara tá vendo todo o dia você lá na vila, conversando com um, com outro. E você chega lá com o candidato ao governo, e de helicóptero... É uma mudança, isso tudo... Não que o eleitor resente ou sente isso, mas o eleitor ele, de um modo geral, fala: porra... É normal porque eu, se eu tivesse na minha campanha eu ficaria mais tempo naquele bairro, mais tempo tendo contato com as pessoas. Ao passo que campanha, como a campanha pra um governo é muito grande, é o chamado bate e volta. Bateu lá, deu cherinho e vai embora. Não dá tempo de você, entendeu? Ao passo que uma campanha pra deputado é diferente, é uma campanha que tem que conversar, ce tem que ponderar, ce tem que explicar... Então esse foi o grande problema. E eu sabia disso, mas tinha que ajudar...

P – E no contexto das eleições para a Assembléia Legislativa, teve outros fatores que ajudaram?

R- Não, não, não mesmo. Nada assim que...que tivesse: oh, pô... nada. Até aquela questão polêmica da Copel... nada. Eu até, sabe? Não teve assim, ... nada assim que... nada: olha, pô por causa disso... nada. A verdade é a seguinte: a maneira de se fazer a campanha. Num é? Maneira de se conduzir a campanha. Eu acho que tem...campanha ce tem que andar, campanha ce tem que ser visto, campanha ce tem que ir conversar... Ce tem duas maneiras de fazer campanha...Eu sempre aprendi isso em política. As duas maneiras: ou você faz campanha com muito dinheiro, que é mais fácil, essa é mais fácil. E eu nunca fiz. Ou você faz a campanha com muitos amigos, entendeu? Essa é a mais dispendiosa, emocionalmente, e fisicamente. A outra é muito fácil, a outra ce vai e começa aí comprar cinco, seis numa vila ali, cinco, seis na outra... E você começa fazendo pequenos focos e quando você vê cê tá eleito. Ou você faz a sua campanha. Ou tem a terceira campanha também que é a campanha partidária, né? Ô, esse é do meu partido, esse é bom. Aí você fica, a marca tua partidariamente naquele bairro, e como se você delimitasse aquela área como sendo tua. Então, são essas três maneiras. Não tem outra maneira de fazer política. Não tem outro jeito, tem que ser assim.

P – Você acredita que os radialistas acabaram perdendo voto para o Ratinho Júnior?

R – Não tenha dúvida! Ôpa. Eu.. é...na eleição, na eleição... na primeira eleição aqui em Curitiba eu fiz 25 mil votos. Na segunda eleição eu fiz 27 mil votos, em Curitiba. Nesta, eu fiz 12 mil votos. E ele fez 80 mil votos. Perdeu. Então nós perdemos não só pra ele, na verdade, nós perdemos a eleição porque alguns vereadores tiveram uma votação expressiva, que é o caso do Mauro Moraes, que é o caso do Stica, que é o caso do Ratinho. Então esses foram as pessoas que aglutinaram o maior número de votos. Então, foi uma visão estratégica que eu errei. Eu poderia ter perfeitamente saído, por exemplo ter feito campanha em Maringá, ter feito... Mas não, não fiz. Porque eu num preciso fazer política lá...minha política é aquela do quintal. Ao passo que se eu olho o Paraná de cima e aí entra a questão política profissional, era só aumentar o domínio, entendeu? O território eleitoral. E eu faço um programa que atinge todo o Estado, quer dizer, se eu for lá em Medianeira, eu sou conhecido. Eu poderia perfeitamente arrumar um cabo eleitoral lá em Medianeira, arrumar outro lá, então... aí eu faria cem votos em Medianeira, cinqüenta em Cruzeiro do Oeste, nana... Isso que eu tinha que fazer e num fiz isso. Então esse foi um erro também estratégico, mas é que eu não sou político profissional. Entendeu? Se eu fosse...se eu tivesse esse apego enorme pelo poder, falava: não, vou fazer isso. Daí tava eleito. Lógico, se ta tendo um cara entrando forte no seu reduto, ce vai embora pra outro. E se você olhar alguns nomes da política do Paraná, pode ver que eles vão mudando as regiões. Coisa impressionante. Outro dia até me ative a isso. Você vai olhando historicamente o número de votos do candidato A na região de Curitiba, depois na outra eleição ele já num ta mais aqui, ele já pegou lá São Mateus, tananan..., ele ta descendo o Paraná, então ele faz a volta pelo Paraná. Vai sofrer um desgaste na região, vai mudar pra outra. Aí ele leva três anos pra preparar outra região. Isso é normal em política, na campanha pra deputado estadual, principalmente estadual, federal nem tanto, mas estadual sim. Porque o federal consegue liberar mais recurso, consegue ter um poder maior. Mas nós não, aqui no Paraná, ce fica meio...

P – Você acha que confiou demais no seu potencial?

R- Também. Não tenha dúvida: excesso de confiança. Isso não tenha dúvida. Isso não tenha dúvida. Mas é assim mesmo, né? Sempre ce tem aí... Eu fiz na primeira campanha eu fiz um número X de votos, na segunda eu fiz vinte por cento a mais. E na terceira eu caí 40%! Quem que esperava isso? Eu num esperava. E as pesquisas mostravam, né, davam: não, tá eleito, coisa e tal. Pelo menos eu conseguia. As pessoas falavam, não, fica tranquilo, tá bom. Não, mas eu tô preocupado, porque eu num tô indo...Não, mas ta bom...

P – Sua base é sempre Curitiba?

R- Sempre Curitiba. E região metropolitana. Fora assim muito pouco. Fora Paranavaí, né que, eu sendo lá do Ivaí, fiz duzentos votos. Também colégio eleitoral de dois mil votos.

P- Alguns políticos estão fazendo o caminho inverso agora, né? Eles estão indo para o rádio para ajudar nas campanhas políticas? Como o senhor analisa isso?

R- Eu acho isso um suicídio. Porque é... Na verdade, quando você vai para o rádio e você não tem experiência, ce pensa que você conversando você engana a turma, você está se despindo. E você desnudando, ou seja, despindo, você vai mostrar quem você é. Então é na expressão, na coisa, que o cara começa a se identificar. Então como tem muito político de laboratório, quando o cara vai pro rádio ele acaba se expondo. Eu acho que é o inverso. Eu acho que é uma coisa complicada e perigosa. Eu acho que político que é político de carreira, ele fica na dele. Não se meta na comunicação porque leva ferro. É pior pra ele porque o cara começa a perceber quem é. Porque o rádio é alma, ce tem que colocar sua alma. Não adianta você uai...Ce num ia conseguir... É aquela velha frase que a gente conhece: você consegue enganar alguns durante um tempo, agora todos durante o tempo todo ce num consegue.

P – E da mesma forma, para o radialista é difícil entrar nesse mundo da política?

R – Difícil, muito difícil. Há um preconceito muito grande. Há o preconceito. Isso, tranquilo. Pode perguntar pra todos os comunicadores que já foram, que são...coisa e tal. Há um preconceito grande, eles nos vêem assim como se nós fossemos os... porque é aquilo que eu falo, nós não largamos a nossa profissão, pra viver. E eu às vezes brincava: como é que você consegue viver? Só da política? Eu não consigo...como é que vocês conseguem? Eu queria eles me ensinassem essa...Mas ninguém ensina, ninguém mostra como é que eles conseguem... Interessante, é uma coisa, ninguém ensinava... Eu quero saber como é que vocês conseguem viver, como é que vocês conseguem ter toda essa estrutura? De que forma, de que jeito, me explica. E ninguém conseguia explicar. Interessante isso. E a gente no rádio não, a nossa estruturinha é pequenininha, feijão com arroz, era atender ô ai... Entendeu? Essa é a diferença nossa do comunicador que vira político, do político profissional.

P – Hoje você não está no rádio, nem na política. Mas entre rádio e política, qual seria sua opção?

R- Ah, o rádio, nem tenha dúvida. Ah, o rádio é uma paixão, né? Coisa gostosa. Eu tenho prazer, sabe eu só não to fazendo rádio, tenho convite de duas emissoras, porque eu quero descansar um pouquinho. E o rádio também exige muito de você, porque ce acordar cinco horas da manhã todos os dias, sabe, não é brincadeira, não é pra qualquer um não. Sabe? Não é você chegar seis e cinco, seis e dez. Seis horas? Seis horas. Não é chegar seis e dois. Ah, mais... Não. Seis horas, seis horas. Isso, vai

chegando um mo... um tempo que ce cansa. Eu to fazendo isso há vinte e seis anos, então chega uma hora que ce cansa. Então eu to dando aí um fresco. Voltei a estudar...né, até pra poder... é gostoso... to estudando à noite, até pra poder e vou voltar a fazer rádio. Mas já assim, de imediato, não. Mas, ano que vem.

P- Você acredita que o rádio vai voltar a ter mais força?

R- Eu acho que sim, né? Eu acho que o rádio tem que voltar a ser o que era. Dentro dessa mudança que eu falo pra você, primeiro o rádio tem que inovar, passar pro digital. Os caras falam: oh... Cê conversa com técnico de rádio, ele fala: o futuro do rádio AM é digital. Se digitalizar, a qualidade do som do AM vai ser igual do FM. Ressucitou o rádio AM, se não a tendência é....Porque não se transmite, olha aqui ó, procê ter uma idéia: todos, só procê colocar aí um parênteses, todos os transmissores de AM em Curitiba são valvulados. Isso nem existe mais, nem televisão tem mais válvula. Então o rádio ta parado. Nós temos aqui as emissoras de rádio com maior potência, com transmissor Colins, é um transmissor americano, de 1940! Imagina! Num tem... E tem qualidade. O produto é bom, só que ultrapassou. Então acho que falta isso pro rádio AM. Acho que esse pulo tá chegando agora.

P- Só pra encerrar então, quais seus planos para o futuro?

R – Bom, eu quero o seguinte. Eu acho que vou continuar fazendo televisão, vou voltar pro rádio ano que vem, mês de março do ano que vem... Vou tocar a vida. Vamos esperar. Tem essa questão política toda, embora eu não, particularmente, não tenho nenhuma atração, sabe? Até, agora, ultimamente, algumas: não, cê não vai ser candidato a vereador? Não quero saber, meu tempo já passou, deixa pra turma que vem chegando aí. Então, vou fazer rádio, vou fazer comunicação. E aí vou me aposentar, vou levar vida de aposentado, né?

ANEXOS

ANEXO 1 – TABELAS DO IBOPE.....	179
ANEXO 2 – LEVANTAMENTO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ SOBRE PROJETOS APRESENTADOS PELO DEPUTADO ALGACI TÚLIO.....	186
ANEXO 3 – LEVANTAMENTO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ SOBRE PROJETOS APRESENTADOS PELO DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS.....	233
ANEXO 4 – LEVANTAMENTO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ SOBRE PROJETOS APRESENTADOS PELO DEPUTADO LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.....	244
ANEXO 5 – LEVANTAMENTO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ SOBRE PROJETOS APRESENTADOS PELO DEPUTADO RICARDO CHAB.....	266

ANEXO 1 - TABELAS DO IBOPE

RÁDIO RECALL

IBOPE EasyMedia 2

CURITIBA - JANEIRO/2004 A MARÇO/2004 - SEXO AMBOS - SEGUNDA A SEXTA

EMISSORA	05-00 BL.1H		05-00/05-59		06-00/06-59		07-00/07-59		08-00/08-59		09-00/09-59		10-00/10-59	
	IA%	IA#	IA%	IA#	IA%	IA#	IA%	IA#	IA%	IA#	IA%	IA#	IA%	IA#
TOTAL RADIO	17,93	397587	3,57	79133,6	8,37	185669	14	310464	23,02	510505	30,85	684126	31,55	699595
FM-TOTAL FM	13,55	300452	1,14	25325	3,08	68189,8	6,86	152148	15,1	334907	20,54	455409	23,89	529701
AM-TOTAL AM	4,38	97135,1	2,43	53808,6	5,3	117479	7,14	158316	7,92	175598	10,32	228716	7,66	169894
AM-BANDA B 550 - AM	1,72	38075,2	1,79	39776	3,55	78774,7	4,03	89260,2	3,18	70563,7	2,82	62515,4	2,66	59028,3
AM-DIFUSORA 590 AM	0,93	20705,5	0,34	7569,41	0,76	16957,6	1,12	24885,5	1,62	35860,7	1,53	33907	1,59	35289,7
AM-GLOBO AM	0,46	10200,2	0,02	526,47	0,07	1584,03	0,25	5552,94	0,69	15227,6	3,54	78415	1,11	24514,4
AM-MARUMBY AM	0,28	6130,99	0,03	615,55	0,06	1271,75	0,15	3245,6	0,32	7044,7	0,52	11588,6	0,54	12059,7
AM-CLUBE/B2 - AM	0,26	5848,43	0,09	1944,73	0,34	7568,1	0,64	14222,9	0,63	13924	0,4	8785,75	0,37	8296,48
AM-ELDORADO AM	0,13	2777,16	0,07	1588,8	0,19	4101,63	0,33	7345,07	0,31	6783,77	0,2	4342,05	0,17	3716,1
AM-COLOMBO AM	0,11	2330,93	0,01	201,01	0,03	656,84	0,1	2162,4	0,37	8309,27	0,3	6644,49	0,15	3331,83
AM-TUPI AM	0,08	1761,31	0	0	0,01	323,82	0,03	701,54	0,05	1201,57	0,13	2892,49	0,11	2505,98
AM-OUTRAS AM	0,07	1462,98	0,01	271,97	0,09	1931,1	0,13	2847,04	0,14	3074,86	0,16	3593,03	0,17	3766,42
AM-ATALAIA AM	0,05	1196,31	0,02	341,63	0,01	148,23	0,02	431,39	0,05	1174,25	0,07	1492,65	0,1	2174,23
AM-NAO SABE/NAO LEMBRA AM	0,05	1155,2	0,01	171,19	0,02	334,15	0,03	661,27	0,12	2766,69	0,17	3790,84	0,15	3392,53
AM-EDUCATIVA AM	0,04	988,96	0	64,05	0,02	461,6	0,03	559,25	0,06	1235,28	0,07	1587,54	0,06	1314,64
AM-BRASIL TROPICAL - AM	0,04	838,09	0	0	0,01	180,09	0,02	538,19	0,05	1208,61	0,09	1887,72	0,08	1699,55
AM-CAPITAL AM	0,04	822,57	0,01	141,58	0,03	591,3	0,04	834,71	0,08	1869,82	0,09	1932,76	0,1	2221,39
AM-INDEPENDENCIA - AM	0,04	800,22	0,03	596,3	0,04	828,13	0,09	2013,53	0,07	1603,83	0,09	2095,56	0,08	1861,53
AM-CULTURA AM	0,03	683,03	0	0	0,04	796,52	0,05	1193,72	0,05	1056,57	0,05	1003,07	0,05	1191,91
AM-PARANA AM	0,02	549,02	0	0	0	0	0,02	550,62	0,07	1567	0,06	1299,93	0,1	2178,84
AM-IGUACU AM	0,02	473,64	0	0	0	0	0,02	385,82	0,03	579,76	0,03	630,37	0,04	825,9
AM-NACIONAL AM	0,02	335,44	0	0	0,04	969,94	0,04	924,45	0,02	545,51	0,01	311,91	0,02	524,62

11-00/11-59		12-00/12-59		13-00/13-59		14-00/14-59		15-00/15-59		16-00/16-59		17-00/17-59		18-00/18-59		19-00/19-59	
IA%	IA#	IA%	IA#	IA%	IA#	IA%	IA#	IA%	IA#	IA%	IA#	IA%	IA#	IA%	IA#	IA%	IA#
28,72	636734	21,3	472296	22,48	498541	26,46	586699	27,19	602812	24,9	552134	19,26	426991	13,79	305835	4,36	96730,6
21,82	483721	17,55	389174	19,14	424401	22,91	508066	23,51	521289	21,07	467204	15,65	347117	10,84	240389	3,49	77472,3
6,9	153012	3,75	83121,4	3,34	74139,7	3,55	78633,1	3,68	81523,1	3,83	84930,6	3,6	79874,4	2,95	65445,4	0,87	19258,3
2,52	55881,2	0,99	21962,8	0,73	16289,8	0,85	18854,5	0,96	21262,9	1,04	22973,1	1,21	26725,3	1,03	22927,3	0,31	6945,53
1,44	31957,8	0,93	20609,7	1,05	23294,7	1,26	27833,2	1,32	29254,2	1,33	29487,3	1,08	23880,5	0,69	15379	0,13	2899,61
0,76	16786,4	0,35	7808,2	0,22	4801,72	0,14	3024,33	0,19	4206,72	0,23	5177,42	0,28	6234,65	0,19	4295,46	0,08	1748,74
0,58	12858,9	0,55	12083,9	0,46	10174,8	0,38	8400,96	0,37	8153,99	0,29	6401,02	0,24	5284,73	0,25	5504,23	0,1	2175,85
0,32	7179,28	0,13	2960,9	0,15	3404,81	0,18	4069,24	0,17	3744,3	0,24	5317,77	0,26	5874,14	0,26	5867,97	0,07	1516,61
0,21	4630,58	0,08	1769,44	0,12	2615,8	0,15	3421,69	0,1	2183,38	0,08	1849,72	0,05	1121,11	0,07	1532,14	0	0
0,12	2586,27	0,1	2105,98	0,1	2176,93	0,11	2527,74	0,09	1952,69	0,09	1914,94	0,1	2266,72	0,09	1954,71	0,01	313,39
0,1	2234,56	0,15	3364,93	0,12	2695,13	0,09	1985,69	0,09	2069,16	0,1	2156,51	0,08	1722,14	0,1	2281,16	0,05	1080,48
0,16	3504,68	0,05	1073,35	0,03	581,22	0,02	478,21	0,04	945,95	0,04	981,09	0,04	822,08	0,03	655,39	0,01	317,38
0,09	1988,62	0,06	1386,13	0,07	1540,71	0,06	1336,9	0,08	1844,75	0,08	1852,98	0,04	926,74	0,05	1205,13	0,03	592,6
0,11	2392,69	0,05	1033,07	0,04	886,63	0,05	1178,88	0,04	965,55	0,04	932,37	0,01	275,21	0,02	485,06	0	0
0,07	1579,79	0,06	1277,09	0,08	1671,88	0,08	1727,03	0,05	1139,87	0,07	1451,48	0,09	1919,04	0,06	1297,6	0,02	366,58
0,1	2207,99	0,1	2233,07	0,06	1311,92	0,04	774,97	0,03	683,78	0,05	1037,86	0,04	841,59	0,02	438,07	0	0
0,07	1556,58	0,01	167,11	0,02	405,07	0,01	286,09	0,02	354,81	0,02	542,5	0,01	250,66	0,02	334,22	0,02	387,53
0,09	1941,58	0,02	501,49	0,03	612,34	0,02	506,06	0,01	242,01	0,01	290,01	0,01	249,91	0,01	133,33	0,01	131,18
0,05	1014,25	0,03	571,88	0,03	696,91	0,04	808,51	0,05	1132,31	0,06	1438,7	0,03	579,68	0,02	495,61	0,01	190,07
0,04	978,01	0,04	815,04	0	94,66	0,01	296,12	0,01	296,12	0,02	397,04	0,01	329,96	0,01	161,96	0	0
0,05	1208,64	0,06	1291,1	0,02	435,91	0,02	527,03	0,03	580,78	0,02	434,52	0,03	570,19	0,02	497,15	0,01	274,84
0,02	524,62	0	106,36	0,02	448,8	0,03	596	0,02	509,91	0,01	294,26	0	0	0	0	0,01	317,91

20-00/20-59		21-00/21-59		22-00/22-59		23-00/23-59	
IA%	IA#	IA%	IA#	IA%	IA#	IA%	IA#

10,59	234765	10,83	240221	11,25	249519	8,18	181386
8,55	189668	8,47	187782	8,03	177964	5,8	128658
2,03	45096,2	2,36	52438,2	3,23	71554,5	2,38	52728,4
0,77	17056,5	0,9	19860,5	1,8	39844,8	1,48	32925,9
0,39	8716,53	0,47	10355,6	0,46	10182,5	0,23	5084,27
0,11	2499,86	0,1	2117,71	0,25	5565,73	0,17	3716,09
0,13	2959,71	0,15	3234,44	0,11	2360,58	0,05	1069,79
0,15	3369,54	0,18	4084,29	0,2	4330,64	0,21	4658,71
0,04	803,9	0,08	1797,75	0,08	1770,37	0,06	1392,81
0,11	2373,16	0,1	2248,35	0,02	485,58	0	75,42
0,09	1906,55	0,09	1906,55	0,07	1450,23	0,04	986,42
0,04	866,07	0,04	952,2	0,03	725,75	0,02	408,79
0,06	1247,58	0,06	1350,56	0,05	1187,06	0,02	507,74
0,04	971,74	0,05	1101,71	0,02	534,24	0	75,01
0,01	278,33	0,01	252,34	0,02	372,92	0,01	233,92
0	0	0	97,82	0,02	391,28	0,02	391,28
0,05	1062,86	0,06	1411,53	0,04	994,66	0,01	283,7
0,01	289,94	0,02	472,08	0,02	542,29	0,01	293,18
0,01	190,07	0,01	190,07	0,01	237,59	0,01	190,07
0,02	366,51	0,02	366,51	0,02	366,51	0,02	366,51
0,01	137,42	0,02	413,58	0,01	137,42	0	68,71
0	0	0,01	224,66	0	74,4	0	0

**ANEXO 2 – LEVANTAMENTO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
PARANÁ SOBRE PROJETOS APRESENTADOS PELO DEPUTADO ALGACI
TÚLIO**

DIRETORIA LEGISLATIVA

ALGACI ORMÁRIO TULIO - PTB

Partido pelo qual foi eleito: PTB

N.º DE VOTOS: 37.682

REGIÃO:

MUNICÍPIOS: Curitiba e Região Metropolitana

CARGOS ANTERIORES: 1982 – Vereador em Curitiba

1986 – Deputado Estadual

1988 – Eleito Vice-Prefeito

1990 - Deputado Estadual

1994 – Deputado Estadual

1996 – Eleito Vice-Prefeito

1999 - Deputado Estadual

PROFISSÃO: Jornalista e Radialista

DATA DE NASCIMENTO: 08.12.40

ESPOSA: Jane Gonçalves

DATA DE NASCIMENTO: 03.01.59

FILHOS : Marcelo Giovani Túlio e Fábio Alessandro Túlio

ENDEREÇOS:

CURITIBA: Rua Simão Mansur, 10 - Ahú

Fone: 354-9121

Cel.: 972-1060

GABINETE:105 - 1º andar

Ramais: 4047/ 4247

Direto: 352-3550

Fax: 352-3550

CHEFE DE GABINETE: Maria Aparecida Rosenau Miranda

Fone: 254-5297

ASSESSORA: Cláudia Andréia de Azevedo

Fone: 995-2236

ALGACI TÚLIO

1987

PROJETO DE LEI Nº 29/87

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DE APOIO À CRIANÇA COM NEOPLASIA”, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE CURITIBA.

ARQUIVADO A PEDIDO DO AUTOR EM 06/04/87.

PROJETO DE LEI Nº 158/87

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “CENTRO SOCIAL SÃO PEDRO DE ITAPERUÇU”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL.

LEI Nº 8809 – D. O. Nº 2804 DE 01/07/88.

PROJETO DE LEI Nº 168/87

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “CORAL FOLCLÓRICO ITALIANO SANTA FELICIDADE”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 8838 – D.O. Nº 2816 DE 19/07/88.

PROJETO DE LEI Nº 249/87

CRIA O CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL JUNTO AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO – IPE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARQUIVADO DE ACORDO COM RESOLUÇÃO N| 159/90.

PROJETO DE LEI Nº 273/87

DISPÕE SOBRE OS MEIOS DESTINADOS À ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARQUIVADO EM 07/02/91

PROJETO DE LEI Nº 291/87

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ AO SENHOR JOSÉ RODRIGUES LOPES JÚNIOR.

LEI Nº 8663 – D.O. Nº 2667 DE 10/12/87.

PROJETO DE LEI Nº 297/87

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES DE

**VEÍCULOS AUTOMOTORES FURTADOS, CONFORME ESPECIFICA.
ARQUIVADO EM 01/12/87.**

PROJETO DE LEI Nº 299/87

ISENTA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO, DAS CUSTAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, OS INVENTÁRIOS CUJO VALOR DE AVALIAÇÃO NÃO SUPERE A 2000 OTNS.
ARQUIVADO A PEEDIDO DO AUTOR EM 07/04/88.

PROJETO DE LEI Nº 373/87

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO, INTERMUNICIPAL, GRATUITAMENTE, POR PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA SENSORIAL, FÍSICA OU MENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ARQUIVADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 159/90.

PROJETO DE LEI Nº 374/87

REGULA O PROCESSO ASMINISTRATIVO PARA A IMPLANTAÇÃO DE INSTALAÇÃO INDUSTRIAL DE ENERGIA NUCLEAR NO ESTADO DO PARANÁ.
ARQUIVADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 159/90.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 95/87

INSTITUI A “MEDALHA DO CONSERVACIONISTA”, DESTINADA A HOMENAGEAR, NO ESTADO DO PARANÁ, AOS QUE TENHAM SE DESTACADO POR RELEVANTE PARTICIPAÇÃO NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE.
ARQUIVADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 159/90.

1988

PROJETO DE LEI Nº 18/88

DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DOS ATOS RELATIVOS A PROVIMENTO, VACÂNCIA E PROMOÇÕES OU QUE IMPORTEM NA CONCESSÃO DE QUALQUER VANTAGENS AO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO ESTADO, SERÃO OBRIGATORIAMENTE PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.
ARQUIVADO EM 06/02/91.

PROJETO DE LEI Nº 24/88

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA APARECIDA DO BARIGUI DO SEMINÁRIO”, COM SEDE NESTA CAPITAL.

LEI Nº 8794 – D.O. Nº 2780 DE 27/05/88.

PROJETO DE LEI Nº 31/88

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A COMUNIDADE DE ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES DE DROGAS – CASA DA COPIOSA REDENÇÃO – C.C.R.”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 8959 – D.O. Nº 3001 DE 21/04/89.

PROJETO DE LEI Nº 51/88

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM PARAÍSO, JARDIM VALENÇA, JARDIM SILVÂNIA, JARDIM PLANANTO E LOTEAMENTO RECANTO DOS PAPAGAIOS”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ.

LEI Nº 8823 – D.O. Nº 2815 DE 18/07/88.

PROJETO DE LEI Nº 84/88

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MULHERES DE CARREIRA JURÍDICA”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 9259 – D. O. Nº 3271 DE 24/05/90.

PROJETO DE LEI Nº 132/88

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “SOCIEDADE OPERÁRIA BENEFICIENTE 13 DE MAIO”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 9254 – D.O. Nº 3271 DE 24/05/90.

PROJETO DE LEI Nº 171/88

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DE MORADORES VILA AMERICANA”, DO CONJUNTO HABITACIONAL DA COHAPAR, NO BAIRRO VILLA AMERICANA, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE SÃO MATEUS DO SUL.

LEI Nº 8916 – D.O. Nº 2916 DE 15/12/88.

PROJETO DE LEI Nº 199/88

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “IGREJA MISSIONÁRIA DE RECUPERAÇÃO VALE DA BENÇÃO, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 8971 – D.O. Nº 3013 DE 10/05/89.

PROJETO DE LEI Nº 216/88

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CONSELHO COMUNITÁRIO DE DEFESA DOS DIREITOS INFANTO-JUVENIS, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

ARQUIVADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 159/90.

PROJETO DE LEI Nº 301/88

DENOMINA DE “PREFEITO OCTÁVIO FURQUIM” O TRECHO DA PR 092 QUE LIGA OS MUNICÍPIOS DE RIO BRANCO DO SUL E CERRO AZUL, NESTE ESTADO.

LEI Nº 9464 – D.O. Nº 3167 DE 21/12/89.

1989

PROJETO DE LEI Nº 29/89

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES E AMIGOS DE HUMAITÁ, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ.

LEI Nº 9150 – D.O. Nº 3164 DE 15/12/89.

PROJETO DE LEI Nº 28/89

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ AO SENHOR JOÃO ZENON DE FERREIRA BANDEIRA.

LEI Nº 9012 – D.O. Nº 3037 DE 14/06/89.

PROJETO DE LEI Nº 96/89

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “AÇÃO SOCIAL SÃO MARTINHO DE LIMA”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

ARQUIVADO EM 07/02/91

PROJETO DE LEI Nº 105/89

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “SANTA CASA DE MISERICÓRDIA MARIA ANTONIETA”, COM SEDE E FORO EM GOIERÊ.

LEI Nº 9069 D.O. Nº 3101 DE 14/09/89.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 39/89

TRANSFORMA O SETOR DE TELEFONIA DA ALEP EM COORDENADORIA DE TELEFONIA.

ARQUIVADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 159/90.

PROJETO DE LEI Nº 195/89

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS À POLÍTICA DE PESSOAL DE PORTUÁRIOS DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARQUIVADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 159/90.

PROJETO DE LEI Nº 219/89

DECLARA COMO UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EVANGÉLICA CANAÃ.

LEI Nº 9235 – D.O. Nº 3254 DE 30/04/90.

PROJETO DE LEI Nº 224/89

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL FAZENDINHA – APROMOCARF”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

ARQUIVADO EM 07/02/91.

PROJETO DE LEI Nº 248/89

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DAS APREENSÕES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES FURTADOS.

ARQUIVADO EM 20/02/91.

PROJETO DE LEI Nº 250/89

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “CRUZADA SOCIAL COSME E DAMIÃO DE PROTEÇÃO `A MATERNIDADE E INFÂNCIA.

LEI Nº 9268 – D.O. Nº 3271 DE 24/05/90.

PROJETO DE LEI Nº 300/89

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO PROJETO VIZINHANÇA BENEFICIENTES DOS MORADORES DO BAIRRO DE CIME, APROVIZIN”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 9312 – D.O. Nº 3304 DE 11/07/90.

PROJETO DE LEI Nº 309/89

CONCEDE ESTÍMULOS ESPECIAIS A PESSOA DOMICILIADAS EM TERRITÓRIO PARANAENSE QUE DOAREM, EM VIDA, ÓRGÃOS PASSÍVEIS DE SEREM TRANSPLANTADOS QUANDO DE SUA MORTE, COM O PROPÓSITO DE RESTABELECEM FUNÇÕES VITAIS A SAÚDE.

LEI Nº 9479 – D.O. Nº 3412 DE 17/12/90.

PROJETO DE LEI Nº 329/89

CONCEDE PENSÃO MENSAL À ALAÍDE MARIA BRÍGIDO, CONFORME ESPECIFICA.

LEI Nº 9175 – D.O. Nº 3172 DE 29/12/89.

PROJETO DE LEI Nº 333/89

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO ALÍRIO PFIEFER” COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

VETADO EM 04/10/90.

PROJETO DE LEI Nº 392/89

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONSOLIDAR E NEGOCIAR A DÍVIDA DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA S/A – CIC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VETADO EM 09/11/90 – PROPOSIÇÃO Nº 174/90.

1990

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 05/90

ALTERA O ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 27/89 DESTE PODER LEGISLATIVO.

LEI Nº 9198 – D.O. Nº 3185 DE 18/01/90.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 08/90

CRIA A COORDENADORIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ.

ARQUIVADO EM 07/02/91 DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 159/90.

PROJETO DE LEI Nº 11/90

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, CONFORME ESPECIFICA.

VETADO EM 04/10/90 - PROPOSIÇÃO Nº 163/90.

PROJETO DE LEI Nº 13/90

DENOMINA DE “ESTRADA DE ANTONIO BOZE” O TRECHO DE Pr – 90 (ESTRADA DO CERNE) ENTRE CURITIBA E BATEIAS.

LEI Nº 9224 – D.O. Nº 3237 DE 04/04/90.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 40/90

REGULAMENTA A UTILIZAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E DAS REGIÕES METROPOLITANAS, GRATUITAMENTE, POR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, SENSORIAIS OU MENTAIS.

VETADO EM 08/01/91 – PROPOSIÇÃO Nº 10/91.

PROJETO DE LEI Nº 113/90

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO PLANTIO DE ÁRVORES NATIVAS JUNTO ÀS MARGENS DAS RODOVIAS SOB A JURISPRUDENCIA DO ESTADO DO PARANÁ, CONFORME ESPECIFICA.

ARQUIVADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 159/90.

PROJETO DE LEI Nº 153/90

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PARANAGUÁ”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

ARQUIVADO CE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 159/90.

PROJETO DE LEI Nº 154/90

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ AO

SENHOR EDSON D'AVILLA.
LEI Nº 9359 – D.O. Nº 3344 DE 05/09/90.

PROJETO DE LEI Nº 155/90
CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DO PARANÁ À
SENHORA DELCY FRANCO D'AVILLA.
LEI Nº 9360 – D.O. Nº 3344 DE 05/09/90.

PROJETO DE LEI Nº 182/90
DISPÕE SOBRE O VALOR DAS PENSÕES ESPECIAIS.
ARQUIVADO EM 18/02/91.

PROJETO DE LEI Nº 183/90
CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA À SENHORA NELY
LÍDIA VALENTE DE ALMEIDA.
LEI Nº 9397 – D.O. Nº 3363 DE 04/10/90.

PROJETO DE LEI Nº 189/90
VEDA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS POR
AUTORIDADES ESTADUAIS, À PREFEITURAS, ENTIDADES
FILANTRÓPICAS, ASSISTENCIAIS E AS DECLARADAS DE
UTILIDADE PÚBLICA, CONFORME ESPECIFICA.
**ARQUIVADO EM 18/02/91 DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº
159/90.**

PROJETO DE LEI Nº 198/90
INCLUI A CATEGORIA FUNCIONAL DE MUSEOLOGIA PADRÃO I,
NO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS DO ESTADO DO
PARANÁ.
PROPOSIÇÃO Nº 168/90 – VETO 12/10/90.

PROJETO DE LEI Nº 201/90
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A IGREJA BATISTA DE QUATRO
BARRAS, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS.
LEI Nº 9403 – D.O. Nº 3363 DE 04/10/90.

PROJETO DE LEI Nº 216/90
ISENTA DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE CONFECÇÃO DE CÉDULAS
DE IDENTIDADE OS MAIORES DE SESSENTA E CINCO ANOS.
LEI Nº 9264 – D.O. Nº 3271 DE 24/05/90.

PROJETO DE LEI Nº 225/90
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DOS
PROPRIETÁRIOS, MORADORES E AMIGOS DOS BALNEÁRIOS
GRAJAÚ E LEBLON”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE
PARANAGUÁ.

LEI Nº 9400 – D.O. Nº 3363 DE 04/10/90.

PROJETO DE LEI Nº 302/90

CONCEDE ESTÍMULOS FISCAIS E CREDITÍCIOS A EMPRESAS QUE PREENCHAM, NO MÍNIMO 10% DE SEUS QUADROS DE PESSOAL, COM MENORES CARENTES E OS DEFICIENTES FÍSICOS E SENSORIAIS, ORIUNDOS DE INSTITUIÇÕES MANTIDAS PELO ESTADO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

ARQUIVADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 159/90.

PROJETO DE LEI Nº 318/90

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR FRANCESCO SERALE.

LEI Nº 9362 – D.O. Nº 3349 DE 13/09/90.

PROJETO DE LEI Nº 319/90

PREVÊ A REALIZAÇÃO DE SEMANA DA CONSERVAÇÃO ESCOLAR NO CALENDÁRIO DA SECRETÁRIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO.

ARQUIVADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 159/90.

PROJETO DE LEI Nº 339/90

INSTITUI 1991 COMO O “ANO DOS TRANPLANTES” CRIA A CRUZADA DE DOAÇÃO DE ÓRGÃOS PASSÍVEIS DE SEREM TRANSPLANTADOS, FIXA A DATA PARA REALIZAÇÃO DO “ENCONTRO ESTADUAL SOBRE TRANPLANTES”, DETERMINA A PROMOÇÃO DE CONCURSO DE REPORTAGEM E MONOGRAFIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 9465 DE 13/12/90.

PROJETO DE LEI Nº 340/90

SUPRIME O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 9264 DE 24 DE MAIO DE 1990.

ARQUIVADO EM 18/02/91 DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 159/90.

PROJETO DE LEI Nº 370/90

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA PLANTA EVARISTO MARTINS FRANCO”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

ARQUIVADO EM 15/02/91 DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 159/90.

PROJETO DE LEI Nº 380/90

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO PROFESSOR DARCY RIBEIRO.

ARQUIVADO EM 18/02/91 DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº

159/90.

PROJETO DE LEI Nº 450/90

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR À ASSOCIAÇÃO NACIONAL ANTI-DROGAS ÁREA CONFORME ESPECÍFICA.
PROPOSIÇÃO Nº 170/90 – VETO EM 05/11/90.

PROJETO DE LEI Nº 458/90

ESTABELECE INCENTIVO FISCAL A EMPRESA INSTALADA NO ESTADO DO PARANÁ.
VETADO EM 28/11/90 – PROPOSIÇÃO VETO Nº 178/90.

PROJETO DE LEI Nº 529/90

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ AO MÉDICO JOÃO CARLOS AZEVEDO.
LEI Nº 9463 – D.O. Nº 3409 DE 12/12/90.

PROJETO DE LEI Nº 532/90

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ BENEMÉRITA DO ESTADO DO PARANÁ À EXCELENTÍSSIMA SENHORA EDITE PIZZATO.
ARQUIVADO EM 14/02/91 DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 159/90.

PROJETOP DE LEI Nº 544/90

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI ESTADUAL Nº 9235, DE 30 DE ABRIL DE 1990.
ARQUIVADO EM 14/02/91 DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 159/90.

PROJETO DE LEI Nº 567/90

ISENTA OS MAIORES DE 65 (SESSENTA E CINCO) ANOS DO PAGAMENTO DAS TAXAS PARA EXPEDIÇÃO VIA DE CERTIDÕES DE NASCIMENTO, CASAMENTO E ÓBITO.
ARQUIVADO EM 14/02/91 DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 159/90.

PROJETO DE LEI Nº 602/90

PROÍBE A DISTRIBUIÇÃO, CIRCULAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVOS NOS QUAIS TENHA SIDO ADICIONADO METANOL (CH₃ – OHO) CONFORME ESPECÍFICA.
ARQUIVADO EM 23/01/91 DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 159/90.

PROJETO DE LEI Nº 632/90

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR À IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA, ÁREA CONFORME

ESPECIFICA.

LEI Nº 9500 – D.O. Nº 3419 DE 28/12/90.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 70/90

AUTORIZA A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, IMPLANTAR EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DESTE PODER O AUMENTO ESTABELECIDO PELA LEI Nº 9245.

RESOLUÇÃO Nº 128/90 – D.O. Nº 3414 DE 20/12/90.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 71/90

FICA A COMISSÃO EXECUTIVA DA ALEP AUTORIZA A ATRIBUÍR AOS OCUPANTES DE CARGOS DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO A GRATIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.

ARQUIVADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 159/90.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 102/90

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE PLEBISCITO NA ÁREA QUE ESPECIFICA, COM VISTAS A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO IVAÍ.

RESOLUÇÃO Nº 154 – D.O. Nº 3419 DE 28/12/90.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 107/90

ALTERA O ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO Nº 51/90 (PLEBISCITO SOBRE A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ).

ARQUIVADO EM 07/02/91 DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 159/90.

1991

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25/91

DENOMINA COMO “BIBLIOTECA PROFª MARIA NICOLAS” A BIBLIOTECA DESTE PODER LEGISLATIVO.

ARQUIVADO DE ACORDO COM ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34/91

PREVÊ A DESCENTRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARQUIVADO DE ACORDO COM ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 33/91

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS VICE-PREFEITOS DO PARANÁ.

LEI Nº 9677 – D.O. Nº 3593 DE 06/09/91.

PROJETO DE LEI Nº 35/91

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI ESTADUAL Nº 9235 DE ABRIL DE 1990 (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EVANGÉLICA CANAÃ).

LEI Nº 9595 – D.O. Nº 3496 DE 22/04/91.

PROJETO DE LEI Nº 46/91

SUPRIME O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 9264 DE 24/05/90.

LEI Nº 9596 – D.O. Nº 3496 DE 22/04/91.

PROJETO DE LEI Nº 47/91

ISENTA OS MAIORES DE 65 ANOS DO PAGAMENTO DAS TAXAS PARA EXPEDIÇÃO DE 2ª VIA DE CERTIDÃO DE NASCIMENTO, CASAMENTO E ÓBITO.

VETADO EM 13/06/91 – PROPOSIÇÃO N 39/91.

PROJETO DE LEI Nº 52/91

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL FAZENDINHA – APROMOCARF.

LEI Nº 9749 – D.O. Nº 3622 DE 18/10/91.

PROJETO DE LEI Nº 53/91

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ BENEMÉRITA DO ESTADO DO PARANÁ À EXCELENTÍSSIMA SENHORA EDITE PIZZATTO.

LEI Nº 9593 – D.O. Nº 3496 DE 22/04/91.

PROJETO DE LEI Nº 55/91

CRIA ESTÍMULOS FISCAIS E CREDITÍCIOS À EMPRESAS QUE PREENCHAM, NO MÍNIMO, 10% DE SEU QUADRO DE PESSOAL, COM MENORES CARENTES E DEFICIENTES FÍSICOS, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

VETADO EM 21/06/91 – PROPOSIÇÃO Nº 41/91.

PROJETO DE LEI Nº 56/91

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA PLANTA EVARISTO FRANCO, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 9990 – D.O. Nº 3775 DE 02/06/92.

PROJETO DE LEI Nº 57/91

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A AÇÃO SOCIAL SÃO MARTINHO DE LIMA.

LEI Nº 9592 – D.O. Nº 3496 DE 22/04/91.

PROJETO DE LEI Nº 74/91

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DAS APREENSÕES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES FURTADOS.

REJEITADO EM 24/06/91 – ARQUIVADO EM 25/06/91.

PROJETO DE LEI Nº 75/91

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CONSELHO COMUNITÁRIO DE DEFESA DOS DIREITOS INFANTO-JUVENIS.

ARQUIVADO CONFORME REQUERIMENTO DO AUTOR.

PROJETO DE LEI Nº 76/91

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PARANAGUÁ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

LEI Nº 10031 – D.O. Nº 3799, DE 07/07/92.

PROJETO DE LEI Nº 79/91

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DE ATOS RELATIVOS A PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.

LEI Nº 9622 – D.O. Nº 3531 DE 12/06/91.

PROJETO DE LEI Nº 84/91

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL Nº 7777, DE 13/12/83, QUE TRATA DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL CONCEDIDA A PENSIONISTAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO – IPE.

REJEITADO EM 26/11/91.

PROJETO DE LEI Nº 89/91

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO DE BENS E VALORES PRÓPRIOS AO PATRIMÔNIO DOS QUE ASSUMIREM CARGO OU FUNÇÃO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR OU PARTICIPAREM DE COMISSÃO DE LICITAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA OU FUNDACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ, CONFORME ESPECIFICA.

PROPOSIÇÃO VETO Nº 39/92. APROVADO O VETO EM 11/06/92.

PROJETO DE LEI Nº 119/91

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL SAMAEI AUN EOR – FUNDASAE, COM SEDE NESTA CAPITAL.

LEI Nº 9610 – D.O. Nº 3526 DE 05/06/91.

PROJETO DE LEI Nº 120/91

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR À IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CURITIBA, ÁREA CONFORME

ESPECIFICA.
REJEITADO EM 15/10/92.

PROJETO DE LEI Nº 121/91
DENOMINA COMO ESCOLA ESTADUAL JOSÉ FRESSATO, O ESTABELECIMENTO EDUCACIONAL QUE ESPECIFICA, NESTA CAPITAL.
LEI Nº 9830 – D.O. Nº 3652 DE 02/12/91.

PROJETO DE LEI Nº 135/91
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A FEDERAÇÃO DAS MISERICÓRDIAS E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS DO ESTADO DO PARANÁ – FEMIPA.
LEI Nº 9614 – D.O. Nº 3526 DE 05/06/91.

PROJETO DE LEI Nº 156/91
DENOMINA COMO TEATRO JOSÉ MARIA SANTOS O IMÓVEL QUE ESPECIFICA.
LEI Nº 9686 – D.O. Nº 3597 DE 12/09/91.

PROJETO DE LEI Nº 157/91
REGULAMENTA O ART. 224 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.
REJEITADO EM 16/08/93.

PROJETO DE LEI Nº 158/91
PROÍBE A DISTRIBUIÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E A UTILIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS AOS QUAIS TENHA SIDO ADICIONADO O METANOL (ÁLCOOL METÍLICO).
PROPOSIÇÃO VETO Nº 68/92. VETADO EM 29/06/92.

PROJETO DE LEI Nº 155/91
PREVÊ A REALIZAÇÃO DA SEMANA DA CONSERVAÇÃO ESCOLAR NO CALENDÁRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.
PROPOSIÇÃO VETO Nº 02/92. VETADO EM 29/06/92.

PROJETO DE LEI Nº 173/91
INSTITUI PAGAMENTO DIFERENCIADO PARA ACESSO DE ESTUDANTES EM ESTABELECIMENTO QUE REALIZEM ESPETÁCULOS E ATIVIDADES QUE ESPECIFICA.
PROPOSIÇÃO VETO Nº 69/91. APROVADO O VETO EM 01/06/92.

PROJETO DE LEI Nº 184/01
DEPUTADO ALGACI TÚLIO
ESTABELECE PASSE LIVRE ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NOS TRANSPORTES INTERMUNICIPAIS DO ESTADO DO PARANÁ.

**ARQUIVADO EM 16/12/02 – DE ACORDO COM ARTIGO 250 R.I.
ANEXADO OS PROJETOS DE LEI Nº 456/01 E 466/01**

PROJETO DE LEI Nº 206/91
DISPÕE SOBRE A PROGRAMAÇÃO DE TV EDUCATIVA ESTADUAL.
REJEITADO EM 09/10/91 – ARQUIVADO EM 11/10/91.

PROJETO DE LEI Nº 211/91
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ESCOLA UNIVERSALISTA,
COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.
LEI Nº 9675 – D.O. Nº 3583 DE 23/08/91.

PROJETO DE LEI Nº 218/91
CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO
PARANÁ AO SENHOR JARBAS DE CASTRO ANTUNES.
LEI Nº 9679 – D.O. Nº 3593 DE 06/09/91.

PROJETO DE LEI Nº 230/91
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O NÚCLEO DE PESQUISAS
UFOLÓGICAS, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.
LEI Nº 9760 – D.O. Nº 3624 DE 22/10/91.

PROJETO DE LEI Nº 231/91
CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ AO
PROFESSOR RUY NORONHA DE MIRANDA.
LEI Nº 9683 – D.O. Nº 3593 DE 06/09/91.

PROJETO DE LEI Nº 251/91
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DOS
MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL URANO”, COM SEDE E
FORO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.
LEI Nº 9680 – D.O. Nº 3593 DE 06/09/91

PROJETO DE LEI Nº 312/91
REGULAMENTA O ARTIGO 205 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, QUE
DESTINA 2% DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO, PARA O
FOMENTO DE PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.
VETADO EM 14/01/93.

PROJETO DE LEI Nº 322/91
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O MONASTÉRIO DA ORDEM
DOS MÍSTICOS.
LEI Nº 9746 – D.O. Nº 3622 DE 18/10/91.

PROJETO DE LEI Nº 340/91
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE
SANTA LUÍZA, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 9755 – D.O. Nº 3622 DE 18/10/91.

PROJETO DE LEI Nº 351/91

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BATALHÃO SUEZ – REGIONAL PARANÁ.

LEI Nº 9805 – D.O. Nº 3639 DE 12/11/91.

PROJETO DE LEI Nº 386/91

TORNA OBRIGATÓRIA A ASSISTÊNCIA OCULAR AOS PRÉ-ESCOLARES E AOS ESCOLARES DE 1º E 2º GRAUS, NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE OFICIAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROPOSIÇÃO VETO Nº 64/92. APROVADO O VETO EM 16/10/92.

PROJETO DE LEI Nº 390/91

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE NEGRITUDE E AÇÃO POPULAR.

LEI Nº 9767 – D.O. Nº 3624 DE 22/10/91.

PROJETO DE LEI Nº 396/91

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOM BOSCO DE ENSINO.

LEI Nº 9777 – D.O. Nº 3627 DE 25/10/91.

PROJETO DE LEI Nº 398/91

INSTITUI O PAGAMENTO DIFERENCIADO PARA OS ESTUDANTES DE 1º E 2º GRAUS NO TRANSPORTE COLETIVO DAS REGIÕES METROPOLITANAS NO ESTADO DO PARANÁ.

REJEITADO EM 21/09/93.

PROJETO DE LEI Nº 434/91

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA ESCOLA DE MÚSICA E BELAS ARTES DO PARANÁ – ADEMBAP.

LEI Nº 9867 – D.O. Nº 3665 DE 20/12/91.

PROJETO DE LEI Nº 522/91

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO LAR DO JOVEM ESTUDANTE LUTERANO – ALAJEL, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 8964 – D.O. Nº 3665 DE 20/12/91.

1992

PROJETO DE LEI Nº 12/92

DISPÕE SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ADESIVO QUÍMICO DE CONTATO À BASE DE BORRACHA SINTÉTICA E SOLVENTES AROMÁTICOS.

LEI Nº 10.435 – D.O. Nº 4084 DE 25/08/93.

PROJETO DE LEI Nº 49/92

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA ROSE”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 9952 – D.O. Nº 3750 DE 27/04/92.

PROJETO DE LEI Nº 85/92

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A FUNDAÇÃO PRÓ-HANSEM COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL, CONFORME ESPECIFICA.

LEI Nº 9986 – D.O. Nº 3773 DE 29/05/92.

PROJETO DE LEI Nº 151/92

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES UNIDOS DA VILA GUAÍRA, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 10036 – D.O. Nº 3802 DE 07/07/92.

PROJETO DE LEI Nº 170/92

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES MORADIAS IGUAÇU – AMMI, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 10078 – D.O. Nº 3845 DE 11/09/91.

PROJETO DE LEI Nº 180/92

INSTITUI NORMAS PARA O TRANSPORTE DE CARGAS OU PRODUTOS PERIGOSOS POR VIAS PÚBLICAS OU RODOVIAS NO ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARQUIVADO DE ACORDO COM ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 209/92

INSTITUI O DIA ESTADUAL DO TRABALHADOR HOTELEIRO.

PROPOSIÇÃO VETO 98/92 – VETADO 13/10/92.

1993

PROJETO DE LEI Nº 41/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM ACRÓPOLE, COM SEDE E FORO EM CURITIBA.

LEI Nº 10312 – D.O. Nº 4028 DE 07/06/93.

PROJETO DE LEI Nº 42/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O GRUPO PELA VALORIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E DIGNIDADE DA VIDA DO DOENTE DE AIDS, COM SEDE E FORO EM CURITIBA.

LEI Nº 10320 – D.O. Nº 4028 DE 07/06/93.

PROJETO DE LEI Nº 59/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A FEDERAÇÃO DE ENTIDADES DE SERVIÇO SOCIAL DOS ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E SANTA CATARINA, FESS.

LEI Nº 10318 – D.O. Nº 4028 DE 07/06/93

PROJETO DE LEI Nº 83/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIOS PELA VIDA – SOVIDA.

LEI Nº 10266 – D.O. Nº 3995 DE 20/04/93

PROJETO DE LEI Nº 95/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA SÃO JOSÉ, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 10313 – D.O. Nº 4028 DE 07/06/93.

PROJETO DE LEI Nº 180/93

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR LUIZ CARLOS ANDRADE LIMA.

LEI Nº 10366 – D.O. Nº 4054 DE 14/07/93.

PROJETO DE LEI Nº 191/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O EXPRESSINHO CLUB DE FUTEBOL, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 10409 – D.O. Nº 4067 DE 02/08/93.

PROJETO DE LEI Nº 192/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E ENTIDADES COMUNITÁRIAS DE CURITIBA, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 10358 – D.O. Nº 4054 DE 14/07/93.

PROJETO DE LEI Nº 193/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO JARDIM DOM BOSCO, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 10367- D.O. Nº 4054 DE 14/07/93.

PROJETO DE LEI Nº 194/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM GUARAITUBA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE COLOMBO, NESTE ESTADO.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO, EM 03/05/95.

PROJETO DE LEI Nº 203/93

MODIFICA O ART. 1º DA LEI ESTADUAL Nº 8510, DE 30 DE JUNHO DE 1987.(UTILIDADE PÚBLICA).

PROJETO DE LEI Nº 314/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A FRATERNIDADE ECLÉTICA ESPIRITUALISTA UNIVERSAL, COM SEDE PRINCIPAL E FORO NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA, ESTADO DE GOIÁS, E REPRESENTAÇÃO REGIONAL NESTA CAPITAL.

LEI Nº 10504 – D.O. Nº 4125 DE 26/10/93.

PROJETO DE LEI Nº 339/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO ABASTECIMENTO – ARESMA, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 10453 – D.O. Nº 4106 DE 28/09/93

PROJETO DE LEI Nº 340/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL MORADIAS ATENAS I, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

ARQUIVADO CONFORME REQUERIMENTO DO AUTOR EM 13/10/93.

PROJETO DE LEI Nº 506/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VILA PALMITAL, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PINHAIS, NESTE ESTADO.

LEI Nº 10604 – D.O. Nº 4157 DE 13/12/93.

PROJETO DE LEI Nº 507/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA SAINT GERMAN, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 10530 – D.O. Nº 4139 DE 17/11/93.

PROJETO DE LEI Nº 508/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS IDOSOS, API, ANA ROSA, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 10603 – D.O. Nº 4157 DE 13/12/93.

PROJETO DE LEI Nº 561/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRESIDENTE TANCREDO NEVES, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 10608 – D.O. Nº 4157 DE 13/12/93.

PROJETO DE LEI Nº 562/93

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS TERAPEUTAS NATURISTAS, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 10616 – D.O. Nº 4157 DE 13/12/93.

PROJETO DE LEI Nº 563/93

MODIFICA O ART. 1º DA LEI Nº 9112 DE 07 DE NOVEMBRO DE 1989.(UTILIDADE PÚBLICA).

LEI Nº 10562 – D.O. Nº 4157 DE 13/12/93.

PROJETO DE LEI Nº 580/93

INSTITUI O DIA CULTURAL RACIONAL NO PARANÁ, A SER COMEMORADO NO DIA 07 DE JUNHO.

VETADO EM 14/12/93. PROPOSIÇÃO Nº 123/93.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26/93

CRIA A COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, CONFORME ESPECIFICA.

ARQUIVADO DE ACORDO COM ART. 250 DO REG. INTERNO

1994

PROJETO DE LEI Nº 159/94

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES FEDERAIS APOSENTADOS – PARANÁ” ASFÁ/PR, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 10849 – D.O. Nº 4298 DE 05/07/94.

PROJETO DE LEI Nº 160/94

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO ALTO PLANTA PARAÍSO” COM

SEDE E FORO NESTA CAPITAL.
LEI Nº 10850 – D.O. Nº 4298 DE 05/07/94.

PROJETO DE LEI Nº 161/94
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VILA OURO VERDE”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.
LEI Nº 10851 – D.O. Nº 4298 DE 05/07/94.

PROJETO DE LEI Nº 175/94
CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ BENEMÉRITA DO ESTADO DO PARANÁ `A EXMA Sª ESTHER ESSENFELDER CUNHA MELLO.
LEI Nº 11061 – D.O. Nº 4440 DE 01/02/95

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 198/94
REGULAMENTA O ARTIGO 224 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ (GRATUIDADE NO TRANSPORTE COLETIVO).
ARQUIVADO DE ACORDO COM ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 204/94
INSTITUI O PAGAMENTO DIFERENCIADO AOS ESTUDANTES DE 1º, 2º E 3º GRAUS, NO TRANSPORTE COLETIVO DAS REGIÕES METROPOLITANAS NO ESTADO DO PARANÁ.
ARQUIVADO DE ACORDO COM ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 216/94
INSTITUI O DIA DA CULTURA RACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ, A SER COMEMORADO NO DIA 07 DE JUNHO.
ARQUIVADO DE ACORDO COM ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 388/94
INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE SORTEIOS DA MODALIDADE DENOMINADA “BINGO”.
ARQUIVADO DE ACORDO COM ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 51/94
DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DO ART. 56, “CAPUT”, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO.
ARQUIVADO DE ACORDO COM ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/95

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE PLEBISCITO, NA ÁREA QUE ESPECIFICA, NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, PARA QUE A RESPECTIVA POPULAÇÃO DECIDA SOBRE A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ.

RESOLUÇÃO Nº 003/95 - D.O. Nº 4547 DE 10/07/95.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/95

CRIA A COMISSÃO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, CONFORME ESPECIFICA.

ARQUIVADO DE ACORDO COM ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 80/95

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EMPREENDER OS ESTUDOS E PLANEJAMENTO NECESSÁRIOS À CRIAÇÃO DA COORDENADORIA DO DESENVOLVIMENTO DO LITORAL DO PARANÁ - CODEL.

VETADO EM 20/12/95 - PROPOSIÇÃO Nº 05/96

REJEITADO O VETO EM 19/02/01

LEI PROMULGADA Nº 13123 – 10/04/01

PROJETO DE LEI Nº 126/95

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE VILA SIBISA” COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 11.126 - D.O. Nº 4.545 DE 06/07/95.

PROJETO DE LEI Nº 137/95

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CENTRO DE APOIO AOS CICLISTAS, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 11.360 - D.O. Nº 4.729 - 03/04/96.

PROJETO DE LEI Nº 138/95

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM TIRADENTES”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA.

LEI Nº 11.155 - D.O. Nº 4.558 DE 25/07/95.

PROJETO DE LEI Nº 150/95

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO ALTO”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 151/95

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “CENTRO SOCIAL DE ATENDIMENTO URGENTE AO TRABALHADOR”, COM SEDE E FORO

**NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.
ARQUIVADO CONFORME ART. 126 DO REGIMENTO INTERNO.**

PROJETO DE LEI Nº 159/95

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “CENTRO DE ESTUDOS AMBIENTAIS E URBANOS”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.
LEI Nº 11.349 - D.O. Nº 4.676 - 17/01/96.

PROJETO DE LEI Nº 173/95

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS” - CURITIBA (NOVO MUNDO), COM SEDE E FORO EM CURITIBA.
LEI Nº 11.135 - D.O. Nº 4.545 DE 06/07/95.

PROJETO DE LEI Nº 177/95

INSTITUI O “DIA DA CULTURA RACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ”, A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 07 DE JUNHO.
PROPOSIÇÃO Nº 08/96 - APROVADO O VETO EM 17/04/96.

PROJETO DE LEI Nº 179/95

INSTITUI O “DIA DO TÉCNICO INDUSTRIAL NO ESTADO DO PARANÁ”.
LEI Nº 11.147 - D.O. Nº 4.554 DE 19/07/95.

PROJETO DE LEI Nº 256/95

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “CASA ESPIRITUALISTA CRISTÃ OBREIROS DA PAZ”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.
LEI Nº 11.196 - D.O. Nº 4.635 DE 16/11/95

PROJETO DE LEI Nº 262/95

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO RUTH SCHRANK DE ASSISTÊNCIA A EXCEPCIONAIS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA NÃO SENSORIAL”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.
LEI Nº 11.346 - DO Nº 4.676 - 17/01/96.

PROJETO DE LEI Nº 319/95

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO COMUNITÁIRA DE VILA LEONICE ALEALU”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.
LEI Nº 11.402 - D.O. Nº 4.768 DE 30/05/96.

PROJETO DE LEI Nº 348/95

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA TREZE DE MAIO”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA.
LEI Nº 11.331 - D.O. Nº 4.676 DE 17/01/96.

PROJETO DE LEI Nº 376/95

DISPÕE SOBRE AS DOAÇÕES EM VIDA DE ÓRGÃOS E TECIDOS PASSÍVEIS DE SEREM TRANSPLANTADOS QUANDO DE SUA MORTE E OUTROS ATOS INERENTES AOS TRANSPLANTES DE QUALQUER NATUREZA.

LEI Nº 11.236 - D.O. Nº 4.654 DE 13/12/95.

PROJETO DE LEI Nº 377/95

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CENTRAIS DE NOTIFICAÇÕES E TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS E TECIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 11.210 - D.O. Nº 4.643 DE 28/11/95.

PROJETO DE LEI Nº 395/95

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VILA EDI”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

ARQUIVADO EM 24/02/99- ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 463/95

REVOGA A LEI Nº 9342 DE 19 DE JULHO DE 1990, QUE CRIOU O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, COM ÁREA DESMEMBRADA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

LEI Nº 11.211 - D.O. Nº 4.645 DE 30/11/95.

PROJETO DE LEI Nº 464/95

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO UNIÃO DE MORADORES DAS MORADIAS BAIRRO NOVO”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 11.309 - D.O. Nº 4.672 DE 11/01/96.

PROJETO DE LEI Nº 465/95

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

À SANÇÃO EM 27/12/95

PROJETO DE LEI Nº 466/95

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “BANDA LYRA CURITIBANA”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 11.344 - D.O. Nº 4.676 - 17/01/96.

PROJETO DE LEI Nº 484/95

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO PADRE JOÃO ROBERTO CECONELLO”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 11.490 - D.O. Nº 4.803 DE 19/07/96.

PROJETO DE LEI Nº 501/95

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI Nº 11.196 DE 13 DE NOVEMBRO DE 1995.(UTILIDADE PÚBLICA - CASA OESTE ESPIRITUALISTA CRISTÃ OBREIROS DA PAZ).

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ARTIGO 250 DO REGIMENTO INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 547/95

cria o município de Pontal do Paraná, desmembrado do município de Paranaguá, com sede em Praia de Leste.

LEI Nº 11.252 - D.O. Nº 4.659 DE 20/12/95.

1996

PROJETO DE LEI Nº 30/96

concede título de cidadão benemérito do estado do Paraná ao excelentíssimo senhor Luiz Roberto Werner Rocha.

LEI Nº 11.409 - D.O. Nº 4.768 DE 30/05/96.

PROJETO DE LEI Nº 37/96

declara de utilidade pública a “Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança, Guardas, Transportes de Valores e Similares do Estado do Paraná”, com sede e foro nesta capital.

LEI Nº 11.554 - D.O. Nº 4856 DE 02/10/96.

PROJETO DE LEI Nº 88/96

autoriza o poder executivo a instituir o programa “Pró-Escola” no estado do Paraná.

LEI Nº 11.499 - D.O. Nº 4.810 DE 30/07/96.

PROJETO DE LEI Nº 102/96

declara de utilidade pública a “Associação das Federações Desportivas Amadoras do Paraná - AFEDAP”, com sede e foro nesta capital.

LEI Nº 11.556 - D.O. Nº 4.862 DE 11/10/96.

PROJETO DE LEI Nº 110/96

altera o artigo 1º, da lei nº 11.331 de 17/01/96, que declarou de utilidade pública a “Associação dos Moradores da Vila Treze de Maio.

LEI Nº 11.466 - D.O. Nº 4.798 DE 12/07/96.

PROJETO DE LEI Nº 114/96

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE BELÉM”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 11.457 - D.O. Nº 4796 DE 10/07/96.

PROJETO DE LEI Nº 123/96

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “CENTRO DE INFORMÁTICA PARA DEFICIENTES VISUAIS PROFESSOR HERMANN GORGEN”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 11.415 - D.O. Nº 4.768 DE 30/05/96.

PROJETO DE LEI Nº 134/96

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “VOLUNTARIADO DA SAÚDE DO GUABIROTUBA”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 11.456 - D.O. Nº 4.796 DE 10/07/96.

PROJETO DE LEI Nº 137/96

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DOS REPÓRTERES FOTOGRÁFICOS E CINEMATOGRAFÍCOS DO ESTADO DO PARANÁ”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 11.529 - D.O. Nº 4.848 DE 20/09/96.

PROJETO DE LEI Nº 241/96

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ENQUADRAR NOS CARGOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS ESPECIAIS DE ADVOGADOS DO ESTADO E DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR, SERVIDORES QUE EFETIVAMENTE ESTEJAM DESEMPENHANDO ATIVIDADES RELATIVAS ÀQUELES CARGOS HÁ MAIS DE TRÊS ANOS, DE ACORDO COM A DISPONIBILIDADE DE CARGOS VAGOS.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 418/96

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CEDER À CASA LATINO-AMERICANA, CASLA, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA.

LEI Nº 11.624 - D.O. Nº 4.900 DE 06/12/96.

PROJETO DE LEI Nº 424/96

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO DA LLAVRINHA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PINHALÃO.

LEI Nº 12.012 D.O. Nº 5164 DE 07/01/98

PROJETO DE LEI Nº 425/96

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DAS CRIANÇAS PORTADORAS DE MIELOMENINGOCELE”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 12.039 D.O Nº 5187 DE 09/02/98.

PROJETO DE LEI Nº 583/96

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIOS COM O SINDICATO NACIONAL DAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA - SEÇÃO PARANÁ.

ARQUIVADO EM 16/03/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 584/96

INSTITUI O “ PRÊMIO SÉRGIO MERCER DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA”.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERN

1999

PROJETO DE LEI Nº 119/99

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO 60 ALQUEIRES-AM 60”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS/PR.

LEI Nº 12.613 D.O. Nº 5536 DE 13/07/99.

PROJETO DE LEI Nº 154/99

DISPÕE SOBRE O PLANO ESTADUAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO.

LEI Nº 13.164 – DO Nº 5995 DE 28/05/01

PROJETO DE LEI Nº 158/99

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE PARANAGUÁ”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR.

LEI Nº 12.617 D.O. Nº 5536 DE 13/07/99

PROJETO DE LEI Nº 164/99

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “GRUPO DE APOIO AO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RESPIRATÓRIA – GAPER”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

LEI Nº 12.509 D.O. Nº 5430 DE 05/02/99.

PROJETO DE LEI Nº 183/99

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DO BALNEÁRIO DAS GAIVOTAS”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ.

LEI Nº 12.620 D.O. Nº 5536 DE 13/07/99

PROJETO DE LEI Nº 191/99

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE PALOTINA”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PALOTINA/PR.

LEI Nº 12.598 D.O. Nº 5512 DE 09/06/99.

PROJETO DE LEI Nº 218/99

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA BANDA MARCIAL DA GUARDA MIRIM, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 12.624 D.O. Nº 5536 DE 13/07/99.

PROJETO DE LEI Nº 287/99

OBRIGA AS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS DO ESTADO DO PARANÁ, A EQUIPAR SEUS ÔNIBUS COM DETECTOR DE METAIS.

VETADO EM 05/06/02 – PROPOSIÇÃO Nº 97/02.

PROJETO DE LEI Nº 306/99

DETERMINA QUE O SISTEMA OFICIAL DE ENSINO DO PARANÁ PASSE A CONTAR COM A DISCIPLINA “EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS”.

VETADO – PROPOSIÇÃO Nº 26/01

MANTIDO O VETO EM 12/06/01

PROJETO DE LEI Nº 349/99

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “ CENTRO DE ATENDIMENTO FAMILIAR SANTA RITA”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 12.692 D.O. Nº 5614 DE 08/11/99

PROJETO DE LEI Nº 353/99

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “ CENTRO DE RECUPERAÇÃO ALDEIA DO SAMARITANO – CREAS”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 12.646 D.O. Nº 5536 DE 13/07/99.

PROJETO DE LEI Nº 378/99

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR UMA CIRETRAN NO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ.

LEI Nº 12.860 - D. O. nº 5672 DE 01/02/2000

PROJETO DE LEI Nº 406/99

DISPÕE SOBRE A REDISTRIBUIÇÃO DA QUOTA ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO – QESE – ENTRE O ESTADO E SEUS MUNICÍPIOS.

ANEXADO AO PROJETO DE LEI Nº 422/99

CCJ EM 10/08/99

PROJETO DE LEI Nº 450/99

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

ANEXADO AO PROJETO DE LEI Nº 457/99

VETADO EM 01/02/2000 – PROPOSIÇÃO Nº 22/2000 –

APROVADO O VETO EM 18/04/01

PROJETO DE LEI Nº 451/99

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS

PINHAIS.

VETADO EM 01/02/2000 – PROPOSIÇÃO Nº 21/2000 – APROVADO O VETO EM 17/04/01.

PROJETO DE LEI Nº 487/99

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES DO TREVO MARABÁ E REGIÃO, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE TIBAGI-PR.

LEI Nº 12.782 D.O. Nº 5643 DE 20/12/99

PROJETO DE LEI Nº 505/99

INSTITUI NO ESTADO DO PARANÁ, O DIA ESTADUAL DA PEQUENA E MICRO EMPRESA – DIA 05 DE OUTUBRO.

LEI Nº 12.880 D.O. Nº 5794 DE 28/07/00

PROJETO DE LEI Nº 518/99

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

VETADO – PROPOSIÇÃO Nº 57/00

VETO MANTIDO EM 05/06/01

PROJETO DE LEI Nº 519/99

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

LEI Nº 13.063 D.O. Nº 5906 DE 16/01/01.

PROJETO DE LEI Nº 530/99

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, COMO ESTÂNCIA TURÍSTICA RELIGIOSA SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DO ROCIO.

LEI Nº 12814, D.O. Nº 5645 DE 22/12/99

PROJETO DE LEI Nº 550/99

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ.

VETADO EM 05/09/00

APROVADO O VETO EM 08/05/01

PROJETO DE LEI Nº 551/99

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA

**MULHER NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ.
DISCUSSÃO ÚNICA EM 29/03/01- PROPOSIÇÃO Nº 65/00 – MANTIDO
O VETO**

PROJETO DE LEI Nº 562/99

AUTORIZA O GOVERNADOR DO ESTADO A TRASFERIR, MEDIANTE CONVÊNIO, O GERENCIAMENTO DO TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.

ARQUIVADO EM 16/12/02 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 583/99

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E FUNCIONÁRIOS DA CRECHE MUNICIPAL CASSIÓPEIA- APECMC, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 12.844 – D.O. Nº 5670 DE 28/01/2000

PROJETO DE LEI Nº 585/99

DESIGNA O INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA DO ESTADO DO PARANÁ COMO “INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA PERITO CRIMINAL ARLINDO BLUME”.

LEI Nº 12.930 – D.O. Nº 5818 DE 13/08/00

PROJETO DE LEI Nº 588/99

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA.

VETADO EM 23/08/00 – PROPOSIÇÃO Nº 50/00- APROVADO O VETO EM 17/04/01.

PROJETO DE LEI Nº 589/99

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA -**PROPOSIÇÃO VETO 51/00 – APROVADO O VETO EM 18/04/01**

PROJETO DE LEI Nº 610/99

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL, COMO POLO TURÍSTICO RELIGIOSO – SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DAS BROTAS.

LEI Nº 12801 - D.O. Nº 5645 DE 22/12/99

PROJETO DE LEI Nº 611/99

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A CIRETRAN NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL.

LEI Nº 12.937 – D.O. Nº 5818 DE 31/08/00

PROJETO DE LEI Nº 622/99

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL.

LEI Nº 13.002 D.O. Nº 5882 DE 08/12/2000

PROJETO DE LEI Nº 625/99

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL.

LEI Nº 13.112 D.O. Nº 5906 DE 16/01/01

PROJETO DE LEI Nº 644/99

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, INFÂNCIA E FAMÍLIA – APMIF, DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO.

LEI Nº 13.016 D.O. Nº 5884 de 12/12/00

2000

PROPOSIÇÃO Nº 38/00

SUGERE A MANIFESTAÇÃO DA ASSEMBLÉIA SOBRE O ASSUNTO QUE ESPECIFICA.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 42/00

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ UNIVERSIDADE DA ÁGUA – UNIÁGUA”, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA/PR, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA.

ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR 20/03/00

PROJETO DE LEI Nº 062/00

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CONSELHEIRO MAIRINCK, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO MAIRINCK.

LEI Nº 13.070 D.O. Nº 5906 DE 16/01/01

PROJETO DE LEI Nº 095/00

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALIANÇA CÔSMICA – ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL,

COM SEDE NO BALNEÁRIO DE SHANGRI-LÁ, MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ E FORO NO MUNICÍPIO DE MATINHOS.
LEI Nº 13.074 D.O. Nº 5906 DE 16/01/01

PROJETO DE LEI Nº 119/00

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE PESCA, EMPRESAS DE PESCA, TRANSFORMAÇÃO, ARTESANAIS E EM GERAL DE GUARATUBA – SINTRAPESCA.

LEI Nº 13.075 D.O. Nº 59/06 DE 16/01/01

PROJETO DE LEI Nº 127/00

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO DE ALECRIM”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURIÚVA.

LEI Nº 12.921 D.O Nº 5817 DE 30/08/00.

PROJETO DE LEI Nº 149/00

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “ASILO SÃO VICENTE DE PAULO”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

LEI Nº 13011 – DO Nº 5884 DE 12/12/00

PROJETO DE LEI Nº 187/00

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, COM SEDE E FORO EM CURITIBA.

LEI Nº 13.077 D.O. Nº 5906 DE 16/01/01

PROJETO DE LEI Nº 189/00

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PAZ DE PARANAGUÁ, COM SEDE E FORO EM PARANAGUÁ.

LEI Nº 13210 – D. O Nº 6016 DE 28/06/01

PROJETO DE LEI Nº 213/00 (CPI – ROUBO DE CARGAS)

AUTORIA O PODER EXECUTIVO DETERMINAR A INTEGRAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA COM DELEGACIA DE ESTELIONATO E DESVIO DE CARGAS PARA COMBATE AO ROUBO, FURTO E DESVIO DE CARGAS NO ESTADO DO PARANÁ.

LEI Nº 13190 – DO 6015 EM 27/06/2001

PROJETO DE LEI Nº 240/00

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ AMBAZUL – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES COSTA AZUL”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE MATINHOS.

LEI Nº 12.995 D.O. Nº 5882 DE 08/12/2000

PROJETO DE LEI Nº 250/00

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CENTRO COMUNITÁRIO SÃO JUDAS TADEU – CRECHE IRMÃ MARTA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

LEI Nº 13.087 D.O. Nº 5906 DE 16/01/01

PROJETO DE LEI Nº 266/00

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “ CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- COMAS”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

LEI Nº 13592 – D. O Nº 6241 DE 03/06/02

PROJETO DE LEI Nº 304/00

INSTITUI O BERÇO DAS ÁGUAS DO IGUAÇÚ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 311/00

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “UNIVERSIDADE DA ÁGUA – UNIÁGUA”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA.

LEI Nº 13.303 – D.O. Nº 6112 DE 14/11/01

PROJETO DE LEI Nº 317/00

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO PARANÁ AO SR. EDISON HELM, ECONOMISTA, JORNALISTA E PUBLICITÁRIO DESTA CAPITAL.

ARQUIVADO CONF. ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 328/00

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DENOMINAR O PRÉDIO DA SEDE DO GOVERNO ESTADUAL, COMO “PALÁCIO GOVERNADOR NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA”.

SANÇÃO EM 28/12/00

PROJETO DE LEI Nº 387/00

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O PÓLO TURÍSTICO RELIGIOSO – SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA APARECIDA NO MUNICÍPIO DE ITAIPULÂNDIA..

LEI Nº 13193 – D. O Nº 6015 DE 27/06/01.

PROJETO DE LEI Nº 434/00

DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS COMUNS DAS GUARDAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARANÁ.

ARQUIVADO A PEDIDO DO AUTOR EM 17/10/01

2001

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11/01

AUTOR: DEPUTADO ALGACI TÚLIO

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 159/90, QUE INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO.

ARQUIVADO EM 16/12/02 – DE ACORDO COM ARTIGO 250 R.I.

PROPOSIÇÃO Nº 34/01

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 61 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

C. REFORMA À CONSTITUIÇÃO EM 20/02/01

PROPOSIÇÃO Nº 42/01

ALTERA AS REDAÇÕES DO § 2º DO ART. 59 E DO § 4º DO ART.71 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.

1ª DISCUSSÃO – RETIRADO POR 10 SESSÕES EM 22/10/01

- PROJETO DE LEI Nº 25/01

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA À DRª ZILDA ARNS NEUMANN, COORDENADORA DA PASTORAL DA CRIANÇA.

LEI Nº 13.239 – DO 6047 DE 10/08/01

PROJETO DE LEI Nº 157/01

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESTINAR, AOS MINICÍPIOS SEDE DE EMPRESAS QUE RECEBERAM INCENTIVOS FISCAIS DO PODER PÚBLICO ESTADUAL PARA SE INSTALAR NO PARANÁ, PORCENTAGEM DE MULTAS E INDENIZAÇÕES ORIGINADAS PELA QUEBRA DO CONTRATO E/OU PROTOCOLO DE INTENÇÕES CELEBRADOS ENTRE O GOVERNO DO ESTADO E AS EMPRESAS BENEFICIADAS.

VETADO EM 14/05/02 – PROPOSIÇÃO VETO Nº 72/02

VETO MANTIDO EM 25/03/03

PROJETO DE LEI Nº 184/01

ESTABELECE PASSE LIVRE ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NOS TRANSPORTES INTERMUNICIPAIS DO ESTADO DO PARANÁ.

*****ANEXADOS PL 267/01, 456/01 E 466/01.*****

ARQUIVADO EM 17/12/02 – ART. 250 REG. INTERNO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17/01

INSTITUI NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO, O EVENTO PARLAMENTAR DA MELHOR IDADE.

RESOLUÇÃO Nº 11/01 – D. O Nº 6041 DE 02/08/01 * REPUBLICADO D.O. Nº 6044 DE 07/08/01**

PROJETO DE LEI Nº 243/01

CONCEDE DESCONTO NO IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES – IPVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARQUIVADO EM 16/12/02 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 244/01

REVOGA O ARTIGO 5º DA LEI Nº 136.035/01 QUE ALTEROU A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 06/01

AUTORES: DEPUTADOS TONY GARCIA, CESAR SILVESTRI, ALGACI TÚLIO, AUGUSTINHO ZUCCHI, MARCOS ISFER, EDSON PRACZYK E RENATO GAÚCHO.

REVOGA A RESOLUÇÃO Nº 1596/01, DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO QUE TRATA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 398/01

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “PROJETO SOCIAL ÁGAPE”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

LEI Nº 13468 – D.O. Nº 6148 DE 14/01/02.

PROJETO DE LEI Nº 481/01

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE WENCESLAU BRAZ.
ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.**

PROJETO DE LEI Nº 563/01

**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE MÃES SÃO JOÃO BATISTA DA VILA SANDRA, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.
LEI Nº 13488 – DO Nº 6148 DE 14/01/02**

PROJETO DE LEI Nº 636/01

**ESTABELECE RESTRIÇÃO À COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS.
LEI Nº 13463 – D.O. Nº 6148 DE 14/01/02.**

PROJETO DE LEI Nº 640/01

CRIA O PROGRAMA DE APROVEITAMENTO DE ALIMANTOS NÃO CONSUMIDOS – PAANC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

*****ANEXADO AO P.L. Nº 87/02.*****

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 663/01

DISPÕE SOBRE FRANQUEAMENTO, EM DIAS DE ELEIÇÃO, EM TODOS OS PEDÁGIOS LOCALIZADOS NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ.

VETADO EM 05/06/02 – PROPOSIÇÃO Nº 102/02.

VETO MANTIDO EM 24/03/03

PROJETO DE LEI Nº 664/01

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACUPUNTURA E HOMEOPATIA NAS UNIDADES DE SAÚDE E HOSPITAIS MANTIDOS PELO PODER PÚBLICO OU A ELE CONVENIADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 13.634 – DO Nº 6258 DE 26/06/02

PROJETO DE LEI Nº 680/01

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS VALORES DE MULTAS DE TRÂNSITO ARRECADADAS NAS RODOVIAS ESTADUAIS OU SOB ADMINISTRAÇÃO DO ESTADOD DO PARANÁ.

PROPOSIÇÃO VETO Nº 69/02 – MANTIDO O VETO EM 1º/04/03

PROJETO DE LEI Nº 681/01

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA “FAMÍLIA SOLIDÁRIA”.

ANEXADO AO PROJETO DE LEI Nº 671/02

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 703/01

ASSEGURA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E POSSIBILITA INCENTIVO ÀS EMPRESAS QUE FINANCIAREM BOLSAS DE ESTUDO AOS PROFESSORES QUE NECESSITAM COMPLETAR FORMAÇÃO PEDAGÓGICA.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

2002

PROJETO DE LEI Nº 29/02

DISPÕE SOBRE O USO DE COLETE A PROVA DE BALAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 75/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA SÃO JOÃO BATISTA, DE RIO BRANCO DO SUL, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL.

LEI Nº 13587 – D. O Nº 6241 DE 03/06/02.

PROJETO DE LEI Nº 123/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO MODELO DE ORIENTAÇÃO À ADOLESCENTE - CASA MARILISE CRISTINA BORGES – AMOA, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 13.598 D.O. Nº 6241 DE 03/06/02

PROJETO DE LEI Nº 124/02

OFICIALIZA O DIA 16 DE MARÇO COMO “DIA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO CONTRA A DENGUE”.

PROPOSIÇÃO VETO Nº 02/03

MANTIDO O VETO EM 10/03/03

PROJETO DE LEI Nº 158/02

INSTITUI O DIA 20 DE AGOSTO COMO O DIA DA VOTAÇÃO DO PRIMEIRO PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR DO ESTADO DO PARANÁ.

LEI PROMULGADA Nº 13752 – D.O. Nº 6309 DE 05/09/02.

PROJETO DE LEI Nº 203/02

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ESTENDER A GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE CONCEDIDA AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO QUADRO GERAL DO ESTADO E ÀS CATEGORIAS DE BASE DA POLÍCIA CIVIL, AOS POLICIAIS MILITARES.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 213/02

INSTITUI O PROGRAMA DE HABITAÇÃO DOS IDOSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 228/02

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VAGAS AOS IDOSOS NAS INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE ENSINO.

ARQUIVADO EM 15/12/02 - DE ACORDO COM ARTIGO 250 DO R.I.

PROJETO DE LEI Nº 230/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A CASA DE APOIO MÃE SOLIDÁRIA; COM SEDE E FORO EM CURITIBA.

LEI Nº 13.691 – D.O. Nº 6268 DE 10/07/02.

PROJETO DE LEI Nº 263/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE DE ALTO PARANÁ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE ALTO PARANÁ – PR.

LEI Nº 13.697 – D.O. Nº 6268 DE 10/07/02.

PROJETO DE LEI Nº 311/02

INSTITUI O SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO DATILOSCÓPICA EM RECÉM NASCIDOS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 316/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ONG AÇÃO LAÇOS E BRAÇOS, COM SEDE E FORO EM CURITIBA.

LEI Nº 13.718 – D.O. Nº 6268 DE 10/07/02

PROJETO DE LEI Nº 317/02

DENOMINA O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE CURITIBA (INSTITUTO POLITÉCNICO ESTADUAL) COM CENTRO ESTADUAL PROFISIONAL NAOKI KICHIDA.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 322/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA NODARI II – ASMOVI, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE RIO-BRANCO DO SUL - PR.

LEI Nº 13.796 D.O. Nº 6316 DE 16/09/02

PROJETO DE LEI Nº 343/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O BOTAFOGO FUTEBOL CLUBE, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE CURITIBA-PR.

LEI Nº 13.780 – DO 6313 – 11/09/02

PROJETO DE LEI Nº 358/02

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 6994, DE 10/01/1978, QUE DISPÕE SOBRE NORMAS DISCIPLINARES PARA DECLARAÇÃO DE UTILIDADE DDE ENTIDADES NO ESTADO DO PARANÁ.

*****PL Nº 389/02 ANEXADO A ESTE*****

VETADO EM 08/10/02 – PROPOSIÇÃO-VETO Nº 132/02

VETO MANTIDO EM 03/12/02

PROJETO DE LEI Nº 361/02

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EMPREENDER ESTUDOS E PLANEJAMENTO NECESSÁRIOS À CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IGUAÇU.

ARQUIVADO EM 16/12/02 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14/02

INSTITUI A COMISSÃO DE CONCESSÃO DE HONRARIAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PR.

ARQUIVADO CONF. ART. 250 DO REG. INTERNO EM 16/12/02

PROJETO DE LEI Nº 380/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A SOCIEDADE DESPORTIVA SÃO JOSÉ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

LEI Nº 13.772 – DO 6313 DE 11/09/02

PROJETO DE LEI Nº 415/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO ESTADUAL JAYME CANET, COM SEDE E FORO EM CURITIBA.

LEI 13.759 – DO 6313 – 11/09/02

PROJETO DE LEI Nº 448/02

DETERMINA QUE A COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA COPEL, EFETUE A EXTENSÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA EM VIAS (RUAS) DEVIDAMENTE OFICIALIZADAS PELOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ, SEM ÔNUA PARA OS USUÁRIOS.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 500/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A CASA DA SOLIDARIEDADE RAFAELE, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA.

LEI Nº 13909 – D. O Nº 6375 DE 10/12/02

PROJETO DE LEI Nº 501/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DARCY RIBEIRO, COM SEDE E FORO EM CURITIBA.

LEI Nº 13.812 – D.O. Nº 6353 DE 07/11/02.

PROJETO DE LEI Nº 515/02

INSTITUI O DIA 10 DE AGOSTO COMO O “DIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ”.

LEI Nº 13.901 D.O. Nº 6372 DE 05/12/2002

PROJETO DE LEI Nº 541/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO DE CURITIBA – SINFRETIBA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE

CURITIBA.

LEI Nº 13.817 – D.O. Nº 6353 DE 07/11/02.

PROJETO DE LEI Nº 559/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CENTRO DE CONVIVÊNCIA MENINA MULHER – CCMM, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 13.824 – 6353 DE 07/11/02.

PROJETO DE LEI Nº 572/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRESERVAÇÃO FERRAVIÁRIA, COM REPRESENTAÇÃO EM CURITIBA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, ESTADO DE SÃO PAULO.

LEI 13.884 – DO 6367 DE 28/11/02

PROJETO DE LEI Nº 573/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSISTÊNCIA SOCIAL DO HOMEM RURAL DA IGREJA DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

LEI Nº 13.883 – DO 6367 DE 28/11/02

PROJETO DE LEI Nº 578/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DO ESTADO DO PARANÁ, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 13.881 – DO 6367 DE 28/11/02

PROJETO DE LEI Nº 582/02

AUTOR: DEPUTADO ALGACI TULIO

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A SOCIEDADE BENEFICENTE CARITA DE PARANAGUA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

LEI Nº 13.879 – DO 6367 DE 28/11/02

PROJETO DE LEI Nº 581/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O ESPORTE CLUBE BACACHERI, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

ARQUIVADO EM 03/09/02.

PROJETO DE LEI Nº 582/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A SOCIEDADE BENEFICENTE CARITA DE PARANAGUÁ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

À SANÇÃO EM 04/11/02

PROJETO DE LEI Nº 644/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CIME – CENTRO DE INTEGRAÇÃO DO MENOR, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 645/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA MUNICIPAL LUIZ ANTONIO AMATUZZI DE PINHO, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ E FORO NO MUNICÍPIO DE MATINHOS.

LEI Nº 13931– D. O Nº 6375 DE 10/12/02

PROJETO DE LEI Nº 646/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO PACIENTE COM DOENÇA RENAL, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 13924 – D. O Nº 6375 DE 10/12/02

PROJETO DE LEI Nº 647/02

EXCLUI DA RELAÇÃO DE VEÍCULOS SUJEITOS AO PAGAMENTO DE PEDÁGIO AS MOTOCICLETAS QUE TRAFEGUEM NAS VIAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO PARANÁ.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 679/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE GUARATUBA- SINDIMARES, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REG. INTERNO.

DESARQUIVADO EM 25/03/03

CCJ EM 26/03/03

PROJETO DE LEI Nº 756/02

AUTOR: DEPUTADO ALGACI TÚLIO

DENOMINA O PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, DE “PARQUE ESTADUAL RIAD SALAMUNI”.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

**ANEXO 3 – LEVANTAMENTO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
PARANÁ SOBRE PROJETOS APRESENTADOS PELO DEPUTADO LUIZ
CARLOS MARTINS**

DIRETORIA LEGISLATIVA

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS

LUIZ CARLOS MARTINS – PSL

Partido pelo qual foi eleito: PFL

N.º DE VOTOS: 29.867

REGIÃO: Curitiba e Região Metropolitana

MUNICÍPIOS: Piraquara/Morretes

CARGOS ANTERIORES: 1991/1994 – Deputado Estadual

1995/1998 – Deputado Estadual

1999/2002 – Deputado Estadual

PROFISSÃO: Radialista

DATA DE NASCIMENTO: 07.07.49

ESPOSA: Maria Aparecida da Silva Martins

DATA DE NASCIMENTO: 02.05.56

FILHOS: Kaio Murilo Martins e Mariana Martins

ENDEREÇOS:

CURITIBA: Pedro Viriato Parigot de Souza, 1541 apto 61

Fone: 373-5687

Cel: 9972-3412

GABINETE: 703/704 – 7º andar

Ramais: 4076 / 4176

Direto: 352-3352 (fone/fax)

CHEFE DE GABINETE: Jane Marie Rigo Uhlik

Fone: 9975-4386

ASSESSOR:

Fone:

VETADO EM 25/10/00 – PROPOSIÇÃO Nº 68/00
APROVADO O VETO EM 06/06/01

PROJETO DE LEI Nº 025/95
PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO DE BRINQUEDOS DE ARMAS DE FOGO QUE
DISPAREM PROJÉTEIS ATRAVÉS DE PRESSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 11.097 - D.O Nº 4516 DE 25/05/95.

PROJETO DE LEI Nº 128/95
ESTABELECE NORMAS PARA O ABATE DE ANIMAIS DESTINADOS AO CONSUMO E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 11.179 D.O Nº 4603 EM 28/09/95.

PROJETO DE LEI Nº 184/95
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR A UNIVERSIDADE INTERNACIONAL
DA AGRICULTURA AUTO-SUSTENTÁVEL.
VETADO EM 17/01/96 - PROPOSIÇÃO Nº 12/96 - MANTIDO O VETO EM 14/05/96

PROJETO DE LEI Nº 382/95
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ENQUADRAR FUNCIONÁRIOS NO CARGO DE
ASSISTENTE JURÍDICO DO ESTADO DO PARANÁ.
ARQUIVO EM 25/0299 – ART. 250 DO REG. INTERNO

1996

PROJETO DE LEI Nº 060/96
INSTITUI O “SELO VERDE” NO ESTADO DO PARANÁ.
LEI Nº 11.450 - D.O. Nº 4782 DE 20/06/96

PROJETO DE LEI Nº 241/96
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ENQUADRAR NOS CARGOS INTEGRANTES DAS
CARREIRAS ESPECIAIS DE ADVOGADOS DO ESTADO E DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL
SUPERIOR, SERVIDORES QUE EFETIVAMENTE ESTEJAM DESEMPENHANDO
ATIVIDADES RELATIVAS ÀQUELES CARGOS HÁ MAIS DE TRÊS ANOS, DE ACORDO
COM A DISPONIBILIDADE DE CARGOS VAGOS.
ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 261/96
INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DO PLANTIO DE ÁRVORES FRUTÍFERAS NATIVAS
NAS FAIXAS DE DOMÍNIO DAS RODOVIAS ESTADUAIS.
LEI Nº 11.674 D.O. Nº 4939 EM 06/02/97

PROJETO DE LEI Nº 336/96
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL O INSTITUTO CIÊNCIA & FÉ, COM
SEDE E FORO NESTA CAPITAL.
LEI Nº 11.614 - D. O. Nº 4892 DE 26/11/96

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46/96
ACRESCENTA PARÁGRAFO E INCISOS AO ART. 11 DA RESOLUÇÃO 52/89 DE 21/11/89
RESOLUÇÃO 15/96 - D.O. Nº 4884 DE 13/11/96

1997

PROJETO DE LEI Nº 053/97 -
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO ALDI
COM FORO E SEDE EM CAMPO LARGO.
LEI Nº 11.755 D.O. 5031 25/06/97

PROJETO DE LEI Nº 156/97
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES - ESCOLA
ESTADUAL D. PEDRO II”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO,
ESTADO DO PR.
LEI Nº 11.782 D.O. 5042 DE 10/07/97

PROJETO DE LEI Nº 173/97
CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ BENEMÉRITA DO ESTADO DO PARANÁ A SRA NIVA
SABÓIA KHURY.
ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 187/97
INSTITUI O CARTÃO DE SAÚDE NO ÂMBITO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, NO
ESTADO DO PARANÁ.
VETO MANTIDO EM 20/03/01 – PROPOSIÇÃO Nº 016/98

PROJETO DE LEI Nº 188/97
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS
MORADIAS SHALON”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA PR.
LEI Nº 11.918 D.O. Nº 5143 DE 02/12/97

PROJETO DE LEI Nº 243/97
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SÃO BRÁZ”,
COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA.
SANÇÃO EM 25/06/97

PROJETO DE LEI Nº 333/97
CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR
ANTONIO OLIVEIRA SANTOS.
LEI Nº 11.854 D.O. Nº 5102 DE 03/10/97

PROJETO DE LEI Nº 335/97
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS
MORADORES E AMIGOS DO JARDIM ROMA E ANITA GARILBADI”, COM SEDE E FORO
NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ.
LEI Nº 11.883 D.O. 5138 DE 25/11/97

PROJETO DE LEI Nº 476/97
CONCEDE DESCONTO DE 50% EM EVENTOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS PARA
PESSOAS COM IDADE SUPERIOR A 50 ANOS.
ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 486/97

FICA AUTORIZADO O PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, DA EDUCAÇÃO E DOMÉIO AMBIENTE (IAP) AFIRMAR CONVÊNIO COM A KO YVY - NOSSA TERRA, SOCIEDADE DE PESQUISA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS COM O OBJETIVO DE CONSTRUIR E INSTALAR A BIBLIOTECA PÚBLICA NA ILHA DO MEL, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.
ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 611/97

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “COMBATE BARREIRINHA FUTEBOL CLUBE”, COM FORO E SEDE NO MUNICÍPIO DE CURITIBA/PR.
LEI Nº 11.946 D.O. Nº 5143 DE 10/12/97

PROJETO DE LEI Nº 639/97

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DE APOIO E INTEGRAÇÃO DO EXCEPCIONAL - ACAIE”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA/PR.
LEI Nº 11.985 – D.º Nº 5160 DE 30/12/1997

PROJETO DE LEI Nº 653/97

DISPÕE SOBRE RESERVA DE ASSENTOS EM SALAS DE PROJEÇÕES, TEATROS, ESPAÇOS CULTURAIS E TRANSPORTE COLETIVO NO ESTADO DO PARANÁ.
VETADO EM 28/07/98 – OF. Nº 271/93 - PROPOSIÇÃO Nº 17/98 – REJEITADO O VETO – APROVADO O PROJETO.
LEI PROMULGADA Nº 13.132 – D.O. Nº 5975 DE 24/04/01

1998

PROJETO DE LEI Nº 50/98

PROÍBE A APLICAÇÃO DE TATUAGEM PERMANENTE EM MENORES DE 18 ANOS DE IDADE, SEM AUTORIZAÇÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS.
LEI Nº 12.242 D. O. 5305 DE 03/08/98
PROPOSIÇÃO VETO PARCIAL Nº 21/98 – REJEITADO O VETO APROVADO O PROJETO.
LEI PROMULGADA Nº 13.129 – D.O. Nº 5975 DE 27/04/01

PROJETO DE LEI Nº 224/98

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A AÇÃO SOCIAL DE SANTA CECÍLIA, COM SEDE E FÓRO NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO-PR.
LEI Nº 12252 – D.O Nº 5305 DE 03/08/98

PROJETO DE LEI Nº 293/98

OBRIGA A FIXAÇÃO DE PLACAS JUNTO ÀS PORTAS EXTERNAS DE ELEVADORES.
ARQUIVADO EM 09/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 377/98

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “FEDERAÇÃO DE SKATE DO PARANÁ”, COM SEDE NESTA CAPITAL.
LEI Nº 12.383 D.O. Nº 5404 DE 29/12/98

PROJETO DE LEI Nº 401/98

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “ESPORTE CLUBE BACACHERI”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA – PR.

PROJETO DE LEI Nº 240/03

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO SÃO MIGUEL ARCANJO, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 14138 - D. O Nº 6566 DE 19/09/03

PROJETO DE LEI Nº 663/03

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE CPAOEIRA BERIMBAU DE PRATA, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

À SANÇÃO EM 20.01.03

DIRETORIA LEGISLATIVA

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI – PTB

Partido pelo qual foi eleito: PFL

N. ° DE VOTOS: 49.405

REGIÃO:

MUNICÍPIOS: Londrina, Curitiba, Jataizinho, Ibiporã, São José dos Pinhais, Campina Grande do Sul.

CARGOS ANTERIORES: 1987/1990 – Deputado Estadual

1991/1994 – Deputado Estadual

1995/1998 – Deputado Estadual

PROFISSÃO: Jornalista

DATA DE NASCIMENTO: 12/02/45

ESPOSA: MARIA AUXILIADORA IBANHEZ ALBORGHETTI

DATA DE NASCIMENTO: 18/02/59

FILHOS: Luiz Eduardo Ibanhez Alborghetti, Tatiane Cristina de Alborghetti, Márcio Luiz de Alborghetti e Marcelo de Alborghetti

ENDEREÇOS:

CURITIBA: Rua Buenos Aires, 681 - Água Verde

Fone: 223-3301

Cel.: 9103-3132

ESCRITÓRIO: Rua Francisco Karon, 29

Fone: 338-3377 – ramal 462

INTERIOR: Rua Pernambuco, 737 - Ap. 302 - Londrina

Fone: (043) 323-5922

GABINETES: 205 / 206 – 2º andar

Ramais: 4066 / 4166

Direto: 352-3555 / 254-2662 (fone/fax)

CHEFE DE GABINETE: Sandra LUCIA Lara

Fone: 354-7839 / 991-9466

ASSESSOR: Alcenir Caputo

Fone: 997-1573

LEI Nº 12.379 D.O. Nº 5404 DE 29/12/98

PROJETO DE LEI Nº 402/98

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ FEDERAÇÃO PARANAENSE DE PESCA E DESPORTOS SUBAQUATICOS”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA – PR.

LEI Nº 12.410 D.O. Nº 5405 DE 30/12/98

1999

PROJETO DE LEI Nº 54/99

ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.

ARQUIVADO

PROJETO DE LEI Nº 153/99

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A CIRCUNSCRIÇÃO REGIONAL DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE FAZENDO RIO GRANDE.

LEI Nº 12.811 D.O. 5645 DE 22/12/99

2000

PROJETO DE LEI Nº 40/2000 –

DISPÕE SOBRE PARCELAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DEVIDOS EM DECORRÊNCIA DA LEGISLAÇÃO DO IPVA E DE MULTAS ESTADUAIS, CONFORME ESPECIFICA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 12.955 D.O Nº 5480 EM 04/12/2000

PROJETO DE LEI Nº 068/2000

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE VETERANOS E AMIGOS DO BASQUETEBOL

LEI Nº 12.868 D.O. Nº 5749 DE 25/05/00

PROJETO DE LEI Nº 093/2000

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “CLUBE DE MÃES DO BAIRRO MERCÊS” COM FORO E SEDE NO MUNICÍPIO DE CURITIBA – PR.

LEI Nº 12.918 D.O Nº 5817 DE 30/08/00.

2001

PROJETO DE LEI Nº 88/01

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 2º DA LEI 11.182 DE 23/10/95. (PAGAMENTO DE METADE DE VALOR COBRADO PARA INGRESSO EM CASAS DE DIVERSSÕES, ESPETÁCULOS, PRAÇAS ESPORTIVAS E SIMILARES, AOS ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICA.)

LEI Nº 13.290 – D.O. Nº 6109 DE 09/11/01

PROJETO DE LEI Nº 185/01

ALTERA O OBJETIVO DO PLANO DE APLICAÇÃO DA LEI 13.030, QUE DESTINOUS RECURSOS PARA O MUNICÍPIO DE MORRETES.

LEI Nº 13404 – D. O Nº 6137 DE 26/12/01

PROJETO DE LEI Nº 308/01

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA KAUANDE”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 13.319 – D.O. Nº 6112 DE 14/11/01

PROJETO DE LEI Nº 309/01

CONCEDE DESCONTO DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) EM EVENTOS CULTURAIS ARTÍSTICOS PARA DOADORES DE SANGUE.

RECEBEU ANEXAÇÃO DO PROJETO 395/01

VETADO EM 08/10/02 – PROPOSIÇÃO-VETO Nº 133/02

MANTIDO O PROJETO EM 12/12/02

RESTITUÍDO AO GOVERNADOR EM 19/12/02

LEI PROMULGADA 13.964 – DO Nº 6406 DE 29/01/03

PROJETO DE LEI Nº 348/01

TORNA OBRIGATÓRIA A NOTIFICAÇÃO AOS MÉDICOS DE PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS – DO RESULTADO DE EXAME QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DE DOENÇA QUE ACARRETE RISCO DE VIDA PARA O PACIENTE.

VETADO EM 22/05/02 – PROPOSIÇÃO Nº 77/02

MANTIDO O VETO EM 09/04/03

PROJETO DE LEI Nº 386/01

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A APM – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA MUNICIPAL DR LUIZ FERNANDO DE FREITAS, COM FORO E SEDE NO MUNICÍPIO DE MORRETES.

LEI Nº 13.343, D.O 6126 DE 06/12/01

PROJETO DE LEI Nº 568/01

ESTABELECE, PARA AS CONCESSIONÁRIAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO QUE ELIMINE O AR NA MEDIÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VETADO EM 29/08/02 – PROPOSIÇÃO-VETO Nº 121/02

MANTIDO O PROJETO EM 12/12/02

RESTITUÍDO AO GOVERNADOR EM 19/12/02

LEI PROMULGADA 13.962 – DO Nº 6406 DE 29/01/03

PROJETO DE LEI Nº 569/01

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DO PONTAL DO PARANÁ – ACIAPAR, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ E FORO NA COMARCA DE PARANAGUÁ.

LEI Nº 13.539 – DO 6224 DE 07/05/02

2002

PROJETO DE LEI Nº 112/02

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DOAR À PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, UM LOTE DE TERRENO CONFORME ESPECIFICA.

LEI Nº 13.738 – DO Nº 6278 DE 24/07/02

PROJETO DE LEI Nº 160/02
DISPÕE SOBRE A COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE ESTUDANTE NAS SITUAÇÕES
QUE ESPECIFICA, NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ.
ARQUIVADO EM 16/12/02 – ART. 250 REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 549/02
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO MORADIAS SANTA CLARA, COM
SEDE E FORO NESTA CAPITAL.
LEI Nº 13.816 – D.O. Nº 6353 DE 07/11/02.

PROJETO DE LEI Nº 579/02
ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 13.738 DE 24 DE JULHO DE 2002.
ARQUIVADO CONF. ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO EM 17/12/02.

PROJETO DE LEI Nº 640/02
DISCIPLINA O FUNCIONALISMO DE CLUBES, ACADEMIAS, ESCOLAS DE INICIAÇÃO
DESPORTIVAS E OUTROS ESTABELECIMENTOS QUE MINISTREM ATIVIDADES
FÍSICAS, DESPORTIVAS, RECREATIVAS E DE LAZER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PROPOSIÇÃO Nº 14/03
LEI PROMULGADA Nº 14.035 – D. O Nº 6456 DE 11/04/03

PROJETO DE LEI Nº 685/02
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A AMALICE – ASSOCIAÇÃO MARA LÍGIA CERCAL
DE APOIO AOS PACIENTES DO SERVIÇO DE TRANSPLANTE DE MEDULA ÓSSEA DO
HOSPITAL DE CLINICAS, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.
LEI Nº 13947 – D. O Nº 6375 DE 10/12/02

2003

PROJETO DE LEI Nº 49/03
ALTERA O ART. 4º DA LEI Nº 11.035/95, ALTERADO PELA LEI Nº 11.668/97. SERLOPAR
CCJ EM 21/02/03

PROJETO DE LEI Nº 50/03
ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 13.738, DE 24 DE JULHO DE 2002.
LEI Nº 14.056 – DO Nº 6505 DE 25/06/03

PROJETO DE LEI Nº 190/03
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE ROTARIANOS DE
CARLÓPOLIS, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS.
LEI Nº 14081 – D. O Nº 6518 DE 14/07/03

PROJETO DE LEI Nº 191/03
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO NÚCLEO
HABITACIONAL JAMIL ASSAD JAMUS, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE MAUÁ
DA SERRA.
LEI Nº 14113 - D. O Nº 6564 DE 17/09/03

INDICAÇÃO Nº 09/03
SUGERE A ISENÇÃO DE CUSTOS DE PUBLICAÇÕES LEGAIS.
INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 20/03

**ANEXO 4 – LEVANTAMENTO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
PARANÁ SOBRE PROJETOS APRESENTADOS PELO DEPUTADO LUIZ
CARLOS ALBORGHETTI**

DEPUTADO LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

1987

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 036/87 – CRIA JUNTO AOS GABINETES DOS SENHORES DEPUTADOS UM CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL, ADVOGADO, JORNALISTA E PSICÓLOGO, CONFORME ESPECIFICA.

LEI Nº 8.509. D. O . Nº 2.557. DE 02/07/87.

PROJETO DE LEI Nº 038/87- DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “ PROJETO MENINOS DE RUA DE LONDRINA”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA.

LEI Nº 8.540. D. O . Nº 2.594. DE 27/07/87.

PROJETO DE LEI Nº 080/87- CRIA NO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO, CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, SÍMBOLO 9C, DE SUB-DELEGADO DO DIST. DE ZONA RURAL

.ARQUIVADO DE ACORDO COM RESOLUÇÃO 159/90.

PROJETO DE LEI Nº 081/87- AUTORIZA O PODER EXECUTIVO, CRIAR EM CADA DELEGACIA DE PLANTÃO DE ESTRUTURA DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ, UM CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL, ADVOGADO E PSICÓLOGO, CONFORME ESPECIFICA.

ARQUIVADO EM 20/10/87, CONFORME REQUERIMENTO DO AUTOR.

PROJETO DE LEI Nº 190/87- CRIA O ATENDIMENTO PELO ESTADO DO PARANÁ DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA JUNTO ÀS DELEGACIAS DE POLÍCIA.

ARQUIVADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 159/90.

**PROJETO DE LEI Nº 310/95 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE PAZ, AMOR E CARIDADE”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.
LEI Nº 11.198 D.O. 4635 DE 16/11/95.**

1996

**PROJETO DE LEI Nº 519/96 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADIAS DE PORTO SEGURO , COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.
LEI Nº 11.703 D.O. Nº 4976 DE 04/04/97**

1997

**PROJETO DE LEI Nº 021/97
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “ NÚCLEO ESPÍRITA UNIVERSITÁRIO”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA.
LEI Nº 11.778 D.O. Nº 5042 DE 10/07/97**

**PROJETO DE LEI Nº 56/97
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PARAÍSO.
ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART.250 DO REG. INTERNO**

**PROJETO DE LEI Nº 057/97
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS.
ARQUIVO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO**

PROJETO DE LEI Nº 058/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU.

ARQUIVADO EM 16/03/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 059/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ.

ARQUIVADO EM 16/03/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 060/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE PINHAS.

ARQUIVO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 061/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA.

ARQUIVO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 062/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE COLOMBO.

ARQUIVO EM 24/02/99 - ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 063/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE PORECATU

ARQUIVO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 064/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE MARIALVA, ESTADO DO PARANÁ.

ARQUIVADO EM 16/03/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 065/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, ESTADO DO PARANÁ.

ARQUIVO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 066/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ.

ARQUIVO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 067/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA.

ARQUIVO EM 24/02/99 – ART.250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 068/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A DELEGACIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE CAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ.

ARQUIVO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 069/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTALAR PISTA DE ATLETISMO NO MUNICÍPIO DE APUCARANA.

ARQUIVO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 070/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTALAR PISTA DE ATLETISMO NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA.

ARQUIVO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 071/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTALAR PISTA DE ATLETISMO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL.

ARQUIVO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 072/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTALAR PISTA DE ATLETISMO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 073/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTALAR PISTA DE ATLETISMO NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ.

ARQUIVADO EM 16/03/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 090/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR CARGOS EM DELEGACIAS DE PLANTÃO DA ESTRUTURA DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 095/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR UMA DELEGACIA DE AMPARO AO IDOSO , NO MUNICÍPIO DE CURITIBA.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 096/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR UMA DELEGACIA DA AMPARO AO IDOSO, NO MUNICÍPIO DE LONDRINA.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 097/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR UMA DELEGACIA DE AMPARO AO IDOSO NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 101/97

AUTORIZA AO ODER EXECUTIVO A CRIAR UMA DELEGACIA DE AMPARO AO IDOSO NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ.

ARQUIVADO EM 16/03/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 102/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR UMA DELEGACIA DE AMPARO AO IDOSO , NO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 103/97

AUTORIZA AO PODER EXECUTIVO A CRIAR UMA DELEGACIA DE AMPARO AO IDOSO , NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 107/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR UMA DELEGACIA DE AMPARO AO IDOSO, NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 108/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR UMA DELEGACIA DE AMPARO AO IDOSO, NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 109/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR UMA DELEGACIA DE AMPARO AO IDOSO, NO MUNICÍPIO DE APUCARANA.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 110/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR UMA DELEGACIA DE AMPARO AO IDOSO, NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 125/97

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “LIGA DE ENGRAXATES MIRINS DE LONDRINA”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 136/97

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O “CENTRO PROFISSIONALIZANTE REDE ESPERANÇA”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 12.433 D.O. Nº 5415 DE 15/01/99

PROJETO DE LEI Nº 276/97

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR AO MUNICÍPIO DE MARIALVA, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 338/97

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 7º DA LEI Nº 11.071 DE 22 DE MARÇO DE 1.995.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 357/97

INSTITUI A REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA .

LEI COMPLEMENTAR Nº 81 D.O. Nº 5272 DE 17/06/98

PROJETO DE LEI Nº 375/97

PROÍBE O ALUGUEL DE FILMES PORNOGRÁFICOS PARA MENORES DE 18 ANOS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 394/97

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A SOCIEDADE ESPÍRITA NOSSO LAR, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE PINHAIS E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 11.934 D.O. Nº 5143 DE 10/12/97

PROJETO DE LEI Nº 418/97

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O NÚCLEO REGIONAL DOS OSTOMIZADOS DO OESTE DO PARANÁ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL.

2ª DISCUSSÃO EM 16/09/97 APROVADA

PROJETO DE LEI Nº 617/97

TRANSFERE PARA O DETRAN A COMPETÊNCIA DA EXPEDIÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIAS (B.O.).

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

1998

PROJETO DE LEI Nº 57/98

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS VILA VERDE III,

IV E ARREDORES, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE.

LEI Nº 12.226 D.O. Nº 5294 DE 17/07/98

PROJETO DE LEI Nº 182/98

DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS, BEM COMO OS PRODUTOS, APRENDIDOS PELA AÇÃO FISCALIZATÓRIA, IMPRÓPRIOS PARA UTILIZAÇÃO OU EM DESUSO.

ARQUIVADO - ART. 250 REGIMENTO INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 229/98

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTALAR UMA DELEGACIA DE ANTI-TÓXICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

ARQUIVADO EM 09/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 357/98

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O 3º DISTRITO POLICIAL NO BAIRRO FLORESTA, MUNICÍPIO DE CASCAVEL.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 501/98

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO PARANÁ AO DESEMBARGADOR DARCY NASSER DE MELO.

ARQUIVADO EM 09/02/99 – ART. 250 DO REG. INTER

1999

PROJETO DE LEI Nº 254/99

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE LONDRINA – AAL, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA.

LEI Nº 12.640 D.O. Nº 5536 DE 13/07/99

PROJETO DE LEI Nº 467/99

ALTERA O ART. 1º, DA LEI Nº 12.640, DE 12 DE JULHO DE 1.999, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE LONDRINA.

LEI Nº 12.765 D.O. Nº 5643 DE 20/12/99

PROJETO DE LEI Nº 628/99

TORNA OBRIGATÓRIA NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA E PARTICULAR DE ENSINO, A INCLUSÃO NOS CURRÍCULOS DAS DISCIPLINAS DE QUÍMICA E BIOLOGIA, DE AULAS SOBRE A CONSTITUIÇÃO QUÍMICA E EFEITOS DE SUBSTÂNCIAS QUE CAUSAM DEPENDÊNCIA FÍSICA OU PSÍQUICA E DROGAS PSICOTRÓPICAS.

SANÇÃO EM 04/06/01

2000

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 128/00

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº14, DE 26 DE MAIO DE 1.982, ALTERADA PELAS LEIS COMPLEMENTARES DE Nº19, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1.983, Nº 69, DE 14 DE JULHO DE 1993 E Nº 71, DE 15 DE OUTUBRO DE 1.993 - ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 213/00 (CPI – ROUBO DE CARGAS)

AUTORIA O PODER EXECUTIVO DETERMINAR A INTEGRAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA COM DELEGACIA DE ESTELIONATO E DESVIO DE CARGAS PARA COMBATE AO ROUBO, FURTO E DESVIO DE CARGAS NO ESTADO DO PARANÁ.

LEI Nº 13.190 – D.O. Nº 6015 DE 27/06/01

PROJETO DE LEI Nº 258/00

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR, NOS MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE, O PROGRAMA CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO.

LEI Nº 13231 D.O. Nº 6031 DE 19/07/01

PROJETO DE LEI Nº 323/00

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR UMA DELEGACIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE LONDRINA.

LEI Nº 13192 – D. O Nº 6015 DE 27/06/01

PROJETO DE LEI Nº 389/00

AUTOR: DEPUTADO LUIZ CARLOS ALBORGUETTI

AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO INTEGRAR PERMANENTEMENTE PROFISSIONAL DA ÁREA DE PSICOLOGIA E ASSISTENTE SOCIAL NO QUADRO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO EM TODAS AS ESCOLAS DO ESTADO.

VETADO EM 11/01/02- PROPOSIÇÃO Nº 15/02

MANTIDO O VETO EM 19/03/03

2001

PROJETO DE LEI Nº 111/01

DETERMINA AOS MOTÉIS E HOTÉIS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ, A MANUTENÇÃO DE PRESERVATIVOS PARA USO POR SEUS HÓSPEDES, E DÁ OUTRAS PROVIDNCIAS.

LEI Nº 13452 – D.O. Nº 6148 DE 14/01/02.

PROJETO DE LEI Nº 113/01

INCORPORA AO CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE 1º GRAU A ÁREA DE CONHECIMENTO CIDADE-CIDADANIA.

LEI Nº 13.553 – D.O 6230 DE 15/05/02

PROJETO DE LEI Nº 598/01

AUTOR: LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

DISPÕE SOBRE O PESO MÁXIMO TOLERÁVEL DO MATERIAL ESCOLAR TRANSPORTADO DIARIAMENTE POR ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR E 1º GRAU DA REDE PÚBLICA E PRIVADA DO ESTADO DO PARANÁ.

VETADO EM 30/09/02 – PROPOSIÇÃO-VETO Nº 130/02

VETO MANTIDO EM 18/03/03

PROJETO DE LEI Nº 621/01

AUTOR : LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISCAN – SISTEMA ESTADUAL DE REGISTRO DE CANCÊR NO ESTADO DO PARANÁ.

LEI Nº 15.558 – D.O 15/05/02

PROJETO DE LEI Nº 670/01

AUTOR: DEPUTADO LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA DE HABITAÇÃO SOCIAL, DESTINADO À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA NO ESTADO DO PARANÁ.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 671/01

AUTOR: DEPUTADO LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA FAMÍLIA SOLIDÁRIA.

2ª DISCUSSÃO EM 02/12/02 – RETORNA A CCJ

PROJETO DE LEI Nº 679/01

AUTOR: DEPUTADO LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

INSTITUI O PROGRAMA “PAZ NA ESCOLA” DE AÇÃO INTERDISCIPLINAR E DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ.

LEI Nº 13.637 – DO Nº 6258 DE 26/06/02

PROJETO DE LEI Nº 685/01

AUTOR: DEPUTADO LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

EXTINGUE A CARREIRA DE TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES POLÍCIAS E DE OPERADOR EM TELECOMUNICAÇÕES POLÍCIAS.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 710/01

AUTOR: DEPUTADO LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ALIMENTOS GENETICAMENTE MODIFICADOS NA MERENDA ESCOLAR DE ESCOLAS PÚBLICAS NO ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

2002

PROJETO DE LEI Nº 16/02

DISPÕE SOBRE A COLOCAÇÃO DE ANÚNCIOS DE PROPAGANDA EM VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAIS, PERMISSÃO OU CONCESSÃO DO ESTADO DO PARANÁ.

ARQUIVADO CONF. ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO EM 17/12/02.

PROJETO DE LEI Nº 19/02

ASSEGURA AO RECÉM-NASCIDO O DIREITO DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE IDENTIFICAÇÃO DE CATARATA CONGÊNITA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARQUIVADO – ART. 250 REGIMENTO INTRNO EM 14/01/03

PROJETO DE LEI 20/02

ESTABELECE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE CÂNCERES DE MAMA E COLO DE ÚTERO, PARA AS SERVIDORAS PÚBLICAS ESTADUAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VETADO EM 03/02/03 – PROPOSIÇÃO Nº 10/03

MANTIDO O VETO EM 11/03/03

PROJETO DE LEI Nº 21/02

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR ESCOLAS PÚBLICAS DE TRÂNSITO NO ESTADO DO PARANÁ

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 63/02

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PRÊMIO PRODUTIVIDADE DO POLICIAL NO ESTADO DO PARANÁ
ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 87/02

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE APROVEITAMENTO DE ALIMENTOS NÃO CONSUMIDOS.

*****ANEXADO AO P.L. Nº 640/01.*****

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 312/02

INSTITUI NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ, O PROGRAMA RESPIRE BEM, OBJETIVIANDO SANAR DEFICIÊNCIAS RESPIRATÓRIAS POR MAU POSICIONAMENTO DENTOMAXILAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARQUIVADO – ART. 250 REGIMENTO INTERNO EM 14/01/03

PROJETO DE LEI Nº 313/02

DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS DE LANCHES E BEBIDAS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS NO ESTADO DO PARANÁ

ANEXADO AO P.L. Nº 188/02

ARQUIVADO – ART. 250 REGIMENTO INTERNO EM 14/01/03

PROJETO DE LEI Nº 320/02

TORNA OBRIGATÓRIA A ATENÇÃO A PROCEDIMENTOS QUE VIABILIZAM A SEGURANÇA DO PROFISSIONAL E DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS, QUANTO A EMISSÃO DE RECEITUÁRIOS E CARIMBOS MÉDICOS.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 459/02

EXTINGUE A CARREIRA DE TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES POLICIAIS E DE OPERADOR EM TELECOMUNICAÇÕES POLICIAIS. (5ª CLASSE DA CARREIRA DE INVESTIGADOR DE POLÍCIA)

ARQUIVADO – ART. 250 REGIMENTO INTERNO EM 14/01/03

PROJETO DE LEI Nº 482/02

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO ARENITO CAIUÁ, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE PARANAVAI E FORO NO MESMO MUNICÍPIO.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 544/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO COM SEDE NO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU E FORO NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL.

LEI 13.886 – DO 6367 DE 28/11/02

PROJETO DE LEI Nº 661/02

DISPENSA DO PAGAMENTO DE PASSAGENS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL, OS POLICIAIS MILITARES, QUE SE DESLOQUEM DE UM MUNICÍPIO PARA OUTRO, COM FINALIDADE DE CUMPRIR SEUS DEVERES DE TRABALHO.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 662/02

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O PROGRAMA KIT ESCOLAR NA REDE PÚBLICA ESTADUAL.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 663/02

DISPOE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRÓTESE DENTÁRIA ÀS PESSOAS CARENTES

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

PROJETO DE LEI Nº 664/02

TORNA OBRIGATÓRIO O ATENDIMENTO OFTALMOLÓGICO, GRATUITO, NA REDE PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL DO ESTADO DO PARANÁ.

ARQUIVADO DE ACORDO COM O ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

**ANEXO 5– LEVANTAMENTO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
PARANÁ SOBRE PROJETOS APRESENTADOS PELO DEPUTADO
RICARDO CHAB**

DIRETORIA LEGISLATIVA

DEPUTADO RICARDO CHAB

RICARDO JOTA CHAB - PTB

Partido pelo qual foi eleito: PTB

N.º DE VOTOS: 38.427

REGIÃO:

MUNICÍPIOS: Curitiba e Região Metropolitana.

CARGOS ANTERIORES:

1995/1998 – Deputado Estadual

PROFISSÃO: Jornalista

DATA DE NASCIMENTO: 03/02/58

ESPOSA: Lana Lúcia Neli de Andrade Chab

DATA DE NASCIMENTO: 02/08

FILHOS: Carolina Andrade Chab e Maíza Andrade Chab

ENDEREÇO:

CURITIBA: Rua Pretextato Taborda Ribas, 936 - Santa Quitéria

Fone: 345-3691 (residencial)

Cel.: 973-3449

ESCRITÓRIO: Rádio Cidade AM – R. Afonso, 65 Pilarzinho

Fone: 338-2828 / 338-2096

GABINETE: 705 – 7º andar

Ramais: 4079 / 4269

Direto: 352-3359

Fax: 252-4150

CHEFE DE GABINETE: Lindamir Colontonio

Fone: 224-8119

1995

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 41/95 -

FICA AUTORIZADA A REALIZAÇÃO DE PLEBISCITO NA ÁREA ADIANTE DESCRITA PARA QUE A POPULAÇÃO DECIDA SOBRE A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FERRARIA DESMEMBRADO DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO.

REJEITADO EM 22/11/95.- ARQUIVADO EM 23/11/95

PROJETO DE LEI Nº 130/95 -

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR NA ESTRUTURA DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, O DEPARTAMENTO DE DEFESA , INVESTIGAÇÃO E ORIENTAÇÃO ÀS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS DESAPARECIDAS NO ESTADO DO PARANÁ.

LEI Nº 11.365 - D.O. Nº 4740 DE 19/04/96 - RESTITUÍDO

PROJETO DE LEI Nº 244/95 -

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O GRUPO IRMÃ SHEILLA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ-PR.

LEI Nº 11.181 – D. O. Nº 4617 DE L9/10/95..

PROJETO DE LEI Nº 534/95 -

DISPÕE SOBRE A ESCOLHA MEDIANTE ELEIÇÃO DIRETA PARA ASSISTENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA.

ARQUIVADO EM 25/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 554/95 -

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR UMA DELEGACIA DE POLÍCIA ESPECIALIZADA EM ACIDENTES DE TRABALHO EM CURITIBA.

VETADO EM 16/07/96 - PROPOSIÇÃO Nº 60/96 - MANTIDO O VETO EM 26/11/96

1.996

PROJETO DE LEI Nº 089/96

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DESAFIO JOVEM VIDAS PARA CRISTO, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

LEI Nº 11.433 D.O. Nº 4778 DE 14/06/96

PROJETO DE LEI Nº 140/96

ESTABELECE A FIXAÇÃO DE FOTOS E IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS DESAPARECIDAS NOS ÔNIBUS INTERMUNICIPAIS CUJA CONCESSÃO E OU PERMISSÃO SEJAM DO ESTADO.

LEI Nº 11.629 - D.O. Nº 4903 DE 11/12/96

PROJETO DE LEI Nº 185/96 -

DISPÕE SOBRE AS MULTAS DE MORA, NAS ÁREAS DE ATIVIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS OU RELAÇÕES DE CONSUMO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.

VETADO EM 06/02/97

DISCUSSÃO ÚNICA EM 06/03/01 – MANTIDO O VETO

PROJETO DE LEI Nº 382/96 -

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR JUNTO ÀS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE LINHAS INTERMUNICIPAIS DE PASSAGEIROS, METROPOLITANO E SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE COLETIVO (RIT) NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ, O PASSE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DE 1º, 2º E 3º GRÁUS.

DESARQUIVADO EM 22/11/00

ARQUIVADO EM 16/12/02 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 466/96 -

CRIA O PROGRAMA EMERGENCIAL DE ERRADICAÇÃO DE DESEMPREGO NO PARANÁ-PEDEP.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 516/96 -

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CRIAR O “BATALHÃO DE EVENTOS DA POLÍCIA MILITAR” , EM CURITIBA E A “COMPANHIA DE EVENTOS DA POLÍCIA MILITAR”, NAS CIDADES SEDE DOS BATALHÕES DA POLÍCIA MILITAR, NO INTERIOR DO ESTADO DO PARANÁ,

VETADO EM 19/08/98 – PROPOSIÇÃO Nº 22/98

VETO MANTIDO EM 05/06/01

1.997

PROJETO DE LEI Nº 012/97 -

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DAS MULTAS ESTADUAIS DE TRÂNSITO NO PERÍMETRO URBANO OU RODOVIÁRIO NO VALOR ACIMA DE 1.000 UFIR’S.

ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 013/97 -

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM KOSMOS- AMAJAKO, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA - PR.

LEI Nº 11.807 D.O. 5067 DE 14/08/97

PROJETO DE LEI Nº 083/97 -

OBRIGA AS EMPRESAS DE SEGURO- SAÚDE, EMPRESAS DE MEDICINA DE GRUPO, COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO E OUTROS QUE ATUEM SOB A FORMA DE PRESTAÇÃO DIRETA OU INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E OPEREM NO ESTADO DO PARANÁ A GARANTIR O ATENDIMENTO A TODAS AS ENFERMIDADES RELACIONADAS NO CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS DA OMS.

ARQUIVADO EM 16/03/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 121/97 -

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 2º, DA LEI Nº 5.482/67, CONFORME ESPECIFICA. (NÃO COBRANÇA DE TAXA DE SEGURANÇA PÚBLICA)

ARQUIVADO EM 16/03/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 169/97 -

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASTORAL DA CRIANÇA- AAPAC, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE PARANAÍ - PR.

LEI Nº 11.922 D.O. Nº 5148 DE 09/12/97

PROJETO DE LEI Nº 267/97 -

UNIFICA A CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO DE EMERGÊNCIAS DE 3 (TRÊS) DÍGITOS DO ESTADO DO PARANÁ.

LEI Nº 12.120 D.O. Nº 5230 DE 15/04/98

PROJETO DE LEI Nº 376/97 -

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS VILAS ROSI GALVÃO E PIO XII, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PINHAIS-PR.

LEI Nº 12.061 D.O Nº 5187 DE 09/03/98

PROJETO DE LEI Nº 409/97 -

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O SINDARPEN - SINDICATO DOS AGENTES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO PARANÁ, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 11.858 D.O. Nº 5109 DE 14/10/97

PROJETO DE LEI Nº 671/97 -
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “FEMOCLAM - FEDERAÇÃO
COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CURITIBA E
REGIÃO METROPOLITANA”, COM SEDE E FORO EM CURITIBA.
LEI Nº 12.073 D.O. Nº 5209 DE 13/03/98

1.998

PROJETO DE LEI Nº 37/98
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ACOA - ASSOCIAÇÃO
CURITIBANA DOS ÓRFÃOS DA AIDS”, COM SEDE E FORO NO
MUNICÍPIO DE CURITIBA/PR.
LEI Nº 12.276 D.O 5324 DE 28/08/98

PROJETO DE LEI Nº 134/98
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “AÇÃO COMUNITÁRIA
BATISTA NO BOQUEIRÃO - ACBB”, COM SEDE E FORO NO
MUNICÍPIO DE CURITIBA – PR
LEI Nº 12.259 D.O.5323 DE 27/08/98

PROJETO DE LEI Nº 202/98
INSTITUI O DIA DO AGENTE PENITENCIÁRIO A SER COMEMORADO
NO DIA 13 DE NOVEMBRO.
LEI Nº 12.342 D.O. Nº 5362 DE 26/10/98

PROJETO DE LEI Nº 231/98
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E
MORADORES DOS BAIROS DA VILA LINDÓIA - VILA FANI E
REGIÃO”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.
ARQUIVADO EM 24/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO

PROJETO DE LEI Nº 316/98

ALTERA A SÚMULA E O ARTIGO 1º DA LEI Nº11.196 DE 13 DE NOVEMBRO DE 1995.(UTILIDADE PÚBLICA)

ARQUIVADO EM 09/02/99 – ART. 250 DO REG. INTERNO.

1999

PROJETO DE LEI Nº 148/99

ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 11.196, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1.995 (UTILIDADE PÚBLICA).

LEI Nº 12.616 D.O. Nº 5536 DE 13/07/99

PROJETO DE LEI Nº 172/99

DISPÕE QUE OS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DEVIDOS EM DECORRÊNCIA DA LEGISLAÇÃO DO IPVA, AS MULTAS DE TRÂNSITO ESTADUAIS E TAXA DE ESTADIA DO DETRAN, LANÇADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1.998, PODERÃO SER PARCELADOS EM ATÉ 12 PARCELAS.

LEI Nº 12.561 D.O. Nº 5507 DE 01/06/99

PROJETO DE LEI Nº 199/99

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA EXCEPCIONAL CARENTE – ABACEC”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 12.621 D.O. Nº 5536 DE 13/07/99.

PROJETO DE LEI Nº 245/99

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM BELA VISTA DO IPÊ II”, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ.

LEI Nº 12.632 D.O. Nº 5536 DE 13/07/99

PROJETO DE LEI Nº 256/99

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E MORADORES DOS BAIROS DA VILA LINDÓIA, VILA FANI E REGIÃO”, NESTA CAPITAL.

CCJ EM 19/05/99

PROJETO DE LEI Nº 257/99

ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 11.196, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1.995.
ARQUIVADO A PEDIDO DO AUTOR EM 01/06/99

PROJETO DE LEI Nº 288/99

PROÍBE O CORTE DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA POR FALTA DE PAGAMENTO.
ARQUIVADO A PEDIDO DO AUTOR

PROJETO DE LEI Nº 302/99

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O COLÉGIO BRASILEIRO DE HOMEOPATIA CONSTINE HERING –PR”, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 12.740 – D.O. Nº 5630 DE 01/12/99

PROJETO DE LEI Nº 370/99

DISPÕE SOBRE A INTERRUÇÃO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E LUZ AOS CONSUMIDORES DO ESTADO DO PARANÁ.

VETADO EM 18/05/01

PROPOSIÇÃO 44/01 – MANTIDO O VETO EM 27/11/01

PROJETO DE LEI Nº 555/99

DISPÕE SOBRE A SINALIZAÇÃO DOS CRUZAMENTOS DAS VIAS URBANAS E RODOVIAS COM AS FERROVIAS.

ARQUIVADO CONF. ART. 250 DO REG. INTERNO EM 16/12/02.

PROJETO DE LEI Nº 655/99

DENOMINA DE ‘MIGUEL NASSER’ O TRECHO DA RODOVIA QUE LIGA O MUNICÍPIO DE ANTONINA AO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA
ARQUIVADO A PEDIDO DO AUTOR EM 16/03/00.

2000

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 214/00

ALTERA A REDAÇÃO DO CAPUT DO ARTIGO 295, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03, DE 15 DE JUNHO DE 1.974, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO.

C. SEGURANÇA EM 12/11/02

PROJETO DE LEI Nº 437/00

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO À CONCEDER ISENÇÃO DO ICMS (IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS), AOS VEÍCULOS FABRICADOS EXCLUSIVAMENTE NAS MONTADORAS PARANAENSES, PARA A RENOVAÇÃO DA FROTA DE TÁXI E PARA OS UTILIZADOS PELAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS ESTADUAIS.

1ª DISCUSSÃO EM 22/10/01- REJEITADO O PROJETO

2001

PROJETO DE LEI Nº 68/01

REVOGA A LEI Nº 7.826, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1.983, QUE ALTEROU O CÓDIGO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO.

VETADO EM 22/05/02 – PROPOSIÇÃO – VETO Nº 70/02

MANTIDO O VETO EM 09/04/03

PROJETO DE LEI Nº 87/01

FICA PROIBIDA A COBRANÇA DE SERVIÇOS DE EMPRESAS PRIVADAS ATRAVÉS DO SISTEMA DE COBRANÇA DOS SERVIÇOS DA COPEL – COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA, DA SANEPAR – COMPANHIA DE SANEAMENTOS DO PARANÁ, DA TELEPAR BRASIL TELECOM E POR OUTRAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS (TELEFÔNIA FIXA E CELULAR).

VETADO EM 11/01/02 – PROPOSIÇÃO Nº 43/02 – MANTIDO O VETO EM 31/03/03

PROJETO DE LEI 171/01

ALTERA A RESOLUÇÃO DA LEI Nº 13.036 DE 04 DE JANEIRO DE 2001, ACRESCENTANDO ALÍNEA AO SEU ARTIGO 1º

CCJ EM 30/05/01

PROJETO DE LEI Nº 199/01

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O CONSELHO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE CADÁVERES, NO ESTADO DO PARANÁ.

VETADO EM 11/01/02 – PROPOSIÇÃO VETO Nº 48/02

VETO MANTIDO EM 25/03/03

PROJETO DE LEI Nº 288/01

DISPÕE SOBRE A FISCALIZAÇÃO, FABRICO, COMÉRCIO, TRANSPORTE, DEPÓSITO E USO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO NO ESTADO DO PARANÁ.

ARQUIVADO EM 17/12/01

PROJETO DE LEI Nº 365/01

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A CRECHE COMUNITÁRIA JARDIM ACRÓPOLE, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL.

LEI Nº 13./51, D.O 6126 DE 06/12/01

PROJETO DE LEI Nº 406/01

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A CRECHE TIA LÚCIA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA – PR.

LEI Nº 13469 – D.O. Nº 6148 DE 14/01/02.

PROJETO DE LEI Nº 530/01

AUTOR: DEPUTADO RICARDO CHAB

REGULAMENTA A FISCALIZAÇÃO, FABRICO, COMÉRCIO, TRANSPORTE, DEPÓSITO E USO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO NO ESTADO DO PARANÁ.

LEI Nº 13.758 – DO Nº 6313 DE 11/09/02

PROPOSIÇÃO VETO PARCIAL Nº 127/02 – MANTIDO O VETO EM 1º/04/03

PROJETO DE LEI Nº 532/01

AUTOR: DEPUTADO RICARDO CHAB

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE, INSTITUIR O ATENDIMENTO MÉDICO HOMEOPÁTICO, EM TODA A REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ.

VETADO EM 05/06/02 – PROPOSIÇÃO Nº 92/02

VETO MANTIDO EM 25/03/03

PROJETO DE LEI Nº 695/01

AUTOR: DEPUTADO RICARDO CHAB

CRIA O PROGRAMA ESTADUAL DE RECOMPENSA, PELA CAPTURA DE PESSOAS COM MANDATO DE PRISÃO EXPEDIDO

CCJE M 11/12/01 – RECEBEU ANEXAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 17/02 E PROJETO DE LEI Nº 128/02.

DESARQUIVADO EM 17/03/03

CCJ EM 19/03/03

2002

PROJETO DE LEI Nº 234/02

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ALTO BELA VISTA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA-PR.

LEI Nº 13.692 – D.O. Nº 6268 DE 10/07/02.

PROJETO DE LEI Nº 382/02

AUTOR: DEPUTADO RICARDO CHAB

**ALTERA A LEI Nº1.943 DE 23/06/54.
SEGURANÇA EM 29/10/02**

**PROJETO DE LEI Nº 486/02
AUTOR: RICARDO CHAB
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO MARIA DE
NAZARÉ, COM SEDE E FORO NO MUNICIPIO DE PIRAQUARA-PR.
CCJ EM 28/06/02**